Leonardo Corrêa Minervini

Gestão pública e fruição cultural de estudantes na educação básica

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas/Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cristina Carvalho

Rio de Janeiro,
Janeiro de 2025

Leonardo Corrêa Minervini

Gestão pública e fruição cultural de estudantes na educação básica

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas/Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio. Analisada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.ª Dra. Cristina Carvalho
Orientadora
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.ª Dra. Lia Calabre
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB

Prof.ª Dra. Rosália Duarte
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.ª Dra. Alicia Bonamino
Departamento de Educação – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 2025.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem a autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Leonardo Minervini

Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2015, Pós-graduado em Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado pelo Senac São Paulo em 2020, Pós-graduado em Gestão de Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2013 e Bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2010. Cursou parte da graduação na Universidade de Lisboa, Portugal, em 2009 como bolsista do Programa de Mobilidade Internacional da UFF. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI - CNPq/PUC-Rio), coordenado pela Professora Dra. Cristina de Carvalho.

Ficha Catalográfica

Minervini, Leonardo Corrêa

Gestão pública e fruição cultural de estudantes na educação básica / Leonardo Corrêa Minervini; orientadora: Cristina Carvalho. – 2025.

267 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2025.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Fruição artística e cultural. 3. Gestão pública. 4. Cultura e educação. 5. Políticas culturais. 6. Equipamentos culturais. I. Carvalho, Cristina. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Agradecimentos

À minha orientadora, Cristina Carvalho, pelo acolhimento no grupo de pesquisa, pela orientação sempre carinhosa e pelas palavras de incentivo e afeto em todos os momentos desta trajetória. Sua dedicação à educação e o cuidado empenhado aos seus alunos e orientandos tornaram-se uma referência para mim, não apenas de ética e profissionalismo, mas, sobretudo de comportamento humano.

Aos meus pais Marcus e Helena, à minha esposa e companheira de vida Juliana, ao meu filho Lucas e à minha avó Marlene (*in memoriam*), que representam tudo de mais importante para mim, meu agradecimento eterno. A conclusão do doutorado é uma conquista nossa, pois sem vocês jamais seria possível.

Aos meus tios Júnior e Gisele, minha tia-avó Marlene e meus sogros Elizabete e Castilho, pelo apoio, incentivo e compreensão nos períodos de maior foco nos estudos.

Aos professores da banca, pela leitura atenta e pelas palavras generosas que contribuíram significativamente em minha pesquisa. Em especial às professoras Rosália Duarte e Lia Calabre e ao professor Wallace de Deus, tão fundamentais em minha formação acadêmica.

Aos profissionais da cultura e da educação, que foram fundamentais para a realização desta pesquisa, contribuindo com informações preciosas em respostas aos formulários e entrevistas.

Aos meus alunos da Educação de Jovens e Adultos, pelo carinho e por manterem viva em mim a esperança na transformação social. Verdadeiramente são vocês que fazem de mim um professor.

Aos meus amigos e irmãos de vida, pela escuta carinhosa e por me encorajarem, fazendo-me acreditar que eu era capaz de ingressar e concluir o doutorado.

Aos meus colegas de trabalho, pela confiança e parceria para superar os desafios diários.

Ao GEPEMCI – Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância, pelo acolhimento, companheirismo e incentivo ao longo de toda a jornada.

Ao JICs – Grupo de estudos Juventudes, Infâncias e Cotidianos, em especial à professora Nivea Andrade, por me receber durante a pandemia, oferecendo-me um novo horizonte de possibilidades e esperança.

À PUC-Rio, instituição que me proporcionou a oportunidade de aprofundar meus estudos e me concedeu as melhores condições para a realização da minha pesquisa.

Resumo

Minervini, Leonardo; Carvalho, Maria Cristina Monteiro Pereira (orientadora). **Gestão pública e fruição cultural de estudantes na educação básica.** Rio de Janeiro, 2024. 267p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como objetivo conhecer e caracterizar o papel e a atuação da gestão pública no desenvolvimento de iniciativas de fomento à fruição cultural de estudantes na educação básica. Para o alcance dos objetivos definidos visando ao desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: identificação dos equipamentos culturais administrados pela gestão pública de estados e capitais municipais brasileiras; levantamento de programas e projetos desenvolvidos pelas secretariais estaduais e municipais das capitais brasileiras, com ênfase em práticas que promovem alguma interlocução entre a educação básica e as manifestações artísticas e culturais; aplicação de questionário online a gestores dos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro; e realização de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura do Rio de Janeiro. Os resultados da pesquisa indicam que há nas capitais municipais expressiva oferta de equipamentos culturais sob a responsabilidade da administração pública, incluindo diversas modalidades de espaços especializados para as manifestações artísticas e culturais. Soma-se a isso, a existência de programas e projetos promovidos pela iniciativa pública em todo o território nacional que têm como intuito inserir as artes e a cultura nos currículos de educação básica. Ao identificar e caracterizar as ações promovidas pelas secretarias de educação e de cultura, concluiu-se que as áreas têm como enfoque pressupostos distintos, sendo o incentivo à produção artística a principal ênfase de atuação da educação, enquanto o fomento ao acesso à fruição se faz mais presente no contexto da gestão cultural quando em diálogo com a educação, fatores que indicam o potencial de integração e complementariedade entre os dois campos. Nesse sentido, entende-se que o fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição deve ser uma iniciativa promovida, necessariamente, de forma integrada entre as gestões cultural e educacional, sobretudo ao considerar que ambas possuem responsabilidades, capacidades e mecanismos de implementação distintos e interdependentes. Dados obtidos na pesquisa realizada no município

do Rio de Janeiro indicam que o fomento ao acesso de estudantes à fruição artística e cultural não se constitui como uma política pública, mas ocorre por meio de programas, em estágios mais avançados no caso dos museus, e através de projetos, aulas-passeio e outras ações pontuais articuladas de maneira direta entre os equipamentos culturais e as escolas. As entrevistas realizadas com gestores públicos demonstram que a ida de grupos escolares aos equipamentos culturais públicos da cidade, proporcionada pela escola, representa, em sua maioria, a primeira experiência de acesso à fruição para estudantes, sendo também comum que tais iniciativas se configurem como a primeira oportunidade de acesso para docentes. Por fim, a perenidade dos avanços atuais obtidos no campo da gestão cultural pública carioca, assim como a possibilidade de implementação de programas intersetoriais entre educação e cultura voltados à fruição cultural que sejam sistemáticos e duradouros, depende de fatores políticos, sendo necessária a adoção de medidas que defendam premissas democráticas e a continuidade de políticas e programas públicos.

Palavras-chave

Fruição artística e cultural; Gestão pública; Cultura e educação; Políticas culturais; Equipamentos culturais.

Abstract

Minervini, Leonardo; Carvalho, Maria Cristina Monteiro Pereira (advisor). **Public management and cultural enjoyment of students in basic education.** Rio de Janeiro, 2024. 267p. Doctoral Thesis - Department of Education, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This thesis aims to understand and characterize the role and performance of public management in the development of initiatives to promote the cultural enjoyment of students in basic education. To achieve the objectives defined in the research project, the following methodological resources were used: identification of cultural facilities ran by governments at state-level and in capital cities in Brazil; survey of initiatives and projects developed by secretariats at the state-level and in capital cities countrywide, with an emphasis on practices that promote some dialogue between basic education and artistic and cultural manifestations; application of an online questionnaire to managers of public cultural facilities in the city of Rio de Janeiro; and conducting semi-structured interviews with public managers from the Municipal Departments of Education and Culture of Rio de Janeiro. The research results show that there is a big supply of government-owned cultural facilities in capital cities, including various types of spaces devoted to artistic and cultural events. Moreover, there are governmental initiatives and projects countrywide aimed to include arts and culture in basic education curricula. By identifying and characterizing the actions promoted by education and culture departments, it was concluded that these areas based their work on different assumptions, as education departments focus on artistic production, while public management rather promotes the access to enjoyment, especially when cultural management is at dialogue with education, which is a factor that show the potential for integration between the two fields. In this sense, one might argue that cultural and educational government departments must act in coordination to promote the access to enjoyment for students in primary school. This is of vital importance, especially considering that both areas have different scopes, capabilities and implementation mechanisms. Data obtained in this research, carried out in the city of Rio de Janeiro, indicates that promoting students' access to artistic and cultural enjoyment does not constitute a public policy, but occurs through initiatives, which are at a more advanced stage in the case of museums, and through of ad-hoc projects, tour classes and other specific actions coordinated directly between cultural facilities and schools. The interviews carried out with public managers point

out that the school groups' visits to public cultural facilities, often represents the first experience of access to enjoyment for students, and it is also common for such initiatives to be the first opportunity for teachers too. Finally, the endurance of current progress achieved in the field of public cultural management in Rio, and the possibility of implementing intersectoral programs between educational and cultural departments, aimed at cultural enjoyment that are systematic and long-lasting, depend on political factors. Thus, it is necessary to adopt actions that safeguard democratic tenets, as well as the continuity of public policies.

Keywords

Cultural enjoyment; Public management; Culture and Education; Cultural policies; Cultural facilities.

Sumário

Introdução 14
Organização dos capítulos da tese e aspectos metodológicos 17

1. Referenciais teóricos 25
1.1 Ancoragem teórica sobre políticas culturais 25
1.2 Sobre o conceito de educação no qual a pesquisa se ancora 30
1.3 Pensando a interlocução entre cultura e educação a partir da fruição cultural 38
1.4 Referenciais teóricos para pensar o campo das políticas públicas 52
1.4.1 Breve síntese sobre as quatro gerações de modelos de análise 55
1.5 Revisão de literatura: contribuições da tese a partir do diálogo com outras pesquisas 60

2. Pensando a interlocução entre educação e cultura no âmbito da política pública 72
2.1 A gestão pública de equipamentos culturais 88
2.2 Interlocução entre educação e cultura: programas e projetos desenvolvidos pela iniciativa pública 99

3. Aprofundando a análise no município do Rio de Janeiro 126
3.1 Sobre a pesquisa com equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro 132
3.1.1 Perfil institucional 140
3.1.2 Sobre a programação cultural 147
3.1.3 Sobre as ações de fomento ao acesso de estudantes à instituição 152
3.1.4 Sobre as ações de mediação cultural promovidas com o público estudantil 169
3.1.5 Triangulando os dados: conclusões da pesquisa com equipamentos culturais públicos no município do Rio de Janeiro 175

4. Dialogando com as instâncias administrativas da gestão pública 179
4.1 Da promoção do acesso de estudantes à fruição cultural 181
4.1.1 “Não só os estudantes, como para professores também” 181
4.1.2 Como as gestões educacional e cultural concebem a fruição cultural de estudantes 185
4.1.3 Transporte: “isso é um problema grande” 198
4.2 Da implementação de programas educativos 203
4.3 Da perenidade das políticas públicas de cultura 212

5. Considerações finais 218

6. Referências bibliográficas 225

Anexos

Anexo 1: equipamentos culturais de administração pública dos estados brasileiros e suas respectivas capitais municipais 239

Anexo 2: programas e projetos das secretarias estaduais de educação e secretarias municipais de educação das capitais brasileiras 246

Anexo 3: programas e projetos das secretarias estaduais de cultura e secretarias municipais de cultura das capitais brasileiras 252

Anexo 4: questionário *Survey* aplicado com equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro 258

Apêndices 264

Lista de imagem

Imagem 1: Burocracias de nível de rua 56

Lista de quadros

Quadro 1: Revisão de literatura 62

Quadro 2: Modelagem analítica de programas promovidos por secretarias de educação voltados à interlocução entre arte, cultura e educação 110

Quadro 3: Modelagem analítica de programas promovidos por secretarias de cultura voltados à interlocução entre arte, cultura e educação 118

Quadro 4: Instituições inicialmente listadas para aplicação do questionário 134

Quadro 5: Instituições que responderam ao questionário 139

Lista de tabelas

Tabela 1: Cargo ou função do respondente na instituição 140

Tabela 2: O equipamento cultural possui equipe composta por 142

Lista de siglas

AP – Área de Planejamento

AVE - Artes Visuais Estudantis

BECE - Biblioteca Pública Estadual do Ceará

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEC – Conselho Escola Comunidade

CEU - Centro Educacional Unificado

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CJCC - Centros Juvenis de Ciência e Cultura

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNIC - Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

CNPC - Conselho Nacional de Políticas Culturais

COMAER - Comando da Aeronáutica

Conae - Conferência Nacional de Educação

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

Dance - Mostra de Dança Estudantil

EEBA - Escola de Espectadores de Buenos Aires

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPA - Educação Patrimonial e Artística

ESTADIC - Pesquisa de Perfil dos Estados Brasileiros

Face - Festival Anual da Canção Estudantil

FECEM - Festival Carioca de Educação Musical

Feste - Festival Estudantil de Teatro

Fiema - Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes

FOCA – Fomento à Cultura Carioca

Funarte - Fundação Nacional de Artes

GEPEMCI - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância

GPPE - Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LPG - Lei Paulo Gustavo

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MUF - Museu de Favela

ONG - Organização não governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB - Produto Interno Bruto

PNAB - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronac - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Prove - Produção de Vídeos Estudantis

Salic - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

SDP – Sistema Descentralizado de Pagamento

SECEC-RJ - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro

SEEC - Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais

Seeduc-RJ - Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

SEFIC - Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural

SMC-RJ - Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

SME-RJ - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro

SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

TAL - Tempos de Arte Literária

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UniCEU - Universidade nos Centros Educacionais Unificados

INTRODUÇÃO

"Filho, qualquer dia desses nós vamos ao museu da Quinta da Boa Vista. Lá tem muita coisa legal... tem até múmia!". É impossível precisar o impacto que determinados momentos têm em nossas vidas, mas é certo que alguns deles ficam marcados em nossa memória. Eu tinha 7 anos quando meu pai, despretensiosamente, prometeu que me levaria ao Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo que a promessa não tenha sido cumprida, aquela proposta despertou em mim algo que eu deveria e gostaria muito de conhecer, caminho que busquei alguns anos depois, tornando-me ávido frequentador de equipamentos culturais, relação que venho construindo durante algum tempo como espectador e pesquisador.

O sujeito/objeto de uma pesquisa não é algo dado, pronto e disponível em uma prateleira como um produto a ser escolhido por alguém a qualquer tempo. Defini-lo faz parte de um processo de construção, que é conceitual e, ao mesmo, está imbricado com aspectos que permeiam a trajetória de vida do pesquisador. Se, por um lado, a ideia de pesquisar algo que já se sabe pode desaguar em resultados pouco producentes e, em muitos casos, enviesados, o extremo oposto pode se caracterizar como improvável e insólito, isto é, investigar algo que o pesquisador não possui nenhum conhecimento prévio, envolvimento afetivo ou identificação por qualquer natureza que seja. Nesse sentido, acredito que a elaboração de um sujeito/objeto de pesquisa parte da dúvida e do desejo por investigar o que não se sabe a partir do que muito se conhece.

Em minha trajetória venho, há cerca de 15 anos, atuando profissionalmente e estudando questões correspondentes às práticas culturais e suas interlocuções com o campo da educação, por meio de investigação e análise das relações interculturais em espaços de educação formal e não formal. Durante esse percurso, coordenei e acompanhei de perto diversos projetos que tinham como principal objetivo proporcionar o acesso de jovens à fruição cultural, sobretudo por meio de linguagens como o teatro, a música e o audiovisual. Para a maior parte do público participante destes projetos, quase sempre formado por estudantes de ensino fundamental e médio de escolas públicas localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro, tratava-se da primeira ida a um equipamento cultural. Perceber o encantamento dos jovens ao entrar em um teatro pela primeira vez sempre significou para mim uma conexão com as minhas próprias vivências, uma verdadeira abertura de mundo. Nesse sentido, passei a enxergar a experiência da

fruição cultural como um fenômeno, algo que possui grau de importância incomensurável para a formação dos seres humanos, mas que ao mesmo tempo eu tinha dificuldades de justificar o porquê.

Por algum tempo, fiquei amarrado nas armadilhas que surgem durante a elucubração de um recorte mais específico para a pesquisa, insistindo em buscar caminhos para mensurar o que não é tangível ou ratificar o que o campo teórico de referência já conceituou. Organizando o pensamento, compreendi que minhas questões pairavam em torno de um eixo central: se há o reconhecimento da relação intrínseca entre educação e cultura, validada inclusive pelas principais leis reguladoras das duas áreas, como a gestão pública entende esta interlocução e implementa políticas, programas e projetos para colocá-la em prática? Se essa relação se dá por meio de diferentes dimensões, inclusive pela questão do acesso, o que é feito para aproximar a cena artístico-cultural das escolas?

Desta forma, compreendi que um tema pertinente a ser investigado é o papel e a atuação da gestão pública no desenvolvimento de iniciativas de fomento à experiência da fruição cultural de estudantes na educação básica. Inicialmente, a intenção da pesquisa estava voltada para o campo das políticas culturais. No entanto, percebi que seria precipitado partir do pressuposto de que existem tais políticas e de que esta seria a única maneira de promover a interlocução entre escolas e manifestações culturais. Para não incorrer neste erro, optei por utilizar o termo “iniciativas”, referindo-me à categoria de atividades que podem se configurar como políticas, programas ou projetos. A escolha por investigar esta categoria no âmbito da gestão pública ocorre por sua capacidade intrínseca de replicação, podendo ser também inspiradora para dinamizar ações promovidas por instituições privadas e a sociedade civil, inclusive por meio de parcerias. Nesse sentido, faço o recorte do tema em um objeto de pesquisa, propondo-me a investigar como o acesso de estudantes da educação básica a equipamentos culturais é tratado pela gestão pública no município do Rio de Janeiro e quais iniciativas para fomentar este acesso são promovidas pelas secretarias municipais de cultura e educação, assim como por equipamentos culturais vinculados à administração pública.

Em 2023, tive a oportunidade de integrar a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), do Ministério da Cultura, e a Comissão de Análise do Edital Ações Locais, da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Além de participar e contribuir para a efetivação de iniciativas importantes para o campo das políticas culturais brasileiras, foi possível identificar o compromisso de diversos proponentes em estabelecer parcerias com equipamentos culturais e

escolas públicas, incentivando a participação de estudantes dos territórios onde os projetos se estabelecem. Articulações em rede, arranjos institucionais e novos modelos de governança são determinantes para a descentralização de iniciativas de fomento à cultura e que sejam pautadas pela valorização das diversidades territoriais em um país de dimensões continentais.

Deste modo, ao definir metodologicamente a estrutura da pesquisa a partir do trabalho desenvolvido pelas secretarias municipais de educação e de cultura e por equipamentos culturais, em suas interlocuções e diferentes escopos de atuação, investiguei duas esferas do campo da administração pública, isto é, o âmbito da gestão e seu nível operacional, ou, em outras palavras, as burocracias de médio escalão e as burocracias de nível de rua. Importante destacar que, apesar de utilizar termos e conceitos inerentes às pesquisas de implementação de políticas públicas, a tese aqui apresentada não se define como um estudo de implementação, sendo mais pertinente categorizá-la como um estudo de interações, tanto as já existentes, quanto àquelas que ainda estão no nível da possibilidade.

Mobilizado por esses questionamentos, busco nesta introdução justificar a relevância do objeto de pesquisa, esclarecendo que ele se configura em algo maior do que um interesse pessoal, mas algo importante para a sociedade. A graduação em Produção Cultural e o mestrado em Cultura e Territorialidades, somados ao exercício da profissão como produtor e, atualmente, gestor cultural de um polo educacional, no qual, inclusive, fui residente por cinco anos e tutor de estudantes de ensino médio, levaram-me ao Doutorado em Educação. Muito além de uma perspectiva que se limita à relação com o trabalho, pensar e atuar com projetos de cultura e educação faz parte de um projeto de vida. Como afirma Krenak (2020, p. 24), "temos que parar de nos desenvolver e começar a nos envolver". É nesse sentido que mergulho no desafio de tentar contribuir para os campos teórico e prático voltados às interlocuções entre cultura e educação.

Iniciar esta tese de doutorado fazendo referência a um convite feito há três décadas para visitar o Museu Nacional tem um significado especial. Meu pai, mesmo que de maneira inconsciente, despertou em mim uma característica fundamental para que eu me tornasse um pesquisador: a curiosidade. E é esse substantivo com vontade de ser verbo de ação que me direciona.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA TESE E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta tese está estruturada em cinco capítulos e o primeiro é dedicado aos referenciais teóricos. Cultura e educação são conceitos extremamente polissêmicos e acanônicos, isto é, são inúmeras as possibilidades de abordá-los, sobretudo porque estão em constante processo de transformação. Nesse sentido, ao propor uma pesquisa que visa à análise de seus imbricamentos no âmbito escolar, faz-se necessário situar as bases conceituais que nortearão o estudo, assim como identificar e conferir contornos claros aos conceitos-chaves da investigação. Por essa perspectiva, a abordagem dos referenciais teóricos tem início com o termo políticas culturais, ancorado por Calabre (2009) e Chauí (1992), e na concepção de cultura a partir de suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, definida pelo Ministério da Cultura (2016).

Em seguida, busca-se demarcar os referenciais para o conceito de educação, em diálogo com alguns de seus temas transversais. Para tanto, são especialmente importantes os textos escritos por Candau (2003), Teixeira (2018), Freire (1996; 2007), Mello (2003), Santos (2008), Adichie (2019), Brandão (2007) e Trilla (2008), além de outros autores e autoras referenciados ao longo do subcapítulo.

Estabelecidos os parâmetros de cultura e educação que guiam a pesquisa, parte-se para a reflexão acerca de suas possíveis interlocuções, tendo como recorte a experiência da fruição cultural de estudantes na educação básica. Para abordar o tema, são fundamentais as publicações de Larrosa (2021; 2023), Desgranges (2010; 2015; 2020), Rancière (2012; 2015; 2018), Dubatti (2020), Barbosa (2007), Mello (2003), Moraes (2017) e Coelho (2005).

A análise acerca da atuação da gestão pública no fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural é o objetivo central desta tese. Sendo assim, observou-se a necessidade de estabelecer diálogo com os estudos de implementação de políticas públicas, passando por uma breve síntese sobre as quatro gerações de modelos de análise. Lotta (2012; 2019), Matland (1995) e Grossi (2022) configuram-se como referenciais determinantes.

Para concluir o primeiro capítulo, foi elaborada revisão de literatura a partir de busca no Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma Capes e na Biblioteca Eletrônica Científica SciELO Brasil por trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos dez anos sobre temas relacionados à pesquisa. Foram utilizados descritores baseados nos conceito-chaves da tese, tais como: fruição

cultural, fruição artística, formação de espectadores e políticas públicas de educação e cultura. Os termos foram combinados de diferentes formas visando ampliar os resultados encontrados. As publicações que possuem maior afinidade temática foram selecionadas e apresentadas com intuito de traçar um paralelo entre o que o campo de pesquisa vem investigando e os objetivos estabelecidos na tese. Vale destacar os trabalhos de Carvalho (2005) e Desgranges (2001), incluídos como exceções em relação ao tempo de publicação, visto a importância e influência que exerceram para a concepção desta tese.

Como resultado da etapa de revisão de literatura, observou-se o ineditismo da pesquisa, visto que não foi encontrado trabalho acadêmico que abordasse especificamente o tema da gestão pública associada à fruição cultural de estudantes da educação básica. Desta forma, o capítulo inicial da tese apresenta os construtos teóricos fundamentais para a análise dos dados empíricos abordados nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo o foco está voltado à interlocução entre educação e cultura no âmbito da política pública, visando cumprir com os três primeiros objetivos específicos definidos no projeto da pesquisa, sendo estes: aprofundar o referencial teórico acerca da relação entre cultura e educação; identificar equipamentos culturais existentes no Brasil vinculados à gestão pública; e mapear políticas, programas e projetos de interlocução entre educação e cultura desenvolvidos pela gestão pública dos estados e capitais municipais brasileiras.

A partir do documento intitulado “Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil” (2006) e do texto que rege o Plano Nacional de Cultura (PNC), são destacados trechos que reforçam a importância da promoção do acesso às práticas culturais, à fruição, ao debate cultural amplo, à formação do pensamento crítico a partir da experiência artística, a programas educativos relacionados a equipamentos culturais, enfim, da necessidade imperiosa de uma relação interministerial sólida e perene que promova as articulações necessárias entre as duas áreas, respeitando suas idiossincrasias.

Por esse viés, é abordado o Programa Mais Cultura nas Escolas, iniciativa criada em 2013 exatamente a partir da relação interministerial mencionada. Refletindo sobre os possíveis fatores que levaram à interrupção do programa, busca-se compreender o cenário de descontinuidade e desmonte das políticas culturais federais ocorrido na última década e, em contraponto, uma nova perspectiva que surge a partir de 2023, com a recriação do Ministério da Cultura. Contextualizando o momento histórico presente, são explicitados dados sobre o impacto da cultura na área econômica, a crescente oferta de editais públicos de

fomento às manifestações artístico-culturais, os novos programas criados no sentido de democratizar e descentralizar o acesso aos mecanismos de fomento e, em especial, a retomada do diálogo interministerial entre o MinC e o MEC, a criação do Programa Territórios da Cultura e a alteração na Lei Rouanet, possibilitando que projetos artístico-culturais sejam concebidos para serem realizados em ambientes escolares.

Na sequência do capítulo, em diálogo com diversos dados publicados recentemente, com destaque para duas pesquisas de hábitos culturais dos brasileiros, elaboradas por Leiva e Meireles (2018) e pela Fundação Itaú e o Instituto Datafolha (2023), e para o levantamento quantitativo de equipamentos culturais existentes no país, realizado pelo IBGE (2019), são apresentados dados produzidos em investigação diagnóstica, tais como: lista de equipamentos culturais administrados por secretarias de estado e das capitais municipais; diversidade de nomenclaturas referentes aos setores responsáveis pela administração cultural em estados e municípios, assim como a associação da gestão cultural a outras diferentes áreas, como o turismo, o lazer e os esportes; e existência de uma quantidade expressiva de equipamentos culturais sob a responsabilidade do poder público, incluindo museus, bibliotecas, teatros, galerias de artes, entre tantos outros, contemplando ampla diversidade de manifestações.

Nesta etapa, que se configura como a primeira fase de pesquisa da tese, foram tomados cuidados éticos como o acesso e o uso de informações disponíveis apenas em sites oficiais dos setores públicos, incluindo o registro da data de acesso e a indicação das páginas de internet nas quais os dados foram obtidos. A metodologia aplicada se baseou em busca nos sites das secretarias estaduais e municipais de educação e de cultura das capitais brasileiras, observando que, na maior parte dos casos, as informações referentes aos equipamentos culturais administrados pelo poder público, assim como a lista de programas e projetos promovidos pelas instâncias governamentais são apresentados em categorias similares. Desta forma, os dados foram sistematizados nos quadros expostos nos anexos 1, 2 e 3. A partir de uma abordagem qualitativa, foram identificadas iniciativas - políticas, programas e projetos - de integração entre educação, arte e cultura desenvolvidas por secretarias estaduais e municipais das capitais brasileiras, visando traçar um panorama do que é feito atualmente no país em prol da interlocução entre as áreas.

Por fim, o segundo capítulo apresenta um resumo dos principais achados da pesquisa até aquele momento, respondendo algumas das questões mobilizadoras da investigação. Ao longo de todo o capítulo, os dados

apresentados são costurados pelos referenciais teóricos indicados na seção anterior, com maior ênfase em Freire (1996), Calabre (2020), Coelho (1997), Carvalho (2016), Larrosa (2023) e Matland (1995).

No terceiro capítulo, a tese é direcionada exclusivamente para o território no qual a investigação é aprofundada, isto é, o município do Rio de Janeiro. Na busca por situar o contexto da pesquisa, inicia-se o capítulo fazendo referência às elucubrações ocorridas na década de 1980 acerca das interlocuções entre o campo das políticas culturais e a educação básica, tendo como principal embasamento a edição especial da Revista do Brasil de 1986, intitulada “Política cultural no Rio de Janeiro”. Ressalta-se nesta obra os ideais de Darcy Ribeiro acerca da inseparável relação entre as áreas da educação e da cultura e as iniciativas voltadas à inserção das práticas e manifestações artístico-culturais nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Antes de adentrar na análise dos dados produzidos na segunda etapa da pesquisa de campo, reforça-se que, no âmbito conceitual que ancora a pesquisa, não há qualquer dúvida que as expressões culturais estão presentes em todos os espaços e territórios, não dependendo de estruturas arquitetônicas, convencionalmente denominadas de equipamentos culturais, para se materializarem. No entanto, enquanto escolha metodológica e entendendo a importância de espaços especializados dedicados ao desenvolvimento de iniciativas culturais, compostos por profissionais com formação específica na área, a investigação se baseou na atuação de equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro que têm suas atividades vocacionadas à fruição cultural.

Sendo assim, visando ampliar as possibilidades analíticas da investigação e com a intenção de produzir dados mais objetivos acerca de iniciativas promovidas no âmbito da interlocução entre cultura e educação, foi elaborado e aplicado um questionário *Survey* aos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro. As perguntas norteadoras que mobilizaram a elaboração do questionário estão diretamente relacionadas ao objetivo geral da pesquisa, que é conhecer e caracterizar como o acesso de estudantes da educação básica a equipamentos culturais é tratado pela gestão pública no município do Rio de Janeiro e quais iniciativas para fomentar este acesso são promovidas pelas secretarias municipais de educação e de cultura e por equipamentos culturais vinculados à administração pública.

Nesse sentido, o questionário teve como objetivos específicos: identificar as características gerais das instituições (tipologia, perfil e quantidade de

atividades programáticas realizadas por mês, formação profissional da equipe etc.); a oferta, bem como a sistematização de ações voltadas à fruição cultural de estudantes da educação básica; a existência de programas educativos e de mediação na promoção das atividades; os critérios que definem a escolha das escolas participantes; e a formação do interesse espontâneo entre os estudantes que participam das programações. Além disso, busca-se a partir das respostas compreender se as ações realizadas fazem parte de uma política pública, de um programa regular promovido pela instituição ou se têm características eventuais; se há articulação entre os equipamentos culturais e as escolas municipais e estaduais; quais instâncias da administração pública são responsáveis pela gestão dos equipamentos culturais; e por fim, analisar quais as principais dificuldades para o desenvolvimento sistemático de programações culturais que incluam a participação de estudantes da educação básica.

Durante a aplicação do questionário, fizeram parte do foco desta etapa da pesquisa equipamentos identificados como centros culturais, casas de cultura, museus, teatros, circos, salas de concertos, centros de criatividade, complexos culturais e cinemas, excluindo, portanto, bibliotecas, gibitecas, casas de leitura, memoriais e centros de memória, centros de arqueologia, conservatórios, clubes, liceus de artes, arquivos públicos, galerias, parques históricos, mercados culturais, passeios públicos e escolas de artes por não possuírem a fruição cultural como atividade finalística principal. O levantamento das instituições foi feito por meio de pesquisa na internet e através de consulta direta com: Ministério da Cultura (MinC), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ), Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além disso, o levantamento de instituições foi complementado pelo conhecimento empírico do pesquisador.

Deste modo, chegou-se à lista de 97 equipamentos culturais alinhados ao perfil da investigação. No entanto, ao longo da pesquisa foi constatado que 21 estavam fechados para manutenção, por questões administrativas ou porque ainda não tinham sido inaugurados. Sendo assim, o espaço amostral da pesquisa foi de 76 instituições, dentre as quais foram obtidas 52 respostas, o que corresponde a 68,4% do total. Com isso, foi atingido o grau de confiança de 95% (padrão do setor), considerando a margem de erro de 8%, segundo os cálculos de tamanho de amostra para pesquisa *Survey*[1].

[1] Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

O questionário foi aplicado no formato online no período de novembro de 2023 a março de 2024. Para tanto, foram enviados e-mails para os contatos institucionais dos equipamentos culturais, conforme informações disponíveis em sites e mídias sociais. Tendo em vista o baixo retorno de respostas, foi adotada a estratégia de contatar os gestores das instituições, por meio de mensagem direta por e-mail e/ou por celular. A partir disso, obteve-se o percentual necessário de respostas para avançar à etapa de análise dos dados produzidos. Vale destacar que o questionário foi elaborado de modo a garantir o anonimato dos respondentes, respeitando os princípios éticos da pesquisa, a participação voluntária e as normas estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados.

O quarto capítulo da tese é dedicado às análises das entrevistas semiestruturadas produzidas com representantes das secretarias municipais de educação e de cultura do Rio de Janeiro. A elaboração do roteiro se baseou nas seguintes questões de pesquisa: Existem políticas, programas ou projetos promovidos pela gestão pública da cidade do Rio de Janeiro voltados à promoção do acesso à fruição cultural na educação básica? Existe alguma iniciativa em debate para promover essa articulação? Os casos existentes são exceções no contexto geral de políticas, programas e projetos promovidos pela iniciativa pública? As ações realizadas se configuram como políticas, programas, projetos ou eventos? Qual a relação das ações desenvolvidas com as políticas culturais promovidas pelo MinC? Trata-se de uma responsabilidade a ser protagonizada pela gestão cultural ou educacional? Como se dá a articulação entre os setores da cultura e da educação no campo administrativo para a execução das iniciativas? Quais fatores são determinantes para a implantação destas iniciativas: profissionais especializados; investimento orçamentário de grande porte; parceria público-privada; infraestrutura adequada; outros? Quais as principais ameaças à perenidade das iniciativas existentes: descontinuidade à cada transição governamental; crise financeira; falta de infraestrutura; ausência de articulação entre a cena cultural e as instituições escolares; falta de interesse das instituições; outros?

Ao todo, foram realizadas 9 entrevistas. O quantitativo se justifica pelo interesse em contemplar um representante de cada uma das seguintes esferas administrativas:

- Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME): Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares (GPPE); e duas Coordenadorias Regionais de Educação;

- Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC): Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural; Coordenadoria de Territórios e Diversidade Cultural; Coordenadoria de Equipamentos Culturais; Gerência de Lonas e Arenas Culturais; Gerência de Museus; e Gerência de Centros Culturais.

As entrevistas ocorreram em formato remoto, utilizando-se da plataforma de reuniões virtuais *Microsoft Teams*. Assim como praticado na aplicação do questionário *Survey*, vale ratificar que todos os protocolos da pesquisa estão baseados nos princípios estabelecidos pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Aos participantes, é assegurada a privacidade e a manutenção do sigilo e do anonimato, garantindo-lhes a não utilização de informações pessoais. Foram, portanto, aplicados nomes fictícios aos entrevistados, assim como as citações extraídas das entrevistas foram referenciadas como gestor(a) público(a) de educação ou de cultura, de modo a não direcionar o conteúdo da entrevista a uma área específica, o que poderia colocar em risco o anonimato do entrevistado. Destaca-se também que a participação nas entrevistas é voluntária e o participante poderia recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar o motivo. Previamente à realização das entrevistas, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo pesquisador, no qual constam os compromissos éticos pormenorizados. Além disso, para realização das entrevistas com gestores públicos da Secretaria Municipal de Educação (SME), em atendimento à Portaria E/SUBE n.º 10, de 23 janeiro de 2024, que estabelece normas para realização de pesquisas e projetos de extensão no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, foram submetidos ao setor de Convênios e Pesquisas da Subsecretaria de Ensino todos os documentos exigidos para autorização prévia, sendo estes: carta de apresentação da pesquisa, assinada pela orientadora do doutorando; projeto de pesquisa aprovado na primeira etapa de qualificação do doutorado; parecer de aprovação da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio; modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado na pesquisa; e roteiro da entrevista semiestruturada. Com isso, foi aberto um processo de autorização junto à Subsecretaria de Ensino, registrado sob o número de protocolo SMEPRO2024/57601.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais, promovendo uma síntese dos principais achados de pesquisa em diálogo com os referenciais teóricos, indicando possibilidades para outras investigações futuras sobre o tema.

Portanto, a tese aqui apresentada tem como pretensão oferecer subsídios para gestores, pesquisadores, produtores culturais e educadores sobre a temática, contribuindo, assim, para a concepção de políticas públicas de interlocução entre cultura e educação.

1- REFERENCIAIS TEÓRICOS

1.1 ANCORAGEM TEÓRICA SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS

No primeiro capítulo desta tese apresento os referenciais para ancoragem teórica da pesquisa à luz dos seguintes conceitos-chaves: políticas culturais, cidadania cultural, cultura, educação, educação formal e não formal, fruição, experiência e mediação artístico-cultural. Tendo em vista que todo objeto de pesquisa tem uma historicidade, isto é, parte de uma relação com pesquisas anteriores, busco interlocução com o campo teórico de referência, consciente de que os conceitos são suportes para a interpretação do trabalho empírico e não explicações *a priori*.

Calabre (2009) traça importante panorama histórico das políticas públicas de cultura no Brasil, desde as primeiras experiências efetivas no campo das políticas culturais, implantadas por Mário de Andrade no Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, em 1935; passando pela criação do Ministério da Cultura, em 1985, e o vanguardismo do pensamento de Celso Furtado[2] à frente da construção das primeiras políticas ministeriais; até a gestão de Gilberto Gil no MinC, entre 2003 e 2008, na qual a diversidade cultural brasileira e a promoção do acesso foram temas aprofundados, gerando uma transformação substancial do papel do Estado na área cultural.

Os conceitos desenvolvidos na gestão de Gilberto Gil são icônicos. Se o projeto defendido por Celso Furtado (2012) tinha como palavra-chave a criatividade, na gestão de Gilberto Gil o acesso é uma questão latente, evidenciada nas diretrizes do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil:

> A cultura é um direito básico do cidadão, tão importante quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação. A sociedade brasileira é a razão de ser das políticas culturais, e o acesso universal aos bens culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico deve ser o objetivo dessas políticas (BRASIL, 2006, p. 13).

"Assim como tudo tem de acontecer em algum lugar, tem também de acontecer em algum momento, e esse momento faz diferença" (BECKER, 2008, p. 51). O cenário de desmonte das políticas públicas de cultura ocorrido no Brasil no período de 2019 a 2022, evidenciado a partir de fatos como a extinção do Ministério da Cultura, em janeiro de 2019, a demissão de 174 pareceristas da Lei

[2] Celso Furtado foi um destacado economista brasileiro que ocupou o cargo de Ministro da Cultura no período de fevereiro de 1986 a agosto de 1988.

Rouanet[3], reduzindo em 43,4% a equipe responsável pela análise de projetos[4], a redução em quase metade do orçamento público destinado à gestão cultural ao longo dos últimos dez anos[5] e os vetos presidenciais à Lei Aldir Blanc[6], que proporcionaria investimentos de R$ 3 bilhões anuais até 2027 para o fomento de iniciativas culturais nos estados e municípios, e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 73/21[7], mais conhecido como Lei Paulo Gustavo[8], que destinaria cerca de R$ 3,8 bilhões para estados e municípios atuarem na recuperação do setor cultural após os impactos provocados pela pandemia do Covid-19, para citar apenas alguns exemplos, não pode ser ignorado e reforça a importância de estudos sobre o tema. Frente a este cenário, é importante demarcar, neste projeto, qual entendimento de política cultural será o norte ou, melhor dizendo, o sul[9] das reflexões. Nesta perspectiva, a pesquisa compreende o Estado como principal responsável por criar as condições necessárias que garantam à sociedade seus direitos culturais, tal como determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e como aponta o Artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 2009): "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, **de fruir das artes** e de participar do progresso científico e de seus benefícios" (p. 14; grifo nosso). O direito à cultura é ratificado em outras esferas públicas, como, por exemplo, na Constituição Estadual do Rio de Janeiro[10], de 5 de outubro de 1989, que em seu Art. 322 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Para isso, o documento indica no parágrafo II a necessária “articulação das ações governamentais no âmbito da cultura, da educação, dos desportos, do lazer e das comunicações”.

---

[3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/frias-demite-174-pareceristas-da-lei-rouanet-que-dizem-nao-terem-sido-informados.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2021.
[4] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/rouanet-e-desidratada-por-frias-e-tem-hoje-43-de-seus-pareceristas-habilitados.shtml?origin=folha>. Acesso em: 05 dez. 2021.
[5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2021.
[6] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/05/bolsonaro-veta-integralmente-a-nova-lei-aldir-blanc.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2022.
[7] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/864672-bolsonaro-veta-projeto-da-lei-paulo-gustavo-que-repassaria-r-38-bilhoes-a-cultura/>. Acesso em: 07 mai. 2022.
[8] No dia 29 de agosto de 2022, o Governo Federal editou Medida Provisória que adia o pagamento de recursos para implantação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 para 2023 e 2024, respectivamente. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/29/medida-provisoria-adia-repasses-das-leis-paulo-gustavo-e-aldir-blanc-2>. Acesso em: 30 ago. 2022.
[9] “(...) porque en realidad, nuestro norte es el Sur” (GARCÍA apud GOMES, 2016, p. 7).
[10] Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage. Acesso em 30 ago. 2022.

No entanto, as políticas culturais se constituem como um campo recente e em amplo processo de construção, marcado pela instabilidade e por períodos de avanços e retrocessos, tais como os fatos antagônicos mencionados que marcam os últimos 20 anos da gestão cultural brasileira na esfera pública. Enquanto nas primeiras décadas do século XXI buscou-se reorganizar o papel dos órgãos públicos de cultura, fomentando o debate com a sociedade civil, fortalecendo a construção de um entendimento amplo do conceito de cultura e estabelecendo, dentre outras iniciativas, o Programa Cultura Viva[11], em julho de 2004, e o Plano Nacional de Cultura, promulgado por meio de Emenda Constitucional[12] em agosto de 2005 e instituído por meio da Lei nº 12.343[13], de 02 de dezembro de 2010, o cenário dos últimos anos, mais precisamente no período de 2016 a 2022, ficou marcado pela atuação do Poder Executivo e suas representações ministeriais na personificação das pautas culturais como adversárias político-ideológicas, estrangulando o setor com medidas restritivas e ausência absoluta de propostas, sobretudo em um período no qual toda a cadeia produtiva da cultura, assim como outras diversas áreas, foi profundamente impactada pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Mesmo reconhecendo que a análise de um período de gestão, assim como de uma política pública, necessita de um mínimo de distanciamento histórico, vale marcar nesta tese que os referenciais teóricos adotados não coadunam, ou de maneira mais explícita, estão diametralmente opostos ao entendimento e às práticas da gestão pública federal praticada nos anos de 2019 a 2022, período que compreendeu uma parte significativa dos estudos que resultaram nesta tese.

Nesse sentido, serão utilizadas referências teórico-práticas no âmbito das políticas culturais brasileiras que apresentaram proposições consequentes e verdadeiramente comprometidas com o desenvolvimento do setor. No relatório de gestão da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (SMC/SP), Chauí (1992) costura relatos de experiência institucional apresentando iniciativas implementadas durante os anos de 1989 a 1992, período em que esteve à frente dessa Secretaria, com a elaboração de um referencial teórico fundamental para o entendimento ampliado do conceito de cultura no âmbito da administração pública, ao qual a autora cunhou de Cidadania Cultural.

---

[11] Disponível em: <http://www.feambra.org/feambra_sys/conteudo/legislacao/portaria-156-de-2004.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2022.
[12] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm>. Acesso em: 07 mai. 2022.
[13] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12343-2-dezembro-2010-609611-publicacaooriginal-130918-pl.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Em sua argumentação, a filósofa expõe três concepções de política cultural que marcaram a gestão pública brasileira no século XX. A primeira utilizou-se da cultura como instrumento para forjar o que seria uma identidade nacional, historicamente alinhada aos interesses de governos autoritários. Para isso, o poder público assume o papel de produtor da cultura oficial, que o legitima e contribui para a imposição da unidade nacional a partir de elementos comuns estereotipados que supostamente conectam simbolicamente sujeitos de uma mesma nação. A segunda concepção, de viés populista, demarca a divisão entre cultura de elite e cultura popular, associando-as, respectivamente, às classes dominantes e dominadas, aos opressores e oprimidos, elegendo a cultura popular como a expressão máxima do povo, sua essência e tradição. A terceira está alinhada aos propósitos neoliberais, reduzindo a responsabilidade do Estado e se subordinando aos interesses e práticas de mercado, constituindo-se profundamente dependente do capital privado. A consequência desta matriz ideológica é a concentração de recursos, o aumento da desigualdade, o esvaziamento do debate acerca da diversidade cultural e, consequentemente, o crescimento de práticas mercadológicas e efêmeras, voltadas ao marketing gerador de lucro financeiro, transformando a cultura em simples produto publicitário.

Para Chauí (1992), é na construção de uma quarta via que deve operar a atuação pública, restringindo "o Estado à condição de assegurador público de direitos, prestador sociopolítico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade" (p. 102). Nesse sentido, caberia então ao Estado desmontar privilégios, garantir direitos existentes e criar novos direitos, assumindo que "um órgão público de cultura não produz cultura, mas cria as condições para que os projetos culturais da sociedade sejam realizados" (Idem, p. 78). Uma década depois, esta concepção foi ratificada pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil, que em seu discurso de posse afirmou:

> Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade (GIL, 2003)[14].

É nessa perspectiva que entendemos as políticas públicas de cultura como um conjunto de programas, projetos e ações que devem ser concebidos

[14] Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil/12/5623>. Acesso em: 07 mai. 2022.

fundamentalmente a partir do diálogo horizontal com os diversos agentes que compõem a sociedade. O Estado tem papel privilegiado no planejamento dessas políticas por possuir aparatos que não estão, em sua completude, disponíveis às demais organizações sociais, o que não significa que os indivíduos e suas representações não devam atuar como participantes ativos nesse processo[15]. Pressupõe-se, portanto, reconhecer a transversalidade da cultura nos mais diversos temas, a complexidade que envolve o termo e as diferentes perspectivas pela qual o conceito deve ser abordado, sobretudo a partir de suas dimensões simbólica, cidadã e econômica:

> A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc. A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e **tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.** A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável (MINC, 2016, p. 14; grifo nosso).

O setor cultural é uma área de conhecimentos específicos, com demandas próprias e transversalizado por temas inerentes às suas dimensões simbólica, cidadã e econômica. Esta compreensão ampla de cultura, que em muito extrapola sua identificação com as belas-artes, somada à noção do Estado como responsável por fomentar e mediar o desenvolvimento cultural da sociedade, cabendo-lhe “estimular e promover as condições para que a população crie e frua a invenção cultural” (CHAUÍ, 1992, p. 71), pressupõe a necessidade de permanente diálogo com outras diversas áreas, sobretudo com a educação. Nesse sentido, não deveria ser um dos princípios das políticas públicas de cultura promover a aproximação entre a escola e os equipamentos culturais, entre estudantes da educação básica e as manifestações artístico-culturais da cidade? Trata-se apenas de uma demanda das políticas culturais ou algo que somente é possível quando pertencente também ao campo das políticas educacionais? Como afirma Barbosa (2009, p. 21), “o esforço que se emprega para ampliar o contato, o discernimento, o prazer da população com a cultura que a cerca, resulta

[15] “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura” (MINC, 2007) é o subtítulo da 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006 e ratifica a concepção democrática do conceito de política cultural que utilizaremos como ancoragem teórica da pesquisa.

em benefícios sociais como qualidade das relações humanas e compreensão de si e do outro". Essa interlocução caracteriza o eixo principal de interesse desta pesquisa.

1.2 SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO NO QUAL A PESQUISA SE ANCORA

Assim como foi demarcado o referencial teórico de política cultural na perspectiva desta pesquisa, faz-se necessário percorrer o mesmo trajeto no âmbito da educação. Parte significativa das questões atuais em debate na educação são inerentes a aspectos transversais à cultura, sobretudo em suas dimensões simbólica e cidadã, permeando disputas pelo direito de ser e existir no mundo. As relações de poder são desdobradas em elementos identitários, como raça, etnia, gênero, sexualidade e crenças. A compreensão de que não existe uma realidade, mas sim discursos sobre a realidade, acentua o caráter plural dos embates contra hegemônicos. Tais características são representativas do conceito de multiculturalismo interacionista ou interculturalidade crítica, que parte do "reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes" (CANDAU, 2003, p. 19). Nesse sentido, não basta o reconhecimento do multiculturalismo a partir de uma perspectiva descritiva, isto é, apenas como um dado de realidade. Mais do que a diversidade, a questão da cultura é a diferença e a alteridade, a permanente busca por conhecer o outro e a nós mesmos.

Para operar mudanças profundas nas desigualdades sociais existentes, a noção de tolerância precisa ser aprofundada, associando-a, segundo Teixeira (2018), a "três diferentes demandas: (i) a liberdade de pensamento, expressão e associação; (ii) a igualdade de acesso a direitos, oportunidades e bens sociais e (iii) o direito à diferença e ao pluralismo de identidades" (TEIXEIRA, 2018, p. 500). Na sociedade brasileira, marcada por períodos de avanços e retrocessos de pautas progressistas, temas relacionados às diferentes maneiras de ser e existir no mundo ainda são categorizados como controversos, sobretudo quando seus debates são reivindicados no âmbito da educação. O adensamento das demandas da tolerância, na perspectiva da interculturalidade crítica, perpassa necessariamente pela abordagem, que ocorre no diálogo com a cultura, de temas

controversos na educação, inclusive e, sobretudo, no esforço de desconstruir tal adjetivação.

A elaboração de projetos pedagógicos e a concepção de currículos na educação resultam de amplo referencial teórico, estudo metodológico e embasamento técnico. Tais documentos orientadores devem estar concatenados com diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas da educação e seus instrumentos norteadores para a educação brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

No entanto, seria um equívoco afirmar que tais referenciais conferem à educação um caráter neutro. Segundo Freire (1996), a única possibilidade de existir neutralidade na educação seria "que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social (...). Era preciso que não houvesse, em nosso caso, por exemplo, nenhuma divergência em face da fome e da miséria no Brasil e no mundo" (p. 42). Definitivamente, esta não é a situação brasileira. Sendo assim, reconhecer que os temas e os conteúdos dignos de serem abordados em processos educacionais passam em certa medida por escolhas é o primeiro passo para desmistificar a elaboração dos currículos. Visto por outro ângulo, significa dizer que os temas que não são inseridos no debate educacional também não são arbitrários, e a recusa quase sempre está localizada em aspectos que desafiam o pensamento homogeneizador. Isso explica o porquê de questões como raça, etnia, gênero, sexualidade e crenças serem categorizadas como temas controversos, quando na realidade deveriam ser vistos como conteúdos essenciais de uma educação que se pretende ser plural e humanizadora.

Mello (2003) aponta para a impossibilidade de separação da instituição escolar do contexto social onde está inserida, sendo esta determinada por fatores econômicos e, ao mesmo tempo, espelhando os interesses da classe dominante. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dessa relação permite, segundo a autora, um movimento inverso, de dentro para fora, isto é, a transformação da sociedade a partir de mudanças operadas no interior da instituição escolar:

> Admiti desde o início que se a escola é parte inseparável da totalidade do social – e é exatamente isso que me obriga a reconhecer que ela é determinada pelos fatores econômicos amplos -, então ela apresenta internamente as mesmas relações de mudança e de reprodução que caracterizam aquela totalidade. Isso significa dizer que agir dentro da escola é também agir na sociedade da qual ela não pode ser separada. Em outras palavras mais simples: há o que fazer nesta escola existente, para quem, como eu, quer torná-la menos seletiva e elitista do que ela é hoje (p. 14).

A perspectiva apontada por Mello reconhece o caráter não neutro do universo escolar e, mais do que isso, reforça o viés político de sua condição seletiva, aplicada, sobretudo a grupos sociais minorizados com o objetivo de manter as estruturas de poder e legitimidade. A escola contribui para a reprodução da desigualdade social, seja de maneira explícita, ao impedir que a população pobre tenha acesso a uma educação de qualidade, ou, de maneira velada, dissimulando a exclusão a partir de um modelo voltado à competência técnica e baseado em conteúdos e habilidades arbitrários impostos como verdades universais. No entanto, em contraposição à noção meramente reprodutivista da escola, Mello (2003) direciona sua pesquisa para um viés não contemplativo, propondo pensarmos a escola não pelo o que ela é, mas por “seu vir a ser e seu dever ser em disputa” (p. 23).

Sobre a relação escola e sociedade, Nosella (2001) destaca que nos anos 1980 ocorreu um movimento de transformação do paradigma educacional brasileiro, quando muitos educadores compreenderam a aproximação política que se estabelece intrinsecamente entre ambas, não sendo possível dissociá-las. Segundo o autor, neste mesmo período novos conceitos foram incorporados aos debates educacionais, dentre os quais vale destacar o binômio educação/cidadania.

Saviani (2011), em sua pedagogia histórico-crítica, refuta a relação sinonímica entre objetividade e neutralidade, ao afirmar que “a neutralidade é impossível porque não existe conhecimento desinteressado. Não obstante todo conhecimento ser interessado, a objetividade é possível porque não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo” (p. 8). Segundo o autor, a educação não é um processo natural e, portanto, deve ser produzida historicamente pelos seres humanos, afastando-se diametralmente de sua condição neutra. Nosella (2001) ratifica esta concepção, afirmando que “a neutralidade é uma ideologia deformadora da realidade, a objetividade, ao contrário, é uma conquista que o homem alcança quando possui as condições técnicas adequadas e a liberdade de espírito” (p. 232).

Sendo assim, reconhecendo o princípio da não neutralidade curricular e a inexistência de um conhecimento que não tenha em si alguma espécie de interesse, compreende-se que os conteúdos que compõem os currículos educacionais são escolhidos, ao mesmo tempo que outros, não apenas são deixados de fora, como também têm sua exclusão validada pela noção de controvérsia. Teixeira (2018) indica alguns dos temas “tidos como controversos,

tais como bullying, racismo, aborto, casamento homoafetivo, intolerância religiosa, políticas de ação afirmativa etc.” (p. 497) para abrir o diálogo justamente sobre quais seriam as características que os denotam como controversos ou, indo mais profundamente na questão, quais forças operam no sentido de assim compreendê-los.

A partir dos conceitos elaborados por Robert Frederick Dearden e Michael Hand, Teixeira (2018) aponta como caminho possível para a interpretação do que seriam temas controversos aqueles passíveis de serem defendidos a partir de mais de uma visão, baseando-se, para isso, em argumentos plausíveis. Nota-se, nesse sentido, que a discussão apresenta um novo contorno, visto que exige o aprofundamento das argumentações. Dessa forma, a elaboração de argumentos que desconstruam posicionamentos de caráter discriminatório envolve informação e abordagem crítica, ratificando o valor e a importância de serem considerados como centrais nos processos educacionais. Além disso, vale destacar que a omissão acerca dos temas citados anteriormente também é uma forma de posicionamento, e que corrobora com a perpetuação das violências.

Em uma perspectiva ampliada de educação, entende-se que os currículos escolares devem estar conectados com a realidade de seus estudantes e educadores. As palavras de Freire (1996) reforçam o questionamento acerca do que está aqui sendo discutido:

> Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (p. 15).

Nesse sentido, não é admissível supor que o extermínio das juventudes negras, o feminicídio crescente em todas as regiões brasileiras e a expectativa de vida de transexuais abaixo da metade da média nacional, apenas para citar alguns exemplos, sejam temas que a educação não deva abordar por serem considerados controversos. A ausência dos temas citados nos currículos educacionais está situada no âmbito da violência simbólica cometida pela escola, que segundo Mello (2003), utiliza-se dos “sistemas de representação e não a força física, para assumir seu papel mantenedor das relações de força” (p. 17). A autora afirma ainda que “para exercer com eficiência o seu papel ela precisa aparecer como autônoma dessas relações de força. Sua arma é a dissimulação dessas relações” (p. 17). A transformação de determinados conhecimentos em legítimos, isto é, tidos como verdades universais e inquestionáveis, não ocorre de maneira

ingênua, mas é consequência de um amplo e complexo processo de distinção social, construído ao longo de séculos.

Seria utópico pensar que a subversão desse modelo educacional pode ocorrer de maneira pacífica, vide os crescentes movimentos conservadores em ascensão nos últimos anos no Brasil, assim como em todo o mundo, fortemente marcados por forças de ordem política e ideológica, como forma de impedir os avanços sociais conquistados a partir da Constituição de 1988. Para que o confronto seja transformado em conflito, sendo este visto como parte inerente e determinante de uma sociedade plural, o diálogo se torna uma prática fundamental de mediação. Pena, Nunes e Kramer (2018) destacam a importância do diálogo, na perspectiva de Paulo Freire e Martin Buber, ressaltando o caráter social da educação, enquanto conhecimento que necessariamente se funda na relação dialética entre prática e teoria. Como ação emancipatória, isto é, vista como prática de liberdade, a educação também é política e, mais uma vez, contrapõe-se à possibilidade de ser neutra.

Nesse sentido, o diálogo é um princípio para a humanização das interações entre indivíduos. “Conhecimento do outro, diálogo e visão de mundo, estes são temas básicos para dimensionar o potencial crítico e criativo de uma formação que se coloca contra a desumanização” (PENA, NUNES, KRAMER, 2018, p. 7). A educação promotora da autonomia e do pensamento crítico[16] está comprometida com a formação de sujeitos engajados, capazes de desenvolver autonomia, não como prática individualista, mas como movimento de “voltar-se para o outro, perceber e aceitar o outro na sua inteireza – sua presença em corpo, mente e espírito -, com responsabilidade para com o outro, o que significa se libertar da indiferença” (Idem, p. 9). Diálogo, portanto, não significa consenso, mas abertura.

A autonomia intelectual pressupõe também o rompimento das amarras do pensamento, construídas na modernidade como formas de perpetuação das submissões, sejam estas simbólicas, econômicas ou sociais. Pena, Nunes e Kramer (2018) apontam que para Buber a modernidade é “a crise do entre, onde a predominância do parecer sobre o ser, a insuficiência da percepção do outro e

[16] Autonomia e pensamento crítico estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), na Base Nacional Comum Curricular (2018) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997): “III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, Lei nº 9.394/1996). O mesmo trecho é ratificado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 466), também como uma das finalidades do ensino médio na contemporaneidade. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais o conceito de autonomia ganha especial destaque, definido como a capacidade de “posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos etc.” (BRASIL, 1997, p. 62).

a imposição do modo de viver e de pensar de um homem sobre outro são fatores que, segundo o filósofo, impedem o crescimento do inter-humano" (p. 9). O que as autoras sinalizam como imposição do modo de viver e pensar, também pode ser identificado como um processo histórico inerente à modernidade denominado de colonialidade:

> A ideia de que a colonialidade é constitutiva da modernidade significa o questionamento da geopolítica do conhecimento como estratégia do pensamento moderno ocidental que, de um lado, afirmou suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades universais e, de outro, invisibilizou e silenciou os sujeitos que produzem outros conhecimentos e histórias. Em outros termos, a modernidade foi implementada escondendo o seu lado obscuro que é a colonialidade. Para esses intelectuais, colonialidade e modernidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas com um modelo único, universal e pretensamente objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p. 3).

O mundo contemporâneo deve ser analisado sob os impactos da colonialidade. Isso não significa recusar conhecimentos, mas assumi-los como universais e, ao mesmo tempo, ampliar a visão de mundo dos estudantes para outras epistemologias, sobretudo àquelas que foram demasiadamente massacradas por processos totalitaristas. Trata-se de romper a corrente do discurso único e ampliar a pluralidade de narrativas, não apenas pela aceitação ou tolerância, mas pela valorização da diversidade cultural.

Santos (2008) aponta caminhos possíveis a partir da conscientização da existência de três mundos: "O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização" (p. 9). Currículos escolares que apresentam a história a partir de uma única narrativa, construída pela perspectiva dos poderes hegemônicos, são contadores de fábulas, isto é, atuam como instrumento para a constituição de verdades consensuais, impostas a partir da repetição e da padronização. Adichie (2019) afirma que estes processos resultam na criação de estereótipos, que apesar de se basearem em fatos, constituem-se como verdades incompletas, determinando apenas uma percepção sobre a história. Para a autora, "a consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos" (p. 27).

A educação voltada para a diversidade cultural e para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico deve incluir os questionamentos do multiculturalismo no âmbito dos currículos, tais como: revisão dos cânones

acadêmicos a partir da inclusão de temas e grupos sociais minorizados; inclusão de intelectuais negros nos currículos oficiais e bibliografia de obras paradidáticas; estudo dos saberes e manifestações culturais oriundas de tradições renegadas pela modernidade/colonialidade; promoção das decolonialidades do pensamento; postura crítica à visão eurocêntrica de produção do conhecimento; estudos relacionados às perspectivas da diversidade de gênero e sexualidade etc. Nesse aspecto, afastamo-nos de Saviani (2011) em sua abordagem acerca do que seria o clássico em educação, como um critério para a escolha de conteúdos pedagógicos, isto é, “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial” (p. 13). “Clássico, em verdade, é o que resistiu ao tempo” (p. 17). Tais concepções não levam em consideração os epistemicídios cometidos às culturas oprimidas pela colonialidade durante séculos de exploração.

Importante destacar que se trata de uma revolução política, cultural, social e educacional, pois não basta discutir o currículo sem questionar as estruturas de poder vigentes. Trata-se, portanto, de contribuir para a formação de sujeitos engajados, capazes de intervir nas desigualdades compreendendo que a “maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante” (QUIJANO, 1992, p. 438).

Para que uma perspectiva decolonial se faça presente no âmbito educacional, faz-se necessária uma profunda interlocução entre os campos da educação e da cultura, entendendo-as como parte fundamental dos direitos humanos, o que comumente ocorre por meio de processos educacionais formais e não formais. Para refletir sobre aspectos da educação formal e não formal, Brandão (2007) e Trilla (2008) serão referenciados no diálogo sobre o equívoco de reduzir a definição de educação a sinônimo de escola. Reconhecendo que a escola é apenas uma das formas pelas quais os processos educativos são realizados, abre-se uma gama de possibilidades para a valorização de outras propostas. Compreende-se que seja qual for o modelo de processo educativo praticado, formal ou não formal, a educação deve estar comprometida em ser verdadeiramente democrática, inclusiva e promotora de cidadania.

Segundo Brandão (2007, p. 18), “o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados”. O ciclo da educação básica é um exemplo de processo educativo formal, realizado quase sempre por instituições escolares,

estruturado em anos letivos sequenciais, tendo como referência documentos orientadores, como a Base Nacional Comum Curricular e o próprio projeto político pedagógico da escola, utilizando-se de métodos de avaliação da aprendizagem para aprovação ou reprovação.

O diploma conferido pela educação formal representa o fechamento e a possibilidade de abertura de ciclos, isto é, confere ao portador o reconhecimento de conclusão de uma etapa, outorgando-lhe um determinado grau necessário e exigido por Lei[17] para ingresso em nível subsequente. No Brasil, segundo Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, a educação básica se torna "obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".[18]

Em nosso país e em muitas sociedades do mundo a escola assume um papel relevante, mas isso não a torna sinônimo de educação, como afirma Trilla (2008, p. 17): "A escola é uma instituição histórica. Não existe desde sempre nem nada garante sua perenidade. Foi e é funcional a certas sociedades, mas o que é realmente essencial a qualquer sociedade é a educação." Essa análise também é apresentada por Brandão (2007, p. 9), ao defender que "não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor. O ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante".

Na reflexão dos autores fica explícita a compreensão de que coexistem diferentes maneiras de organização dos processos educativos, sendo um equívoco estabelecer relação metonímica entre escola e educação. Mesmo no âmbito formal há de se reconhecer a pluralidade de propostas, que partilham entre si características afins, mas ao mesmo tempo são marcadas cada uma por suas especificidades, como, por exemplo, o ensino superior, a pós-graduação, os cursos regulares de línguas adicionais, entre outros.

Portanto, na educação, "a escola constitui apenas uma de suas formas, e nunca de maneira exclusiva" (TRILLA, 2008, p. 17). Dentre outras formas de se pensar e promover a educação estão processos classificados como não formais. O advérbio de negação induz ao entendimento da educação não formal como o exato oposto da formal, afinal, uma é a não outra. No entanto, além da educação não formal ser, independente da formal, um relevante processo educativo, ambas

[17] Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
[18] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

partilham de semelhanças em suas naturezas, sendo a intencionalidade uma delas. Todo processo de educação não formal é estruturado a partir de intenções e práticas sistemáticas, que podem se constituir na forma de programas, projetos, ações e práticas pedagógicas.

Outro fator determinante presente em ambas é a importância da convivência, sobretudo porque esse deve ser o maior desafio e, ao mesmo tempo, possivelmente a maior contribuição da educação para a vida em sociedade. Um movimento que Edgar Morin (2003, p. 78) cunhou de “simbiosofia”, isto é, a “sabedoria de viver junto. (...) A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiseração recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária”. O compromisso para uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e promotora de cidadania é uma responsabilidade que tanto os processos formais quanto os não formais devem assumir. Afinal, “a educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade” (FREIRE, 2007, p. 27).

1.3 PENSANDO A INTERLOCUÇÃO ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO A PARTIR DA FRUIÇÃO CULTURAL

Na relação cultura e educação, seja esta formal ou não formal, interessa-nos pensar pelo viés das experiências proporcionadas pela fruição de manifestações culturais na educação básica. As palavras escolhidas para delinear o tema da pesquisa apresentam conceitos que são centrais e que, portanto, também precisam ser ancorados teoricamente, afinal, como afirma Larrosa (2021, p. 17), “as palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras”. Desta forma, o início se dará pela palavra fruição. Frequentemente utilizado em referência ao ato de assistir a uma determinada atividade artística, o verbo fruir possui três definições principais no dicionário: “1. Utilizar vantagens, proveitos ou benefícios de; desfrutar, gozar; 2. Estar na posse de um bem e desfrutar (d)as vantagens que ele oferece; usufruir; 3. Desfrutar (de) alguma coisa de forma prazerosa, obtendo alegria e satisfação (física, emocional, estética, intelectual etc.)”[19]. Nota-se que o conjunto formado pelas palavras prazer,

[19] Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fruir>. Acesso em: 19 jun. 2021.

desfrute, gozo, alegria, deleite e satisfação coloca a fruição em um lugar semântico bastante específico. Vista por este ângulo, a fruição teria muito pouco (ou quase nada) para dialogar com o entendimento de educação proposto nesta pesquisa. Afinal, que sentido haveria em promover esta concepção de fruição, no âmbito das manifestações culturais, na educação básica? Como afirma Chauí (2006, p. 64):

> Não que a cultura não tenha um lado lúdico e de lazer que lhe é essencial e constitutivo, mas uma coisa é perceber o lúdico e o lazer no interior da cultura, e outra é instrumentalizá-la para que se reduza a isso, supérflua, uma sobremesa, um luxo em um país onde os direitos básicos não estão atendidos.

Para seguir na perspectiva desta investigação é necessário questionar e complexificar a ideia de fruição. Não se trata apenas de excluir a palavra ou simplesmente substituí-la, quando seu uso se faz presente, tanto de forma cotidiana quanto na literatura acadêmica. Interessa-nos compreender a fruição de manifestações culturais associada ao conceito de experiência. Larrosa (2021), ao investigar a origem da palavra experiência nas línguas latinas e germânicas, afirma que sua definição “contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo” (p. 27). Fazendo uso das reflexões de Heidegger, o autor considera que o sujeito da experiência não se define por suas virtudes, mas por sua vulnerabilidade, sendo àquele que permanentemente se fragiliza ao reconhecer sua condição humana de incompletude, estando assim aberto à sua própria transformação. A experiência é um atravessamento que guarda em si o sentido de ventura, subjetividade, singularidade e incerteza, e por isso ela se faz presente na educação e nas manifestações artísticas:

> Há algo no que fazemos e no que nos acontece, tanto nas artes como na educação, que não sabemos muito bem o que é, mas que é algo sobre o que temos vontade de falar, e de continuar falando, algo sobre o que temos vontade de pensar, e de continuar pensando, e algo a partir do que temos vontade de cantar, e de continuar cantando, porque justamente isso é o que faz com que a educação seja educação, com que arte seja arte e, certamente, com que a vida esteja viva, ou seja, aberta a sua própria abertura (LARROSA, 2021, p. 13).

Sendo a experiência uma abertura ao desconhecido, a experiência proporcionada pela fruição de manifestações culturais não pode ser pré-determinada como prazer, desfrute, gozo, alegria, deleite e satisfação. Tampouco pode ser caracterizada como experimento, controlada por processos de início, meio e fim, tendo objetivos e metas mensurados e comparados entre sujeitos. Nesse sentido, em diálogo com o campo teórico, parte-se do pressuposto da importância de proporcionar aos estudantes da educação básica acesso às manifestações artísticas e culturais por meio de experiências de fruição, e, em

nenhum momento, pretende-se sustentar este argumento com base em parâmetros de eficácia escolar, rendimento acadêmico ou qualquer método de análise quantitativa.

Na perspectiva adotada, a experiência não é um produto ou objeto utilizado como instrumento pedagógico, assim como não é possível didatizá-la. Ela é um fenômeno que, mesmo quando ocorre coletivamente, é significado de maneira individual e subjetiva, "algo que pertence aos próprios fundamentos da vida" (LARROSA, 2021, p. 13). Compreendendo-a como um conceito abstrato ou uma categoria a ser preenchida, é possível pensá-la como uma maneira de produção de saberes, isto é, processo de significação de algo que acomete o indivíduo e o toca, sensibiliza, comove, incomoda, provoca dor ou alegria, prazer ou sofrimento. Nesse sentido, a experiência não pode ser confundida com experimento, algo que é possível criar ou ensinar, assim como não pode ser coisificada, tratada como objeto de transmissão de um indivíduo para o outro. Porém, é possível que processos educativos concebam as condições para que a experiência possa ocorrer, legitimando-a e a reivindicando como parte inerente à educação, e para isso não há padrão, regras ou receitas. É o saber da experiência que a interlocução entre a educação e a cultura pode gerar, proporcionando desenvolvimento cognitivo, afetivo, criativo, corporal, sensível e emocional aos sujeitos para conferir sentido às suas experiências, transformando-as em autoconhecimento e subjetivação. A intenção é, portanto, seguir pelo caminho proposto por Larrosa (2021, p. 16) "de pensar a educação a partir do par experiência/sentido", assim como, a partir da dupla jornada de travessia e perigo.

> A vida, como a experiência, é relação: com o mundo, com a linguagem, com o pensamento, com os outros, com nós mesmos, com o que se diz e o que se pensa, com o que dizemos e o que pensamos, com o que somos e o que fazemos, com o que já estamos deixando de ser. A vida é a experiência da vida, nossa forma singular de vivê-la. Por isso, colocar a relação educativa sob a tutela da experiência (e não da técnica, por exemplo, ou da prática) não é outra coisa que enfatizar sua implicação com a vida, sua vitalidade. Mas como? E sobretudo de que outro modo? (Idem, p. 74).

Contudo, é importante explicitar de que lugar da experiência estamos falando: da experiência do espectador. Desgranges (2010) se utiliza da alegoria benjaminiana, metaforicamente representada pela expressão "chocar os ovos da experiência", para descrever a ocorrência deste fenômeno:

> A imagem de chocar os ovos da própria experiência está relacionada com a ideia de que o espectador, para efetivar uma compreensão da história que lhe está sendo apresentada, recorre ao seu patrimônio vivencial, interpretando-a, necessariamente, a partir de sua experiência e visão de mundo. **Ao confrontar-se com a própria vida, neste exercício de compreensão da obra, o espectador**

> **revê e reflete sobre aspectos de sua história e os confronta com a narrativa com a qual se depara, chocando os ovos da experiência e fazendo deles nascer o pensamento crítico**; **pensando reflexivamente acerca da narrativa**, interpretando-a, e também acerca de sua história, do seu passado, revendo atitudes e comportamentos, estando em condições favoráveis para, quem sabe, efetivar transformações em seu presente, e – **levando-se em conta a perspectiva de um processo continuado de exercício de sua autonomia crítica e criativa – assumindo-se enquanto sujeito da própria história**, tornando-se capaz de (re)desenhar um projeto para o seu futuro (p. 6-7; grifos nossos).

No contexto descrito pelo autor, coexistem dois movimentos que se complementam mutuamente. O primeiro é definido pela fruição como experiência, o que não se constitui como certeza por simples ato de estar presente a uma manifestação artístico-cultural. Quantas atividades de música, teatro, dança, circo, artes visuais, audiovisual, performance, fotografia, exposições ou rituais, celebrações, festas populares etc. uma pessoa pode fruir ao longo da vida sem que isso de fato marque sua existência? Isso ocorre pois, como destacado anteriormente, a fruição como experiência é uma jornada de travessia e perigo e, desta forma, imprevisível e incontrolável. Não se trata, portanto, de olhar, nem para a fruição artístico-cultural, tampouco para o conceito de experiência, a partir da lógica do consumismo, isto é, como um produto que após o uso deve ser descartado e substituído. Do mesmo modo, não se trata de esvaziar os termos de sentido, confundindo-os com atividades dispersivas.

O segundo movimento é a conexão da experiência com os repertórios de vida do indivíduo, transformando-os em saber e pensamento crítico. A ampliação de repertórios por meio da fruição de manifestações artísticas e culturais alimenta o indivíduo de referências, nutrindo-o de possibilidades. Martins e Picosque (2012), tendo como referência Deleuze, afirmam que “no encontro entre a obra e nós, no diálogo entre sensibilidades é que somos re-sensibilizados para sentir e perceber o mundo. Sentimento e percepção que nos conduzem à cognição, à interrogação e à busca de sentido em nós e no mundo” (p. 127).

Os dois movimentos propostos ao exercício da experiência da fruição como um ato de produção de saberes remetem ao entendimento real do que significa ser espectador. Por senso comum, os papéis desempenhados por sujeitos em uma manifestação artístico-cultural são claros e pré-fixados em duas categorias: de um lado há atividade, agência, pessoas em estado de atuação; de outro há recepção passiva e inação. O rompimento desta estrutura, que confere ao indivíduo lugar de objeto e não de sujeito da contemplação (DESGRANGES, 2015), é o que Rancière (2012) denominou como emancipação do espectador, que “começa quando se questiona a oposição entre olhar e agir” (p. 17). Para o

autor, o olhar do espectador é uma ação, isto é, uma agência marcada por processos de escolha, seleção, interpretação, questionamento, aproximações e rupturas. O espectador não vê, sente ou apreende necessariamente o que alguém quer que ele assim o faça. Rancière (2012) questiona essa relação de causa e efeito, classificando-a como embrutecedora. Em uma perspectiva freiriana, esta seria uma relação bancária entre a manifestação artístico-cultural e o espectador, que anularia qualquer possibilidade da experiência como saber.

Boal (2019) é mais radical em sua proposta de ruptura ao clamar pela libertação do espectador, restituindo-lhe "sua capacidade de ação em toda sua plenitude" (p. 169). O diretor, dramaturgo, ensaísta e um dos mais importantes nomes do teatro brasileiro destaca a poética da conscientização brechtiana como o reconhecimento da condição mutável do mundo, cuja transformação se faz presente no teatro, no qual o espectador "não delega poderes ao personagem para que pense em seu lugar" (p. 170). No entanto, para Boal é na poética do oprimido que o espectador se liberta em sua plenitude, pensando e agindo por si mesmo.

Na perspectiva de Desgranges (2020), os processos criativo e receptivo se conectam à medida que o espectador assume:

> estado de improviso durante o ato da leitura, elaborando associações inusitadas, tecendo um roteiro de leitura imprevisto, que tome rumos inesperados, tanto para a expectativa inicial dos artistas, quanto para o próprio espectador, que pode surpreender-se com os "achados" que vai elaborando no curso de seu ato inventivo. De maneira que também **os espectadores são instados a se colocar em condições de efetivar uma leitura que se produza como ato artístico, se concretize como gesto criativo**, engendrando o que podemos compreender como uma dramaturgia do espectador (DESGRANGES, 2020, p. 32; grifo nosso).

Por esse viés, cabe ao espectador o lugar de coautoria da produção artística, exigindo-lhe disponibilidade para participar do jogo criativo, de modo a se permitir que a experiência estética ocorra. É possível associar a conexão entre artista e espectador à relação proposta por Dewey (2010) entre o artístico e o estético, no qual o filósofo afirma que a diferença entre ambos não pode ser entendida como separação. Na abordagem deweyana, a técnica, e até mesmo a virtuose, são indissociáveis da existência daqueles "que percebem e desfrutam do produto executado" (p. 127). Nesse sentido, tal como o exemplo citado pelo autor, no qual a medida de valor do trabalho executado por um cozinheiro está no consumo de alguém, é possível afirmar que não há escritor se não houver leitor, do mesmo modo que não há ator ou atriz se não existir plateia (e vice-versa), sendo assim em todas as manifestações artístico-culturais. Tal conexão se

estabelece de maneira tão intrínseca e dialógica que “o artista, ao trabalhar, incorpora em si a atitude do espectador” (Dewey, 2010, p. 128).

Massa (2020), embasando-se na teoria da teatralidade de Féral, sustenta que em oposição à ideia de passividade, “o espectador constitui uma segunda natureza tendo como ponto de partida uma operação cognitiva, através de sua colocação como sujeito em relação ao mundo e ao seu imaginário” (p. 61). A atividade ou a agência do espectador, em um sentido contrário ao que seria uma postura passiva, ocorre pois:

> estando ele em contínua oscilação entre o que é ficcional e o que é real, o que é presentificado e o que é representado, o espectador é o fundamento que percebe e cria sentido ao que percebe, mas que, acima de tudo, toma parte, engendra e experimenta o acontecimento teatral (Idem, p. 71).

Cabe pontuar que a conscientização do papel do espectador enquanto partícipe ativo e protagonista no ato da fruição cultural não pode ser considerada como algo que ocorre espontaneamente. Na perspectiva desta pesquisa, acredita-se que a emancipação ou a libertação do espectador envolve processos de apropriação da linguagem artística e das manifestações culturais, isto é, a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar, significar e refletir criticamente a partir da experiência da fruição, percurso denominado por Desgranges (2015) como pedagogia do espectador. É nesse sentido que a arte pode ser compreendida “como educadora enquanto arte, e não necessariamente enquanto arte educadora” (DESGRANGES, 2010, p. 10). Uma importante iniciativa de protagonização do papel do público na fruição artístico-cultural é a Escola de Espectadores de Buenos Aires, cujos fundamentos alinhados à perspectiva desta tese são:

> 1. valorar el lugar del espectador como laboratorio de percepción de la teatralidad, a la par testigo y protagonista del acontecimiento, co-creador em la *poíesis* receptiva. 2. **estimular la actividad autónoma del espectador como un creador compañero de los artistas, los técnicos y los otros espectadores (y cuando decimos estimular – insistimos en esto, queremos decir: no conducir ni homogeneizar ni unificar, sino ofrecer herramientas de multiplicación para que cada espectador construya su propia relación con el espectáculo)**. 3. Consolidar la institución de la oralidad, el boca-em-boca, y su complemento, la nueva figura del espectador-crítico, que constituyen la más importante fuente de producción de pensamento crítico teatral em el presente (...). 5. seleccionar y orientarse en la diversidad, a partir de criterios de valoración elaborados críticamente. (...) 7. **hacer del estudio teatrológico no una matéria más de educación formal – grillas a completar cuestionarios, exámenes, monografías etc. – sino un puro espacio de goce que recupera el teatro como placer, alegría, ocio, diálogos, pensamiento, conocimiento, meditación, problematización y transformación de la realidad y lo desburocratiza de otros marcos pedagógicos, sin obligaciones de cursada** (DUBATTI, 2020, p. 246-247; grifos nossos).

Portanto, a pesquisa desenvolvida nesta tese não tem como perspectiva investigar se, e em que medida, o acesso às manifestações artísticas e culturais é importante para a formação integral dos sujeitos, mas, em diálogo com o referencial teórico, parte da premissa que esta suposta dúvida já foi respondida de maneira assertivamente positiva.

Por outro lado, de maneira geral não é comum que ações que promovam aos estudantes contato com apresentações artísticas e culturais sejam contempladas no planejamento escolar da educação básica. Por que pode parecer utópico propor que a escola seja o lugar que estimule os estudantes a se apropriarem dos espaços e equipamentos culturais públicos, das manifestações artísticas e da produção cultural de suas localidades, que tenham direito a este tipo de acesso e debate como práticas pedagógicas? Na mesma medida, por que pode parecer inconcebível que experiências artístico-culturais sejam inseridas no planejamento escolar e não sejam colocadas na balança competitiva que impinge a disputa pelo tempo produtivo da absorção de conteúdo, das provas e dos resultados quantificados em notas? Experienciar manifestações artísticas e culturais é uma prática de suspensão do tempo utilitarista e é justamente por esse motivo que se familiariza com uma concepção de educação democrática. A fruição cultural não possui uma finalidade materialista, isto é, não está na lógica do produtivo. Talvez, por essa razão, por seu caráter intangível, essencialmente desassociado de métricas, tal como o impacto de uma determinada ação para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, assim como desvinculada de avaliações de rendimento, tal como a relação direta de uma iniciativa com a performance acadêmica dos alunos, torna-se tão difícil assegurar espaço para que ela ocorra como uma prática escolar.

Se, portanto, a experiência da fruição está na ordem do intangível e não pode ser determinada a partir de um resultado aparente, ela estaria no conjunto de coisas que no mundo contemporâneo são classificadas como improdutivas (ALVES, 2018). Ser algo improdutivo é justamente o que confere à fruição sua condição de experiência, e por assim o ser, sua natureza genuinamente conectada à educação.

Há de se reconhecer que, em uma sociedade que não conseguiu desacelerar mesmo após uma pandemia global que interrompeu abruptamente todos os fluxos sociais, mostrando-nos que somos mais vulneráveis do que a máquina aniquiladora do capitalista poderia supor, retomar ao princípio grego de escola, em um campo semântico associado ao tempo livre, está suscetível às críticas das mais variadas ordens por possuir um caráter profundamente pueril.

No entanto, o conceito de educação defendido no diálogo com a cultura, mais especificamente na interlocução com a fruição artística e cultural, tem como ancoragem a concepção de que a escola não é uma etapa preparatória para o trabalho, mas uma suspensão do mundo materialista do consumo, um lugar que se diferencia, obrigatoriamente, do mundo do acúmulo e da reprodução. A escola como um lugar de estudo é necessariamente o ambiente da curiosidade, da descoberta, da experiência singular em diametral oposição à competição, à rivalidade, à disputa, à instrumentalização do conhecimento, à incessante busca pela produtividade e ao balizamento do saber a partir de habilidades e competências baseadas nas demandas do mercado de trabalho. Do mesmo modo, a promoção do acesso e a inserção de práticas culturais no cotidiano escolar devem estar associadas ao prazer de ler um livro sem se preocupar com a quantidade de páginas, ou melhor, torcendo para que ele não acabe logo, ir a uma peça teatral sem olhar previamente sua duração, assistir a um filme por interesse na sinopse e não para concluir uma lista de indicados ao Oscar, isto é, interessar-se pelo processo e não pela finalidade, distanciando-se do utilitarismo vazio e fugaz. É fundamental destacar que a perspectiva apontada não propõe renunciar as intencionalidades pedagógicas, os planejamentos de aulas, os métodos de avaliação etc., mas considerar que o tempo da escola é livre, pois é voltado ao pensamento, à reflexão, à criação, à imaginação e não prisioneiro da repetição, do treinamento e do ato de decorar. Assumir o tempo da escola como livre não pode ser confundido com a ideia de um falso ócio, como aponta Bárcena (2023), àquele destinado a recarregar as energias para a retomada dos trabalhos em um momento seguinte, mas como um tempo verdadeiramente emancipador, emancipatório, e, acima de tudo, democrático, na medida em que é capaz de suspender das obrigações àqueles que fora da instituição escolar não têm direito ao tempo livre. Nesse sentido, o tempo livre na escola se configura como um direito e não como privilégio.

Por este mesmo ângulo, Rancière (2018) afirma que a escola é, sobremaneira, a separação do tempo do trabalho e das obrigações sociais, definição que a coloca em conflito com a concepção de preparação. Na escola, o estudo possui sentido por si só e sua essência se diferencia radicalmente de outras instituições, pois suas bases se estabelecem a partir de princípios democráticos e igualitários, opondo-se, portanto, a empresas e indústrias, cujas premissas estão calcadas na desigualdade e nas relações hierárquicas. Nesse sentido, Rancière afirma que a escola “não é, primeiro, o lugar da transmissão dos saberes que preparam as crianças às suas atividades de adultos. Ela é, antes, o

lugar colocado fora das necessidades do trabalho, o lugar onde se aprende para aprender, o lugar da igualdade por excelência" (2018, p. 672).

Exigir que a escola na sociedade em que vivemos seja exclusivamente o lugar do estudo, desassociado da lógica da preparação para o trabalho, seria uma utopia. Porém, é possível lutar para que ela não se reduza ao espaço da apreensão dos conhecimentos por finalidade utilitarista, que não seja definida pelo círculo vicioso da eficácia-eficiência-desempenho, enfim, que seja proporcionadora de liberdade e não de inexorável determinação. Assumindo, portanto, que a escola é o lugar do estudo, propomos pensar a interlocução com as práticas e manifestações artísticas e culturais também como uma iniciativa de estudo quando associada à educação, alinhada aos conceitos e fundamentos presentes na pedagogia do espectador e na Escola de Espectadores de Buenos Aires.

Para conferir maior embasamento, outros referenciais teóricos sobre o adensamento na relação dos indivíduos com as artes e as expressões culturais serão contemplados. Barbosa (2007) nos ajuda a compreender como uma leitura crítica da arte é importante para a formação da autonomia e do pensamento:

> Não se trata mais de perguntar o que o artista quis dizer em uma obra, mas o que a obra nos diz, aqui e agora, em nosso contexto, e o que disse a outros leitores em outros contextos históricos. Em nossa vida diária, estamos rodeados por imagens veiculadas pela mídia, vendendo produtos, ideias, conceitos, comportamentos, slogans políticos etc. Uma leitura crítica das imagens é muito importante como instrumento de legítima defesa ideológica (p. 68).

Seguindo o mesmo raciocínio, Crossick (2017) afirma que "as artes e a cultura ajudam a formar indivíduos reflexivos, com melhor entendimento de si mesmos, maior empatia em relação aos demais e uma apreciação da diversidade humana" (p. 35). Nessa mesma perspectiva, Calabre (2020) ratifica que "o fomento à inventividade nas artes e nas humanidades, por exemplo, está fundamentado na libertação do pensamento, no estímulo à crítica consciente, na não repressão da diferença" (p. 168). Para Nogueira (2010), em diálogo com Adorno, o equilíbrio entre adequação e autonomia faz parte de uma formação cultural emancipadora: "adequação, quando oferece aos indivíduos formas de se reconhecerem pertencentes a um grupo, por meio da aquisição de seus valores, tradições e conhecimentos. Por outro lado, é autonomia quando, de posse dessas mesmas ferramentas culturais, o indivíduo pode alçar voos e ir além do que está posto" (p. 5). Araújo (2018) afirma que a arte e a cultura são promotoras de experiências enriquecedoras, permitindo-nos "adquirir vivências do que não vivemos, tornando-nos seres humanos não apenas mais sensíveis, solidários,

participantes e conscientes, como também capazes de conhecer a plenitude da vida" (p. 60). Segundo o professor, escritor e dramaturgo mineiro, uma formação voltada para a sensibilidade e a alteridade, fomentadas pelas vivências artístico-culturais, é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, capaz de promover o diálogo, e o caminho para que isso ocorra se dá invariavelmente na interlocução entre educação e cultura:

> A educação e a cultura abrem as portas para a interlocução. Atribuo à educação e à cultura a saída da barbárie que nossa civilização está vivendo. Se a educação não se incumbir da missão de desvelar o mundo mágico da arte, vamos continuar a ver formarem-se médicos, engenheiros, advogados, economistas – cuja trajetória, muitas vezes por empenho, talento pessoal ou sorte, chega a alcançar a competência técnica específica – que nunca vibraram com a leitura de um romance, nunca umedeceram os olhos com um soneto nem se enlevaram ao ouvir uma sinfonia. A educação é irmã inseparável da cultura. Afastá-las é matá-las de inanição – e limitar o homem à sua face mais fria, ao seu coração mais duro. Será que há aí um ser humano em plenitude? Mas que ser humano é esse? Que educação é essa? (ARAÚJO, 2018, p. 61).

No entanto, importante destacar que não se trata de inserir na educação qualquer vivência artístico-cultural. As consequências são graves quando há o fomento a iniciativas de reforcem estereótipos de violência, preconceito e exclusão, assim como práticas que exponham os jovens a conteúdos inadequados às suas idades[20]. Menos grave, porém desprovido de sentido, é a inserção de atividades que sejam repetições do que já é amplamente propagado e difundido pela indústria cultural. É fundamental partir do pressuposto que para muitos estudantes a escola é o lugar onde se tem a primeira experiência de assistir a uma apresentação artística e isso é de imensa responsabilidade, pois pode dar início a um intenso movimento de curiosidade e gosto pela fruição ou, na mesma medida, criar distanciamento e repulsa.

Gianotti (2023) apresenta importante reflexão sobre o tema a partir de iniciativas de fomento ao acesso de pessoas às programações artísticas nos equipamentos culturais públicos da cidade de Montevidéu:

> La necesidad de incorporar mayor cantidad de ciudadanos a la circulación por espacios culturales de carácter estatal relacionados con las artes escénicas, genera que se faciliten instancias que permitan, a personas que nunca ha asistido a un espacio teatral, tener una primera experiencia en una obra de teatro o un concierto. Sin embargo, esto no implica necesariamente que esa persona, luego

[20] Em agosto de 2023, um espetáculo de música e dança gerou polêmica ao ser apresentado para crianças de uma escola localizada na Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A Prefeitura abriu sindicância para apurar o ocorrido, visto que o espetáculo supostamente apresentava conteúdo com conotação sexual, sendo impróprio a idade dos alunos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/29/prefeitura-do-rio-abre-sindicancia-para-apurar-apresentacao-realizada-para-criancas-de-ciep-da-zona-oeste.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2023.

> de esa única experiencia, sienta que esa propuesta la involucra de alguna manera o contribuya a definir su gusto por esa manifestación artística. **Incluso, si la experiencia es frustrante o negativa, esa persona no querrá volver otra vez, "esto no es pará mí" o simplemente "no entiendo" puden ser reacciones frente a uma propuesta artística que no esté mediada. Es aqui, justamente, donde aparece la necesidad de acompañar esos procesos con herramientas que a través de la educación artística pueda generar condiciones para que se produzcan conexiones entre el hecho artístico y los individuos** (p. 142; grifo nosso).

Nesse sentido, o encontro entre educação e cultura não pode se limitar à questão do acesso, tendo que focar também, por princípio e coerência, na inclusão. Mesmo considerando a relevância de proporcionar o acesso aos estudantes a experiências de fruição artística e cultural, acredita-se que esta iniciativa não pode ocorrer de maneira isolada de outras ações pedagógicas e, nesse sentido, a mediação se apresenta como um conceito central. Como afirma Desgranges (2015, p. 29), "formar espectadores não se restringe a apoiar e estimular a frequentação, é preciso capacitar o espectador para um rico e intenso diálogo com a obra, criando, assim, o desejo pela experiência artística". A criação das condições necessárias para o acesso à fruição cultural é um dos estágios, a ser potencializado por meio da mediação, e que não ocorre apenas na atividade em si, mas, por exemplo, no trajeto dos estudantes até o equipamento cultural, na apropriação do território urbano, no desenvolvimento da noção de pertencimento, nas dinâmicas propostas antes do espetáculo, no diálogo após as apresentações, na quebra da aura supostamente intransponível entre artista/espectador, obra de arte/públicos.

Na elaboração do conceito de pedagogia do espectador, Desgranges (2015) afirma que todo esse processo "consiste também em estimular os indivíduos (de todas as idades) a ocupar o seu lugar não somente no teatro, mas no mundo. Educar o espectador para que não se contente em ser apenas receptáculo de um discurso que lhe proponha um silêncio passivo" (p. 37). Em tal indagação, é possível encontrar na fala do autor os ecos da concepção freiriana de educação, cuja ação problematizadora visa fornecer aos sujeitos os elementos necessários à percepção crítica de si na dialética com o mundo, tomando consciência da realidade como processo histórico, e desta forma, passível de ser transformada (FREIRE, 1987).

A pedagogia do espectador passa pelo que Alves (2018) denomina de educação dos sentidos, isto é, a arte de ver, de ouvir e de escutar os sons do mundo. A mediação possui papel preponderante no processo de educação dos sentidos, tal como destaca Moraes (2017):

> Mais do que nunca, é preciso possibilitar ao espectador-educando a descoberta de cores, sons, formas, sabores, texturas, odores etc. É preciso educar o seu olhar, a sua audição, o seu tato, o paladar e o olfato para perceberem de modo acurado a realidade em volta e aquelas outras não acessíveis em seu cotidiano, o que se consegue de inúmeras maneiras, mas especialmente com a experiência artística/estética pela linguagem teatral. E não basta a estimulação desenfreada dos sentidos e sentimentos sem o contraponto da reflexão acerca deles (p. 19).

A mediação não pode ser reduzida a instrumento para a explanação lúdica de um determinado conteúdo que foi ou será abordado em alguma disciplina escolar, assim como a promoção do acesso de estudantes à fruição artística e cultural não pode ser uma iniciativa que tenha por objetivo a transmissão de conhecimento. Antes de tudo, é um compromisso de cidadania, entendendo o acesso à cultura como um direito humano, que se materializa a partir de iniciativas que promovam a participação efetiva dos indivíduos na produção, na fruição e no debate cultural, práticas que, portanto, deveriam ser indissociáveis de qualquer processo educacional.

Moraes (2017) propõe a diferenciação conceitual entre os termos “mediação cultural” e “mediação artística”. Para a autora, a mediação cultural abrange o conjunto de iniciativas voltadas a garantir o acesso físico e linguístico dos espectadores, enquanto a mediação artística comporta as ações e estratégias pedagógicas utilizadas para potencializar a experiência da fruição. No cerne da mediação artística está o desafio do educador em desdobrar sentidos sobre a obra de arte, sem restringir a criatividade dos estudantes, induzindo-os a uma leitura única. Tal como presente na dimensão simbólica da cultura, é determinante partir da premissa que os indivíduos carregam consigo seus próprios repertórios culturais, estruturados a partir de crenças, hábitos, costumes e práticas sociais inerentes às suas trajetórias de vida e que constituem aspectos identitários. A mediação não pode se estabelecer como um processo de apagamento e reescritura, tal como um palimpsesto. Em oposição a isso, um dos princípios norteadores de qualquer prática de mediação deve ser proporcionar a ampliação de repertórios culturais dos estudantes, colocando-os em contato com práticas e manifestações diversas, muitas das vezes desconhecidas ou nunca experienciadas, assim como, valorizar a diversidade cultural existente e que emana das individualidades e do coletivo discente, entendendo-os como valores simbólicos. Para isso, é necessário que a mediação proponha caminhos e possibilidades de rompimento com padrões pré-estabelecidos, tanto éticos, quanto estéticos, muitas das vezes impostos massivamente pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e, contemporaneamente, pela lógica dos algoritmos ou pela chamada inteligência artificial. Estimular múltiplas visões de

mundo, provocando os estudantes para que olhem com seus próprios olhos e não sob as lentes enviesadas de arbitrários culturais dominantes, valorizando a si e aos outros. Se, na perspectiva da emancipação do espectador (RANCIÈRE, 2012) não há obra de arte acabada, previamente pronta à presença do público, o papel do mediador jamais será preparar este público para a apropriação da arte, mas capacitá-lo para a criação. Provocar os espectadores-educandos para que não busquem a verdade dentro da obra artística, assim como, não tentem decifrar o que seus autores gostariam de dizer, mas instigá-los para que se reconheçam como criadores, para que se permitam ser afetados, provocados, questionados, enfim, para que se coloquem disponíveis à experiência.

Mello (2003) entende a mediação como “a passagem de um nível genérico, abstrato ou universal, para outro mais singular ou particular” (p. 26), e afirma que “a escola é, para o aluno, uma das mediações pelas quais se dá sua inserção num destino ou classe socialmente determinada” (Idem, p. 27). Nesse sentido, “enquanto mediadora entre determinantes gerais e destino de cada um, a escola efetua um movimento, uma passagem” (Idem, p. 27). Tal como Borges (1980) aborda a leitura de um poema em um idioma pouco familiar, ela é um talismã que possibilita a abertura de mundos desconhecidos.

A mediação cultural inserida na educação básica possui importância destacada. Se, conforme afirmado anteriormente, a fruição está no lugar do tempo da experiência, que não pode ser obrigatório e mensurado pelo padrão hora-aula, como fazê-la livre, apropriada pelo desejo espontâneo dos estudantes, e ao mesmo tempo estimulada, em um contexto de atividade pedagógica? Como naturalizar essa relação inspirando nos jovens o desejo pela experiência daquilo que é improdutivo e inútil do ponto de vista utilitarista?

Para isso, no âmbito da interlocução proposta nesta pesquisa, a mediação cultural, em suas múltiplas possibilidades, deve ser pautada por intencionalidades pedagógicas, dentre as quais destacam-se: a valorização da diversidade cultural; a formação crítica do gosto; a contribuição para o acesso linguístico dos estudantes às práticas artísticas; a realização de ações que contribuam para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, criativo, emocional e sensível dos jovens; o estímulo ao pensamento crítico-reflexivo; a ampliação dos repertórios culturais dos alunos, provocando seus olhares para outras visões de mundo; e, por fim, a formação de sujeitos-espectadores emancipados.

Ao proporcionar acesso a experiências artísticas e culturais diversificadas aos estudantes, inseridas no contexto escolar e substanciadas por práticas de mediação que ofereçam aos jovens condições ampliadas de percepções éticas e

estéticas, consequentemente estamos pensando na formação crítica do gosto. Desta forma, não se trata de definir o que deve ser um gosto bom ou ruim, mas, diametralmente oposto a isso, estimular o pensamento crítico-reflexivo dos alunos. Provocar a reflexão sobre o gosto é realizar um exercício prático e permanente de se predispor a conhecer o desconhecido, de incentivar a formação de sujeitos-espectadores emancipados, como afirma Coelho (2005): "Dar a ver, dar a ver mais do que se poderia esperar, dar a ver outra coisa, e outra coisa que não se espera: essa seria, nessa ótica, a meta de um programa artístico, e uma filosofia da educação, de uma política cultural" (p.97).

A formação crítica do gosto, assim como todas as demais intencionalidades da mediação cultural mencionadas, está centrada em um propósito fundamental que é provocar nos estudantes a curiosidade, o desejo de conhecer e, principalmente, a capacidade de formular perguntas. Poucas coisas podem ser mais revolucionárias e emancipatórias em um processo educacional do que estimular a curiosidade dos estudantes.

Nesta perspectiva, o saber da experiência proporcionado pela conexão da escola com a cena artística e cultural da cidade, a partir do fomento à fruição dos estudantes em equipamentos existentes no território, muitas das vezes públicos, somado a prática da mediação cultural, é um exercício de cidadania, além de uma prática de liberdade, de abertura de possibilidades de vida, de pertencimento e de ocupação de espaços dentro das disputas pelo campo social.

Desta forma, educação e cultura, quando interligadas, formam o amálgama necessário para uma formação integral e cidadã. Integral porque é ética e estética, porque ocorre não somente nas salas de aula, mas em todos os espaços educativos da instituição, assim como, fora dela, nos espaços públicos, nos territórios urbanos, nos equipamentos culturais da cidade. Não está restrita aos tempos de aula e aos conteúdos acadêmicos, mas amplia-se na convivência entre os membros da comunidade escolar e aos espaços informais, incluindo também aspectos relacionados às questões socioemocionais e a todas as necessidades essenciais para o bem-estar dos estudantes e educadores. Integral também, como afirma Nosella (2001), pois está voltada ao “clássico paradigma da totalidade: educar à filosofia e à técnica, à criatividade e à disciplina, à meditação e às atividades profissionais práticas” (p. 236). O autor destaca ainda o papel do educador para a formação integral dos cidadãos, noção que extrapola os limites estabelecidos na concepção tradicional do professor e a sala de aula. E cidadã, pois visa a contribuir para a garantia dos direitos fundamentais de acesso à educação e à cultura, estando comprometida em combater todas as formas de

discriminação e preconceitos, por meio de uma abordagem antirracista, anti-homofóbica e não-sexista, tirando-lhes o rótulo de temas controversos da educação. E, mais do que combater manifestações contrárias às liberdades de expressão, visa promover os direitos culturais, por meio de ações que valorizem as diversidades de crenças, raças e gêneros.

1.4 REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA PENSAR O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para conhecer e caracterizar como o acesso de estudantes da educação básica a equipamentos culturais é tratado pela gestão pública no município do Rio de Janeiro, assim como, investigar quais iniciativas para promover este acesso são promovidas pelas secretarias municipais de educação e cultura e por equipamentos culturais vinculados à administração pública é necessário demarcar e dialogar com o referencial teórico que vem sendo produzido sobre o campo das políticas públicas nas últimas décadas. Importante destacar que a pesquisa realizada nesta tese não se configura como um estudo de implementação de política pública, pois tem como foco uma etapa anterior de identificação de possibilidades e justificativa de necessidades para a concepção de políticas que aproximem da educação básica a produção artística e cultural dos diferentes territórios da cidade. No entanto, serão utilizados conceitos que necessariamente dialogarão com os modelos de análise e o arcabouço teórico do campo das políticas públicas e, portanto, serão aplicados como referenciais na pesquisa.

A palavra “ciclo” possui poucas variações de compreensão em relação ao seu signo linguístico, remetendo, de maneira geral, a modelos imagéticos bem definidos. Por definição dicionarizada, alguns dos significados possíveis para o termo são: “1.série de fenômenos que ocorrem numa determinada ordem: exemplo, o ciclo das estações. 2.Transformação cujo efeito traz de volta o seu estado inicial: exemplo, o ciclo das chuvas”.[21] A primeira definição é mais adequada quando aplicada ao campo das políticas públicas, visto que a ideia de retorno ao estado inicial, presente na segunda possibilidade de interpretação do termo, seria a antítese do que se pretende após a implementação de uma política.

Nesse sentido, fala-se em ciclo de políticas, no qual é possível considerá-lo como a série de fenômenos composto por quatro fases, sendo estas: agenda, formulação, implementação e avaliação (LOTTA, 2019). No entanto, estudos

[21] Disponível em: https://www.dicio.com.br/ciclo/. Acesso em: 05 dez. 2023.

sobre implementação apontam que a ideia de um modelo ordenado e que tenda para o retorno ao estado inicial não necessariamente traduz o que ocorre na realidade, como afirma Lotta (2019), sendo este o principal motivo de críticas em relação ao conceito.

A professora e pesquisadora discorre sobre as quatro fases do ciclo de políticas, a começar pela agenda como a etapa de seleção do que seriam as prioridades de um determinado governo. Sendo assim, os estudos voltados para esta fase têm como foco identificar e analisar de que forma e por quais motivos são eleitos temas prioritários. No Brasil, por exemplo, as discussões atuais em relação à formação continuada e em serviço do profissional da educação se tornaram recorrentes nos seminários, congressos e documentos educacionais desde o início do século XXI. Essas inquietações em relação à formação continuada de professores na contemporaneidade decorrem de um cenário específico em que discutimos as novas exigências da escola para o século XXI em um contexto de profundas transformações das condições sociais e políticas da sociedade, bem como dos meios de informação e tecnologia (OLIVEIRA; MACHADO, 2017). Nesse sentido, a formação continuada de profissionais da educação se torna tema presente na agenda de políticas públicas, objeto também de estudo e pesquisa.

A fase de formulação da política pública, associada à segunda etapa, é voltada ao planejamento e inclui a definição de objetivos, metas, cronogramas, assim como, a modelagem de processos. Estudos que têm a formulação como objeto de análise buscam identificar os atores envolvidos, as coalizões necessárias e as dinâmicas que determinam os direcionamentos de uma determinada política pública. Tripodi (2018), ao investigar a dinâmica política em torno da Reforma Educacional Mineira nos anos de 2003 a 2014, desenvolve importante estudo com foco na formulação, elaborando análise sobre “a dimensão normativo-legal que as viabilizou, sublinhando a preferência do Executivo pela utilização de leis delegadas e que culmina com a renúncia do Legislativo em legislar sobre a reforma estatal, de modo geral, e sobre a educacional” (p. 79).

Dedicada à implementação, a terceira fase é intrinsecamente relacionada às estruturas institucionais, assim como, às pessoas que ocupam o lugar de execução das diretrizes e ações previstas na formulação das políticas. Tendo como ênfase esta fase, Oliveira e Paes (2017) desenvolveram pesquisa com o intuito de analisar uma política de correção de fluxo implementada em uma escola municipal do Rio de Janeiro. No artigo, as autoras destacam a atuação dos agentes implementadores no processo, tanto em seu aspecto positivo, como

cocriadores da política, quanto em relação à possíveis impactos negativos, atuando como potencializadores de desigualdades.

A quarta fase consiste na avaliação não somente dos resultados, mas também dos processos. Pesquisas voltadas à etapa de avaliação visam ao desenvolvimento de instrumentos de mensuração a partir de categorias analíticas, baseadas nos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, *accountability*, entre outras. Como exemplo, em capítulo dedicado aos resultados obtidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Cassiolato e Garcia (2014) apresentam dados acerca do crescimento do programa, utilizando-se de marcadores quantitativos, como o número de matrículas obtidas nos anos de 2011 e 2012, e qualitativos, por meio do cruzamento dessas informações com o perfil socioeconômico do público beneficiado, de modo a analisar se, e em que medida, o programa contribui para o acesso de pessoas de baixa renda à formação técnico-profissional.

No campo da interlocução entre educação e cultura, sobretudo no recorte temático estabelecido nesta tese, voltada ao diálogo da educação básica com a cena cultural, são escassas as pesquisas e trabalhos acadêmicos que abordem a perspectiva das políticas públicas, tal como será apresentado no subcapítulo seguinte dedicado à revisão de literatura.

Mesmo sendo possível elaborar definições objetivas para cada uma das quatro fases das políticas públicas, ocorre que diversos fatores são responsáveis por influenciar o ciclo. A depender dos atores envolvidos na definição das agendas, dos contextos histórico, político e social e dos níveis de ambiguidade e conflito envolvidos, os processos terão maior ou menor grau democrático, serão revisados com maior ou menor rigor e as fases serão direcionadas e/ou redirecionadas entre si, afetando o que seria supostamente o curso natural entre cada uma das etapas.

Os modelos epistemológicos de análise de políticas públicas elaborados ao longo das últimas cinco décadas foram sistematizados em quatro gerações identificadas como: *top down, bottom up*, modelos de síntese e estudos de implementação e governança. Todas as gerações apresentam elementos importantes para a compreensão de aspectos que serão investigados nesta tese e, portanto, cabe abordá-las como referenciais teóricos da pesquisa.

1.4.1 BREVE SÍNTESE SOBRE AS QUATRO GERAÇÕES DE MODELOS DE ANÁLISE

O campo de análise de políticas públicas vem se desenvolvendo ao longo das últimas cinco décadas, constituindo arcabouço teórico cada vez maior para pesquisadores. Consonante às mudanças sociais ocorridas neste período, novos modelos foram sendo sistematizados, configurando o que pode ser classificado hoje em quatro gerações epistemológicas. A primeira, nomeada de modelo *top down*, surge na década de 1970 tendo como principal característica o foco de análise na etapa de formulação da política pública, sendo, por natureza, altamente prescritiva. Nesse sentido, ocorre a centralização do poder decisório nas camadas superiores da hierarquia, em geral ocupadas por pessoas distantes dos processos de implementação, gerando hiatos significativos entre concepção e execução. Ao analisar inconsistências nas políticas a partir do modelo *top down*, a crítica se volta para a etapa de implementação, gerando, como consequência, o aumento de mecanismos de controle e normatização na fase de formulação.

A segunda geração de análise, responsável pelo modelo denominado *bottom up*, surge a partir do questionamento de pressupostos analíticos da primeira geração. Como afirma Lotta (2019), “o primeiro é a ideia de que formulação e implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes atores no que podemos chamar de cadeia decisória” (p. 18). A percepção de que a implementação de políticas públicas é pautada por processos fundamentalmente interativos provoca a elaboração de um novo paradigma de análise, reconhecendo que o momento da execução é também permeado de tomadas de decisão. Nesse sentido, os estudos buscam investigar como se dá a implementação das políticas considerando a influência dos atores envolvidos de maneira direta e indireta. Conflito, negociação, disputa, entre outros diversos fatores, são vistos como inerentes ao processo, impossibilitando que tudo seja previsto na fase de formulação.

Nesta perspectiva, surgem como referência descritiva (e não valorativa) os conceitos de burocratas de alto e médio escalão e burocratas de nível de rua. O fluxograma a seguir, desenhado a partir de Lotta (2012), foi elaborado com o intuito de sistematizar as forças que incidem e reverberam a partir dos burocratas de nível de rua:

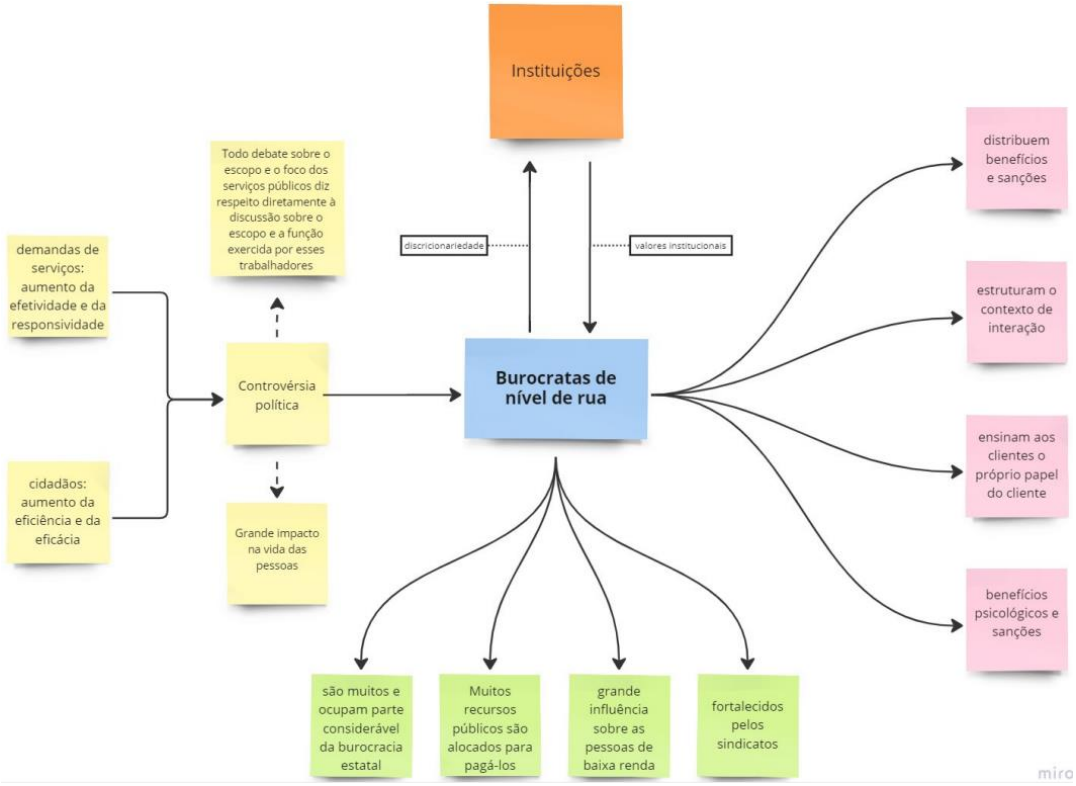


Imagem 1: Burocracias de nível de rua[22]

As forças que incidem e reverberam a partir dos burocratas de nível de rua são elementos constitutivos da fase de implementação de políticas públicas, fazendo com que pessoas que ocupam este lugar sejam muitas vezes responsabilizadas pelo bom ou mal andamento das ações. Nesse sentido, é comum ocorrer a personificação das instituições na imagem dos burocratas de nível de rua, recaindo sob estes funcionários da administração pública, tanto por parte dos cidadãos, quanto pelos burocratas de alto e médio escalão, as expectativas e cobranças, as pressões por aumento de eficiência, eficácia, efetividade e responsividade e, do mesmo modo, a responsabilidade de representar os valores institucionais e garantir o cumprimento de regras. Há, portanto, centralidade analítica no papel ocupado e desempenhado por burocratas de nível de rua, sobretudo pelo impacto que seu trabalho exerce diretamente na vida das pessoas, fator que não pode ser ignorado na perspectiva de análise de qualquer ação que ocorra no campo das iniciativas públicas, seja ela uma política, um programa ou um projeto.

Dentre as múltiplas transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas do século XX, o modelo weberiano no qual o Estado detém o monopólio da força e “o burocrata, agente que atua na burocracia, é um fiel executor de

[22] Fonte: elaborado pelo autor a partir dos conceitos sistematizados por Lotta (2012).

serviços sem paixões ou julgamentos" (LOTTA, 2012, p. 3) não condiz mais com a realidade. Reconhece-se, portanto, o papel discricionário dos burocratas, isto é, a capacidade de "determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios, além das sanções fornecidas por sua agência" (Idem, p. 7). Nesse sentido, pensando metaforicamente no princípio físico de que nada se perde, tudo se transforma, as forças incidentes sob os burocratas de nível de rua influenciam a maneira com a qual esses indivíduos atuam, conferindo aos processos, de forma profundamente subjetiva, maior ou menor grau de discricionariedade.

Na década de 1990, críticos do modelo *bottom up* observaram que as estruturas de análise até então existentes não davam conta de abarcar todos os aspectos envolvidos no âmbito da implementação de política públicas. Apesar da inversão proposta na relação *top down* / *bottom up*, não necessariamente os processos de análise tornavam-se mais democráticos, isto porque as abordagens se referem a modelos analíticos e não a processos empíricos. Nesse sentido, os modelos *top down e bottom up* não são, por si só, mais ou menos democráticos. Eles são maneiras de analisar e interpretar a implementação a partir do foco nos atores e suas interações, e isso não torna nem os modelos nem a política mais democrática. Fatores inerentes à discricionariedade geram questionamentos acerca do grau de legitimidade democrática dos burocratas de nível de rua, podendo, em alguns casos, agravar situações de privilégio e exclusão. A partir disso, surge a terceira geração de análise de políticas públicas, denominada de modelo de síntese, que visa à conciliação das duas abordagens, dentre outros fatores, por meio do significado teórico entre ambiguidade e conflito (MATLAND, 1995). Na matriz de Matland, a implementação de uma política pública pode ser categorizada em quatro perspectivas: baixo grau de ambiguidade e conflito, denominada implementação administrativa, quando há previsibilidade nas ações e resultados, assim como pouca resistência e questionamento sobre a necessidade e a forma de implementação da política; baixo grau de ambiguidade e alto grau de conflito, denominada implementação política, quando existe previsibilidade nas ações e resultados coexistindo com ampla discordância entre os atores envolvidos no processo; alto grau de ambiguidade e baixo grau de conflito, nomeada implementação experimental, quando ocorre significativa margem de interpretação em relação aos objetivos e/ou propósito da política, porém pouca resistência; e alto grau de ambiguidade e conflito, identificada como implementação simbólica, quando há múltiplas formas de entendimento acerca da política, assim como forte resistência a sua implantação.

A terceira geração rompe definitivamente com a dicotomia weberiana na qual os políticos fazem a política, enquanto aos implementadores cabe apenas o papel de execução de ordens pré-estabelecidas. Ambiguidades e conflitos passam a ser fatores determinantes, bem como as coalizões políticas em diferentes níveis para construção de cenários favoráveis.

Por consequência da expansão do neoliberalismo e da pressão dos grandes conglomerados econômicos, sobretudo nos países do Sul global, pela privatização de áreas estratégicas para o desenvolvimento social, teóricos da análise de políticas públicas deslocaram, nos anos 1990, o foco de suas pesquisas para as agendas, visando à defesa de pautas sobre a importância de uma educação desvinculada dos interesses econômicos internacionais. Os estudos de implementação retornam à pauta nos anos 2000, desta vez, com ênfases diferentes das que motivaram investigações em décadas anteriores, provocadas por mudanças em todas as esferas das sociedades.

Nesse sentido, a quarta geração é marcada por políticas públicas concebidas a partir de arranjos coletivos, por um Estado que negocia, contrata, intermedia, terceiriza e se articula em rede. Os processos decisórios são vistos como atos contínuos, altamente complexos em relações multiníveis e multicamadas. A capacidade administrativa do Estado passa, obrigatoriamente, por sua habilidade política de se relacionar com diversas instâncias da sociedade, compartilhando protagonismos, responsabilidades, mecanismos de adesão e coparticipação popular. O conceito de governança ganha cada vez mais destaque, sendo compreendido como o conjunto de articulações necessárias para promover a interlocução entre agentes governamentais e não governamentais. De acordo com a Controladoria Geral da União[23], são princípios da governança pública: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência, liderança, estratégia e controle.

No campo da cultura, é notável o esforço promovido pela gestão federal a partir de 2023 no sentido de mobilizar as diversas camadas da sociedade para a construção de políticas participativas, iniciativa que pode ser exemplificada pela realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em março de 2024 em Brasília, e pela reestruturação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), compostos por membros de diferentes representações sociais.

---

[23] Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Também está presente na quarta geração dos modelos de análise de políticas públicas o foco no entendimento das capacidades estatais, isto é, a avaliação das condições existentes para que a administração pública implemente ações no âmbito das políticas. Grossi (2022) propõe o entendimento das capacidades estatais municipais a partir de um modelo baseado em subcapacidades, levando em consideração diferentes níveis de atuação do Estado. Segundo metodologia desenvolvida pela pesquisadora, as subcapacidades podem ser definidas pelas seguintes categorias: Administrativa, Reguladora, Institucional, Fiscal, Política, Financeira, Analítica e Avaliadora. Para cada uma das categorias, existem três diferentes níveis de atuação: Macro (Governo Municipal), Meso (Secretarias e Conselhos) e Micro (Servidores e Conselheiros). Nota-se que os diferentes níveis estão organizados em uma estrutura que pode ser associada às definições de burocratas de alto escalão, burocratas de médio escalão e burocratas de nível de rua. As subcapacidades estatais em seus diferentes níveis de atuação formam, juntamente com as Diretrizes e Planos Nacionais e Estaduais, com as Diretrizes e Planos Municipais, com os objetivos e as demandas motivadoras das políticas e com a sociedade local, um sistema complexo de análise que pode ter abordagem qualitativa e/ou quantitativa, possibilitando variedade de pesquisas e triangulação de dados.

Apesar de importantes avanços, ainda há um longo percurso a ser desbravado no âmbito dos mecanismos de governança no Brasil, sobretudo levando em consideração que as pesquisas e as análises sobre implementação de políticas públicas ainda é um campo recente e em formação no país. Lotta (2019) afirma que “no caso brasileiro, os estudos de implementação chegam já a partir dessa quarta geração. Embora ainda bastante incipientes, a partir dos anos 2010 começa a haver uma produção mais sistemática” (p. 17).

Para concluir este subcapítulo, é possível afirmar que em uma acepção mais ampla os modelos de análise de políticas públicas não seguem uma linha evolucionista, isto é, não são necessariamente melhores ou piores quando comparados entre si, tampouco se anulam em uma perspectiva de sucessão cronológica. Tomaremos como base os referenciais teóricos de análise de políticas públicas para melhor compreender o cenário atual das iniciativas voltadas à relação entre a educação básica e a produção artística e cultural.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES DA TESE A PARTIR DO DIÁLOGO COM OUTRAS PESQUISAS

O empenho dedicado na construção dos contornos que definem um objeto de pesquisa estabelece uma relação ambígua: ao mesmo tempo em que se busca compreender o todo, isto é, tornar visível o potencial de articulação entre educação e cultura, reduzindo a polissemia dos termos, admite-se que existe uma totalidade muito mais ampla do que a investigação do objeto permite alcançar. Nesse sentido, o esforço empreendido visa a dar indícios de uma totalidade e, assim, justificar as escolhas que foram feitas previamente, embasadas por meio de planejamento criteriosamente definido. Algumas dessas escolhas ocorreram na etapa de revisão de literatura, tendo como base o reconhecimento do que já havia sido estudado sobre o tema, em diferentes segmentos (teses, dissertações e artigos acadêmicos), identificando os possíveis diálogos com outras pesquisas e, consequentemente, as contribuições que a tese poderá conferir para o campo de investigação sobre as temáticas aqui estudadas.

Para isso, foi realizado levantamento de pesquisas e trabalhos acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma Capes[24], tendo em vista que "é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta" (BENTO, 2012, p. 1). Foram então elencados descritores baseados nos conceitos e categorias centrais da tese, tais como: "fruição cultural", "fruição artística"; "formação de espectadores"; e "políticas públicas de educação e cultura". Visando ampliar o leque de resultados, os descritores foram combinados de outras maneiras, tais como: "fruição artístico-cultural"; "políticas públicas de cultura e educação", "políticas de educação e cultura"; e "políticas de cultura e educação".

Para o descritor "fruição cultural", foram encontrados 6 resultados, sendo todas dissertações de mestrado. Dentre os trabalhos identificados, 5 foram publicados há mais de dez anos e apenas 1 é resultante de pesquisa realizada há cinco anos. Utilizando o termo "fruição artística", o resultado indica 11 pesquisas, sendo 8 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Sobre o tempo de publicação, 8 possuem mais de dez anos e 3 foram concluídas há menos de cinco anos, sendo duas dissertações e uma tese. Já para a combinação dos termos, isto é, "fruição artístico-cultural" não foi encontrado nenhum registro.

[24] Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Apesar de não ser utilizado desta maneira nesta tese, outro termo que pode ser associado à pesquisa é a “formação de espectadores”, para o qual foram encontrados 26 resultados, sendo: 19 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado. No total, 10 trabalhos têm dez anos ou mais e 8 têm cinco anos ou menos de publicação. O resultado encontrado demonstra o crescimento de trabalhos acadêmicos sobre a temática, ocasionando um quantitativo maior de publicações recentes.

A busca por “políticas públicas de educação e cultura” localizou 7 resultados, todos eles dissertações de mestrado, sendo que 4 possuem menos de cinco e 3 têm mais de dez anos de conclusão. Invertendo os termos, isto é, buscando por “políticas públicas de cultura e educação” o resultado indica 5 dissertações de mestrado, no qual vale destacar que 4 foram concluídas em 2022 e 1 possui mais de dez anos de conclusão. Suprimindo a palavra “públicas” e pesquisando pelo descritor “políticas de educação e cultura”, o resultado indica 9 trabalhos acadêmicos, sendo 7 dissertações de mestrado, 1 tese de doutorado e 1 pesquisa de curso profissionalizante, dentre os quais 3 possuem menos de cinco anos de publicação. Já para a pesquisa “políticas de cultura e educação” o resultado foi surpreendente, totalizando 420 trabalhos acadêmicos, distribuídos em 143 teses de doutorado e 277 dissertações de mestrado. No entanto, ao aprofundar o olhar para os resultados encontrados na pesquisa observa-se a amplitude temática dos trabalhos, consequência da polissemia das palavras que compõem o termo utilizado na busca, e que em sua maioria não estão relacionados ao que se propõe nesta tese.

Vale ainda destacar que a pesquisa por “políticas culturais” apresentou 2.237 resultados, sendo 19 trabalhos de conclusão de curso profissionalizante, 1.474 dissertações de mestrado acadêmico, 74 dissertações de mestrado profissional e 670 teses de doutorado, e o termo “políticas educacionais” resultou em 6.622 pesquisas, distribuídas em 39 trabalhos de conclusão de curso profissionalizante, 4.492 dissertações de mestrado acadêmico, 585 dissertações de mestrado profissional e 1.506 teses de doutorado. Desta forma, é possível interpretar que, isoladamente entre si, educação e cultura são áreas amplamente estudadas, no entanto, os trabalhos que tratam de suas políticas integradas são mais escassos.

Os mesmos descritores foram utilizados em busca realizada na Biblioteca Eletrônica Científica Online SciELO Brasil[25], encontrando os seguintes resultados:

[25] Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

17 artigos relacionados ao descritor “fruição cultural”; 6 artigos para a busca a partir do termo “fruição artística”; 1 resultado para “fruição artístico-cultural”; 8 trabalhos para o termo “formação de espectadores”; 130 artigos referentes aos descritores “políticas públicas de educação e cultura” e “políticas públicas de cultura e educação”; 328 artigos relacionados aos termos “políticas de educação e cultura” e “políticas de cultura e educação”; 775 artigos para a busca pelo termo “políticas culturais”; e 1.177 artigos relacionados ao descritor “políticas educacionais”. Portanto, observa-se a mesma tendência em relação às dissertações e teses, com quantitativos pouco expressivos de publicações que abordem especificamente a interlocução entre educação e cultura por meio do acesso à fruição ou pelo viés do que é frequentemente chamado de formação de espectadores.

A partir dos resultados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma Capes e na Biblioteca Eletrônica Científica Online SciELO Brasil para os descritores pré-definidos, optou-se por refinar o levantamento bibliográfico adotando como critérios de escolha para inclusão dos trabalhos na revisão de literatura apenas teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas há dez anos ou menos, isto é, de 2014 até 2024, com duas exceções: as teses de doutorado de Carvalho (2005) e de Desgranges (2001), visto que são referenciais teóricos determinantes nesta tese.

Sobre artigos acadêmicos, foram considerados apenas àqueles que dialogam diretamente com os conceitos centrais e o tema desta tese. Sendo assim, chegou-se ao seguinte quadro referente à revisão de literatura:

Quadro 1: Revisão de literatura

DESCRITORES	BASE	TRABALHOS ENCONTRADOS PERTINENTES AO TEMA DA PESQUISA
“fruição cultural”, “fruição artística” *and* “fruição artístico-cultural”; “formação de espectadores”; “políticas públicas de educação e cultura”, “políticas públicas de cultura e educação”,	Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma Capes / Biblioteca Eletrônica Científica Online SciELO Brasil	1. CARVALHO, Maria Cristina Monteiro Pereira de. **Instantâneos da visita: a escola no Centro Cultural.** Tese de Doutorado em Educação, PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2005. 2. DESGRANGES, Flávio Augusto. **A Pedagogia do Espectador.** Tese de Doutorado em Educação, USP: São Paulo, 2001. 3. GOMES, Alessandra. **Poéticas, cinema e educação:** um estudo sobre experiências de aprendizagem com cinema na escola. Tese de Doutorado

"políticas de educação e cultura" *and* "políticas de cultura e educação".		em Educação, UFSCar: São Carlos, 2015. 4. MOLINA, William Fernandes. **Jovens formadores para novos espectadores:** uma experiência expandida em Teatro, Mediação e Educação. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas, UFRGS: Porto Alegre, 2016. 5. NETO, Alexandre Gandolfi. **Para não estar só:** o ato produtivo do espectador teatral como diálogo cênico na escola. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, Udesc: Florianópolis, 2021. 6. NETO, Alexandre Gandolfi. **Formação de espectadores teatrais:** projeto de desenvolvimento de aprendizagem na escola. Dissertação de Mestrado em Artes, UDESC: Florianópolis, 2016. 7. MORAES, Martha Lemos. **Formação de espectadores:** trajetos de resistência de uma professora-mediadora teatral na educação escolarizada. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, ECA/USP: São Paulo, 2019. 8. RODRIGUES, Ronan Carlos de Freitas Vaz. **Simbá nas Escolas.** Dissertação de Mestrado em Artes, UFU: Uberlândia, 2016. 9. SANTOS, Rojanira Roque. **Os significados de cultura em escolas da rede municipal de Curitiba**: o caso do programa mais cultura nas escolas. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2017. 10. SILVA, Celia Vanderlei. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho: São Paulo, 2014. 11. NOGUEIRA, Helvio. **O projeto o cinema vai à escola**: uma abordagem a partir da compreensão dos professores. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho: São Paulo, 2018. 12. CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. **Concepções de educação e cultura nas políticas públicas transversais**

		no Brasil atual: embates e descompassos. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil: Canoas, 2017. 13. ROMANO, Olivia Camboim. **Escola de Espectadores de Buenos Aires**: uma pesquisa participante sobre mediação teatral no cenário portenho. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2018. 14. NOGUEIRA, Bruno; BRACCHI, Daniela Nery. **Dialogues between education, art and cultural policy in Brazil**. In SciELO Preprints, 2022. 15. FERREIRA, Angélica Aparecida. **Programa Cultura é Currículo**: democracia cultural ou proselitismo?. Artigo apresentado como conclusão do Programa de Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Eventos, do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação CELACC - ECA/USP, 2017.

Fonte: dados da pesquisa

Carvalho (2016), em sua pesquisa, posteriormente publicada em livro intitulado “Quando a escola vai ao museu”, realizou importante investigação sobre a mediação cultural com estudantes em espaços expositivos. Acompanhando mais de cem atividades educativas promovidas com alunos de escolas públicas e particulares, a autora analisou a preparação dos mediadores, a recepção dos estudantes e os diferentes papéis desempenhados por professores junto aos seus grupos escolares. A pesquisa realizada por Carvalho investiga a experiência da fruição e da mediação cultural por dentro, isto é, em seu ato de ocorrência, registrando a cada nova atividade suas percepções para analisá-las em diálogo com o campo teórico. Em dado momento da investigação, a autora sinaliza que “o comparecimento das escolas no momento da realização da pesquisa de campo não contava com a participação do poder público: não havia nenhuma iniciativa, nenhum contato com as secretarias ligadas às áreas da educação e da cultura” (p. 126). Em entrevista com representantes das secretarias estaduais e municipais de educação e cultura, a percepção do trabalho de campo foi ratificada, constatando “a inexistência de projetos que viabilizem a parceria entre instituições culturais e escola” (p. 127). É possível observar neste aspecto um importante tema a ser investigado e é por esta perspectiva que se pretende avançar.

O segundo trabalho apontado na revisão de literatura é a pedagogia do espectador, de Desgranges (2015), uma das referências conceituais da pesquisa aqui apresentada. A tese aborda a relação entre o teatro e a educação, refletindo como, e em que medida, a fruição artística pode ser entendida enquanto prática pedagógica. Tendo como principais bases teóricas o teatro épico, concebido por Brecht[26], a teoria bakhtiniana[27] do fato artístico e a filosofia da história, de Benjamin[28], o autor discute sobre práticas de mediação voltadas à formação de espectadores. Ao conferir aos públicos lugar de protagonismo no fazer teatral, o autor fundamenta a necessária elaboração de processos que lhes garanta condições para a apropriação da linguagem artística, isto é, a formação dos sujeitos em uma perspectiva emancipatória para que sejam capazes de compreender, interpretar, significar e refletir criticamente a partir da experiência da fruição.

No terceiro trabalho identificado, Gomes (2015) promoveu estudo de caso etnográfico para investigar processos formativos realizados por meio do cinema. As ações analisadas fizeram parte do programa de extensão de uma universidade pública federal localizada no Rio de Janeiro e contaram com a participação de professores e alunos. O objetivo principal da pesquisa foi o estudo da fruição cinematográfica na escola e os processos vinculados à formação dos sujeitos a partir destas vivências. A autora verificou o fortalecimento de laços sociais, cognitivos e afetivos proporcionados pela experiência cinematográfica, afirmando que a inserção do cinema como prática educativa não é apenas importante, mas, sobretudo necessária.

A pesquisa realizada por Molina (2016) teve como objeto de estudo o projeto *Jovens Formadores para Novos Espectadores*, iniciativa promovida com estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Plácido de Castro, localizada na cidade de Sapucaia do Sul (RS). As ações do projeto ocorreram durante seis meses no ano de 2014 e foram compostas por oficinas voltadas à aproximação dos participantes aos aspectos fundamentais do teatro, incluindo a experiência da fruição teatral e o protagonismo desses mesmos estudantes na realização de práticas de mediação cultural com moradores da região. A pesquisa buscou contribuir para a reflexão teórico-prática acerca da importância da mediação teatral e da formação de espectadores em sua inter-relação escola-comunidade.

---

[26] Bertholt Brecht foi um dramaturgo, poeta e encenador alemão do século XX.
[27] Mikhail Bakhtin foi um filósofo e pensador russo que viveu no século XX.
[28] Walter Benjamin foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão que viveu no século XX.

No quinto trabalho ao qual se faz referência aqui, Neto (2021) acompanhou durante o ano de 2018 as etapas de realização do projeto *Por uma Arte do Espectador*, voltado à promoção do acesso de estudantes de Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos à fruição de espetáculos teatrais. A pesquisa teve como principal objetivo fornecer dados para o campo de estudos sobre a mediação cultural e a formação de espectadores, por meio da análise de iniciativas pedagógicas extra-espetaculares voltadas ao estímulo da reflexão e da configuração da fruição como experiência significativa. O autor constatou a apropriação feita por professores da Educação Básica de aspectos relacionados aos debates performativos, reiterando a importância da inclusão da arte, em suas diversas manifestações e linguagens, na formação docente.

Em pesquisa anterior, Neto (2016) promoveu investigação acerca da recepção de espetáculos teatrais no contexto escolar. O estudo ocorreu em 2015 com alunos de ensino médio do Instituto Estadual de Educação da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. O trabalho descreveu e analisou proposta pedagógica baseada na formação de público, tendo como intuito verificar se os procedimentos planejados seriam capazes de contribuir para a recepção estética dos estudantes-espectadores. O autor destacou as diversas dificuldades observadas para o desenvolvimento e implementação da proposta, tais como: a resistência de integrantes da direção escolar em contribuir com as práticas e o tempo reduzido destinado ao ensino das artes, em especial do teatro, na matriz curricular. Apesar disso, o estudo indicou que os estudantes que participaram das ações previstas na proposta pedagógica de formação de espectadores demonstraram maior interesse e aptidão para o debate estético.

Em consonância com a temática dos trabalhos anteriores, Moraes (2019), em sua tese de doutorado, pesquisou a formação de espectadores teatrais no âmbito da educação básica. A investigação foi realizada no período de 2014 a 2017 em duas escolas públicas localizadas no Distrito Federal, tendo como perspectiva eixos de mediação como: a ida dos estudantes ao teatro, a fruição teatral na escola e os debates em sala de aula sobre o ver e o fazer teatro. A metodologia aplicada se baseou na abordagem qualitativa, que ocorreu por meio de pesquisa de campo para observação participante. A autora constatou que a formação de espectadores inserida na educação escolar, por meio de trabalho pedagógico teatral, pode indicar caminhos significativos para a ampliação da leitura de mundo dos estudantes, com destaque para a proposição de estados de encontro, algo que é inerente à experiência da fruição teatral.

No oitavo trabalho destacado na revisão de literatura, Rodrigues (2016) investigou a formação de espectadores teatrais tendo como objeto de pesquisa o projeto *Simbá nas escolas*, desenvolvido pela Trupe de Truões no ano de 2010. O estudo abordou a recepção estética na escola e, para o desenvolvimento da investigação, concentrou-se na análise de atividades de mediação desenvolvidas com docentes e discentes antes e após a fruição de espetáculos teatrais. O autor conclui que o processo de formação de espectadores não deve se calcar na perspectiva da instrumentalização e aplicação de conhecimentos transferidos/adquiridos, mas no princípio da emancipação e do fomento às experiências sensíveis capazes de gerar "*insights* dos professores e, consequentemente, influenciar suas práticas" (RODRIGUES, 2016, p. 172).

A pesquisa de mestrado realizada por Santos (2017) teve por objetivo central investigar como diferentes conceitos de cultura se fizeram presentes no âmbito do Programa Mais Cultura nas Escolas. Para tanto, a autora partiu de três bases epistemológicas distintas para categorizar os possíveis significados atribuídos à palavra cultura, sendo estes: as concepções teóricas fundamentadas nos campos da antropologia e da sociologia; a perspectiva de cultura enquanto elemento distintivo de cognição e intelectualidade, presente no Iluminismo francês; e a associação entre cultura e produção artística, isto é, a compreensão da arte enquanto linguagem e manifestação de características próprias de uma determinada cultura. Como metodologia, foram analisados os documentos estruturantes do Programa Mais Cultura nas Escolas e realizadas entrevistas com pessoas participantes das atividades que ocorreram em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba. O ponto de convergência entre a pesquisa realizada por Santos (2017) e a tese aqui apresentada é o Programa Mais Cultura nas Escolas, tendo em vista se tratar de uma política pública que teve como propósito adensar a relação entre a educação básica e a produção artístico-cultural dos territórios onde as instituições escolares participantes estão situadas. Como resultado da pesquisa, a autora identificou que a resolução do Programa se baseou no conceito de cultura por uma perspectiva sociológica, isto é, a cultura enquanto fator de desenvolvimento social e humano. Já nos planos desenvolvidos pelas escolas participantes, o princípio estruturante foi a relação entre cultura e arte. Por fim, nas entrevistas com equipes pedagógicas e gestores escolares foi identificada ênfase na ideia de cultura associada à formação intelectual.

Assim como o Programa Mais Cultura nas Escolas, outra importante iniciativa da gestão pública que será abordada no capítulo seguinte desta tese é a do Centro Educacional Unificado (CEU), tema principal da tese de doutorado

realizada por Silva (2014). Na pesquisa, a autora investigou a inserção de pessoas nas atividades promovidas pelos CEUs de dois municípios do estado de São Paulo, tendo como propósito compreender, na visão dos usuários, quais seriam os benefícios inerentes à participação nos programas desenvolvidos pela instituição. Como etapas metodológicas, foram identificadas as ações programáticas desenvolvidas pelos Centros Educacionais e os níveis de participação dos públicos, seguidas de pesquisa de campo com a realização de entrevistas com os usuários. A autora conclui defendendo que a participação e a fruição de bens culturais são fatores que exercem influência positiva no processo de humanização dos indivíduos, ratificando a importância das iniciativas promovidas pelos CEUs, enquanto referência na interlocução entre educação e cultura.

A pesquisa seguinte é a tese de doutorado de Nogueira (2018), que se propôs a investigar o projeto intitulado “Cinema vai à escola”, tendo como foco a perspectiva pedagógica dos professores. Dois pontos de convergência temática são convenientes para a inclusão deste trabalho na revisão de literatura: o primeiro, é a inserção de atividades de fruição no contexto escolar, tendo a linguagem cinematográfica como protagonista. O segundo, é o fato de o projeto ter sido integrante do “Cultura é currículo”, programa promovido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, isto é, uma iniciativa da gestão pública voltada ao fomento cultural na educação básica. Por meio de abordagem qualitativa, o autor realizou investigação com grupo focal composto por professores da rede pública estadual visando compreender se a exibição de filmes em sala de aula ocorrera baseada em intencionalidades pedagógicas, estruturada de maneira orgânica ao planejamento de aula dos docentes, ou se foram promovidas para atender à demanda pré-estabelecida pelo programa. Como conclusão da pesquisa, baseado na análise das entrevistas feitas com os educadores, Nogueira (2018) afirma que as atividades ocorreram de forma mecânica, sem desdobramentos que pudessem promover o aprofundamento crítico da ação em si e, consequentemente, atingir os propósitos educacionais pré-estabelecidos. A partir da análise feita pelo pesquisador é possível ratificar a importância da mediação cultural no contexto da fruição artística, não somente para os estudantes, na condição de espectadores, mas também para os professores, que precisam estar engajados e capacitados para potencializar a experiência cultural enquanto ação pedagógica e educativa.

A transversalidade é uma característica inerente aos campos da cultura e da educação. No entanto, para que ela ocorra no âmbito das políticas públicas,

faz-se necessário uma série de acordos que passam pela própria compreensão de quais são as responsabilidades de cada uma das áreas, assim como, o entendimento daquilo que só é possível a partir de iniciativas integradas e da elaboração de mecanismos que permitam sua execução. Constante (2017) desenvolveu sua dissertação de mestrado baseada nas tensões que envolvem os debates políticos acerca das relações entre educação e cultura, sobretudo pela multiplicidade de concepções que perpassam o entendimento de suas transversalidades. A pesquisa traz como contribuição um olhar para aspectos da macropolítica brasileira, no qual a autora traça um panorama histórico das políticas públicas transversais entre educação e cultura no Brasil, determinando a criação do Ministério da Cultura, no ano de 1985, como marco temporal inicial, até o ano de 2015. A pesquisadora conclui sua dissertação afirmando que as práticas governamentais que marcaram o período estudado indicam que os movimentos de aproximação entre os campos da educação e da cultura se deram muito mais no plano da cooperação do que da transversalidade, apontando para os descompassos que existem entre os dois ministérios. Reconhecendo o currículo como um espaço de lutas simbólicas e, consequentemente, como uma estrutura de poder, os embates se solidificam em torno do espaço que a cultura ocupa, ou poderia/deveria ocupar, no território escolar.

O último trabalho de conclusão de curso de pós-graduação contemplado na revisão de literatura é a tese de doutorado de Romano (2018), que teve como objeto de pesquisa a Escola de Espectadores de Buenos Aires (EEBA). De caráter etnográfico e voltada à análise de dados qualitativos, a investigação aborda as metodologias de mediação teatral utilizadas na formação de espectadores adultos, enquanto uma prática de educação não formal, aplicadas na escola entre os anos de 2015 e 2017. A tese contribui para o campo da pesquisa voltada à pedagogia do espectador, referencial teórico aplicado nesta tese. O autor conclui que as ações promovidas pela EEBA influenciam positivamente para o acesso dos espectadores ao teatro, sendo a formação linguística destinada à qualificação da fruição um importante fator para a formação crítica e reflexiva dos indivíduos.

Em complemento às teses e dissertações destacadas, foram elencados dois artigos acadêmicos que dialogam com as temáticas centrais desta tese. No primeiro estudo, Nogueira e Bracchi (2022) desenvolvem argumentação a partir do tripé arte, ensino e política cultural, traçando um breve panorama sobre a forma como as ações pedagógicas foram inseridas em projetos culturais a partir dos anos 1980, fazendo com que atividades de mediação e a oferta de oficinas, cursos, seminários e palestras se tornassem quase que obrigatórias em mostras

e festivais. Na perspectiva dos autores, uma exposição artística é uma iniciativa de formação de cidadania, no qual o curador atua como um mediador/educador. Nesse sentido, o artigo indaga se a fruição estética, por si só, não seria uma ação pedagógica. Por fim, os autores afirmam que as políticas culturais brasileiras são intrinsecamente conectadas a iniciativas de caráter pedagógico, capitaneadas por editais públicos que exigem dos proponentes a oferta de ações formativas como contrapartidas sociais, promovendo de forma orgânica a transversalidade entre as práticas artístico-culturais e a educação.

No segundo artigo referenciado, Ferreira (2017) analisa o programa “Cultura é Currículo”, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) no período de 2008 a 2014. Tendo como objetivo principal promover o acesso de estudantes da rede pública estadual de ensino a teatros, museus, cinemas e demais equipamentos de cultura, o programa beneficiou mais de 5 milhões de pessoas entre alunos e educadores. O artigo parte do questionamento acerca do propósito de existência do programa, levantando a reflexão se a iniciativa pode ser considerada como legítima ação de democracia cultural ou se na prática configura-se como proselitismo. Do ponto de vista metodológico, a autora utilizou referencial teórico para embasar o conceito de cultura a ser considerado em sua investigação, ancorando-se em uma perspectiva antropológica. Somado a isso, apresentou os principais dados históricos do programa “Cultura é Currículo”, obtidos por meio de análise documental e pesquisa nos sites da Seduc-SP. Ao término do trabalho, a pesquisadora defende que o programa está baseado em um modelo de educação bancária, visto que trata os estudantes como receptáculos de um conhecimento pré-estabelecido, afirmando, portanto, que o programa se baseia em um conceito proselitista de cultura.

Importante destacar que na etapa de revisão de literatura não foi identificada pesquisa que aborde especificamente o tema da gestão pública e a fruição cultural de estudantes na educação básica no município do Rio de Janeiro, o que reforça a justificativa e a relevância da investigação apresentada nesta tese de doutorado.

Portanto, o primeiro capítulo da tese teve como objetivo estruturar o referencial teórico de embasamento para a pesquisa, estabelecendo as bases epistemológicas que nortearão as análises presentes nos capítulos seguintes. Além disso, buscou-se identificar estudos recentes que abordam temáticas convergentes à esta investigação, visando reconhecer caminhos já percorridos e

lacunas existentes na revisão de literatura, de modo a situar as contribuições que a tese poderá oferecer aos campos da cultura e da educação.

2- PENSANDO A INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA

> A educação formal brasileira ainda não proporciona aos usuários dos equipamentos de ensino o acesso de cada cidadão à diversidade cultural, à cultura universal e àquela que é singular de sua comunidade, de sua região e de seu país. A ausência da cultura como uma das dimensões estruturantes da educação prejudica os objetivos de uma política educacional de qualidade e realmente transformadora dos modos e das condições de existência. (...) **Urge que se restabeleça uma relação estratégica e institucionalizada entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que garanta aos dois uma autonomia compartilhada, de responsabilidade recíproca com os processos de formação do indivíduo e da sociedade.** Para efeito dessa rearticulação, é necessário que se estabeleça também uma relação, por sob os arranjos institucionais, entre saberes "fora da escola" e o ensino de modo geral, desde o ensino básico até às universidades. A repercussão dos saberes culturais no sistema de saber formal é uma novidade que pode repercutir imensamente na atratividade da escola, na sua qualidade em produzir cidadãos conscientes da realidade local e universal. (...) **Essa rearticulação deve passar pelo entendimento do ambiente e da vida universitária e escolar, como lugares de aprendizagem, fruição**, mas também de produção cultural, onde cada geração desenha seu projeto de futuro e ganha a aptidão cultivada para realizar seu presente (BRASIL, 2006, p. 40; grifos nossos).

O trecho escolhido para iniciar o capítulo foi retirado do documento "Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil", publicado pelo Ministério da Cultura em novembro de 2006. Com ele pretende-se demonstrar que o tema da pesquisa não parte de uma invenção aleatória, mas é consequência de um conjunto de reflexões que estavam presentes no desenvolvimento das políticas culturais do MinC nos anos 2000 e que resultaram em um importante arcabouço teórico sobre a interlocução entre as áreas da educação e da cultura.

Retomar esse contexto histórico é premissa para pensar o tema nos dias atuais, sendo uma das contribuições pretendidas por esta investigação. Sendo assim, vale destacar como a relação com a educação e a compreensão da cultura enquanto direito, em suas diferentes dimensões, está presente em diretrizes das políticas públicas como, por exemplo, no Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído por meio do projeto de Lei nº 6.835/2006[29] e da já mencionada Lei nº 12.343. O PNC rege princípios para o desenvolvimento de iniciativas públicas de cultura e estabelece um conjunto de 53 metas[30], com seus respectivos

[29] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=745802>. Acesso em: 23 ago. 2022.

[30] O Plano Nacional de Cultura possui metas diretamente relacionadas à educação, dentre as quais destacamos: "Inserção dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais na educação formal" (MINC, 2011, p. 22), que faz parte da "Meta 4) Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada" (Idem, p.11); "Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural"

indicadores, a serem atingidos no prazo de 10 anos[31] [32]. No Plano são definidos 16 objetivos, dentre os quais nos interessa destacar os itens VI e VII, que visam, respectivamente, “estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional” e “estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos”. Para tanto, no capítulo II, onde são listadas as atribuições do poder público, constam nos incisos V e VII, respectivamente: “promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;” e “articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação (...)”. A Lei é categórica ao afirmar que compete ao Estado, dentre outras atribuições,

> Ampliar e permitir o acesso compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do **acesso aos meios de produção e fruição cultural**, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, **apoiando a implantação dos equipamentos culturais** e financiando a programação regular destes (BRASIL, 2010; grifos nossos).

Pode parecer óbvio afirmar que educação e cultura devem estar entrelaçadas na concepção de processos educativos. No entanto, menos óbvio é pensar as maneiras pelas quais essa interlocução pode ocorrer, diante da complexidade e amplitude dos conceitos envolvidos. O Plano Nacional de Cultura apresenta uma série de estratégias que ratificam esta importância e apontam caminhos possíveis para sua concretização. Por se tratar de uma Lei, os incisos nos quais ficam explícitas as ações a serem implantadas estão transcritos a seguir e serão utilizados como ancoragem para substanciar a importância desta pesquisa:

> 1.10 Promover uma maior **articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação**, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio; (...) 1.10.7 Estabelecer uma **agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, estaduais e federais**, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho. Instituir marcos legais e **articular as redes de ensino e acesso à cultura**; (...) 1.10.8

(Ibidem); e “Meta 14) 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura” (Ibidem).

[31] A vigência do Plano Nacional de Cultura foi prorrogada pela segunda vez, por meio da Medida Provisória nº 1129, de 2022, que estabelece o final de 2024 como prazo para o alcance das metas. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/154044>. Acesso em: 28 ago. 2022.

[32] Ao prorrogar o prazo do PNC, a gestão Federal durante o quadriênio 2019-2022 delegou ao mandatário seguinte do Poder Executivo a responsabilidade pelo cumprimento ou não das metas. Cabe destacar que o Ministério da Cultura criou uma plataforma digital com as metas e indicadores do PNC, atualizando os dados sistematicamente para conferir transparência ao Plano.

> Atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram as artes no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de **estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante**; (...) 1.10.9 Realizar programas em parceria com os órgãos de educação para que **as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade**; (...) 3.1.5 **Ampliar o acesso à fruição cultural**, por meio de programas voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, **ações educativas e visitas a equipamentos culturais** (BRASIL, 2010; grifos nossos).

Na busca por aprofundar a interlocução entre a cena cultural e as escolas, o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) lançaram no ano de 2013 o Programa Mais Cultura nas Escolas. A iniciativa interministerial teve como propósito criar as condições necessárias para ações em conjunto entre escolas, artistas e entidades culturais, reconhecendo que o ambiente escolar deve ser espaço para a difusão da arte e da diversidade cultural brasileira. Destaca-se na proposta o entrelaçamento com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, formando uma complexa rede de iniciativas integradas que se retroalimentam em busca de finalidades semelhantes. O Programa Mais Cultura nas Escolas teve como objetivos:

> **Reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira**; Contribuir com a formação de público para as artes e **ampliar o repertório cultural da comunidade escolar**; **Desenvolver atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico da escola pública**; **Promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida**; Ampliar a inserção de conteúdos artísticos que contemplem a diversidade cultural na vivência escolar, assim como o **acesso a diversas formas das linguagens artísticas**; **Proporcionar o encontro da vivência escolar com as manifestações artísticas desenvolvidas fora do contexto escolar**; Promover o reconhecimento do processo educativo como construção cultural em constante formação e transformação; **Fomentar o comprometimento de professores e alunos com os saberes culturais locais**; **Integrar experiências artísticas e culturais locais no projeto político pedagógico das escolas públicas**, contribuindo para a ampliação do número dos agentes sociais responsáveis pela educação no território; **Proporcionar aos alunos vivências artísticas e culturais promovendo a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem** (BRASIL, 2013, p. 4-5; grifos nossos).

Com metodologia simplificada, o Programa demandava que instituições culturais, escolas e artistas elaborassem conjuntamente um Plano de Atividade Cultural da Escola, com duração mínima de seis meses, dialogando com os princípios estabelecidos no projeto pedagógico da unidade escolar. A proposta deveria estar embasada por pelo menos um dos nove eixos temáticos definidos no Programa, sendo estes: Residência de artistas para pesquisa e

experimentação nas escolas; Criação, circulação e difusão da produção artística; Promoção cultural e pedagógica em espaços culturais; Educação patrimonial - patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social; Cultura digital e comunicação; Cultura afro-brasileira; Culturas indígenas; Tradição oral; e Educação Museal. A previsão inicial do Programa era selecionar, ainda em 2013, cinco mil projetos, contemplando-os com valores entre 20 e 22 mil reais, a depender do número de estudantes registrados no censo escolar. Outro programa do Governo Federal se associava ao Mais Cultura nas Escolas para a realização do repasse dos recursos, ocorrendo em parcela única por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Estavam habilitadas para participar do edital 34 mil escolas municipais e estaduais da rede pública inscritas nos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador.

As atividades propostas poderiam contemplar as mais diversas linguagens e manifestações artístico-culturais, não havendo formato pré-determinado no edital, de modo a incentivar a criatividade e a inovação dos participantes. Esperava-se que as ações realizadas não se configurassem como “atividade complementar na escola, mas que integrem processos de aprendizado contínuos, colocando em diálogo práticas culturais, artísticas e projeto(s) pedagógico(s) da escola” (BRASIL, 2013, p. 11).

Como política pública, o Programa Mais Cultura nas Escolas exemplifica muitos dos conceitos descritos nesta tese. A iniciativa partiu essencialmente da integração entre cultura e educação, por meio de seus ministérios, compondo uma ampla rede que conectava diferentes programas já existentes e consonantes em seus objetivos. O propósito do Mais Cultura nas Escolas de fomentar a articulação entre instituições escolares e manifestações artísticas e culturais dos territórios onde estão inseridas se alinhava amplamente com os princípios do Programa Mais Educação, que considerava que “para transformar a escola num espaço onde a cultura local possa dialogar com os currículos escolares, é importante reconhecer que as experiências educacionais se desenvolvem dentro e fora das escolas” (MEC, 2009). Sendo assim, a inserção de manifestações artísticas e culturais no cotidiano da escola, compondo parte do currículo em profundo diálogo com o projeto pedagógico da instituição, colocaria em prática a premissa da impossibilidade de promover educação de forma desassociada da cultura, algo corriqueiramente afirmado, porém pouco compreendido em termos práticos, esvaziando-se em abstração pela amplitude dos conceitos envolvidos.

Vale também destacar que o Mais Cultura nas Escolas tinha como ponto de partida conceitual o reconhecimento de que somente seria possível alcançar

seus objetivos por meio da convocação da sociedade civil para atuar como protagonista do programa, entendendo que “em um país de dimensões continentais como o Brasil, de imensa diversidade geográfica e cultural, é impensável, sem dúvida, a sustentação de projetos e programas uniformes direcionados a todo o país, ou mesmo às macrorregiões” (CALABRE, 2020, p. 167).

Em janeiro de 2014[33], a Comissão Interministerial de Avaliação do Programa Mais Cultura nas Escolas havia selecionado mais de mil projetos de Plano de Atividades Culturais para serem realizados nas escolas públicas do ensino fundamental e médio em todo o território brasileiro. No entanto, a complexidade de implantação do Programa envolveu diversos fatores, desde processos que percorriam as etapas de formulação, implementação e avaliação, até a conjuntura política brasileira que em dado momento se transformou no principal obstáculo para sua continuidade. A política proposta pelo Programa tratava de um processo de múltiplas camadas, que envolvia a divisão de competências e responsabilidades entre os governos federal, estadual e municipal, além da sociedade civil, permitindo que cada um assumisse o papel de reformular sua proposta com autonomia e legitimidade decisória (HILL; HUPE, 2003), desde que alinhadas a parâmetros pré-estabelecidos. Como indica o modelo de síntese no estudo de políticas públicas, sua implementação envolvia negociação e o estabelecimento de acordos, consensos, coalizões e mecanismos de convencimento para levar à adesão.

Dutra (2016), em trabalho de conclusão do curso de especialização em Educação, apresenta relato de sua experiência atuando no Mais Cultura nas Escolas como supervisora de uma das instituições escolares integrantes do Programa. Segundo a pesquisadora, “na maioria das experiências observadas nem a escola deu conta de estabelecer o diálogo entre os programas e o parceiro cultural, nem os programas tiveram as garantias preconizadas para sua implementação” (DUTRA, 2016, p. 22). Outro fator apontado como crítico foi o descompasso no cronograma de aporte financeiro, ocasionando na interrupção das atividades e, consequentemente, descontinuidade das ações. A partir de entrevistas com participantes do Programa, Dutra ressalta que:

> Faltou orientação e monitoramento às escolas, que tinham que lidar com um programa novo, por vezes sem o conhecimento de seus objetivos ou do alcance político de seus pressupostos. E talvez por isso sem a dimensão do que representava a presença do artista no interior na escola. Houve parceiros culturais

[33] Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2014/01/10/mais-culturas-nas-escolas/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

> que relataram um certo alheamento da escola em relação à integração do projeto ao PPP, restringindo sua relação com o projeto, apenas, para fazer o pagamento das oficinas e ceder o espaço ao artista para que este conduzisse, solitariamente, as oficinas (DUTRA, 2016, p. 22).

A análise reforça a importância e a responsabilidade dos gestores atuantes nas escolas onde foram realizadas as atividades, que na condição de burocratas de nível de rua deveriam estabelecer relação direta com os artistas e com os estudantes, gozando de legitimidade para assumirem a articulação entre as diretrizes presentes na política pública e a realidade local onde ela deveria ser implementada. Desta forma, é possível visualizar na prática a relevância dos burocratas de nível de rua para a execução do Programa, visto que a ausência de pessoas no desempenho desta função esvaziou ou até extinguiu seu sentido, tornando as práticas culturais desconexas dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares. Em contrapartida às condições que afetaram a qualidade do Programa, a autora faz importante análise:

> É completamente unânime a aceitação por parte das crianças e jovens das propostas culturais ofertadas, assim como a necessidade de se garantir a presença das artes (e, portanto, dos artistas) como parte constitutiva do processo educativo. Os poucos casos de evasão das oficinas com o público jovem têm mais relação com a falta de "habilidade artística" ou gosto do que com a não aceitação do programa. De quase todos os parceiros com os quais conversei, a relação dos (as) alunos (as) com a proposta criou vínculos com o fazer cultural e/ou com o ponto de cultura ou com o parceiro cultural. Fortalecendo, nesse caso, a relação com o território, que incorpora a vida daquelas crianças (DUTRA, 2016, p. 26).

O Programa Mais Cultura nas Escolas nasce com características de uma política descentralizada e com elementos próprios de uma ação horizontal. Ao mesmo tempo em que pode ser visto como um exemplo do protagonismo que o governo federal possui na elaboração de políticas educacionais e culturais no Brasil, também fica explícito o entendimento que o poder público não é o único ator, sendo necessárias diversas iniciativas de governança, como reconhecem os estudos da quarta geração de implementação de políticas públicas. Ao estabelecer nove eixos temáticos, concedendo a instituições culturais, escolas e artistas o papel de desenvolver conjuntamente um Plano de Atividade Cultural da Escola que abarcasse ao menos um dos eixos, nota-se o caráter plural e pouco restritivo do programa, um convite à criatividade dos proponentes e uma estratégia necessária para contemplar a diversidade cultural brasileira tão heterogênea em todo o território nacional.

No entanto, a partir da matriz de Matland (1995), é possível analisar que tais características fazem com que o Programa seja identificado como uma implementação simbólica, isto é, com altos graus de ambiguidade e conflito.

Compreender tais características a partir do Mais Cultura nas Escolas se faz importante, tendo em vista que dificilmente uma política cultural articulada à educação básica poderá ser concebida democraticamente sem assumir certos graus de ambiguidade e conflito. Pela natureza democrática e participativa, a ambiguidade se faz necessária para a construção de programas e ações que levem em consideração as idiossincrasias e as territorialidades. Sendo assim, a política possui maleabilidade em suas diretrizes para abarcar a diversidade, alçando os proponentes à condição de coautores, fazendo da ambiguidade algo premeditado como uma estratégia de negociação de conflitos. Em contrapartida, pode gerar dúvidas e questionamentos sobre as formas de implementação. Já o conflito é inerente à própria escassez de políticas voltadas à interlocução entre educação e cultura, que fazem com que iniciativas voltadas à inserção de manifestações culturais no ambiente escolar tenham sua importância questionada. Soma-se a isso, outros diversos fatores que deixam a educação pública no Brasil, de maneira geral, em condição de precariedade, levantando o questionamento sobre a pertinência de investir um orçamento de cem milhões de reais[34], considerando apenas a primeira etapa do Programa, enquanto deveriam existir outras prioridades.

São escassas as informações sobre os resultados do Programa, assim como as etapas que sucederam sua implantação. Na internet, informações em páginas oficiais dos Ministérios da Educação e da Cultura apresentam dados gerais acerca da criação do Mais Cultura nas Escolas, restringindo-se à fase de divulgação do edital e dos primeiros contemplados, ocorrida em 2014. A descontinuidade do Programa após um período extremamente curto de existência inviabiliza a realização de uma análise mais detalhada sobre seus impactos e pode ser atribuída a um projeto político que ganhou força no Brasil com a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República e a ascensão de Michel Temer ao poder, que em um de seus primeiros atos extinguiu o Ministério da Cultura[35] em maio de 2016.

O crescimento e a ascensão ao poder de uma ideologia de extrema direita, fenômeno global ocorrido na década de 2010 e que resultou na eleição de governos autoritários em países como Estados Unidos, Bolívia, Espanha, Itália, Suécia, Hungria e mais recentemente na Argentina, com a eleição de Javier Milei,

[34] Idem.
[35] Após intensa pressão da sociedade civil, capitaneada como artistas e produtores culturais, o então Presidente da República Michel Temer, que na ocasião ocupava o cargo interinamente, decidiu recriar o Ministério da Cultura. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-05/temer-volta-atras-e-recria-ministerio-da-cultura>. Acesso em: 22 dez. 2023.

teve sua representação no Brasil no período de 2019 a 2022. A política adotada no Governo Bolsonaro, amplificada por seus discursos que alimentavam a construção de narrativas de ódio e oposição à diversidade cultural e ao papel subversivo que a arte pode desempenhar, transformando trabalhadores da cultura em inimigos públicos, trouxe graves consequências ao campo das políticas culturais brasileiras. Conforme abordado no primeiro capítulo desta tese, a extinção do Ministério da Cultura (MinC) como um dos primeiros atos de governo, ocorrida em janeiro de 2019, deu a tônica que perduraria pelos quatro anos seguintes, agravada pela descontinuidade de programas e projetos, cortes de orçamentos e vetos a políticas culturais como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, tão essenciais para artistas e produtores culturais, sobretudo no cenário vivido durante a pandemia de Covid-19. Para conferir contornos mais específicos ao que foi denominado de desmonte do setor cultural, vale acrescentar aos exemplos já mencionados outros fatos como: a desestruturação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com o estabelecimento de legislação que dificultou a produção cultural; a eliminação dos Planos Plurianuais e os entraves criados para a aprovação de Planos Anuais, tão necessários para a gestão eficiente de equipamentos culturais; total ausência de diálogo com a classe artística e com os trabalhadores da cultura, somada a manifestações oficiais pautadas por abordagens extremistas e preconceituosas, como, por exemplo, o pronunciamento do primeiro Secretaria Nacional de Cultura[36] da gestão Bolsonaro, Roberto Alvim, repleto de referências nazistas, tais como o incentivo a uma arte nacional 'heroica' e 'imperativa', e a entrevista com o então presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte)[37], Dante Mantovani, que associou o estilo musical rock com aborto e satanismo, apenas para citar dois casos absurdos de completa inadequação do conceito de cultura; desmonte do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), com a supressão de módulos gerenciais e disparidade em relação à legislação vigente; interrupção dos trabalhos da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), retomada no último ano do Governo em condições desfavoráveis para o desempenho do trabalho (deslegitimada em relação às suas atribuições, sem protagonismo nos processos

[36] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2023.

[37] Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/12/02/dante-mantovani-novo-presidente-da-funarte-e-maestro-e-disse-que-rock-leva-ao-aborto-e-ao-satanismo.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2023.

decisórios, subaproveitamento dos conselheiros[38], esvaziamento das reuniões, com cancelamento de datas, atrasos regulares e a descontinuidade dos encontros presenciais).

Por consequência desta conjuntura, houve o deslocamento das pautas que centralizavam os debates no âmbito das políticas culturais, migrando da fase de implementação para a disputa de narrativa sobre a agenda pública, o que podemos afirmar como um exemplo explícito do retrocesso vivido pelo setor. Afinal, como debater, elaborar e implementar uma política de fomento ao acesso de estudantes da educação básica a práticas artísticas e culturais em um contexto em que o chefe do poder executivo, detentor de forte influência sob a opinião pública, reduz a importância do setor cultural a uma pasta do Ministério do Turismo? Mais uma vez os trabalhadores da cultura precisaram se articular na luta por direitos, pressionando políticos em busca de apoio e visibilidade para o setor que é, segundo dados do Observatório Itaú Cultural[39] de 2023, responsável por 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira, superando inclusive outros setores tradicionais, tais como o de automobilístico e de serviços de informação.

Após cerca de sete anos de intenso desmonte do setor cultural, sobretudo na esfera federativa, uma nova perspectiva começa a despontar a partir do ano de 2023, marcado por um cenário de muitas transformações na política brasileira, com impactos significativos nas perspectivas de mudança de rumo para as políticas culturais do país. Em sua fala de abertura da reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), ocorrida no mês de abril[40], a Ministra da Cultura Margareth Menezes se utilizou da metáfora da fênix para falar sobre o ressurgimento do MinC, promessa de campanha do Presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, e cumprida em seu primeiro dia de mandato. Mais do que um símbolo de importância dentro das pautas governamentais, ter um

---

[38] Durante todo o ano de 2022, como membro da Comissão Nacional de Cultura (CNIC) foram designados para minha análise 4 projetos. Em 2023, em apenas seis meses recebi mais de 100 projetos para avaliação, o que é um indicativo claro do subaproveitamento dos conselheiros da CNIC, além da retenção dos fluxos de aprovação das propostas, dificultando e/ou inviabilizando a realização de diversos projetos. A gestão que assumiu a Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (SEFIC) em 2023 identificou 1.519 propostas culturais aguardando análises diversas, cerca de 5 mil projetos aguardando prorrogação e quase R$ 1 bilhão retido nas contas dos projetos, segundo relatório apresentado na 4ª reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), realizada no dia 18 de abril de 2023 no edifício do Ministério da Cultura (MinC), em Brasília.

[39] Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/pib-da-economia-da-cultura-e-das-industrias-criativas-a-importancia-da-cultura-e-da-criatividade-para-o-produto-interno-bruto-brasileiro>. Acesso em: 22 dez. 2023.

[40] No biênio 2022-2023, integrei a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e estive presente na reunião realizada no Ministério da Cultura no dia 18 de abril de 2023 e que contou com a palestra de abertura da Ministra Margareth Menezes.

ministério dedicado exclusivamente para o setor cultural é o primeiro passo para a retomada de políticas específicas, pensadas a partir das demandas do setor, que são inúmeras.

No primeiro ano do novo governo, diversas medidas importantes foram tomadas, dentre as quais: o Decreto nº 11.453[41], de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, e estabelece a uniformização para execução de recursos da Lei Paulo Gustavo (R$ 3,8 bilhões), da Lei Aldir Blanc (R$ 3 bilhões) e da Lei Rouanet (R$ 2 bilhões), a criação de novas modalidades de fomento, tais como as Bolsas Culturais e a Premiação Cultural, a elaboração de modelos mais democráticos de acesso aos mecanismos de fomento visando a ampliação dos investimentos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, como, por exemplo, os Programas Rouanet nas Favelas e Rouanet Norte, o lançamento de 25 editais, totalizando investimento superior a 230 milhões de reais nas mais diversas áreas da cultura[42], e a retomada do protagonismo da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), com legislação revisada para tornar sua composição mais representativa.

Alguns impactos dessas medidas já podem ser identificados. Em 2023, a Lei Rouanet registrou o maior número de inscrições de propostas dos últimos dez anos[43], totalizando 12.265, dentre as quais 10.676 foram aprovadas para a fase de captação de recursos, número bastante superior à média de 3.500 projetos aprovados em anos anteriores. Importante destacar o crescimento como consequência de uma nova perspectiva para a cultura. O aumento também pode representar, dentre tantas outras consequências positivas, maior acesso a atividades culturais para estudantes da educação básica, tendo em vista o

---

[41] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11453.htm>. Acesso em: 22 dez. 2023.

[42] Lista de editais lançados pelo Ministério da Cultura em 2023: Edital de Credenciamento de Mediadores e Árbitros, Edital Programa Rouanet nas Favelas, Edital Programa Rouanet Norte, Edital Prêmio Cultura Viva Construção Nacional do Hip-Hop 2023, Edital Programa de Intercâmbio Cultural MinC, Edital de Intercâmbio Cultural - Circulação Audiovisual no Exterior, Edital de Intercâmbio Cultural - Formação Audiovisual no Exterior, Edital Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, Edital Comitês de Cultura, Edital Cultura Viva 2023 - Fomento a Pontões de Cultura, Edital Premiação Cultura Viva - Sérgio Mamberti, Edital Programa de Tradução da FBN - *Regulation of the FBN's Translation Grant*, Edital MICBR 2023, Prêmio Pontos de Leitura 2023, Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura, Curta para Mulheres - Bolsa para Produção de Curta-Metragem, Curta Afirmativo - Bolsa para Produção de Curta-Metragem, Curta Criança - Bolsa para Produção de Curta-Metragem, Edital Programação Cultural da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles–BDB, Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura Produzida por Mulheres, Edital de Seleção de Textos para a Revista Filme Cultura “Cinema Mais: o audiovisual LGBTQIA+”, Edital de Credenciamento de Avaliadores em Audiovisual, Edital Ruth de Souza de Audiovisual, Edital de Seleção de Empreendedores Criativos para o MICA 2023 e Edital de Seleção da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais>. Acesso em: 02 jan. 2024.

[43] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2023/12/23/retomada-do-ministerio-da-cultura-tem-recorde-na-rouanet-e-criticas-pela-centralizacao-de-recursos.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2023.

significativo número de projetos que têm como contrapartida social a oferta de ingressos gratuitos e transporte para escolas públicas.

Na perspectiva temática desta pesquisa, abordaremos três medidas especialmente relevantes: a retomada do diálogo interministerial entre o MinC e o MEC, a criação do Programa Territórios da Cultura e a promulgação da Lei 14.568/2023, de 04 de maio de 2023, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, "a fim de possibilitar que recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos".[44]

A tese defendida nesta pesquisa está baseada na importância do fomento à experiência da fruição artística e cultural de estudantes durante a educação básica, potencializada por ações de mediação cultural. Para tanto, sustenta-se que tais iniciativas devem ser pensadas e articuladas necessariamente em conjunto pelos setores públicos responsáveis pela gestão da educação e da cultura, em via de mão dupla com a sociedade civil e a iniciativa privada. Nesse sentido, foi mencionado o Programa Mais Cultura nas Escolas como uma referência de interlocução entre as áreas, tendo como objetivos centrais promover a ampliação de repertórios dos estudantes por meio do acesso a diversas formas e manifestações das linguagens artísticas. Por esses motivos, a retomada de ações interministeriais ocorrida em 2023 é vista de maneira auspiciosa e, mesmo que estejam sendo realizadas ainda com características eventuais, podem sinalizar boas possibilidades para o entrelaçamento e o aprofundamento de interesses afins nos próximos anos.

É o caso do Seminário Nacional de Cultura e Educação – *Aprender para Construir*[45], realizado entre junho e outubro de 2023, nas cinco regiões do país e que teve desdobramentos como a Conferência Temática Cultura e Educação[46], ocorrida no mês de dezembro em formato virtual. O principal intuito dos seminários foi "promover o debate sobre a construção de políticas públicas intersetoriais que destaquem a integração entre educação, arte e cultura como estratégias fundamentais para a criação de repertórios e a democratização de atividades

[44] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14568.htm>. Acesso em: 23 dez. 2023.
[45] Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/comeca-hoje-o-seminario-nacional-de-cultura-e-educacao>. Acesso em: 23 dez. 2023.
[46] Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/conferencia-tematica-cultura-e-educacao-sera-realizada-no-dia-7-de-dezembro-o-evento-sera-virtual>. Acesso em: 23 dez. 2023.

culturais e educativas”[47]. A intenção foi situar o diálogo entre cultura e educação na agenda da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em março de 2024 após um intervalo de 10 anos[48] e que irá resultar na construção de um novo Plano Nacional de Cultura (PCN). O documento base elaborado para a 4ª CNC, cujo tema central foi democracia e direito à cultura, aborda no eixo 6 um importante indicativo conceitual para a interlocução que se pretende incluir no novo PCN:

> É especialmente potente debater o vínculo entre arte, cultura e educação, valorizando o ensino formal das artes na educação básica, profissional e superior, assim como as ações educativas não-formais. Trata-se do **estímulo à criatividade, à expressão, ao pensamento crítico e à ampliação do repertório cultural da população brasileira**, especialmente de crianças e jovens (MINC, 2023a, p. 30; grifo nosso)

Ainda sobre o Seminário Nacional de Cultura e Educação, vale destacar as aspas presentes na publicação feita no site do MEC, conferida ao Ministro da Educação Camilo Santana, que sintetizam algumas das crenças presentes nesta pesquisa:

> Cultura e educação andam juntos e são essenciais para a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da diversidade, da sustentabilidade e do desenvolvimento. Por isso, o Ministério da Educação está ao lado do Ministério da Cultura na promoção do Seminário Nacional de Cultura e Educação: aprender para construir. Juntos, vamos pensar políticas públicas integradas, com ênfase na formação artística e cultural na educação básica.[49]

Soma-se às iniciativas de parceria entre os ministérios a realização do Seminário *Diálogos da Educação Profissional e Tecnológica: Mundo do Trabalho em Cultura*[50], que ocorreu em outubro de 2023 na sede do MEC, no Distrito Federal, visando estabelecer planejamento conjunto com as redes federais de ensino para a formação e a qualificação de trabalhadores da cultura. Os debates estabelecidos no evento foram objeto de análise na Conferência Temática de Políticas para os Trabalhadores da Cultura, que ocorreu na Fundação Nacional de Artes (Funarte), em São Paulo, no mês de janeiro de 2024. A retomada das conferências públicas de cultura em todo o país é essencial para a composição de agendas públicas mais democráticas, elaboradas a partir da participação

---

[47] Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/comeca-hoje-o-seminario-nacional-de-cultura-e-educacao>. Acesso em: 23 dez. 2023.
[48] A *3ª* Conferência Nacional de Cultura foi realizada no período de 26 a 29 de novembro de 2013, na cidade de Brasília – Distrito Federal.
[49] Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/comeca-hoje-o-seminario-nacional-de-cultura-e-educacao>. Acesso em: 28 dez. 2023.
[50] Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-e-mec-promovem-seminario-entre-25-e-27-de-outubro>. Acesso em: 23 dez. 2023.

efetiva dos trabalhadores da cultura e de representações sociais que atuam no campo dos direitos e da diversidade.

A segunda medida relevante a ser destacada é a criação do Programa Territórios da Cultura[51], instituído por meio da Portaria MinC nº 68, de 29 de setembro de 2023[52]. O programa prevê a formação de redes de espaços e equipamentos culturais localizados em territórios periféricos, "com vistas à efetivação de direitos culturais, à promoção da cidadania e ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural" (MINC, 2023b). Importante também ressaltar a definição de periferia presente no documento, tendo em vista que o termo é constantemente utilizado em contextos de projetos culturais e sua abrangência extrapola o viés geográfico. Segundo o documento,

> Entende-se por territórios periféricos as localidades urbanas ou rurais caracterizadas pela predominância de um ou mais dos seguintes elementos: I - inadequação ou inobservância dos direitos à moradia; II - indicadores sociais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; III - estigmatização socioespacial, insuficiência histórica de investimentos do Estado e da iniciativa privada; e IV - informalidade multidimensional (MINC, 2023b).

Em um sentido ampliado, periferia não se reduz à ideia de território satélite ao centro geográfico de uma determinada cidade, mas considera também todas as condições históricas, sociais, políticas e econômicas que situam pessoas à margem da sociedade. Portanto, o Programa, ao ter seu direcionamento voltado às periferias, visa fortalecer princípios presentes na dimensão cidadã de cultura, na busca pela garantia de direitos. Ou seja, na perspectiva aqui apontada é possível contribuir para a redução de desigualdades de acesso da população a equipamentos culturais, na maioria das capitais brasileiras localizados em áreas centrais ou concentrados em regiões de maior poder aquisitivo das cidades. Além disso, busca-se reconhecer esses territórios como locais de produção de saberes, de criação estética, de inovação artística e de salvaguarda de memória, criando as condições necessárias para a inserção da produção local na economia criativa da cultura.

Sabe-se que diversos fatores influenciam na formação ou na exclusão do hábito cultural, como a localização dos espaços culturais, a oferta de transporte público, o direcionamento da programação, a influência familiar, o estímulo promovido na escola, entre outros tantos elementos. O Programa Territórios da

---

[51] É possível associar a implementação do Programa Territórios da Cultura à meta 33 do Plano Nacional de Cultura, que estabelece como foco a criação e o pleno funcionamento de mil espaços culturais integrados a esportes e lazer até dezembro de 2024. Disponível em: < http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/33/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

[52] Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-68-de-29-de-setembro-de-2023-513840797>. Acesso em: 25 dez. 2023.

Cultura pode se configurar como uma importante iniciativa que contemple direta ou indiretamente esses aspectos, a partir do fortalecimento do senso de pertencimento da população local, da inclusão dos habitantes nos debates culturais, da oferta de formação e capacitação de artistas e aprendizes culturais, da mobilização para o intercâmbio e a difusão da produção artística e da oportunização de acesso para fazedores de cultura, incluindo os públicos nesta categoria, a espaços especializados, tecnicamente bem equipados e acessíveis em uma concepção física e simbólica.

A política pública proposta engloba em sua essência a interlocução entre cultura e educação, ao considerar como modalidades de equipamentos a Biblioteca-Parque e o CEU[53] da Cultura[54], edificações que têm em suas naturezas o incentivo à leitura, à arte e à produção cultural em uma perspectiva orgânica de educação não formal. Complementa a estrutura de execução a criação do MovCEU[55], equipamentos culturais itinerantes criados a partir da adaptação de veículos com estrutura para ofertar acervo literário, estúdio de gravação e outros suportes para eventos previsto para ser implementado em municípios com menos de 20 mil habitantes.

Assim como a análise feita anteriormente acerca do Programa Mais Cultura nas Escolas, o método de implementação do Programa Territórios da Cultura se configura como uma iniciativa de múltiplas camadas, conferindo-lhe diferentes níveis de complexidade. A implantação e a coordenação geral são de responsabilidade da Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC)[56], do Ministério da Cultura, e a implementação ocorrerá em parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e as comunidades locais, por meio

[53] O projeto de criação do CEU - Centros de Artes e Esportes Unificados foi lançado pelo Governo Federal em 2010 como política pública associada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em agosto de 2023, foi divulgado o Novo Programa de Aceleração do Crescimento e que "destina um orçamento de R$1,3 bilhão para a área cultural, sendo R$ 600 milhões para a construção de 300 "CEUs da Cultura" e R$10 milhões para a finalização de 26 obras dos "CEUs das Artes". Disponível em:<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais>. Acesso em: 27 dez. 2023.

[54] "Foi publicada a Portaria nº 74, de 8 de outubro de 2023, para a seleção de propostas para a implementação de CEUS, e disponibilizada no portal da Casa Civil, a página com as informações do programa, além da portaria e do manual de seleção dos equipamentos" (MINC, 2023, p. 1).

[55] "Encontra-se em andamento o processo para realização de Pregão Eletrônico para a contratação de empresa para fornecer o Veículo Adaptado. Foi publicada a Portaria nº 65, de 29 de setembro de 2023, com a primeira seleção do MOVCEU para Entes federativos, Autarquias e Fundações Públicas. Foram recebidas mais de 250 propostas que estão em análise" (Idem);

[56] "A Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC) é responsável por coordenar a implementação de espaços e equipamentos culturais no País, bem como promover programas, projetos e ações em parceria com estados e municípios para a implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura cultural, sendo constituída por três coordenações-gerais: a Coordenação-Geral de Articulação e Parceria (CGAP), a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos (CGDP) e a Coordenação-Geral de Monitoramento de Empreendimentos (CGME)" (Idem)

de mobilização social voltada à formação de redes, estimulando o envolvimento e a participação de moradores e agentes culturais na gestão dos equipamentos.

Processos desta natureza, baseados em decisões de múltiplas camadas, implicam “na construção de negociações, consensos e sistemas de adesão para funcionarem” (LOTTA, 2019, p. 19). Nesse sentido, entende-se que a formulação não é uma etapa distinta da implementação e que, portanto, para o alcance dos objetivos estabelecidos no Programa se faz necessária e fundamental que a cadeia decisória envolva diferentes atores de distintas instâncias da sociedade. Nesse caso, ficam nítidas as presenças de três dimensões analíticas dos mecanismos de governança - participação, consensualidade e gestão mista (LIMA; D’ASCENZI, 2019) -, baseadas na convicção apontada pelos estudos de quarta geração de análise de políticas públicas que indicam que “quando os atores societais afetados por programas governamentais são incorporados à discussão antes de sua implementação, a capacidade de entrega dos bens ou serviços previstos aumenta” (GOMES, 2019, p. 51).

Por fim, o terceiro fato ocorrido no ano de 2023 e que vale um olhar atento é a promulgação da Lei 14.568/2023, que acrescenta a alínea "d" ao inciso I do art. 3º da Lei nº 8.313, contendo o seguinte objetivo:

> estímulo à participação de artistas locais e regionais em projetos desenvolvidos por instituições públicas de educação básica que visem ao desenvolvimento artístico e cultural dos alunos, bem como em projetos sociais promovidos por entidades sem fins lucrativos que visem à inclusão social de crianças e adolescentes.

A alteração pode parecer sutil ou mera formalidade, tendo em vista que uma quantidade significativa de propostas submetidas à Lei Rouanet inclui contrapartidas sociais associadas à oferta de ingressos gratuitos para estudantes de escolas públicas. No entanto, na prática significa dizer que projetos culturais inscritos para utilização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) podem ser pensados e elaborados tendo o ambiente escolar e os estudantes de instituições públicas de educação básica como protagonistas e não apenas beneficiários de contrapartidas sociais de um determinado projeto. Há na interpretação do texto uma possibilidade de mudança de paradigma importante para o desenvolvimento de projetos que tenham como princípio a educação não formal por meio da arte e das práticas culturais.

Cabe também ressaltar que a inclusão deste tópico na Lei pode passar despercebida, já que o mesmo documento apresenta uma segunda mudança relevante, que é a inclusão da música regional no Artigo 18, o que vem gerando

ampla discussão acerca dos conceitos e dos limites que devem ser estabelecidos para categorizar uma determinada manifestação musical como regional ou não. Tal alteração desperta atenção e interesse imediato dos trabalhadores da cultura, visto que os projetos culturais enquadrados no Artigo 18 podem ser patrocinados com 100% de isenção fiscal. Desta forma, faz-se ainda mais necessário destacar a mudança referente à participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos, para que a medida não seja ofuscada por outros debates.

Neste subcapítulo da tese, buscou-se traçar um panorama da gestão pública brasileira contemporânea no desenvolvimento de políticas culturais, tendo como base os referenciais teóricos apresentados no primeiro capítulo. Partindo do Plano Nacional de Cultura, foram destacados os princípios que visam à interlocução com a educação, presentes nas ações descritas em alguns dos incisos da Lei que instituiu o PNC e que substanciaram a criação do Programa Mais Cultura nas Escolas. Tendo em vista a impossibilidade de pensar o momento atual sem considerar os impactos gerados pela instabilidade política vivida no país desde 2016, e que gerou uma abrupta mudança no rumo das iniciativas públicas, sobretudo no âmbito social, foram abordados exemplos que caracterizam o desmonte vivido na gestão cultural brasileira. Por fim, observou-se que o ano de 2023 ficou marcado pela retomada das políticas culturais, indicando caminhos auspiciosos para a interlocução com a educação, principalmente a partir de ações ocorridas em caráter interministerial.

Na perspectiva atual, o modelo de implementação e governança tem sido a tônica das ações promovidas pelo Ministério da Cultura a partir de sua recriação no ano de 2023, presente na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), na Lei Paulo Gustavo (LPG), nos Programas Rouanet nas Favelas e Rouanet Norte, no Programa Territórios da Cultura, nas conferências e seminários nacionais, entre outras iniciativas. Se na gestão de Gilberto Gil à frente do MinC a diversidade cultural e a promoção do acesso foram características que ficaram marcadas na história, sobre os primeiros anos da gestão de Margareth Menezes é possível afirmar que há um resgate destes propósitos, somado à ampliação de instrumentos de participação social que visam reduzir as desigualdades existentes no país, em suas mais variadas formas – de gênero, raça, orientação sexual, território, idade e todas as possibilidades de interseccionalidades.

Nos subcapítulos seguintes, a pesquisa se debruçará na identificação de equipamentos culturais existentes no território brasileiro e que são administrados pela iniciativa pública, visando compreender de uma maneira macro a estrutura

física disponível no território brasileiro para uma possível articulação com instituições escolares. Ainda de forma ampla, serão listados os programas e projetos desenvolvidos por secretarias estaduais e capitais municipais de educação e de cultura, tendo como foco traçar um panorama de ações voltadas à interlocução entre a educação básica e as práticas artísticas e culturais, com especial atenção às iniciativas de promoção do acesso de estudantes à fruição cultural.

2.1 A GESTÃO PÚBLICA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

No âmbito desta pesquisa, a promoção do acesso à fruição cultural é compreendida, de forma a contribuir para a ampliação de repertórios dos estudantes, como uma das interlocuções fundamentais entre cultura e educação. Vale destacar a escolha pela utilização do termo ampliação ao invés de formação de repertórios. Ao considerar a primeira opção como adequada, parte-se do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos culturais, isto é, pessoas que trazem consigo hábitos, crenças, costumes, rituais e outras diversas práticas adquiridas e construídas ao longo da vida. Esse entendimento é central para o desenvolvimento de processos educativos que valorizem a diversidade, opondo-se a uma iniciativa de imposição do arbitrário cultural dominante. Reconhece-se, neste sentido, que cada indivíduo já possui um repertório social e cultural e o desafio dos processos educativos, formais ou não formais, deve estar voltado à sua ampliação e diversificação.

Não se trata de excluir da escola a possibilidade de oferecer aos estudantes acesso a manifestações artístico-culturais e espaços legitimados pelas estruturas sociais de poder simbólico, como por exemplo um concerto de música clássica no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O exemplo é utilizado a partir do exercício proposto por Mello (2003) de olhar para as condições sob as quais este modelo de saber foi produzido, isto é, historicamente destinado a uma parcela específica da população, restringindo o acesso, tanto como público quanto na função de artista, a poucos privilegiados pertencentes a classe dominante. Neste ponto, Saviani (2011) afirma que:

> a restrição do acesso à cultura erudita conferirá àqueles que dela se apropriam uma situação de privilégio, uma vez que o aspecto popular não lhes é estranho. A recíproca, porém, não é verdadeira: os membros da população marginalizados da cultura letrada tenderão a encará-la como uma potência estranha que os desarma e domina (p. 20).

Romper barreiras simbólicas que impedem o acesso de determinadas parcelas da população às manifestações artísticas e culturais é um ato de cidadania e democracia. O oposto também se faz importante, isto é, promover a desconstrução do que seriam arbitrários culturais dominantes, sobretudo aproximando estudantes de práticas culturais e produções artísticas protagonizadas por grupos sociais historicamente marginalizados[57]. Vale ressaltar que ao configurar tais iniciativas, como a ida ao concerto e a fruição de uma manifestação cultural própria das tradições populares, por exemplo, garantindo-lhes o mesmo grau de importância para a formação integral dos estudantes, busca-se destituir a ideia de que a arte e a cultura operam em níveis, dicotomizados entre alta e baixa cultura.

Em pesquisa realizada pela JLeiva (LEIVA E MEIRELES, 2018)[58], consultoria especializada em cultura, esporte e terceiro setor, que promoveu um amplo estudo sobre os hábitos culturais da população jovem e adulta de doze capitais brasileiras, nota-se que quanto maior o grau de escolaridade, maior é o hábito e a diversificação de experiências culturais. Ao mesmo tempo, o estudo revela percentuais expressivos de pessoas com escolaridade de nível médio, incompleto ou completo, isto é, última etapa da educação básica, que nunca foram a algumas manifestações artístico-culturais, dentre estas: 70% concertos, 59% saraus, 38% teatro, 32% dança, 29% museus e exposições, 26% circo, 26% festas populares, 20% shows de música, 17% bibliotecas e 7% cinema. A pesquisa também demonstra a relação entre a renda e a escolaridade no acesso às manifestações artístico-culturais:

> Entre os entrevistados da classe C, o percentual dos que foram ao teatro e a museus, por exemplo, cresce conforme aumentam os anos de estudo. O mesmo acontece nas classes A e B e na D/E. Ou seja, **a educação é importante em todas as classes econômicas. O nível de escolaridade influencia até no acesso de pessoas com maior poder aquisitivo, que em tese não teriam restrições financeiras para ir ao cinema, ao teatro ou a shows musicais.** Os entrevistados das classes A e B que têm ensino superior frequentam mais atividades culturais do que a parcela desse mesmo segmento econômico que só completou o fundamental. Mais ainda: em muitos casos, quem é da classe C e cursou universidade vai mais a atividades culturais do que os da classe A e B com ensino médio. Apesar de a renda maior facilitar o acesso, **a baixa escolaridade**

[57] Para conferir contornos mais claros sobre o tema, apresento dois exemplos de produções/manifestações artístico-culturais que promovem a desconstrução de certos arbitrários culturais dominantes: 1) a peça teatral *Eles não usam tênis Naique*, da Cia Marginal, protagonizada por atores e atrizes moradores da Favela da Maré, localizada na cidade do Rio de Janeiro; 2) o espetáculo *Noites de passinho*, que apresenta a dança criada nos bailes funks cariocas e que foi reconhecida em 2018 como patrimônio cultural imaterial do Rio de Janeiro.

[58] "O estudo sobre os hábitos culturais da população jovem e adulta de doze capitais brasileiras está baseado em uma pesquisa quantitativa, realizada entre 14 de junho e 27 de julho de 2017, que envolveu uma amostra de 10.630 entrevistas com indivíduos de doze anos de idade ou mais" (LEIVA E MEIRELES, 2018, p. 15).

> **continua afastando as pessoas das atividades culturais** (LEIVA E MEIRELES, 2018, p. 52; grifos nossos).

Nos resultados da pesquisa, nota-se a influência que a escolaridade possui na formação do hábito cultural das pessoas, padrão observado em todas as classes sociais. Como uma das possíveis inferências produzidas a partir dos dados, mais do que uma questão de renda, o acesso a atividades culturais faz parte de uma formação educacional que é contínua.

Em pesquisa nacional, com expansão nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, realizada no ano de 2023 pela Fundação Itaú e o Instituto Datafolha (2023) sobre os hábitos culturais da população brasileira, observa-se que as taxas de exclusão permanecem bastante significativas. Dentre as respostas obtidas na pesquisa, destacam-se as seguintes atividades com percentuais expressivos de pessoas que nunca foram: 81% festival de música; 64% visita guiada em museus ou exposição feita por um educador; 58% espetáculos de teatro; 72% festivais de dança, teatro e literários; 66% saraus de poesia, literários ou musicais; 53% museus; 54% espetáculo/apresentação de dança; e 53% centros culturais.

Outro dado relevante da pesquisa é o percentual de 41% de pessoas que afirmaram realizar atividades ou programas culturais na escola. Tal indicativo reforça a concepção presente nas diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação, que afirma que “a escola pública é um importante ativo dos territórios. Em diversas localidades do país é a única instituição de Estado presente, por isso, costuma ser reconhecida como a porta de acesso a diversos direitos sociais”[59].

No entanto, os percentuais de exclusão são significativos, assim como a quantidade de escolas e estudantes matriculados na rede pública de ensino. Segundo dados do Censo Escolar/INEP 2020[60], o Brasil possuía 138.487 escolas públicas e 28.694.227 estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio. Em 2022, segundo pesquisa publicada pelo jornal Valor Econômico[61], o número de alunos matriculados na rede pública já superava 35 milhões, correspondendo a 82% das matrículas na educação básica brasileira.

---

[59] Ministério da Educação: Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/entrelacar>. Acesso em: 19 fev. 2024.

[60] Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. Acesso em: 04 dez. 2021.

[61] Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/12/11/escolas-de-educacao-basica-viram-alvo-de-fundos-e-grupos-internacionais-em-nova-consolidacao.ghtml. Acesso em: 06 jan. 2024.

Até aqui, buscamos caminhar na construção conceitual sobre a fundamental relação entre a educação e a cultura, fazendo o recorte desta interlocução para o acesso de estudantes da educação básica a experiências de fruição artísticas e culturais. Além disso, foram indicados dados que permitem afirmar que a educação básica brasileira é majoritariamente pública, visto que apenas 18% dos estudantes brasileiros são de colégios particulares. Logo, observa-se o enorme potencial de estudantes-espectadores de cultura a serem beneficiados por meio de iniciativas promovidas pelo estado, mas, a partir dos dados de exclusão produzidos pela pesquisa da consultoria JLeiva, ao mesmo tempo ainda existe um hiato significativo entre escolaridade e acesso à fruição cultural. Para indicar pontes possíveis, faz-se necessário investigar a existência no Brasil de espaços especializados para a difusão da produção artístico-cultural, assim como para o acesso dos públicos, o que será feito nesta pesquisa por meio do levantamento de informações acerca de equipamentos culturais públicos presentes nas capitais do país.

Como ponto de partida conceitual da investigação, faz-se necessário afirmar que o acesso à fruição cultural não está condicionado à existência de uma estrutura arquitetônica específica, isto é, tais experiências devem ocorrer de maneiras diversas, tanto em teatros, museus e centros culturais que oferecem atividades mediadas e acessíveis aos diversos públicos, quanto em espaços públicos ou comunitários (ruas, praças, galerias urbanas, praias, quilombos etc.), e até mesmo nas dependências de qualquer escola que ofereça as condições básicas de infraestrutura aos seus estudantes.

A concepção aqui destacada é determinante para a compreensão da categoria fruição artística e cultural e suas representações, vistas nesta pesquisa como fenômenos que se manifestam por meio das linguagens artísticas (música, teatro, dança, circo, artes visuais, audiovisual, performance, fotografia etc.), bem como pelas expressões culturais próprias das tradições, manifestas em rituais, celebrações, festas populares, cantos de trabalho e toda a sorte de bens materiais e imateriais representativos das formas de ser e existir no mundo. Nesse sentido, a fruição não é vista como processo de ampliação de conhecimento individualista voltada à diferenciação social, mas, diametralmente oposto, inerente a uma proposta de educação libertadora (FREIRE, 1996) que visa a indicar “o saber da história como possibilidade e não como determinação” (p. 39), alargando a visão de mundo dos estudantes por meio de experiências que contribuam para o desenvolvimento da alteridade e para a expansão de signos, significantes e significados.

No entanto, e sem a intenção de ser contraditório, cabe reforçar a relevância de coexistirem espaços especializados para a produção cultural, sendo este um dos princípios das políticas públicas de cultura. Tal indicativo está presente nas diretrizes do Programa Territórios da Cultura, mencionado no subcapítulo anterior como uma importante iniciativa que está em fase de implementação pelo Ministério da Cultura, no qual afirma que a criação de equipamentos culturais em territórios periféricos tem como objetivos:

> I - **diminuir a desigualdade de acesso à infraestrutura cultural por meio da implementação de espaços e equipamentos culturais em territórios periféricos;** II - ampliar a capilarização da oferta de espaços culturais a partir da atuação em rede e de equipamentos de dimensões variadas, fixos ou itinerantes, com recursos adequados para a formação, a produção e a fruição cultural, especialmente em locais de vulnerabilidade social; **III - dignificar populações historicamente minorizadas por meio da elaboração e utilização de projetos arquitetônicos qualificados e adequados à diversidade cultural e bioclimática do país**; **IV - promover o exercício da cidadania e da pluralidade de expressões culturais por meio da gestão compartilhada dos equipamentos de infraestrutura cultural nas comunidades e territórios onde se inserir;** V - produzir e adequar espaços para estimular a capacitação, o desenvolvimento de habilidades e aptidões, visando a inserção da produção cultural local na economia da cultura; e VI - contribuir para a ampliação do acesso às políticas culturais por meio da articulação dos espaços e equipamentos culturais a políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura e Entidades Vinculadas e políticas culturais locais e programas de base comunitária e de valorização da cultura popular, com a participação dos conselhos e comitês de Cultura, especialmente no âmbito da Política Nacional Cultura Viva, de que trata a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, e do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (MINC, 2023; grifos nossos)[62]

Por esses vieses, mais do que uma composição de estruturas arquitetônicas, equipamentos culturais podem representar um cabedal simbólico de autoestima comunitária, pertencimento, representatividade, inserção sociocultural, cidadania, perspectiva profissional e efetiva participação dos indivíduos nos rumos das políticas culturais de seus territórios.

Nessa perspectiva, será demarcado como recorte da investigação o fomento ao acesso de estudantes da educação básica à experiência da fruição cultural em equipamentos culturais públicos. Tendo em vista que o termo se configura como uma categoria analítica da pesquisa, será utilizada a definição presente no *Panorama setorial da cultura brasileira 2017-2018* para embasá-lo:

> Equipamentos culturais são também chamados espaços culturais, destinados ao uso ou frequência coletivos, orientados principalmente para a produção, criação, prática, acolhimento, divulgação e/ou comercialização de bens e serviços culturais, geridos por instituições públicas ou particulares (JORDÃO, 2018, p. 125).

[62] Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-minc-n-68-de-29-de-setembro-de-2023-513840797>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Complementando a definição, cabe acrescentar a descrição presente no *Dicionário Crítico de Política Cultural*:

> Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis etc.) (COELHO, 1997, p. 164).

Calabre (2020) afirma que “no início dos anos 2000, a área de políticas culturais era praticamente inexistente no campo dos estudos acadêmicos. Também eram escassas as experiências de gestão da cultura registradas (e consolidadas) que trabalhassem no viés da construção de políticas públicas” (p. 151). Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, o cenário das políticas culturais no Brasil passou por profundas transformações, retroalimentado pela elaboração de pesquisas importantes sobre a produção cultural brasileira, dentre as quais vale destacar as seguintes publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *Informações básicas municipais*, os *Suplementos da Cultura*, elaboradas nos anos de 2006 e 2014, e *Sistema de informações e indicadores culturais de 2007 e 2018*. Também merecem destaque as produções: *Cultura em números 2010*, do Ministério da Cultura, e *Panorama Setorial da Cultura Brasileira*, edições 2011-2012, 2013-2014 e 2017-2018.

Políticas públicas também foram, e continuam sendo, fundamentais para fomentar pesquisas no campo da cultura, como, por exemplo, a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Atualmente, as plataformas Mapas da Cultura[63], criada pelo Ministério da Cultura em 2015, e Museusbr[64], instituída pela Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal por meio da Portaria IBRAM nº 215, de 04 de março de 2021[65], constituem-se como ferramentas colaborativas e integradas a outras bases de dados da cultura, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus.

Soma-se a elas o portal CulturaEduca 2.0, cujo mapeamento é gratuito, baseado em um modelo de rede colaborativa. Trata-se de uma importante iniciativa voltada a fomentar o diálogo entre a educação formal, desenvolvida nos currículos escolares, e a educação não formal, isto é, as práticas cotidianas que ocorrem nos territórios onde as escolas estão inseridas e que incluem as

[63] Disponível em: <http://mapas.cultura.gov.br/sobre/>. Acesso em: 23 ago. 2022.
[64] Disponível em: <https://renim.museus.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2022.
[65] Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Portaria-215.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

manifestações artísticas, as histórias e memórias do bairro, as festas populares, as práticas esportivas, os debates contemporâneos etc. Nesse sentido, a plataforma tem como principal objetivo:

> facilitar o diálogo entre educação e cultura, entre a escola e as instituições, entre as iniciativas culturais e pessoas próximas a ela. Comunidades formadas por crianças, jovens, professores, pais, agentes culturais e cidadãos são convidados a mapear seus territórios de vivência de forma colaborativa. Mais que localizar iniciativas socioculturais, o processo de mapeamento fortalece elos comunitários e provoca múltiplas possibilidades de aprendizagem. Os mapas ainda apresentam dados sobre as particularidades de cada território: demografia, atividade econômica predominante, renda, escolaridade, entre outros. Essas informações são estratégicas para fomentar o planejamento de ações comunitárias e/ou de políticas públicas[66].

Todas as iniciativas mencionadas sistematizam dados e informações relevantes para gestores, pesquisadores, produtores e demais integrantes do sistema cultural, substanciando o desenvolvimento de políticas, programas e projetos. Estas fontes constituem-se como ponto de partida para traçar um panorama inicial acerca dos equipamentos culturais brasileiros.

Em 2001, segundo o IBGE (2003), 79% dos municípios brasileiros possuíam biblioteca pública, sendo este o equipamento com maior presença no país. Teatros, museus e cinemas representavam percentuais bem menos expressivos, estando presentes em 19%, 17% e 8% dos municípios, respectivamente. Em termos quantitativos, o Brasil iniciou o século XXI com 5.932 bibliotecas públicas, 2.236 teatros ou salas de espetáculos, 1.579 museus e 1.344 cinemas mantidos pelo poder público municipal. Em 2018, a pesquisa do IBGE (2019) apresentou os seguintes percentuais referentes à existência dos tipos de equipamentos culturais nos municípios brasileiros: 87,7% possuem bibliotecas públicas, 25,9% têm museus, 20,6% contam com teatros ou salas de espetáculos e 10% com cinemas, além de centros culturais com 31,2% de incidência, dado que passou a integrar a série histórica da pesquisa a partir de 2006. Os quantitativos sofreram pouca variação durante quase duas décadas: 6.171 bibliotecas públicas, 1.465 teatros ou salas de espetáculos e 1.693 museus.[67] Chama a atenção a redução quantitativa de teatros, sobretudo porque os números são anteriores à pandemia de Covid-19, que gerou severos impactos à administração dos equipamentos culturais, provocando, possivelmente, mudanças agudas neste panorama.

---

[66] Disponível em: <https://culturaeduca.cc/>. Acesso em: 06 jan. 2024.
[67] A pesquisa realizada em 2018 indicou que o Brasil possuía 2.178 centros culturais mantidos pelo poder público municipal, porém, não apresentou o quantitativo de cinemas.

Segundo dados apresentados na publicação *Cultura em evidência – Aprendizados para fortalecer políticas culturais no Brasil* (2023), 57% dos municípios brasileiros têm diversidade de equipamentos culturais, como museus, teatros, cinema, clube, ponto de cultura, centro cultural, contando com, no mínimo, cinco desses equipamentos.

Em diálogo com o panorama exposto, foram elaborados, por meio de pesquisa realizada nos sites das 27 secretarias estaduais de cultura, incluindo o Distrito Federal, e das 26 secretarias municipais de cultura das capitais brasileiras, os quadros do anexo 1 que apresentam os equipamentos culturais, entendendo o termo como categoria representativa de espaços destinados à realização de atividades artísticas e culturais, pertencentes à administração pública dos estados e suas respectivas capitais das cinco regiões do país. A escolha por identificar equipamentos culturais pertencentes à administração pública tem por intuito: auxiliar a leitura inicial que se pretende dos territórios, visando produzir subsídios para analisar o potencial de interlocução entre as instituições de educação básica e os equipamentos culturais existentes no território brasileiro, e permitir que a pesquisa seja aprofundada na investigação de políticas, programas e projetos promovidos no município do Rio de Janeiro, porém sem tratá-lo de maneira isolada das demais unidades federativas, de modo a também contribuir para contextos mais amplos.

Sobre os dados aqui apresentados, importante destacar que não se trata de um mapeamento elaborado a partir de trabalho de campo, mas de pesquisa e organização de informações compartilhadas pela iniciativa pública por meio dos sites das secretarias estaduais e municipais de cultura. Portanto, caso ocorra de algum equipamento cultural não estar listado nos quadros apresentados no anexo 1, assim como a presença de algum equipamento que por qualquer motivo que seja tenha deixado de existir, cabe à desatualização das informações fornecidas por estados e municípios. Da mesma forma, a ausência de informações referente a alguns estados e municípios se deve ao não compartilhamento pela iniciativa pública em suas respectivas páginas na internet.

De maneira geral, os sites das secretarias estaduais e municipais de cultura apresentam informações sobre os equipamentos culturais existentes sob responsabilidade da gestão pública. Foi possível verificar que, das 53 repartições administrativas da esfera pública da cultura listadas, apenas 11 não disponibilizam este tipo de informação em seus sites. Desta forma, a recorrência do tema foi um dado que chamou a atenção durante a pesquisa, indicando sua relevância. A ausência de informações sobre os equipamentos culturais administrados por

estados ou capitais municipais nos sites está concentrada na região Norte do país, onde não foi possível encontrar dados dos estados de Roraima, Rondônia e Acre e das capitais Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Macapá. A ausência de informações corresponde a um percentual de 50% e destoa do padrão encontrado nas demais regiões do país.

Em contrapartida, em determinadas localidades as informações são apresentadas de maneira minuciosa, não apenas listando os equipamentos culturais, mas também oferecendo dados sobre suas estruturas técnicas, além de fotos, horário de funcionamento, contatos para atendimento e em certos casos até página específica do espaço cultural para acesso à programação. Nesse sentido, valem destacar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte e os municípios de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Fortaleza, São Luís, Recife e Natal.

A discrepância entre os níveis de detalhamento dos conteúdos expostos e até mesmo a inexistência de informações pode indicar a forma como os diferentes estados e capitais abordam a gestão cultural, denotando índices díspares de organização, transparência e grau de importância dado à administração da cultura.

Ainda sobre a forma como os dados são apresentados, vale citar que não há um padrão de nomenclatura utilizado, variando entre os estados e municípios. Em diversos casos os conteúdos estão distribuídos em subcategorias temáticas, tais como: “bibliotecas”, “museus”, “teatros”, “centros culturais” e “casas de cultura”. No entanto, há recorrência de duas categorias mais amplas que reúnem todas as estruturas existentes, sendo “equipamentos” e “espaços”. Também não há padrão em relação aos títulos dados às secretarias, variando desde o uso exclusivo da palavra cultura, isto é, secretaria estadual ou municipal de cultura, até a associação de outros termos que designam conceitos diversos, tais como cidadania, ação cultural e economia criativa.

Foi também possível observar casos em que a gestão da cultura está aglutinada a outras áreas, tais como turismo, lazer, eventos, esportes e juventudes. Isso ocorre na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, na Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande, na Fundação Municipal de Cultura, Eventos e Turismo de Manaus, na Superintendência da Juventude,

Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia, na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre, na Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil, de Rio Branco, na Secretaria da Cultura e Turismo do Estado do Tocantins e na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador. Chama a atenção que a recorrência de áreas aglutinadas à cultura ocorra com o turismo, o lazer e os esportes, sendo somente um caso em que educação e cultura estejam sob a mesma gestão, na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre. Apesar disso, é notável a existência de secretarias específicas para a gestão da cultura nos estados e capitais municipais. Triangulando os dados, é possível afirmar que a região Norte, onde as informações sobre os equipamentos culturais públicos são mais escassas, é também a região que possui a maior incidência de secretarias não dedicadas exclusivamente à cultura.

Vale também destacar a expressiva quantidade de fundações responsáveis pela gestão cultural nos estados e municípios, totalizando 16 casos, sendo 7 na região Nordeste, 6 na região Norte e 3 na região Sul. Nesta pesquisa, não se pretende aprofundar este aspecto, no entanto, tal informação surpreende, sendo, portanto, conteúdo pertinente para investigações futuras.

Segundo dados produzidos pela pesquisa de Perfil dos Estados Brasileiros (ESTADIC)[68], realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 4 estados possuem Plano Estadual de Cultura, 27 têm Conselho Estadual de Cultura e 27 dispõem de Fundo Estadual de Cultura.

Em todas as regiões, com menor incidência no norte do país, há abundância de espaços especializados voltados às diferentes áreas da cultura. Além de segmentos e temas que são recorrentes em todo o território nacional, tais como os arquivos públicos, os museus históricos, os museus de arte sacra, os museus da imagem e do som, as bibliotecas populares, as galerias de artes e os teatros municipais, é importante também mencionar exemplos de espaços que valorizam as culturas locais, salvaguardando e fortalecendo o patrimônio histórico material e imaterial brasileiro, tais como: a Escola de Sanfonas, do estado do Piauí, a Estação Central Capiba – Museu do Trem, do estado de Pernambuco, a Escola Municipal de Frevo, do município de Recife, o Museu do Barro de Caruaru, do estado de Pernambuco, a Casa do Carnaval da Bahia, do município de Salvador, a Casa do Tambor de Crioula, do estado do Maranhão, o Museu Sacacá – Povos Indígenas, do estado do Amapá, o Museu do Círio de Nazaré, do estado do Pará, o Museu Vivo da História Candanga, do Distrito Federal, o Museu

[68] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/10072/78455?ano=2021. Acesso em 11 mai. 2024.

Arqueológico, do estado do Rio Grande do Sul, o Museu do Café, do estado de São Paulo, o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira, do município do Rio de Janeiro, entre tantos outros.

Portanto, a partir do diagnóstico elaborado, é possível inferir que, ao longo da história, o poder público no Brasil assumiu lugar significativo na criação e na gestão de equipamentos culturais, apresentando sob sua responsabilidade, seja na esfera estadual ou municipal, representativa capilaridade. Os dados dão indícios do potencial que há para pensar em políticas específicas de aproximação e mediação entre os espaços culturais públicos existentes, a cena artística e cultural dos territórios e a educação formal, entendida aqui como a escolar. Nessa perspectiva, Carvalho (2016) destaca a importância dos equipamentos culturais para a sociedade:

> Os diferentes aparelhos culturais que compõem o universo urbano apresentam-se como pontos de aprendizagem, de troca e de circulação de conhecimento. Em uma perspectiva de educação integral, esses diversos espaços se congregam na formação do sujeito, e não apenas as influências advindas da educação formal. Certamente, a escola tem uma grande participação no papel de educar as gerações, mas, sozinha, encontra limites; assim, uma proposta de educação integral busca a contribuição de diversos agentes e instituições que se somem e se articulem a esse processo educativo (p. 199).

Por consequência, vale destacar que a proposição educativa de instituições culturais:

> não pode ser pensada apenas como algo supletivo, isto é, como preenchimento de lacunas deixadas pelas instituições escolares. (...) As escolas, as instituições educacionais públicas ou privadas supõem, por princípio, uma continuidade dos conhecimentos que deveriam produzir, e isto é o que as identificaria como instâncias de formação. E assim, o convívio com as artes seria também um requisito desta formação, como parte da sistematização que daria forma ao ideal, aos princípios, objetivos e valores articulados por uma concepção pedagógica, psicossocial, filosófica e existencial (FAVARETTO apud MARTINS e PICOSQUE, 2012, p. 147).

Dessa maneira, a partir do diagnóstico produzido é possível ressaltar a existência de elementos e características que propiciam o fomento à experiência da fruição artística e cultural de estudantes na educação básica, tais como: a expressiva quantidade de equipamentos administrados pela gestão pública e especializados para a produção cultural, sem descartar, evidentemente, a possibilidade de parcerias e ações integradas com a iniciativa privada e a sociedade civil; a quantidade de estudantes matriculados na rede pública de ensino; e a existência de amplo referencial teórico que valida a importância da interlocução entre a educação formal e o campo da cultura; além de pesquisas

recentes que indicam a exclusão de pessoas no acesso às manifestações artísticas e culturais.

2.2 INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA: PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA INICIATIVA PÚBLICA

Segundo Boal (2009, p.19), “não basta produzir ideias: necessário é transformá-las em atos sociais, concretos e continuados”. Essa mesma perspectiva pode ser aplicada ao acesso às manifestações artísticas e culturais, isto é, não basta construir prédios e estruturas arquitetônicas grandiloquentes. O acesso, assim como, o incentivo ao hábito da fruição, de maneira geral, não ocorre espontaneamente, o que reforça a importância de ações planejadas e sistemáticas que promovam esta conexão, sobretudo mediadas por processos educacionais.

Nesse sentido, adotando a mesma metodologia aplicada no reconhecimento dos equipamentos culturais, buscou-se identificar programas e projetos de educação e cultura desenvolvidos nos 26 estados e capitais municipais brasileiras, além do Distrito Federal, tendo como foco identificar iniciativas que promovem a interlocução entre as áreas na educação básica. A etapa é vista como uma das fases de produção de dados, tendo em vista que as informações existem, porém não estão prontas e organizadas. Para a obtenção de um conjunto de elementos que permitam a elaboração de afirmações e argumentos, ou seja, evidências, fez-se necessária a pesquisa, a interpretação e a associação de conteúdos disponíveis em 106 páginas de internet[69], cada uma com características próprias de disponibilização das informações. O conteúdo resultou nos quadros apresentados nos anexos 2 e 3 desta tese. A seguir, serão elaboradas algumas análises, iniciando pela área da educação.

De maneira geral, foi possível identificar que os sites das secretarias estaduais e municipais de educação apresentam informações organizadas na mesma categoria denominada “programas e projetos”. Há significativa diversidade entre as ações realizadas, mas alguns temas são recorrentes, entre elas: o incentivo às atividades esportivas, a formação continuada de professores, a inserção de novas tecnologias no cotidiano escolar e a abordagem de questões

[69] No período de maio a outubro de 2022, as informações foram produzidas por meio do acesso aos sites das 27 secretarias estaduais de educação, 27 secretarias estaduais de cultura, 26 secretarias municipais de educação e 26 secretarias municipais de cultura das capitais brasileiras.

ambientais. Observa-se também a ocorrência de programas e projetos que visam à ampliação do acesso aos livros e ao incentivo ao hábito da leitura, tais como: “Floripa Letrada”, da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, “Jornada Literária”, da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, “LIARE – Literatura e Música”, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, “Viajando na leitura” e “Legado literário”, da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, e “PROLER”, programa de letramento da Secretaria de Educação do Recife, apenas para citar um exemplo de cada região brasileira.

Uma quantidade significativa de secretarias estaduais e municipais de educação apresentam em suas páginas na internet informações sobre os programas e projetos que desenvolvem. Foi possível verificar que, das 53 repartições administrativas da esfera pública da educação, 18 não publicizam este tipo de conteúdo, o que corresponde a, aproximadamente, 34%. As regiões Norte e Nordeste são as que possuem maior escassez de compartilhamento, situação que ocorre nos estados do Pará, Roraima, Acre, Rio Grande do Norte, Maranhão e Alagoas, e nos municípios de Rio Branco, Palmas, Macapá, Fortaleza, Natal, São Luís, Maceió, João Pessoa, Aracaju e Teresina. Desta forma, é possível considerar os termos programas e projetos como categorias analíticas recorrentes.

Além de compartilhar informações sobre as iniciativas desenvolvidas, em determinados estados e capitais municipais os dados são apresentados de forma bastante detalhada, incluindo a descrição do programa, objetivos, cronograma de realização, entre outros dados. Nos quesitos mencionados, destacam-se: a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e a Secretaria Municipal da Educação do Salvador. A discrepância entre os níveis de detalhamento dos conteúdos expostos e até mesmo a inexistência de informações pode indicar a forma como os diferentes estados e capitais abordam a educação não formal, denotando índices díspares de organização, transparência e grau de importância ao tema.

Diferentemente do que ocorre na cultura, são exceções os casos em que a educação está aglutinada a outras áreas no âmbito das secretarias. Isso ocorre

apenas na Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista, na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre, na Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, na Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte e na Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa.

O passo seguinte é a identificação de programas, projetos e ações que têm como princípio norteador a interlocução da educação básica com práticas artísticas e culturais, seja em um contexto curricular ou no âmbito da educação não formal. Nesse sentido, vale destacar as iniciativas desenvolvidos pelas seguintes secretarias de educação:

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

- Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC)[70]: têm o intuito de promover a ampliação da jornada escolar de maneira qualificada, fortalecendo o currículo com práticas de educação não formal que contribuam para a diversificação da formação cultural e científica dos jovens estudantes. O programa possui unidades espalhadas por 9 municípios da Bahia, atendendo alunos do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Na unidade de Salvador, por exemplo, são desenvolvidos projetos voltados à construção de instrumentos musicais com materiais reciclados (oficina Bando di papel), transversalizando temas como música, cultura e meio ambiente; expressão corporal a partir de práticas de instrumentalização do corpo (oficina Corpus), integrando aspectos relacionados à dança e à educação física; produção textual criativa, a partir do incentivo à escrita literária ficcional, tanto individual, quanto por meio de processos colaborativos (oficina Eu escritor); imersão teatral a partir de jogos, vivências e experimentações baseadas na improvisação e na construção de cenas (projeto Jogos teatrais); entre outras diversas iniciativas.

- Artes Visuais Estudantis (AVE)[71]: voltado aos estudantes do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos, o projeto fomenta a criação de obras artísticas a partir

[70] Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/centros%20juvenis>. Acesso em: 09 jan. 2024.
[71] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/artes-visuais-estudantis-ave>. Acesso em: 09 jan. 2024.

da valorização das expressões culturais regionais, difundindo os trabalhos produzidos pelos estudantes a partir da organização de exposições nas escolas, reforçando aspectos como a criatividade, o olhar estético e o senso de pertencimento da comunidade escolar.

- Mostra de Dança Estudantil (Dance)[72]: iniciativa realizada há 10 anos nas escolas estaduais da Bahia, tendo como proposta pedagógica promover o desenvolvimento da expressão artística e a valorização da dança como componente curricular da educação básica, conforme diretriz presente na Lei nº 13.278[73], de 2 de maio de 2016.

- Produção de Vídeos Estudantis (Prove)[74]: o projeto promove a capacitação de estudantes para a linguagem audiovisual, desenvolvendo conhecimentos estéticos e habilidades técnicas para utilização de equipamentos que vão do celular à filmadora. A partir da criação de roteiros que dialogam com temas inerentes à realidade dos jovens, o projeto contribui para a expressão subjetiva e criativa dos estudantes, além de oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências para o uso positivo das ferramentas de comunicação.

- Tempos de Arte Literária (TAL)[75]: o projeto estimula o acesso dos estudantes à literatura, enquanto manifestação cultural e linguagem artística. Além do fomento à leitura, a iniciativa tem como propósito estimular a produção literária dos jovens a partir de temas e aspectos próprios das manifestações culturais regionais, colocando-os também em contato com autores contemporâneos da literatura brasileira.

- Encante[76]: projeto dedicado à formação de grupos de canto coral nas escolas, estimulando a expressividade artística, a coletividade e o interesse dos estudantes pela música brasileira, além de habilidades técnicas relacionadas à prática vocal.

---

[72] Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/dance>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[73] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[74] Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/prove>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[75] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/tempos-de-arte-literaria-tal>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[76] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/encante-0>. Acesso em: 9 jan. 2024.

- Educação Patrimonial e Artística (EPA)[77]: o projeto se destaca por sua abordagem temática, proporcionando educação patrimonial e artística aos estudantes por meio do reconhecimento e da valorização da memória e do patrimônio cultural material e imaterial baiano. Para isso, as ações do projeto contemplam a sensibilização de professores e diretores escolares, a elaboração coletiva de materiais, por meio de fotografias e exposições, e a exibição dos trabalhos produzidos em eventos da rede educacional.

- Fanfarras Escolares no Compasso da Juventude[78]: criado com o objetivo de contribuir para a aproximação da escola com a comunidade, o projeto visa à formação de grupos instrumentais de fanfarra e bandas marciais, tradição cultural presente em diversas regiões do país.

- Festival Anual da Canção Estudantil (Face)[79]: um dos projetos de artes mais longevos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, o Face teve sua primeira edição em 2008. Com ampla capacidade de mobilização entre os jovens, a iniciativa desenvolve de maneira lúdica a criatividade, a cooperação e a musicalidade, além de diversos valores incutidos na experiência estética, tanto dos alunos-artistas, quanto dos alunos-espectadores.

- Festival Estudantil de Teatro (Feste)[80]: desenvolve, por meio do teatro, os mesmos princípios pedagógicos do festival de música, fortalecendo o protagonismo juvenil na cena artística estudantil.

Secretaria Municipal da Educação do Salvador

- Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema)[81]: o programa tem como finalidade a implementação de um conjunto de práticas voltadas à promoção do acesso e ao incentivo à permanência na escola de mulheres afrodescendentes em situação de vulnerabilidade social. As dimensões

[77] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/educacao-patrimonial-e-artistica>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[78] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/fanfarras-escolares>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[79] Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/festival-anual-da-cancao-estudantil-face>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[80] Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/feste>. Acesso em: 9 jan. 2024.
[81] Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/programa-projeto/fiema/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

simbólica e cidadã de cultura são inerentes à própria criação do programa e se materializam em diversas ações, tais como: o projeto “Fazendo arte na Escola”, composto por oficinas de estamparia em camisetas a partir de narrativas afrocentradas; os projetos “Re-significando sabores” e “Café com Identidade”, que promovem formação profissional em culinária e barismo para mulheres, abordando conhecimentos tradicionais de culturas afrodiaspóricas; além de iniciativas presentes no calendário escolar durante todo o ano visando à celebração de datas comemorativas das lutas contra o racismo e a valorização positiva das identidades negras como, por exemplo, os dias 21 de março, 25 de julho e 20 de novembro[82].

Secretaria de Educação do Recife

- Programa Cinema na Escola[83]: criado pela Secretaria Executiva de Tecnologia na Educação, o programa é composto por cinco eixos de atuação, que incluem a formação, a exibição, a produção, a socialização e o acervo. No projeto CinEduca são oferecidos cursos e oficinas de cinema para estudantes e educadores. O Hora do Cinema é dedicado à exibição mediada de obras audiovisuais, fomentando o interesse dos jovens pela composição de cineclubes. Para incentivar a produção cinematográfica dos alunos, o projeto 7 no Set oferece as condições necessárias para a gravação de curtas e longas voltados à criação de materiais pedagógicos para uso da Secretaria de Educação do Recife. O quarto eixo do programa ocorre por meio do projeto MostraRec, onde são organizados festivais e divulgadas as experiências com cinema na Rede Municipal de Ensino de Recife. Para concluir os eixos do programa, há o trabalho de documentação do acervo, que são disponibilizados em uma videoteca.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

- Festival Carioca de Educação Musical (FECEM)[84]: mostra de trabalhos artísticos produzidos pelos estudantes que tem como intencionalidades pedagógicas o incentivo à criatividade, à expressão subjetiva, à

[82] As datas se referem respectivamente ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Dia Nacional da Consciência Negra.
[83] Disponível em: https://educ.rec.br/7cine/projetos/. Acesso em: 12 jan. 2024.
[84] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/fecem#:~:text=Festival%20da%20Can%C3%A7%C3%A3o%20das%20Escolas%20Municipais%20(FECEM)&text=Esta%20iniciativa%20possibilita%20o%20despertar,e%2Fou%20coletiva%20dos%20alunos>. Acesso em: 10 jan. 2024.

manifestação de ideias e pensamentos, à aprendizagem musical e à fruição artística. O projeto completou 35 anos em 2023 e envolve a participação de estudantes das 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) espalhadas por todo o município do Rio de Janeiro.

- Mostra de Dança[85]: com 40 edições realizadas, o projeto é uma das ações mais longevas de arte e educação realizadas nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Também presente em todas CREs do município, o projeto incentiva a formação de grupos de dança nas escolas, promovendo o conhecimento desta linguagem artística por meio da criação de composições coreográficas.

- Lentes do Olhar[86]: mostra de trabalhos produzidos por estudantes da Rede Municipal e que tem como principal objetivo pedagógico aguçar o olhar estético dos jovens a partir das diferentes maneiras de representação das artes visuais, tais como a fotografia, a videoarte, a pintura, a escultura, o design, entre ouras formas de manifestação.

- Sons do Rio[87]: criado em 2022, o projeto promove a educação musical por meio de práticas de conjunto de orquestra e canto coral. Utilizando-se do método de arranjos didáticos adaptados aos diferentes níveis de desenvolvimento musical dos alunos, a proposta estimula o fazer coletivo e a ampliação de repertório musical com ênfase em canções brasileiras.

- Festa na Rede[88] ou Festival de Teatro dos Alunos Cariocas: projeto dedicado às artes cênicas, com ênfase na linguagem teatral, e que desde 2018 é realizado por todas as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Vale destacar que as mostras dos trabalhos artísticos elaborados pelos alunos, em grande parte resultante de processos autorais, ocorrem nos palcos de teatros importantes da cena carioca, promovendo o acesso e a experiência de produção e fruição artístico-cultural aos jovens.

---

[85] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/mostra-de-danca>. Acesso em: 10 jan. 2024.
[86] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cpfs5CXpdIp/?img_index=4>. Acesso em: 10 jan. 2024.
[87] Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/sme-realiza-mostra-municipal-de-multilinguagens/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
[88] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo/?id=13097525>. Acesso em: 10 jan. 2024.

- Mostra Municipal Multilinguagens[89]: iniciativa que reúne os principais projetos pedagógicos extracurriculares de artes da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Em um formato de culminância de processos, alunos da educação infantil, do ensino fundamental anos iniciais e anos finais e da educação de jovens e adultos de todas as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) apresentam suas produções artísticas, que envolvem as linguagens de música, teatro, dança e artes visuais. A última edição, ocorrida em 2023, teve como local de realização a Cidade das Artes, um dos centros culturais mais bem equipados do Rio de Janeiro.

- Escola Museu[90]: o projeto tem como principal objetivo promover o acesso de estudantes e educadores da Rede Municipal de Ensino a museus e centros culturais, estabelecendo vínculo com programas educativos e visitas mediadas a exposições. Dentre as instituições parceiras do projeto estão: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Casa Museu Eva Klabin e Instituto Moreira Salles.

- Concertinhos de Eva[91]: projeto realizado pelo Museu Eva Klabin voltado à realização de concertos didáticos aos estudantes e educadores da Rede Municipal de Ensino, contando também com a presença de outros públicos espontâneos. Trata-se de uma importante iniciativa de fomento à fruição cultural de estudantes, oportunizando o contato com variados estilos e repertórios musicais, além de diferentes famílias de instrumentos, configurando-se para muitos dos jovens participantes na primeira experiência de contato com esse tipo de produção artística.

- Orquestra de Vozes Meninos do Rio[92]: realizado há mais de duas décadas, o projeto promove a educação musical a partir da prática do canto coral. A pesquisa de repertório musical brasileiro, o desenvolvimento de técnicas vocais, a aprendizagem rítmica e o exercício da coletividade são alguns dos objetivos inerentes ao projeto. Destaca-se também a experiência

[89] Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/sme-realiza-mostra-municipal-de-multilinguagens/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
[90] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo/?id=13097546>. Acesso em: 11 jan. 2024.
[91] Disponível em: <http://evaklabin.org.br/concertinhos/>. Acesso em: 11 jan. 2024.
[92] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/exibeconteudo/?id=13097555>. Acesso em: 11 jan. 2024.

proporcionada aos jovens de se apresentarem em equipamentos culturais da cidade, oportunidade para muitos de primeiro acesso a um teatro.

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

- Cantata[93]: com mais de dez anos de existência, o projeto desenvolve a educação musical por meio de práticas de canto coral. Com apresentações sistemáticas presentes no calendário escolar, os encontros de corais proporcionam acesso dos jovens a importantes equipamentos culturais de Belo Horizonte, como, por exemplo, a Sala Minas Gerais, além de incentivar a pesquisa e o conhecimento de compositores da cena musical mineira e nacional.

- Circuito de Museus[94]: o projeto tem como uma de suas principais propostas incentivar a fruição dos estudantes em museus e centros culturais, aproximando os jovens das instituições culturais por meio do acesso físico e da formação linguística para que se apropriem da experiência cultural com autonomia. As ações do projeto são desenvolvidas com os estudantes da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos das escolas municipais de Belo Horizonte, possibilitando três visitas mediadas a espaços museológicos. Previamente a ida aos museus, educadores das escolas participam de uma formação em formato de roda de conversa, tendo como intuito oferecer subsídios para que desdobrem a experiência da ida à exposição em outras práticas pedagógicas. Vale também ressaltar que uma das características do projeto é a formação de circuitos que diversificam os roteiros praticados por estudantes e professores e que abordam os seguintes temas: Arte Brasileira; Artes Visuais; Ciências e Tecnologia; Esporte, Lazer e Memória; História de Belo Horizonte; História de Mulheres; Imagem em Movimento; Pampulha; Território Negro.

- Programa Música na Escola[95]: o projeto proporciona aos alunos das escolas municipais de Belo Horizonte, da educação infantil ao ensino

[93] Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/cantata>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[94] Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/circuito-de-museus>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[95] Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/programa-musica-na-escola>. Acesso em: 14 jan. 2024.

fundamental anos finais, a oportunidade de aprendizagem de um instrumento musical.

- Integrarte[96]: o projeto é voltado à formação de educadores, por meio de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Escola Livre de Artes, da Fundação Municipal de Cultura. A partir de temas transversais à educação e à cultura, são promovidas iniciativas que dialogam com as linguagens de artes visuais, circo, dança, design popular, música, teatro e patrimônio cultural.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

- Escola vai ao museu[97]: o projeto promove o acesso de estudantes do ensino médio da rede municipal paulista à Pinacoteca do Estado de São Paulo. Para os estudantes, são realizadas visitas mediadas ao acervo, com destaque para as obras de artistas brasileiros dos séculos XIX e XX, enquanto para os educadores são promovidas capacitações para que a experiência museológica se desdobre em ações pedagógicas em sala de aula, iniciativa denominada de programa Bem-vindo professor.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

- Centros Educacionais Unificados (CEUs)[98]: criado em 2002, os CEUs têm como missão promover a articulação de políticas públicas territoriais em prol de uma educação integral. Democrática, emancipatória, humanizadora e social são alguns dos adjetivos que estruturam a proposta do programa, que busca por meio de iniciativas diversas, criar diálogos entre educação, cultura, esporte, lazer e recreação. Dentre os serviços promovidos nos CEUs, destacam-se: empréstimo de livros em bibliotecas; atividades de extensão de jornada escolar; ampla programação artístico-cultural realizada durante todo o ano; acesso a atividades físicas orientadas; colônia de férias para crianças e adolescentes; formação continuada de educadores; além da Rede UniCEU, Universidade nos Centros Educacionais Unificados, com 52 Polos de Apoio Presencial voltados à oferta de cursos gratuitos em diferentes níveis de formação.

---

[96] Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/integrarte>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[97] Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/projeto-“escola-vai-ao-museu”-coloca-milhares-de-alunos-em-contato-com-a-pinacoteca/>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[98] Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/centroseducacionaisunificados/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Manaus

- Viajando na Leitura[99]: programa de incentivo ao hábito da leitura, composto por ações como: hora da leitura, que abrange alunos da educação infantil e do ensino fundamental; celebração do Dia da Leitura no Município de Manaus, que ocorre em 11 de junho; Concurso de Desenho e Redação; Encontro Municipal de Leitura; além de outras iniciativas.

- Teatro de Fantoches[100]: projeto realizado a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, a ONG Grupo Primavera e o setor privado, tendo como objetivo o desenvolvimento de práticas de teatro de fantoches com crianças, professores e pedagogos de educação infantil e do ensino fundamental de 60 unidades da rede municipal selecionadas.

Secretaria de Estado da Educação do Tocantins

- Dança Tocantins das Escolas Estaduais[101]: criado em 2022, o projeto visa promover o ensino da dança enquanto linguagem artística e expressão cultural. Realizado em formato de mostra competitiva, o projeto contempla os alunos nas categorias solo, grupo e estudantes com deficiência/TEA/doenças raras.

A partir do levantamento de programas e projetos desenvolvidos pelas secretarias de educação na esfera estadual e nas capitais municipais brasileiras, é possível criar quatro categorias gerais para agrupá-las, baseando-se, para isso, nas intencionalidades principais das ações: 1. Desenvolvimento artístico coletivo; 2. Formação no campo das artes; 3. Formação em temas transversais à educação e à cultura; 4. Acesso à fruição artística e cultural.

As iniciativas dedicadas ao desenvolvimento artístico coletivo são recorrentes em diversos territórios, ocorrendo, principalmente, por meio da formação de orquestras, grupos de canto coral, companhias teatrais e práticas coreográficas de dança. Tais ações no âmbito escolar, em geral, não estão voltadas à busca por resultados de alta performance, mas visam ao

[99] Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semed/programa-viajando-na-leitura/>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[100] Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semed/projeto-teatro-de-fantoches/>. Acesso em: 14 jan. 2024.
[101] Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/danca-tocantins-das-escolas-estaduais/5ch2uvkyeiw6>. Acesso em: 10 jan. 2024.

desenvolvimento de processos que passam pela noção de pertencimento a um grupo, do entendimento da importância das partes (indivíduos) para o alcance do resultado de todos (coletivo), pressupondo apresentações abertas ao público como culminância. Iniciativas desta natureza se configuram como relevantes práticas pedagógicas de sociabilidade, convivência, alteridade e compartilhamento de responsabilidades, além, obviamente, da dimensão estética e da manifestação da arte enquanto forma de expressão.

A formação no campo das artes se presentifica na oferta de cursos de música, teatro, dança, audiovisual, artes visuais, entre outras linguagens artísticas. Mesmo que tais atividades ocorram em grupo, o foco do desenvolvimento está no âmbito de habilidades e competências individuais, diferenciando-se, desta forma, da primeira categoria. A importância de iniciativas desta natureza na escola tem sido estudada há décadas pelo campo da arte-educação, destacando a importância do ensino artístico para o desenvolvimento de aspectos como cognição, criatividade, expressão, autonomia, concentração, entre tantos outros fatores positivos.

A formação em temas transversais à educação e à cultura é uma categoria encontrada em menor recorrência, mas que vale ser destacada por sua relevância. Trata-se de uma abordagem que extrapola o binômio educação-cultura pelo viés das artes, inserindo temáticas relacionadas ao campo das identidades culturais e ao enfrentamento às diversas formas de preconceitos e violências.

Já o acesso à fruição artística e cultural, conforme defendido nesta tese, contribui para a valorização da diversidade cultural, para a formação crítica do gosto, para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, criativo, emocional e sensível dos estudantes, para o estímulo ao pensamento crítico-reflexivo, para a ampliação de repertórios e visões de mundo dos alunos, entre outras tantas possibilidades de desdobramentos pedagógicos que pode gerar.

O quadro a seguir estrutura as iniciativas identificadas na pesquisa conforme a categorização proposta:

Quadro 2: Modelagem analítica de programas promovidos por secretarias de educação voltados à interlocução entre arte, cultura e educação

1. Desenvolvimento artístico coletivo	BA	Mostra de Dança Estudantil (Dance); Encante; Fanfarras Escolares no Compasso da Juventude; Festival Anual da Canção Estudantil (Face); Festival Estudantil de Teatro (Feste).

	RJ	Festival Carioca de Educação Musical (FECEM); Mostra de Dança; Lentes do Olhar; Sons do Rio; Festival de Teatro dos Alunos Cariocas (Festa na Rede); Mostra Municipal Multilinguagens; Orquestra de Vozes Meninos do Rio.
	MG	Cantata.
	SP	Centros Educacionais Unificados (CEUs).[102]
	TO	Dança Tocantins das Escolas Estaduais.
2. Formação no campo das artes	BA	Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC); Artes Visuais Estudantis (AVE); Produção de Vídeos Estudantis (Prove); Tempos de Arte Literária (TAL).
	PE	Programa Cinema na Escola.[103]
	MG	Programa Música na Escola.
	SP	Centros Educacionais Unificados (CEUs).
	AM	Viajando na Leitura.
3. Formação em temas transversais à educação e à cultura	BA	Educação Patrimonial e Artística (EPA); Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema).
	MG	Integrarte.
4. Acesso à fruição artística e cultural	PE	Programa Cinema na Escola.
	RJ	Escola Museu; Concertinhos de Eva.
	MG	Circuito de Museus.
	SP	Escola vai ao museu; Centros Educacionais Unificados (CEUs).
	AM	Teatro de Fantoches.

Fonte: dados da pesquisa

Ressalta-se que a modelagem analítica proposta tem como objetivo possibilitar uma análise geral baseada nas iniciativas encontradas nesta etapa da pesquisa, não tendo como intuito estabelecer engessamentos. Na prática, entrecruzamentos entre as ações se estabelecem como consequência natural, isto é, práticas de desenvolvimento artístico coletivas contribuem para a formação individual de habilidades e competências e, quando apresentadas ao público, podem fomentar o acesso de outros estudantes à fruição. No entanto, é

[102] O programa foi considerado em mais de uma categoria, pois possui desdobramentos alinhados a diferentes objetivos específicos.
[103] Idem.

determinante destacar que na perspectiva desta investigação a inserção de práticas artísticas na escola, seja por meio do ensino de suas linguagens ou pelo incentivo à produção das artes, são iniciativas extremamente importantes, porém não se configuram como atividades de fruição, pois têm propósito e natureza distintas. Em outras palavras, aulas de teatro, música, dança, artes visuais etc. não representam práticas de fruição artística e cultural. Nesse sentido, defende-se nesta tese a diferenciação destas iniciativas, justamente para que seja possível ressaltar a relevância da fruição artística e cultural, assim como suas possibilidades de desdobramentos por meio da mediação, no contexto da educação básica.

Avançando na análise dos dados, nota-se que há maior incidência de programas e projetos desenvolvidos no âmbito municipal, em geral voltados à educação infantil e ao ensino fundamental. Essas ações ganham ainda maior relevância atualmente, tendo em vista os processos de implementação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023[104], em continuidade à meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei nº 13.005/2014, que estabelece educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas. O tempo integral a que se refere a Lei é composto por carga horária igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, obrigando as instituições escolares a desenvolverem a ampliação de seus currículos. Para isso, o Programa possui cinco eixos conceituais, definidos pelos verbos ampliar, formar, fomentar, entrelaçar e acompanhar. É principalmente no contexto do entrelaçamento que deve se fazer presente o diálogo com a cultura. Nos indicativos para as ações do Programa referentes a essa diretriz é relevante destacar:

> Estímulo e apoio aos arranjos intersetoriais no território **identificando o potencial educativo dos territórios**; Articulação de políticas e programas sociais; Celebração de **parcerias e programas interministeriais**; Indução às parcerias intersetoriais regionais e locais (MEC, 2023; grifos nosso).[105]

As premissas destacadas acima estão presentes no Programa Escola em Tempo Integral e podem ser identificadas em diversas iniciativas realizadas pelas secretariais estaduais e municipais de educação listadas anteriormente, principalmente àquelas relacionadas à articulação com os territórios, desenvolvidas por meio de arranjos intersetoriais. Tais características ratificam o

[104] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.
[105] Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/entrelacar>. Acesso em: 25 jan. 2024.

potencial e a importância do diálogo com a área da cultura para a implementação do Programa, que tem em sua concepção o objetivo geral de melhorar a qualidade da educação pública no país. Nesse sentido, o momento se mostra oportuno para a elaboração de novas iniciativas voltadas à educação não formal e que podem se inspirar em programas já existentes no campo das políticas públicas, tais como os Centros Educacionais Unificados (CEUs), o Festival Carioca de Educação Musical (FECEM), o programa Cinema na Escola, os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC), entre tantos outros.

Em tempos de intensos debates, reformulações e mudanças no cenário educacional brasileiro, é mister que as discussões incluam a interlocução entre educação e cultura na construção de currículos de tempo integral, considerando que as práticas artísticas e culturais em um currículo de educação não formal têm a capacidade de agenciar conexões entre múltiplos saberes, aproximando e estimulando o diálogo entre diferentes conhecimentos e pessoas, promovendo, desta forma, a diversidade. Cabe à instituição escolar fazer escolhas que melhor representem seus princípios pedagógicos, assim como, encontrar um equilíbrio dialógico entre todos os saberes.

Voltando à análise dos programas, projetos e ações realizados pelas secretarias de educação e que têm como princípio norteador a interlocução da educação básica com práticas artísticas e culturais, seja em um contexto curricular ou no âmbito da educação não formal, percebe-se certo dinamismo na realização das iniciativas, coexistindo programas que promovem acesso à fruição cultural e outros que fomentam a formação e a produção artística. Outro fator identificado foi a simultaneidade em algumas secretarias de projetos que são realizados há mais de duas décadas com ações criadas há menos de dois anos, além de diversos projetos descontinuados de um ano para o outro. É certo que a pandemia de Covid-19 foi um fator determinante para a educação de uma maneira geral, impactando no encerramento de diversos projetos. No entanto, observa-se que há uma oxigenação na busca pelo diálogo com as artes e a cultura, ao identificarmos a implantação de novos projetos, assim como, a ressignificação de práticas que foram adaptadas ao modelo remoto de educação praticado durante o período de isolamento social.

Na perspectiva desta tese, o aspecto quantitativo não é uma categoria analítica e, portanto, não há o interesse em quantificar as práticas que são realizadas no território brasileiro. Em uma direção oposta, o panorama traçado visa, em primeira instância, reconhecer e afirmar que existem educadores que acreditam no potencial transformador de uma educação que é atravessada por

aspectos inerentes à arte e à cultura, e que conseguem viabilizar iniciativas variadas em condições diversas. Um segundo ponto de interesse da pesquisa é a identificação da área que propõe a realização das ações, isto é, analisar se os programas educativo-culturais são protagonizados pela administração educacional, pela administração cultural ou por ambas, seja de maneira independente ou de forma intergerencial. Será então traçado o mesmo percurso de investigação no sentido de listar os programas, projetos e ações realizados pelas secretarias de cultura dos estados e capitais municipais e que proporcionam o diálogo entre a educação básica e as manifestações artísticas e culturais.

O conjunto de iniciativas promovidas pelas secretarias de cultura possuem, em geral, três características principais: programas e projetos desenvolvidos integralmente pelas secretarias; convocatórias públicas regidas por editais; e políticas de incentivo fiscal, o que pode indicar, entre outras possibilidades, a descentralização do poder público. Dentre os programas e projetos que criam diálogo entre os campos da arte, da cultura e da educação básica destacam-se:

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

- Escolas Culturais[106]: o projeto foi criado com o objetivo de ampliar a concepção tradicional da escola, entendendo-a também como um centro cultural. Para isso, foram pensadas diversas iniciativas de inserção da arte e da cultura no currículo formal e na perspectiva da educação não formal, ofertadas aos estudantes no contraturno escolar, tais como: cursos de formação nas diversas linguagens artísticas, estímulo à produção artístico-cultural nas escolas e criação de circuitos para difusão e intercâmbios entre as instituições, além da promoção de atividades voltadas ao fortalecimento de vínculos territoriais da escola com o seu entorno.

  Os conceitos que estruturam a criação das Escolas Culturais sintetizam princípios essenciais da interlocução entre educação e cultura, entendo-a para além do lazer e do entretenimento, como expressão social, linguagem simbólica, construção identitária, inclusão, pertencimento e sensibilização para uma educação verdadeiramente integral, cidadã, crítica e criativa.

  Destaca-se na implantação do projeto a integração entre diferentes áreas do setor público, incluindo além das Secretarias de Cultura e de Educação da Bahia, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. O

[106] Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/escolas_culturais/Escolas_Culturais_Apresentacao_esclarecimentos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

projeto foi criado em 2017 e até 2020 já havia sido implantado em 85 unidades do estado, com previsão de chegar a 170 escolas até 2023. No entanto, tendo em vista a pandemia de Covid-19, o edital de gestão e operacionalização de ações de desenvolvimento e atividades artísticas e culturais[107] foi suspenso em julho de 2020, e não há informações sobre a retomada do projeto disponíveis no site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre

- Alfabetização Audiovisual[108]: o projeto possui duas vertentes principais, sendo estas o festival de cinema e a formação de professores. As ações do festival são voltadas aos estudantes da rede pública de todos os segmentos da educação básica e incluem a curadoria dos filmes a serem exibidos, a divulgação da programação, o agendamento para participação das escolas e a realização das sessões. Já a formação de professores ocorre de maneira continuada, composto pela fruição de filmes relacionados a uma determinada temática, debate sobre possíveis abordagens pedagógicas a partir da obra audiovisual e compartilhamento de textos de apoio para a prática docente. Desta forma, o projeto capacita os educadores para atuarem como mediadores, apropriando-se da linguagem audiovisual como importante ferramenta pedagógica.

- Visitas guiadas às pinacotecas de Porto Alegre[109]: visitação mediada para o público em geral e para estudantes da educação básica, por meio de agendamento prévio. A atividade inclui a fruição dos acervos expositivos, assim como o percurso pelas edificações tombadas pelo patrimônio histórico.

- Dança – Escolas preparatórias[110]: iniciativa realizada a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria Municipal de Educação, voltada à formação em diversas modalidades da

[107] Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/escolas_culturais/Portaria_n061.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
[108] Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/programa-de-alfabetizacao-audiovisual>. Acesso em: 18 jan. 2024.
[109] Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/visitas-guiadas-para-publico-em-geral-e-escolas>. Acesso em: 20 jan. 2024.
[110] Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/danca-escolas-preparatorias>. Acesso em: 20 jan. 2024.

dança para crianças e adolescentes. As atividades são realizadas em cinco escolas da rede municipal de ensino, com atividades cinco dias por semana no contraturno escolar.

Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo

- Público escolar[111]: programa composto pelos projetos Museu vai à Escola, Territórios educativos e Encontros de formação. Dentre as ações promovidas, destacam-se a produção de materiais educativos e a organização de visitas mediadas às exposições, a elaboração de pesquisa junto com os estudantes sobre memória e patrimônios materiais e imateriais dos territórios onde as instituições escolares estão inseridas e a realização de iniciativas voltadas à formação de educadores, por meio de cursos, oficinas, mesas de debate e intercâmbios.

Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

- Cadeira Cativa[112]: o projeto tem como objetivo fomentar o acesso de ONGs, projetos sociais, escolas, universidades públicas e servidores municipais às artes e à cultura por meio da distribuição de ingressos gratuitos para espetáculos realizados em equipamentos municipais, assim como, para apresentações patrocinadas por editais da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

- Edital Pró-Carioca Linguagens – Edição Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)[113]: organizado em 10 categorias temáticas, o edital contempla em suas ações a seleção de projetos artísticos voltados ao público infantil e que serão realizados em escolas. Mesmo não tendo o diálogo entre cultura e educação no cerne do edital, há desdobramentos possíveis a partir da realização das atividades em espaços escolares, ampliando a concepção de escola na perspectiva de considerá-la também como um equipamento de cultura.

[111] Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/educativo/programas/programa-publico-escolar>. Acesso em: 20 jan. 2024.
[112] Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/cadeira-cativa/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
[113] Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/pro-carioca-linguagens/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte

- Integrarte: projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, conforme mencionado e descrito anteriormente nesta tese.

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

- Artista Presente[114]: projeto realizado de forma conjunta com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e que tem como objetivo proporcionar vivências artísticas e culturais no cotidiano escolar. Realizado na rede estadual de ensino, as ações são panejadas e executadas de forma intersetorial, alinhadas à perspectiva do ensino em tempo integral. Na conceituação do projeto, estão presentes a crença em uma educação integral proporcionada a partir da interlocução com a cultura, estimulando a ampliação de repertórios dos estudantes e o desenvolvimento do pensar crítico e criativo.

- Escolas da Cultura[115]: o programa tem como propósito abranger cinco importantes áreas da cadeia criativa da cultura, isto é, a formação, a produção, a difusão, o acesso e a fruição. Para isso, é composto pelas seguintes iniciativas: Escolas Estaduais de Educação Profissional, com a oferta de cursos do eixo tecnológico produção cultural e design do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; Escolas Estaduais de Tempo Integral – eixo projetos culturais e artes na modalidade de atividades eletivas; Escolas Livres de Formação Artística e Cultural; Escolas de Ensino Superior – cursos de extensão, graduação e pós-graduação; Escolas dos Equipamentos Culturais – equipamentos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; Escolas Públicas da Cultura – equipamentos das secretarias municipais de cultura do Estado; Escolas com os Mestres da Cultura – rodas de saberes e aulas-espetáculos; Espaços híbridos de mediação cultural e de formação.

- AoGosto do aluno[116]: o projeto proporciona o acesso de estudantes das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino a equipamentos culturais do estado, tais como a Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE), o Museu

[114] Disponível em: <https://editais.cultura.ce.gov.br/>. Acesso em: 04 fev. 2024.
[115] Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/escolas-da-cultura/>. Acesso em: 04 fev. 2024.
[116] Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2023/08/14/cultura-e-educacao-2-mil-alunos-terao-acesso-a-espacos-culturais-durante-aogosto-do-aluno/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

da Cultura Cearense, o Planetário Rubens de Azevedo, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Cineteatro São Luiz. Por ano, mais de 2 mil alunos são beneficiados com as atividades do projeto, que desde 2017 é realizado em comemoração ao Dia do Estudante, celebrado em 11 de agosto.

Fundação Cultural de Palmas:

- Festival de Cinema Estudantil de Palmas – Você na tela[117]: iniciativa realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Palmas e que tem como propósito estimular a exibição de obras audiovisuais no ambiente escolar, proporcionando o acesso dos estudantes à produção cinematográfica, ao debate estético e à reflexão crítica a partir da fruição artístico-cultural.

O quadro a seguir estrutura as iniciativas identificadas na pesquisa de acordo com a categorização utilizada anteriormente na análise dos programas das secretarias de educação:

Quadro 3: Modelagem analítica de programas promovidos por secretarias de cultura voltados à interlocução entre arte, cultura e educação

1. Desenvolvimento artístico coletivo	BA	Escolas Culturais.[118]
	CE	Escolas da Cultura.[119]
2. Formação no campo das artes	BA	Escolas Culturais.
	RS	Dança – Escolas preparatórias.
	CE	Escolas da Cultura.
3. Formação em temas transversais à educação e à cultura	BA	Escolas Culturais.
	MG	Integrarte.
	CE	Escolas da Cultura.
4. Acesso à fruição artística e cultural	RS	Alfabetização Audiovisual; Visitas guiadas às pinacotecas de Porto Alegre.
	SP	Público escolar: Museu vai à Escola, Territórios educativos e Encontros de formação.

[117] Disponível em: <https://www.curtapalmas.com/index.php/cinema-digital/rvsp/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
[118] O programa foi considerado em mais de uma categoria, pois possui desdobramentos alinhados a diferentes objetivos específicos.
[119] Idem.

	RJ	Cadeira Cativa; Edital Pró-Carioca Linguagens – Edição Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)[120].
	CE	Artista Presente; Escolas da Cultura; AoGosto do aluno.
	TO	Festival de Cinema Estudantil de Palmas – Você na tela.

Fonte: dados da pesquisa

Nota-se que no âmbito das secretarias de cultura a recorrência de programas voltados à fruição cultural dos estudantes é maior do que a identificada nas ações promovidas pelas secretarias de educação, enquanto ações de desenvolvimento artístico coletivo e de formação no campo das artes são bem mais frequentes no contexto da educação. Aparentemente, os dados indicam concepções distintas em relação às interlocuções entre educação e cultura, isto é, a educação busca, majoritariamente, o diálogo com a cultura por meio da prática artística, enquanto a cultura se aproxima da educação por meio da fruição cultural. Seria, portanto, do campo das políticas culturais a maior parcela de responsabilidade pelo fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição? Em contrapartida, por que o campo das políticas culturais deveria pensar na segmentação dos públicos, visando ações específicas para estudantes?

De fato, é justamente pela perspectiva de concepções distintas que as áreas da educação e da cultura, em uma análise do campo de suas políticas ou, em menor grau de complexidade, na dinâmica de programas e projetos, tornam-se ainda mais complementares. E por que complementares? Pois na divisão desta seara, cada área possui responsabilidades e mecanismos de implementação distintos que, necessariamente, devem estar interligados. A relação com os estudantes e seus familiares, a dinâmica de horários e organização do currículo, a capacidade de engajar o corpo docente, a formação e o estímulo à produção artística estudantil são algumas das práticas determinantes para a implementação de programas de fomento ao acesso à fruição cultural e que fazem parte do âmbito da gestão educacional. Já a curadoria programática, a contratação artística, a viabilização técnica para realização da atividade (espetáculo, exposição, sarau, exibição audiovisual etc.), as questões de segurança do equipamento cultural, o

[120] Embora não seja o foco principal do programa, considerou-se nesta categoria visto que uma de suas vertentes prevê desdobramentos possíveis a partir da realização das atividades em espaços escolares, ampliando a concepção de escola na perspectiva de considerá-la também como um equipamento de cultura.

receptivo de público e as ações de mediação promovidas antes e/ou após a fruição são apenas algumas das atribuições que estão no escopo da gestão cultural. Sem que haja a efetiva conexão entre as duas áreas, torna-se improvável qualquer adensamento em relação ao tema.

Em uma perspectiva de educação integral, isto é, pensando no desenvolvimento dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, o que inclui, fundamentalmente, aspectos relacionados à cultura, a escola é uma porta de entrada para a garantia de direitos sociais, muitas das vezes, a principal ou até mesmo a única. Também por esse viés, as políticas educacionais não podem ficar alijadas do compromisso de promover o acesso à cultura, em suas múltiplas formas incluindo a fruição. Pelo mesmo motivo, entendendo o acesso à cultura pelo prisma dos direitos humanos, a gestão cultural não pode se abster de buscar o diálogo com a educação. Não se trata de segmentar os públicos que frequentam os equipamentos culturais, mas pensar a escola enquanto instituição promotora de acesso, oportunidades e direitos, portanto, aliada fundamental na busca por um projeto de sociedade baseado na ideia de cidadania cultural.

Outro marco característico do modelo de atuação das secretarias de cultura, de forma geral, é a realização de editais públicos, fato que foi impulsionado com as implantações da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), tendo como base estruturante a integração entre União, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil. A LPG e a PNAB ganharam ampla projeção nacional, tanto pela importância que possuem no contexto atual das políticas culturais quanto pela forma como foram aprovadas, fruto de intensa articulação política e pressão de movimentos populares. No entanto, outros diversos editais de cultura promovidos por estados e municípios podem ser mencionados como exemplos deste movimento de governança e descentralização da produção cultural, tais como: Ações Locais, Pró-Carioca Diversidade, Viva o Talento, Zonas de Cultura e FOCA – Fomento à Cultura Carioca, da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro; 15º Festival de Música de Porto Alegre, 31º Porto Alegre em Cena, Multilinguagens, Prêmio Açorianos de Literatura, Programa Mais Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre; Cinemotion – edital de apoio a espaços de exibição, Fomento Audiovisual – diretor(a) estreante e documentário temático, Prêmio Literatura Mato Grosso, MT Preservar, MT Criativo – Feiras de Economia Criativa/Solidária e Viver Cultura – Expressões artísticas e Identidades, da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso; Ceará da Paixão, Ciclo Carnavalesco 2024, Patrimônio Vivo, Vozes Plurais, Ceará das

Artes, Prêmio Cultura Viva, VIII Prêmio Alberto Nepomuceno de Composição Musical, Cultura Infância, Cultura e Arte LGBTI+, Prêmio Territórios Culturais Tradicionais e Periféricos, Artista Presente e Edital de Apoio ao Audiovisual Cearense, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; e 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, Ponto do Autor, Beco do Artista, Cinema de Rua ou Cinema Itinerante e Cineclubes, Formação Audiovisual - Mostras e Festivais e Edital de Credenciamento de Artistas e Profissionais Fazedores de Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, apenas para citar exemplos de editais lançados de 2023 até fevereiro de 2024 das cinco regiões brasileiras.

A existência de uma gama expressiva de editais públicos de cultura coaduna com a compreensão do papel do Estado indicada no referencial teórico desta tese, resumida na frase de Chauí (1992, p. 78) que afirma que: “um órgão público de cultura não produz cultura, mas cria as condições para que os projetos culturais da sociedade sejam realizados”. Por meio da política de editais, o Ministério da Cultura e, posteriormente, as leis de incentivo promovidas nos âmbitos estaduais e municipais, vêm construindo há mais de três décadas, entre períodos de maior ênfase e outros marcados por descontinuidades, movimentos importantes de protagonismo compartilhado com a sociedade civil e a iniciativa privada.

No cerne da elaboração dos projetos, a iniciativa pública vem construindo didaticamente uma preocupação por parte dos proponentes – produtores culturais e artistas – com aspectos relacionados às contrapartidas sociais. Durante muitos anos, o preenchimento de contrapartidas sociais na etapa de inscrição de proposta na Lei Rouanet, principal mecanismo de fomento à cultura no Brasil, foi item obrigatório, induzindo os proponentes a pensarem estratégias de retorno positivo das ações para além do próprio fazer cultural em si. Empiricamente, é possível afirmar que tal direcionamento moldou a forma de elaboração dos projetos culturais, fazendo com que as contrapartidas sociais se tornassem algo presente na concepção das propostas, não por serem um item obrigatório, mas pela importância que conferem à iniciativa cultural. Pela experiência de atuar diretamente com a elaboração e avaliação de projetos culturais há quase vinte anos, observo que, no âmbito das contrapartidas sociais indicadas nos projetos, a relação entre as propostas culturais submetidas às leis de incentivo e editais públicos com a educação se faz presente, praticada por meio da oferta de ingressos gratuitos, sessões exclusivas para estudantes de escolas públicas, realização de oficinas, cursos e palestras nas instituições escolares, distribuição de produtos culturais gerados pelo projeto, tais como livros e revistas, entre outras

modalidades. Portanto, a interlocução de projetos culturais realizados por pessoa física ou jurídica com as escolas é mais uma forma de articulação da cultura com a educação básica, intermediada de maneira indireta pelo poder público através das leis de fomento.

No caminho percorrido até aqui, buscou-se cumprir com os três primeiros objetivos definidos no projeto da pesquisa, sendo estes: aprofundar o referencial teórico acerca da relação entre cultura e educação; identificar equipamentos culturais existentes no Brasil vinculados à gestão pública; e mapear políticas, programas e projetos de interlocução entre educação e cultura desenvolvidos pela gestão pública dos estados e capitais municipais brasileiras. Com isso, a partir das evidências produzidas é possível responder algumas das questões levantadas no início da investigação, isto é:

1. Existe uma literatura substancial que oferece ancoragem teórica sobre a importância da interlocução entre a educação básica e as práticas e manifestações artísticas e culturais, fato que possibilita a esta pesquisa ter como foco a investigação acerca do que é realizado no âmbito da gestão pública, tema identificado ao longo desta tese no qual há uma lacuna de pesquisas, ao invés de ter que se debruçar durante todo o trabalho na justificativa conceitual sobre a relevância de se pensar educação e cultura de maneira integrada;

2. O Brasil avançou significativamente na produção de dados culturais nas últimas duas décadas, a partir da sistematização de pesquisas realizadas pelo poder público, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade civil. Dados produzidos por pesquisas recentes demonstram que os índices de exclusão do acesso à cultura ainda são significativos. Ao mesmo tempo, as pesquisas indicam a influência positiva da educação na promoção do acesso e na formação do hábito cultural, sendo um fator mais significativo do que a renda, por exemplo;

3. Há nas capitais municipais expressiva oferta de equipamentos culturais sob a responsabilidade da administração pública, incluindo museus, teatros, circos, cinemas, centros culturais, salas de concerto, bibliotecas, gibitecas, memoriais, liceus de artes, galerias, entre outras tantas modalidades de espaços especializados para as manifestações artísticas e culturais. Em geral, os equipamentos culturais públicos são administrados pelas secretarias estaduais ou municipais de cultura e, desta forma, conferem aos governos condições privilegiadas de infraestrutura para o desenvolvimento de ações de incentivo ao acesso dos públicos à fruição cultural;

4. Nos últimos 20 anos, o Brasil produziu, sobretudo por meio dos Ministérios da Cultura e da Educação, uma série de documentos referenciais que

substanciam a importância e a intenção de promover iniciativas intersetoriais entre a educação e a cultura, tais como os trechos destacados ao longo deste capítulo extraídos de documentos como o Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil, o Plano Nacional de Cultura, a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais;

5. Além dos documentos referenciais mencionados, foi identificada e analisada a implementação do Programa Mais Cultura nas Escolas, política pública federal que apresentava em sua essência conceitos consonantes à ancoragem teórica desta tese, permitindo-nos observar a influência do contexto de instabilidade do país para a descontinuidade de uma política pública de educação e cultura, sobretudo com características de ambiguidade e conflito. Ainda na esfera federal, observou-se movimentos ocorridos em 2023 que indicam um cenário promissor em relação a novos arranjos entre o MinC e o MEC, tais como a realização de conferências temáticas e a retomada de reflexões conceituais que defendem o diálogo entre as áreas. Soma-se a esta perspectiva positiva, a criação do Programa Territórios da Cultura, voltado à ampliação da oferta de equipamentos culturais nos territórios, sobretudo em periferias, e a promulgação da Lei 14.568/2023, que incentiva a elaboração de projetos culturais concebidos para ocorrerem nas dependências de instituições escolares;

6. Verificou-se que as políticas culturais de âmbito federal desenvolvidas atualmente têm como característica o modelo de governança, no qual os processos se estabelecem a partir de relações multiníveis e multicamadas entre atores governamentais e não governamentais. Para isso, a concepção das políticas públicas considera mecanismos de coparticipação das diferentes instâncias da sociedade, no qual busca-se fomentar espaços democráticos para trocas, reflexões e elaborações coletivas. Portanto, na perspectiva dos modelos de análise de políticas públicas, considera-se as bases epistemológicas da quarta geração mais alinhadas ao contexto atual, sem deixar de considerar, ainda, elementos característicos da segunda e terceira gerações, tais como a discricionariedade e a influência exercida por burocratas de nível de rua e o significado teórico de ambiguidade e conflito, respectivamente;

7. Diante do panorama exposto, observa-se a necessidade de um salto efetivo nas etapas do ciclo de políticas públicas voltadas à interlocução entre educação e cultura. Durante a primeira década do século XXI, a principal conquista obtida foi a entrada do tema na agenda, ocorrida na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, evidenciada nos documentos produzidos no período e que construíram arcabouço teórico para que fosse possível o avanço para as

etapas seguintes do ciclo, isto é, a formulação e a implementação, vistas no Programa Mais Cultura nas Escolas. No entanto, conforme descrito anteriormente, o período de instabilidade política no país gerou a descontinuidade de diversas iniciativas voltadas ao campo social e, por consequência, a interrupção do ciclo de políticas voltadas à interlocução entre educação e cultura. Na gestão atual, observa-se a retomada do tema na agenda pública, por meio dos seminários interministeriais. Nesse sentido, é possível notar que, do ponto de vista das políticas culturais gestadas pelo MinC, estamos na fase da elaboração de agendas que visam à retomada das articulações entre as duas áreas. Importante também citar que o posicionamento político e as ações realizadas pelo Ministério da Cultura exercem grande influência sobre estados e municípios e, nessa perspectiva, a recriação do MinC e todo o movimento de reconstrução das políticas culturais criam um efeito cascata, replicando um pensamento pró cultura que se reflete nas instâncias administrativas brasileiras, materializado no reavivamento das conferências de Cultura em todo o território nacional e no crescimento do incentivo à cultura por meio de políticas de editais de fomento, por exemplo.

8. No âmbito dos governos estaduais e municipais, as informações obtidas na pesquisa permitem afirmar que existem programas e projetos promovidos pela iniciativa pública em todo o território nacional que têm como intuito inserir as artes e a cultura nos currículos de educação básica. Pela diversidade qualitativa e quantitativa das práticas, também é possível afirmar que os casos existentes não são exceções no contexto geral de programas e projetos realizados pela iniciativa pública no país. No entanto, seria necessária uma análise mais aprofundada para responder se alguma das ações possui amplitude e complexidade para se configurar como uma política e não como programa, projeto ou evento, investigação que será feita nos próximos capítulos tendo como foco o Município do Rio de Janeiro.

9. Para analisar os dados produzidos na pesquisa, foi criada modelagem analítica composta por quatro categorias baseadas nas intencionalidades principais das ações. A partir disso, observou-se que no âmbito das secretarias de cultura há certa recorrência de iniciativas destinadas a aproximar os estudantes da educação básica da cena artística e cultural, por meio de projetos que fomentam o acesso à fruição, seja por meio da distribuição gratuita de ingressos, até propostas mais amplas de mediação. Na perspectiva das secretarias de educação, as características mais comuns das ações realizadas é o incentivo às práticas artísticas, sobretudo por meio das linguagens da música, do teatro e da

dança. Nas secretarias de cultura, projetos desta natureza só ocorrem em parceria com as secretarias de educação, como nos exemplos citados de Belo Horizonte, Palmas, Porto Alegre e no estado do Ceará. Nesse sentido, se por um lado os dados produzidos indicam a existência de poucas iniciativas realizadas em parceria entre as secretarias de educação e cultura, por outro, é possível afirmar que mesmo de forma independente há, em alguns estados e municípios, uma perspectiva de complementariedade entre as áreas.

10. Ao identificar e caracterizar as iniciativas promovidas pelas secretarias de educação e de cultura, concluiu-se que as áreas têm como enfoque pressupostos distintos, conforme apontado no tópico anterior da conclusão deste capítulo. Demarcar a diferença entre o incentivo à produção artística e cultural, principal foco de atuação da educação, e o fomento ao acesso à fruição, mais presente no contexto da gestão cultural, possibilita enxergar o potencial de integração e complementariedade entre os dois campos. Nesse sentido, entende-se que o fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição deve ser uma iniciativa promovida, necessariamente, de forma integrada entre as gestões cultural e educacional, sobretudo ao considerar que ambas possuem responsabilidades, capacidades e mecanismos de implementação distintos e interdependentes.

11. Por fim, destacou-se como a iniciativa pública promoveu, de forma indutiva por meio da exigência de contrapartidas sociais em projetos submetidos aos editais, a articulação entre projetos culturais patrocinados via leis de incentivo à cultura e instituições escolares, praticada de diversas maneiras, inclusive, através do fomento ao acesso à fruição de espetáculos.

No capítulo seguinte, o foco será dado ao município do Rio de Janeiro, território escolhido para o adensamento da pesquisa, no qual busca-se investigar como o acesso de estudantes da educação básica a equipamentos culturais é tratado pela gestão pública e quais iniciativas para fomentar este acesso são promovidas pelas secretarias municipais de cultura e de educação, assim como por equipamentos culturais vinculados à administração pública. Tendo em vista que o contexto é determinante para a análise de políticas (MATLAND, 1995), antes de iniciar a apuração dos dados produzidos no trabalho de campo, serão abordados elementos importantes que caracterizam o momento atual das políticas culturais no Rio de Janeiro, bem como alguns fatos históricos relevantes da gestão cultural na capital Fluminense. Desta forma, tomaremos como base os construtos teóricos elaborados nos dois primeiros capítulos desta tese para operacionalizar a análise da pesquisa a partir dos dados empíricos produzidos.

3. APROFUNDANDO A ANÁLISE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Para estudar a interlocução entre educação e cultura no âmbito da política pública do Rio de Janeiro, faz-se necessário revisitar debates e iniciativas que marcaram a década de 1980, sobretudo na gestão do Governador Leonel Brizola e do Vice-Governador e Secretário de Ciência e Cultura Darcy Ribeiro. No texto de abertura da Revista do Brasil, edição especial de 1986, intitulada Política cultural no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro aborda aspectos que se mantiveram atuais nas discussões do campo da cultura nas últimas três décadas, sendo um deles a valorização da dimensão simbólica do conceito: “a cultura é para mim o modo singular de um povo exercer sua humanidade: audível, na língua que fala ou na forma que canta; visível, nas coisas típicas que faz; observável, nos seus modos peculiares de conduta” (REVISTA DO BRASIL, 1986, p. 2).

Ao mesmo tempo em que o texto de Darcy Ribeiro aponta para a concepção de cultura que seria adotada pelo então governo estadual, distanciando-se da visão limitante de cultura enquanto sinônimo de belas-artes, o antropólogo e ex-ministro da educação brasileira apresenta seu ponto de vista para o que entendia ser o papel do estado no âmbito das políticas culturais, ao afirmar que:

> Às vezes é útil, ainda que seja sempre perigoso, falar de cultura popular e cultura erudita. Gosto de pensar que essas são as duas asas da cultura que, sem vigor em ambas, não voam belamente. É preciso reconhecer que uma não é melhor e nem pior, superior ou inferior à outra; são apenas diferentes e, porque distintas, se intercambiam, abeberando-se reciprocamente. (...) **Dentro desse conceito de cultura, política cultural não pode ser mais do que o estímulo generoso do Estado para que a criatividade popular e erudita floresça, sem nelas jamais interferir.** A mão do Estado é sempre uma mão possessa, onde quer que ela queira ditar normas ou impor diretrizes (Idem, p. 2-3; grifo nosso).

A visão de Darcy Ribeiro sobre o papel do estado nas políticas culturais é consonante às ideias defendidas por Marilena Chauí e Gilberto Gil, apresentadas como referenciais teóricos no primeiro capítulo desta tese. Nesse sentido, o principal papel do estado não é ser protagonista da produção cultural, mas criar as condições necessárias, por meio de políticas, programas, projetos e outras diversas possibilidades, para fomentar a criação, a difusão, o acesso e a participação efetiva das pessoas nas manifestações artísticas e nas expressões culturais, garantido, assim, direitos constitucionais à população. Por essa perspectiva, no âmbito desta tese interessa-nos abrir este capítulo fazendo referência a uma importante iniciativa no campo das políticas culturais cariocas: a

inserção de práticas artísticas e culturais na educação básica promovidas a partir dos conceitos norteadores da criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que “passaram a ser a primeira contribuição polivalente no campo da animação cultural, fornecendo às comunidades a que servem um polo de atuação nos fins de semana, com a introdução de valores locais” (Idem, p. 4).

Os CIEPs, apelidados de “brizolões” pela população fluminense, foram criados com o objetivo de ampliar e qualificar a rede escolar, por meio de escolas de tempo integral projetadas para atender até mil alunos, incluindo jovens e adultos no horário noturno. Em sua concepção inicial, os CIEPs contavam com espaços especializados destinados a atividades físicas, práticas esportivas e recreação, oferecidas também aos finais de semana à comunidade, salas de estudos dirigidos, bibliotecas e centro de atendimento médico e odontológico. Além disso, no âmago da proposta educacional estava a intrínseca relação com a cultura, por meio da conexão orgânica com as identidades, os patrimônios materiais e imateriais e as produções artísticas dos territórios nos quais os CIEPs passavam a fazer parte.

> Atualmente, nas comunidades que já receberam o seu CIEP, ele passou a ser o principal centro de atividades artísticas e culturais para toda a população nos fins de semana. A ativação cultural no CIEP é o elemento integrador da vida comunitária ao processo educacional, **numa tentativa de instigar a escola ao desafio da educação criadora comprometida com sua cultura. É necessário que a cultura local, suas manifestações, seu cotidiano, tão ausentes dos currículos escolares, se incorporem ao dia a dia da escola** (REVISTA DO BRASIL, 1986, p. 33; grifo nosso).

A implementação da proposta pedagógico-cultural nos CIEPs passava fundamentalmente pelo trabalho exercido por mediadores, profissionais com formações e experiências específicas em áreas da cultura, à época denominados de animadores culturais[121]:

> São pessoas comprometidas com o fazer cultural, inquietas e instigadoras. Egressos de grupos de teatro, de música, de poesia, de movimentos que se criam espontaneamente, de associações comunitárias, de preferência residentes na comunidade, engajados em movimentos comunitários. Caberá ao animador cultural fazer emergir, em cada CIEP, as cores e os tons da comunidade a que pertence. Ele saberá encontrar em Caxias o repentista ou a folia de reis, em Nova Iguaçu a banda ou o grupo de teatro, em Campos o canavieiro ou a produção

[121] Sobre o termo, Chagas (2012) afirma que: “teve sua ancoragem no homônimo francês. Como um movimento que inovava no cenário educacional, não surgiu como proposta de mera diversão. Tal compromisso encontra-se registrado nos documentos “Animação Cultural: elo integrado” (1986) e “Animação Cultural” (1995), com o intento de que os animadores tivessem contato com vários nomes que produziam cultura no Brasil no campo da música, no campo do teatro, no campo da pintura. Casos específicos de Egberto Gismonti, Augusto Boal e Fayga Ostrower, entre outros. Até mesmo, porque se a diversão, nesse caso, está no plano da mera alegria instantânea que mais aliena do que emancipa, seus criadores no espaço dos CIEPs estavam bastante conscientes dos limites estreitos deste comportamento passivo de cultura” (p. 101).

> literária. Caberá a ele trazer, para o interior do CIEP, produções das diferentes linguagens da cultura universal (Idem).

Diversos fatores foram responsáveis pela descontinuidade das premissas estabelecidas na implementação dos Centros Integrados de Educação Pública, muitos deles relacionados aos descompromissos das gestões estaduais e municipais subsequentes, assim como, as tensões e barreiras simbólicas que se tem de enfrentar para manter uma iniciativa permeada de ambiguidades e conflitos, tais como as que envolvem políticas públicas de educação e cultura, sobretudo quando destinadas a corrigir as desigualdades sociais entre classes econômicas. No entanto, o arcabouço conceitual produzido na elaboração da política pública e as experiências geradas no campo prático são referências de aproximações possíveis e necessárias que dialogam diretamente com os princípios que ancoram esta tese.

Outro dado relevante para a pesquisa desenvolvida na presente tese é a compreensão acerca dos hábitos culturais e o panorama de exclusão do acesso à cultura no contexto do município do Rio de Janeiro. No ano de 2015, a consultoria JLeiva e a empresa O Baile, em parceria com o Instituto de Pesquisas Datafolha, realizou a pesquisa intitulada “Perfil Cultural dos Cariocas” (JLEIVA CULTURA E ESPORTE, 2016), que teve como principal objetivo mapear os principais hábitos culturais e de lazer na cidade do Rio de Janeiro. Ao todo, foram entrevistadas 1.537 pessoas com idade igual ou superior a 12 anos, tendo como instrumento a aplicação de um questionário composto por 60 perguntas. Dentre os diversos dados gerados, no âmbito desta tese é importante destacar àqueles referentes à exclusão cultural. Segundo as respostas apuradas, o percentual de pessoas que nunca foram as seguintes atividades culturais corresponde a: 79% ópera, 71% concertos, 69% saraus, 52% dança, 41% exposições de arte, 30% teatro, 25% museus, 24% circo, entre outros. As taxas de exclusão são equivalentes às médias nacionais, quando se compara os dados da pesquisa realizada no Rio de Janeiro com a publicação sobre os hábitos culturais em 12 capitais brasileiras (LEIVA E MEIRELES, 2018).

Em conformidade com os resultados obtidos em pesquisa realizada em âmbito nacional, os dados do perfil cultural dos cariocas apontam que a escolaridade estimula o acesso à cultura, tendo em vista que a proporção de exclusão entre pessoas que têm curso superior é de 6%, aumentando para 45% dentre o grupo de indivíduos com ensino fundamental. Nesse sentido, fica evidente que “quanto maior a escolaridade, mais baixo o percentual de pessoas que dizem nunca ter praticado atividades culturais. Quanto menor a escolaridade,

maior o percentual, maior a exclusão. A tendência vale para todas as atividades, independentemente da cobrança ou não de ingresso ou de seu valor" (JLEIVA CULTURA E ESPORTE, 2016, p. 26). Os resultados podem ser indicativos de como os processos educacionais contribuem para a percepção dos indivíduos sobre a importância do hábito cultural.

A partir do percurso teórico traçado até aqui, das informações produzidas nos levantamentos de equipamentos culturais e de programas e projetos de educação e cultura promovidos por estados e capitais municipais, e em diálogo com as pesquisas de perfil de hábitos culturais dos brasileiros e perfil cultural dos cariocas, adentraremos na investigação acerca das iniciativas realizadas por equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro visando conhecer e caracterizar a atuação da gestão pública no fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural. No entanto, antes de iniciar a análise dos dados produzidos nesta etapa da pesquisa de campo, faz-se necessário ratificar a escolha metodológica feita na tese.

Conforme abordado no segundo capítulo, não há qualquer dúvida que as expressões culturais estão presentes em todos os espaços e territórios, não dependendo de estruturas arquitetônicas, convencionalmente denominadas de equipamentos culturais, para se materializarem. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a diversidade de manifestações artísticas e culturais faz parte da identidade do carioca, ocupando e se apropriando de ambientes com as mais variadas características. Nesse sentido, vale citar alguns logradouros públicos ressignificados em espaços de cultura, tais como: o Espaço Cultural Viaduto de Realengo[122], criado em 2013 como um centro de produção cultural que congrega grafiteiros, músicos, dançarinos, poetas, *slamers* e coletivos artísticos, gerando impacto positivo para a comunidade no qual está inserido; o Espaço Cultural Rio Hip Hop Charme, mais conhecido como Viaduto de Madureira[123], local onde há mais de três décadas ocorre o tradicional baile charme, reconhecido como bem cultural de natureza imaterial da cidade; a Praça do Choro, situada na Rua General Glicério, que há mais de 15 anos reúne músicos semanalmente para apresentações de chorinho, gênero musical reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; o Museu Vivo NAMI[124], composto por murais de grafites com cerca de um quilômetro de extensão localizados na comunidade Tavares Bastos, no bairro do

[122] Disponível em: <https://www.viadutoderealengo.com/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[123] Disponível em: <http://viadutodemadureira.com.br/2016/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[124] Disponível em: <https://redenami.com/museu-vivo-nami/>. Acesso em 21 abr. 2024.

Catete, que desde 2013 fomenta a produção artística e cultural de grupos sociais minorizados; o Museu das Remoções[125], que é um museu de território desenvolvido na Vila Autódromo, comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, como um movimento de resistência e luta dos moradores pelo direito de permanecer em seu território, em contraposição às reformas urbanas realizadas na cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 e que foram responsáveis pela remoção de milhares de pessoas de suas moradias; o Museu de Favela (MUF)[126], fundado em 2008 por moradores das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, configurando-se como um museu territorial ou um território-museu, cujo acervo se define pelos modos de vida e memórias das cerca de 20 mil pessoas que moram nestas favelas; entre tantos outros.

Mais um movimento importante que faz parte da cena cultural do Rio de Janeiro são os espaços privados pertencentes a indivíduos da sociedade que os transformam em centros culturais comunitários, tais como: o CineClube Tia Nilda[127], localizado na comunidade do Dourado, no bairro de Cordovil, Zona Norte do Rio de Janeiro, que tem como objetivo promover ações sociais por meio de sessões de cinema brasileiro, oferecendo também ações formativas para moradores da região; a Casa do Jongo[128], situada no Morro da Serrinha, em Madureira, que mantém viva e fortalecida, por meio da preservação de acervos particulares, produção de livros, *podcats* e apresentações artísticas, esta tradição cultural que é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro pelo IPHAN; o Espaço Cultural Raízes de Gericinó[129], atuante na comunidade do Catiri, no bairro de Bangu, dedicada à valorização e propagação das tradições culturais maranhenses; e o Instituto Arteiros, fundado em 2010, composto por jovens da Cidade de Deus com o intuito de promover ações sociais, culturais e educacionais, são apenas alguns exemplos entre diversos coletivos, associações, institutos, organizações não governamentais, pontos de cultura e outras variadas formas de articulação social atuantes no município do Rio de Janeiro.

Vale ainda destacar os centros culturais que não se configuram como espaços físicos, mas atuam no ambiente virtual em prol da salvaguarda e da valorização da memória de seus territórios, tais como: o Museu dos Meninos[130], projeto multilinguagem criado em 2019 com o intuito de mapear, preservar e criar

[125] Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[126] Disponível em: <https://www.museudefavela.org/>. Acesso em 10 mai. 2024.
[127] Disponível em: <https://cineclubetianilda.com.br/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[128] Disponível em: <https://jongodaserrinha.org/>. Acesso em 21 abr. 2024
[129] Disponível em: <https://www.raizesdegericino.org/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[130] Disponível em: <https://www.museudosmeninos.com.br/>. Acesso em 21 abr. 2024.

memórias a partir de relatos de jovens com idades entre 15 e 19 anos, moradores da Favela da Maré, sobre seus cotidianos, medos, desafios e esperanças; o Museu Sankofa[131], voltado à defesa da memória e dos direitos dos moradores da Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina, localizada na Zona Sul carioca; o Museu Afetivo de Rua, projeto promovido pelo fotógrafo e educador Leonardo Lopes dos Santos, dedicado a registrar momentos cotidianos da vida de pessoas que residem em territórios periféricos do Rio de Janeiro; entre outros diversos projetos.

Iniciativas como estas, que nascem da batalha contra movimentos opressores de invisibilização que as colocam à margem do acesso aos direitos culturais, trazem consigo a força da resistência e da luta por todas as formas de ser e existir no mundo. Criadas por membros da sociedade civil, na maioria dos casos se estabelecem a partir de investimentos feitos pela própria comunidade, pela perseverança e envolvimento dos indivíduos que se dedicam diariamente para manter vivas as tradições e memórias que constituem suas identidades culturais. Reconhecer que a produção artística e cultural da cidade não se resume ao que é promovido por equipamentos culturais de maior visibilidade midiática, como os grandes museus, teatros, galerias de artes e casas de espetáculos, é determinante para ratificar a compreensão democrática da cultura em suas dimensões simbólica e cidadã.

Soma-se à lista de equipamentos culturais as instituições privadas mantidas e/ou que têm suas programações financiadas parcial ou totalmente por meio de captação de recursos via leis de incentivo fiscal, tais como a Lei Rouanet e a Lei do ISS[132]. Alguns exemplos são: Memorial às Vítimas do Holocausto, Museu Casa do Pontal, Casa Museu Eva Klabin, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, Teatro Rival Petrobrás, Teatro Riachuelo, Teatro Prio, entre tantos outros.

Tendo em vista as limitações de diversas ordens – tempo, orçamento, volume de informações etc.- que exigem do pesquisador a necessidade de fazer escolhas no recorte do objeto de pesquisa, para fins metodológicos a investigação se deterá aos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro e que têm como vocação a realização de atividades de fruição cultural. Também é fundamental destacar que, ao propor a investigação sobre iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural, não se tem por interesse ou intencionalidade categorizar a articulação entre cultura e educação

[131] Disponível em: <https://museusankofarocinha.com.br/>. Acesso em 21 abr. 2024.
[132] Disponível em: <https://portaldoiss.prefeitura.rio/a-lei-do-iss/>. Acesso em 10 mai. 2024.

como uma prática messiânica, isto é, em uma perspectiva de levar a cultura para alguém, determinando o que deveria ser visto como bom ou ruim, o que é arte ou não, enfim, determinar as expressões representativas de uma suposta cultura de qualidade. Em uma perspectiva diametralmente oposta, a tese parte da concepção do direito ao acesso, que está na base do princípio de cidadania cultural, para o qual se faz necessário um conjunto de iniciativas, muitas delas de responsabilidade da gestão pública.

É, portanto, a partir da escolha metodológica por analisar a atuação dos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro, na perspectiva da interlocução com a educação, e acreditando que faz parte do escopo das políticas culturais a criação das condições necessárias para fazer valer aos indivíduos o direito ao acesso à cultura, que o questionário da pesquisa foi elaborado.

3.1 SOBRE A PESQUISA COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

No período de novembro de 2023 a março de 2024 foi aplicado um questionário aos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro referente a uma das etapas do trabalho de campo da tese. A aplicação do questionário ocorreu por meio de envio de formulário online para gestores e trabalhadores das instituições previamente selecionadas pelo pesquisador, garantindo o anonimato dos respondentes, respeitando os princípios éticos da pesquisa, a participação voluntária e as normas estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados. O propósito desta fase da pesquisa é conhecer e caracterizar a atuação do poder público no nível executivo ou na perspectiva da burocracia de nível de rua, tendo como foco o desenvolvimento de iniciativas de fomento ao acesso à fruição cultural de estudantes da educação básica no município do Rio de Janeiro.

As perguntas norteadoras que mobilizaram a elaboração do questionário estão diretamente relacionadas aos objetivos e às questões da pesquisa apresentados na introdução da tese, buscando respostas que permitam identificar as características gerais das instituições (tipologia, perfil das atividades programáticas realizadas por mês, formação profissional da equipe etc.); a oferta, bem como, a sistematização de ações voltadas à fruição cultural de estudantes da educação básica; a existência de programas educativos e de mediação na promoção das atividades; os critérios que definem a escolha das escolas

participantes; e a formação do interesse espontâneo entre os estudantes que participam das programações. Além disso, busca-se a partir das respostas compreender se as ações realizadas fazem parte de uma política pública, de um programa regular promovido pela instituição ou se têm características eventuais; se há articulação entre os equipamentos culturais e as escolas municipais e estaduais; quais instâncias da administração pública são responsáveis pela gestão dos equipamentos culturais; e por fim, analisar quais as principais dificuldades para o desenvolvimento sistemático de programações culturais que incluam a participação de estudantes da educação básica.

O *Survey* aplicado na pesquisa teve característica interseccional, visto que a análise se concentrou em um determinado momento do tempo, e, por não ter premissa censitária, pretendeu obter quantitativo de respostas referente a uma parcela significativa, mas não totalitária, dos equipamentos culturais existentes, sendo, portanto, amostral. A escolha pelo método *Survey* se justifica por sua característica generalista e a possibilidade de correlação entre os diversos dados produzidos no campo.

Babbie (1999) afirma que três objetivos gerais resumem as diversas finalidades das pesquisas de *Survey*: descrição, explicação e exploração. O principal intuito desta etapa da investigação está voltado à descrição e à exploração. No primeiro caso, estão no foco aspectos como a existência de programas educativos, a diversificação programática das atividades por linguagens artísticas, a abordagem de temas transversais à cultura nas ações curatoriais, a tipologia das instituições, a formação dos profissionais que trabalham nos equipamentos culturais da administração pública, o alcance anual de atividades mediadas com grupos escolares, entre outros diversos fatores. A premissa exploratória da investigação está pautada na busca por temas, conceitos, situações e quaisquer outros elementos críticos que não foram considerados no planejamento inicial da pesquisa, mas que surgiram em respostas de campo aberto.

Para tanto, foram selecionadas instituições que têm como uma de suas principais características a realização de atividades de fruição cultural. Vale destacar a ênfase dada ao aspecto da cultura, tendo em vista que não necessariamente os equipamentos culturais selecionados têm perfil de atuação voltado ao campo das artes. Por esse viés, foram contemplados museus de diferentes tipologias, teatros, lonas, arenas e centros culturais, deixando de fora bibliotecas, espaços de leitura, arquivos públicos, museus virtuais, casas

históricas, sítios arqueológicos, entre outros. Ao todo, foram listados 97 equipamentos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4: Instituições inicialmente listadas para aplicação do questionário

Arena Carioca Abelardo Barbosa - Chacrinha
Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira Dicró
Arena Carioca Fernando Torres
Arena Carioca Jovelina Pérola Negra
Areninha Carioca Gilberto Gil
Areninha Carioca Hermeto Pascoal
Areninha Carioca Renato Russo
Areninha Carioca Sandra Sá
Areninha Cultural da Maré - Herbert Vianna
Areninha Cultural João Bosco
Areninha Cultural Terra - Guadalupe
Casa da Ciência da UFRJ
Casa da Marquesa de Santos
Casa de Cultura Laura Alvim
Casa França-Brasil
Casa Paschoal Carlos Magno / Teatro Funarte Duse
Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro
Centro Cultural da Justiça Federal
Centro Cultural Memorial Getúlio Vargas
Centro Cultural Municipal José Bonifácio
Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobo
Centro Cultural Municipal Oduvaldo Vianna Filho (Castelinho do Flamengo)
Centro Cultural Municipal Professora Dyla Sylvia de Sá
Centro Cultural Paço Imperial
Centro da Música Carioca Artur da Távola
Centro de Artes Calouste Gulbenkian
Centro Histórico e Cultural do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro
Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Cidade das Artes Bibi Ferreira
CineCarioca José Wilker (será inaugurado em 2024)
CineCarioca Nova Brasília
Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz
Espaço Cultural Municipal Sérgio Porto
Espaço Memorial Carlos Chagas Filho
Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro (Planetário da Gávea)
Imperator Centro Cultural João Nogueira e CineCarioca Méier
Lona Cultural Municipal Carlos Zéfiro
Lona Cultural Municipal Elza Osborne
Lona Cultural Municipal Jacob do Bandolim
MUHCAB - Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira

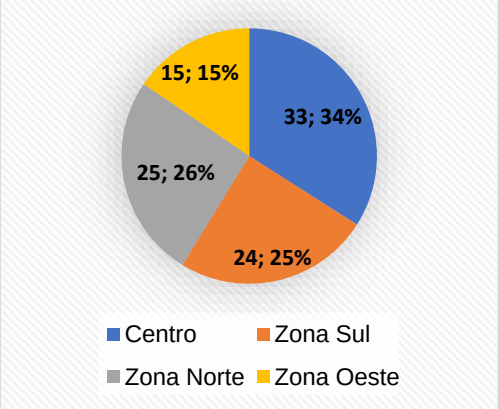
Museu Aeroespacial
Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea
Museu Carmen Miranda
Museu Casa de Benjamin Constant
Museu Casa de Rui Barbosa
Museu Cidade Olímpica
Museu da Geodiversidade
Museu da Imagem e do Som
Museu da Moda Brasileira
Museu da República
Museu da Vida
Museu de Anatomia "Por Dentro do Corpo"
Museu de Arte do Rio (MAR)
Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
Museu de Ciências da Terra
Museu de Imagens do Inconsciente
Museu do Amanhã
Museu do Carnaval
Museu Dom João VI
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro
Museu Histórico Nacional
Museu Interativo da Física
Museu Militar Conde de Linhares
Museu Nacional
Museu Nacional de Belas Artes
Museu Nacional dos Povos Indígenas
Museu Naval
Museu Villa-Lobos
Museus Castro Maya: Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude
Parque Glória Maria (Parque das Ruínas): Teatro Municipal Ruth de Souza
Planetário de Santa Cruz
Sala Cecília Meireles
Sala Funarte Sidney Miller
Sala Municipal Baden Powell
Sítio Roberto Burle Marx
Teatro Armando Gonzaga
Teatro Arthur Azevedo
Teatro Cacilda Becker
Teatro Correios Léa Garcia
Teatro da Uerj
Teatro da Unirio
Teatro Municipal de Marionetes e Fantoches Carlos Werneck de Carvalho
Teatro Dulcina
Teatro Glauce Rocha
Teatro Glaucio Gill
Teatro Gonzaguinha
Teatro Ipanema

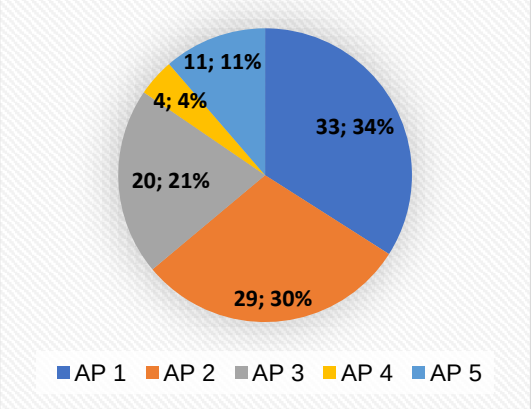
Teatro João Caetano
Teatro Mário Lago
Teatro Municipal Café Pequeno
Teatro Municipal Carlos Gomes
Teatro Municipal de Guignol da Tijuca
Teatro Municipal de Guignol do Méier
Teatro Municipal Maria Clara Machado (Teatro Municipal Domingos Oliveira)
Teatro Municipal Ziembinski
Theatro Municipal do Rio de Janeiro

Fonte: dados da pesquisa

A partir do quadro criado, é possível traçar um panorama da distribuição territorial dos equipamentos voltados à fruição cultural no município do Rio de Janeiro, obtendo os seguintes dados:

Gráfico 1: Distribuição territorial de equipamentos voltados à fruição cultural no Rio de Janeiro, considerando os bairros e as áreas de planejamento da cidade





Fonte: dados da pesquisa

Uma análise preliminar e superficial dos dados apresentados no gráfico 1 pode induzir à percepção de que a distribuição dos equipamentos culturais no município do Rio de Janeiro ocorre com certo equilíbrio entre as Zonas Norte, Sul e o Centro da cidade, tendendo à redução de oferta na Zona Oeste. No entanto, ao colocar uma lupa sob os territórios, nota-se que o Centro e a Zona Sul concentram 59% dos equipamentos culturais públicos voltados à oferta de fruição cultural na cidade, apesar de, segundo dados do Censo 2022[133], realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, representarem 10,4% da população da cidade, com 643.700 moradores, e 10,8% do território carioca, com cerca de 133 km² de área. Em contrapartida, a Zona Oeste, onde estão presentes 15% dos equipamentos culturais públicos voltados à fruição cultural, corresponde a, aproximadamente, 72% do território da cidade do Rio de Janeiro, concentrando

[133] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

2,9 milhões de moradores, o que equivale a 47,4% da população do município. Esta distribuição desigual dos equipamentos culturais corrobora com os achados de pesquisas anteriores (CARVALHO, 2016; RESINENTTI, 2017; dentre outras).

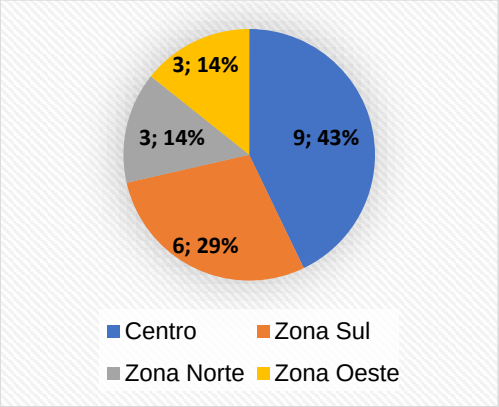
Mesmo onde os percentuais parecem mais equilibrados, as desigualdades de acesso ficam latentes quando considerados os quantitativos populacionais. É o caso da Zona Norte do Rio de Janeiro, que possui 26% da oferta de equipamentos culturais públicos dedicados à fruição, porém com uma população de 2,6 milhões de moradores. Levando em consideração a organização da cidade em suas áreas de planejamento, observa-se que a AP4 possui apenas 4% da oferta de equipamentos públicos voltados à fruição cultural. Vale ressaltar que nesta área de planejamento está situada, por exemplo, a Região Administrativa XVI Jacarepaguá, composta por 10 bairros que concentram 635,5 mil habitantes[134].

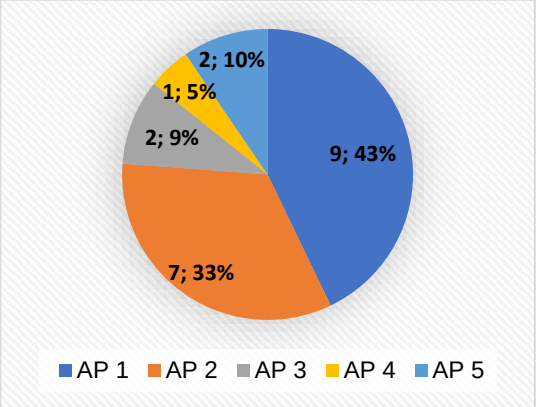
É possível afirmar que o problema da concentração de equipamentos culturais em determinadas regiões da cidade é potencializado pelas imensas dificuldades existentes na mobilidade urbana do Rio de Janeiro. Considerando aspectos como os valores das passagens, o tempo de deslocamento, a escassez de transportes, a distância entre as áreas da cidade e a ausência de segurança, agravada em determinados horários do dia, entre outros diversos pontos, nota-se uma conjuntura de fatores que são suficientemente capazes de inibir ou até impossibilitar o acesso de uma parcela significativa da população carioca aos equipamentos culturais. Nesse sentido, é notável a relevância da política pública que criou as lonas e arenas culturais no Rio de Janeiro, localizadas em territórios da cidade onde a oferta de equipamentos públicos é escassa.

Durante a fase de aplicação do questionário, observou-se uma expressiva parcela de equipamentos culturais fechados para manutenção ou devido a outros motivos, representando o quantitativo de 20 instituições. Além desses espaços, também foi incluído no quantitativo inicial de equipamentos culturais o CineCarioca José Wilker, com previsão de inauguração para o segundo semestre de 2024. Desta forma, aplicando o filtro de análise territorial dos espaços que atualmente se encontram fechados ou que ainda não foram inaugurados, é possível identificar o seguinte cenário:

[134] Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/03/21/rio-de-janeiro-populacao-zona-oeste-zona-mais-populosa>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

Gráfico 2: Distribuição territorial dos equipamentos voltados à fruição cultural no Rio de Janeiro que estão fechados para manutenção ou que ainda não foram inaugurados, considerando os bairros e as áreas de planejamento da cidade





Fonte: dados da pesquisa

Algumas inferências são possíveis a partir dos gráficos acima. A primeira, é que a reabertura das instituições atualmente fechadas para manutenção, quando ocorrer, não mudará o contexto de concentração dos equipamentos culturais públicos dedicados à fruição cultural no município do Rio de Janeiro, mantendo a Zona Sul e o Centro da cidade como locais amplamente privilegiados. Os dados também podem indicar, como fator positivo em relação à atual gestão pública, a preocupação e o investimento de recursos no setor cultural da cidade, visto o expressivo quantitativo de equipamentos culturais em processo de reforma.

Contextualizado a leitura dos dados, vale destacar a política pública promovida pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro voltada à modernização de teatros, museus, centros culturais e, sobretudo a transformação das lonas culturais em arenas e areninhas, conferindo aos equipamentos melhorias significativas de infraestrutura técnica, segurança e qualidade de atendimento aos artistas e espectadores. Trata-se do programa intitulado Cultura do Amanhã, integrante da política pública Viva a Cultura Carioca que, segundo dados divulgados pela SMC[135], engloba o investimento de 75 milhões de reais na reforma de 20 espaços públicos de cultura, com previsão de término até o final de 2024. Durante a aplicação do questionário, foi identificado que os seguintes equipamentos culturais do Programa Cultura do Amanhã estavam em processo de reforma: Teatro Municipal Carlos Gomes, Teatro Ipanema, Teatro Ziembinski, Lona Cultural Municipal Jacob do Bandolim e Lona Cultural Municipal Elza Osborne. Importante também destacar que já haviam sido reabertas após as reformas a Areninha Cultural Sandra de Sá, localizada em Santa Cruz, e a

[135] Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/noticias/cultura-do-amanha/>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

Areninha Cultural João Bosco, situada em Vista Alegre, onde, inclusive, ocorreu a cerimônia de entrega dos agentes culturais contemplados pelos principais editais de incentivo à cultura realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2023.

Portanto, excluindo os equipamentos culturais fechados para manutenção, por questões administrativas ou porque ainda não foram inaugurados, o espaço amostral da pesquisa foi de 76 instituições. Destas, foram obtidas 52 respostas, o que corresponde a 68,4% do total. Tendo como referência os cálculos de tamanho de amostra para pesquisa Survey[136], a pesquisa possui grau de confiança de 95% (padrão do setor) e margem de erro de 8%. A seguir, serão analisadas as respostas considerando apenas o universo de instituições respondentes, composto pelos seguintes equipamentos culturais:

Quadro 5: Instituições que responderam ao questionário

Arena Carioca Abelardo Barbosa - Chacrinha
Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira Dicró
Arena Carioca Fernando Torres
Areninha Carioca Hermeto Pascoal
Areninha Carioca Renato Russo
Areninha Carioca Sandra Sá
Areninha Cultural da Maré - Herbert Vianna
Areninha Cultural Terra - Guadalupe
Casa da Ciência da UFRJ
Casa França-Brasil
Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro
Centro Cultural da Justiça Federal
Centro Cultural Memorial Getúlio Vargas
Centro Cultural Municipal Professora Dyla Sylvia de Sá
Centro da Música Carioca Artur da Távola
Centro de Artes Calouste Gulbenkian
Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Cidade das Artes Bibi Ferreira
Espaço Cultural Municipal Sérgio Porto
Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro (Planetário da Gávea)
MUHCAB - Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira
Museu Aeroespacial
Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea
Museu Carmen Miranda
Museu Casa de Benjamin Constant
Museu Casa de Rui Barbosa
Museu da Imagem e do Som

[136] Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

Museu da Vida
Museu de Anatomia "Por Dentro do Corpo"
Museu de Arte do Rio (MAR)
Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
Museu de Ciências da Terra
Museu de Imagens do Inconsciente
Museu Dom João VI
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro
Museu Histórico Nacional
Museu Interativo da Física
Museu Nacional de Belas Artes
Museu Naval
Museu Villa-Lobos
Museus Castro Maya: Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude
Parque Glória Maria (Parque das Ruínas): Teatro Municipal Ruth de Souza
Sítio Roberto Burle Marx
Teatro da Uerj
Teatro de Marionetes e Fantoches Carlos Werneck
Teatro Gonzaguinha
Teatro João Caetano
Teatro Municipal de Guignol da Tijuca
Teatro Municipal de Guignol do Méier
Teatro Municipal Maria Clara Machado (Teatro Municipal Domingos Oliveira)
Theatro Municipal do Rio de Janeiro

Fonte: dados da pesquisa

3.1.1 PERFIL INSTITUCIONAL

O primeiro bloco de perguntas do questionário é dedicado à identificação do perfil institucional dos equipamentos culturais, iniciando pela definição do cargo ocupado pelo respondente, no qual foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 1: Cargo ou função do respondente na instituição

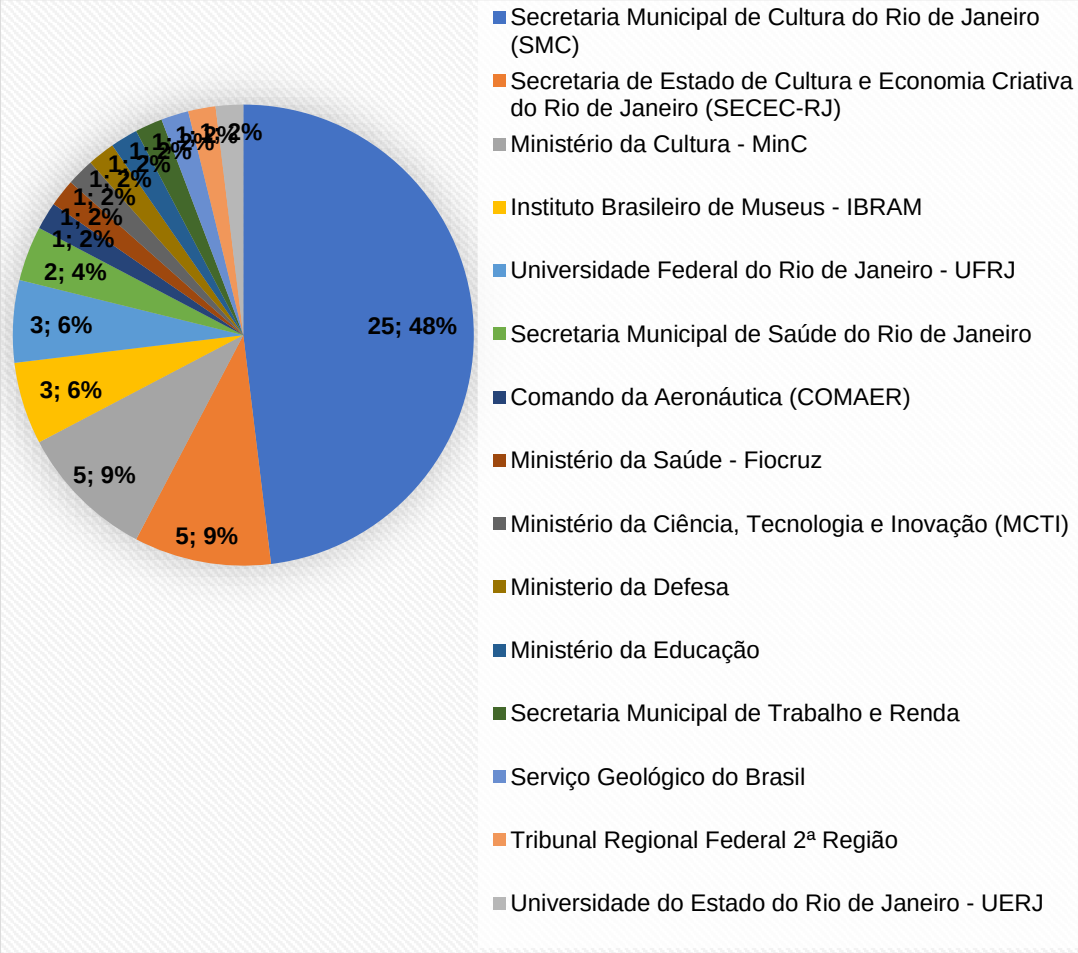
Direção / Presidência	18
Coordenação / Gestão	11
Chefe de Departamento	7
Educador(a)	5
Função administrativa	4
Produtor(a) Cultural	3
Museólogo(a) / Pesquisador(a)	3
Curador(a)	1

Fonte: dados da pesquisa

Sobre a tabela 1, vale destacar que 36 respondentes, ou 69% do total, ocupam cargo de gestão, o que confere aos dados produzidos pela pesquisa um importante parâmetro de confiabilidade. Somado a isso, todos os demais respondentes desempenham funções centrais para a organização de um equipamento cultural, tais como: educador(a), administrativo, produtor(a) cultural, museólogo(a), pesquisador(a) e curador(a). Desta forma, é possível afirmar que as informações da pesquisa foram obtidas a partir de fontes primárias, isto é, por pessoas que fazem as iniciativas ocorrerem de fato dentro de suas instituições.

A pergunta seguinte do questionário foi criada com a intenção de identificar a vinculação administrativa dos equipamentos culturais do Rio de Janeiro. Na fase de construção do projeto de pesquisa, tinha-se como referência de gestão institucional dos equipamentos culturais as secretarias estaduais e municipais de cultura, tal como os quadros produzidos e analisados no capítulo anterior e apresentados nos anexos. No entanto, os dados indicados no gráfico a seguir demonstram a existência de uma ampla e diversificada estrutura.

Gráfico 3: Vinculação administrativa do equipamento cultural



Fonte: dados da pesquisa

A Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro detém a responsabilidade administrativa pela maior parte dos equipamentos culturais públicos da cidade, representando 48% dos espaços respondentes. No entanto, 27 equipamentos culturais, ou 52% das instituições que participaram da pesquisa, estão ligados à gestão de outras instâncias do poder público. Na perspectiva de uma análise comparativa, serão definidas duas categorias de instâncias administrativas, no qual a primeira será composta por setores diretamente relacionados à cultura, totalizando 38 equipamentos culturais, e a segunda formada por outras áreas de atuação, englobando 14 espaços culturais. Nesse sentido, são integrantes da primeira categoria: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC); Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ); Ministério da Cultura (MinC) e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Já a segunda categoria é formada por: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Comando da Aeronáutica (COMAER); Ministério da Saúde – Fiocruz; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério da Defesa; Ministério da Educação (MEC); Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (SMTE); Serviço Geológico do Brasil; Tribunal Regional Federal 2ª Região; e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sobre a categoria 2, cabe refletir sobre os múltiplos interesses que motivam as instâncias públicas que não são diretamente relacionadas ao setor cultural a realizarem investimentos na criação e manutenção de equipamentos culturais, bem como na promoção de atividades programáticas. A partir da escolha metodológica de organização das instâncias administrativas nas duas categorias explicitadas, as informações serão analisadas no subcapítulo 3.1.5, no qual os dados produzidos na pesquisa serão triangulados.

Dando sequência à definição do perfil das instituições, a tabela a seguir apresenta a composição de equipe dos equipamentos culturais respondentes:

Tabela 2: O equipamento cultural possui equipe composta por (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):

Administrativo sem formação específica na área de cultura	35 (67,3%)
Gestor(a) cultural	32 (61,5%)
Produtor(a) cultural	26 (50%)
Museólogo(a)	23 (44,2%)
Arte-educador(a)	23 (44,2%)
Outros	22 (42,3%)

Fonte: dados da pesquisa

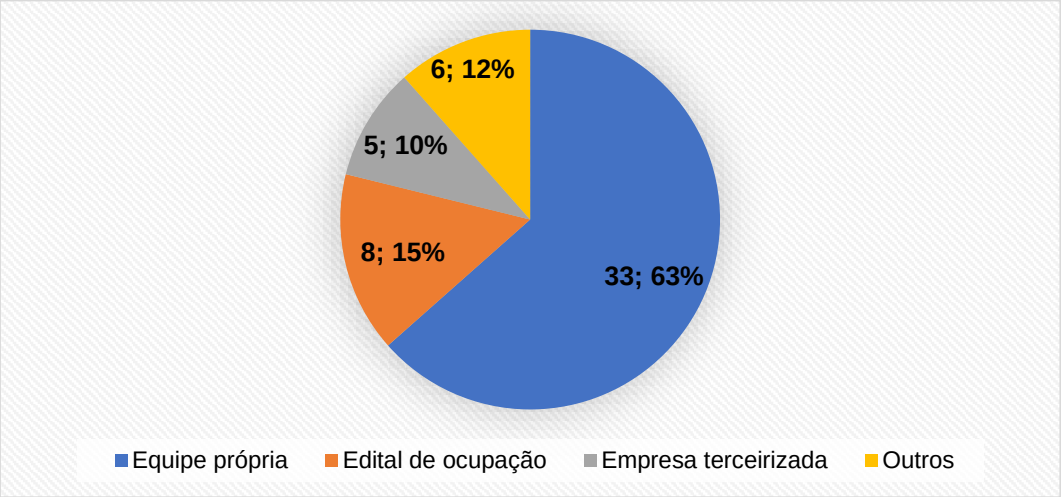
O setor cultural é composto por profissionais de diferentes áreas, tendo em vista que a multidisciplinaridade é uma das principais características do campo da cultura. Nas duas primeiras décadas do século XXI houve significativo crescimento na oferta de formação específica voltada aos profissionais da cultura[137], com a abertura de cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, cursos profissionalizantes, qualificações profissionais, entre outras diversas iniciativas de curta duração, tais como oficinas, palestras, congressos e seminários. A profissionalização do setor pode ser identificada na existência expressiva de produtores culturais nas instituições investigadas, presentes em 26 equipamentos culturais, o que corresponde a 50% do total. Somando o quantitativo de instituições que indicaram possuir gestor(a) cultural e/ou produtor(a) cultural, obtém-se o total de 35 espaços culturais, equivalente a 67,3%.

Ao mesmo tempo, o percentual de profissionais sem formação específica no campo da cultura, representando os mesmos 67,3%, pode indicar que muitos agentes culturais se capacitam a partir da própria prática diária, o que exige das instituições um olhar atento e específico para a realização de atividades formativas continuadas. Além disso, também pode ser visto como demonstração da capacidade do setor cultural gerar impactos significativos na economia do país, como área agregadora de mão-de-obra diversa. Tal afirmação pode ser ratificada a partir das respostas assinaladas na opção “outros”, correspondente a 22 equipamentos culturais, ou 42,3% do total, para as quais foram citados: profissionais de serviços gerais, astrônomo, biólogo, advogado, historiador, arquiteto, físico, comunicador, pedagogo, arquivista, entre outros.

A composição de equipes, bem como outras diversas providências relacionadas à gestão dos equipamentos culturais, é influenciada pelo tipo de vínculo ou a característica que determina a forma pela qual a instituição é gerida. O gráfico a seguir indica os três principais modelos existentes: equipe própria, edital de ocupação e empresa terceirizada.

[137] Os cursos de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1995, e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aberto em 1996, foram precursores no âmbito da formação superior. Criados a partir dos anos 2000, destacam-se os seguintes cursos: graduação em Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRJ/Nilópolis, inaugurado como tecnólogo em 2003 e transformado em bacharelado em 2012; pós-graduação *lato sensu* em gestão cultural e em políticas culturais do Itaú Cultural; profissionalizante em gestão cultural do Centro de Formação e Pesquisa do Sesc São Paulo; Qualificação profissional em Produção Cultural do Polo Educacional Sesc; Engenharia de Produção Cultural do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro; entre outros.

Gráfico 4: Sobre a gestão do equipamento cultural



Fonte: dados da pesquisa

O percentual de equipamentos culturais que possuem equipe própria é significativo, representando 63% do total. O dado pode ser interpretado como possível indicativo de aspectos como: autonomia, capacidade para dar continuidade às ações de médio e longo prazo, maior interlocução com políticas públicas, viabilidade de realização de programas de formação continuada das equipes, gerando consequências mais perenes às estratégias de gestão, entre outros fatores.

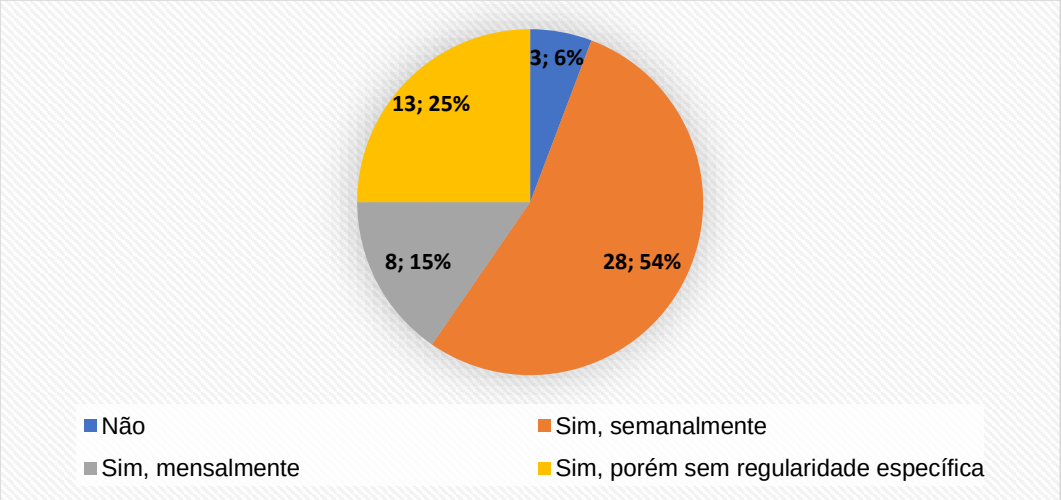
Os editais de ocupação, presentes na gestão de 8 equipamentos culturais públicos, o que representa o percentual de 15%, são iniciativas interessantes de articulação entre o poder estatal e a sociedade civil, baseados em modelos de governança. Por meio de processos de seleção abertos à participação de profissionais do setor cultural, a iniciativa pública concede a representantes da sociedade, por um tempo determinado, a responsabilidade pela gestão do equipamento de cultura. Com isso, abre-se a possibilidade de a instituição ter uma gestão identificada com o local no qual está inserida, ampliando mecanismos de adesão comunitária, corresponsabilização social e articulação com elementos identitários do território. Neste caso, cabe ao poder público o acompanhamento sistemático da gestão, criando ferramentas e metodologias que garantam a transparência e a prestação de contas por parte da gestão privada, bem como os compromissos e responsabilidades que permanecem sendo da esfera governamental.

Os dados produzidos nesta pergunta do questionário não tinham como propósito analisar os modelos de contratação das equipes que integram os equipamentos culturais. No entanto, sobre o tema vale ressaltar a importância e a

fundamental necessidade de profissionais com vínculos perenes com os espaços, tanto no modelo de equipe própria quanto na gestão feita por editais de ocupação, por meio de contratos que lhes garantam as condições dignas para a realização de um trabalho dedicado, seguro e sustentável. Por experiência empírica, sabe-se que uma prática comum do setor cultural, e que vem sendo expandida nos últimos anos, é a “pejotização”, isto é, modelo de contratação temporário que não oferece aos trabalhadores os direitos estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criando sérias consequências, tais como: precarização da mão-de-obra, estabelecimento de vínculos superficiais entre empregados e instituições, alta rotatividade das equipes, afetando a continuidade das ações, diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores, entre outros diversos fatores.

Ainda visando elaborar o perfil institucional dos equipamentos culturais públicos do Rio de Janeiro voltados à fruição, o questionário abordou a regularidade das programações oferecidas, resultando no seguinte gráfico:

Gráfico 5: Regularidade da programação oferecida pelo equipamento cultural (exposições, exibições de cinema, apresentações de música, teatro, dança, circo, artes visuais, performance etc.)



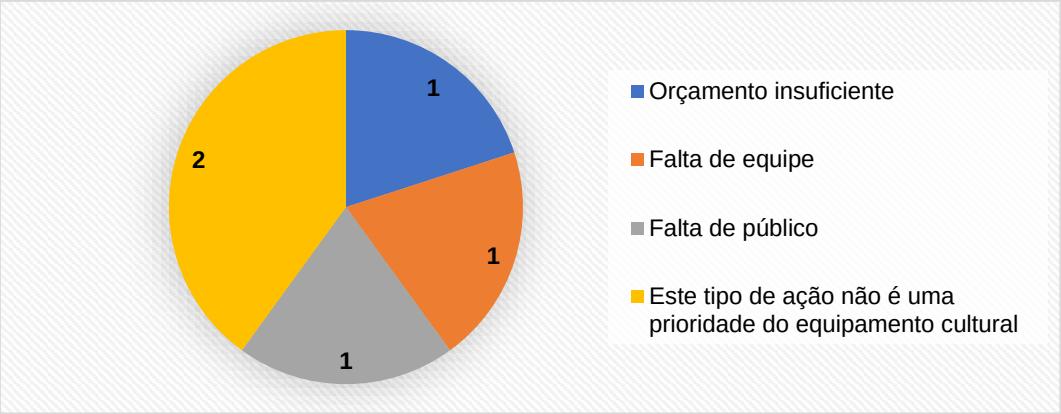
Fonte: dados da pesquisa

A pergunta sobre a regularidade da programação dos equipamentos oferece dados importantes, a começar pelo indicativo de que apenas 3, isto é, 6%, não realizam programação cultural. Isto quer dizer que 94% dos equipamentos de cultura do município do Rio de Janeiro, que têm a fruição como uma característica importante de sua existência, promovem agenda de atividades com alguma regularidade. O expressivo percentual é um dado relevante e auspicioso para se pensar a interlocução com o campo da educação e, consequentemente, o fomento ao acesso de estudantes da educação básica.

Observa-se ainda que mais da metade das instituições realizam programação cultural semanalmente, percentual que chega a 69% quando somados os equipamentos culturais com programação semanal e mensal. Considerando apenas as instituições que realizam programação cultural sistematicamente e adotando o filtro daquelas que oferecem atividades com regularidade semanal ou mensal, observa-se a seguinte distribuição territorial: 20% estão localizadas no Centro, 18% na Zona Sul, 22% na Zona Norte e 12% na Zona Oeste.

Analisando apenas as três instituições que não possuem programação cultural regular, obteve-se as seguintes respostas acerca dos principais motivos:

Gráfico 6: Por que o equipamento cultural não realiza programação regularmente? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



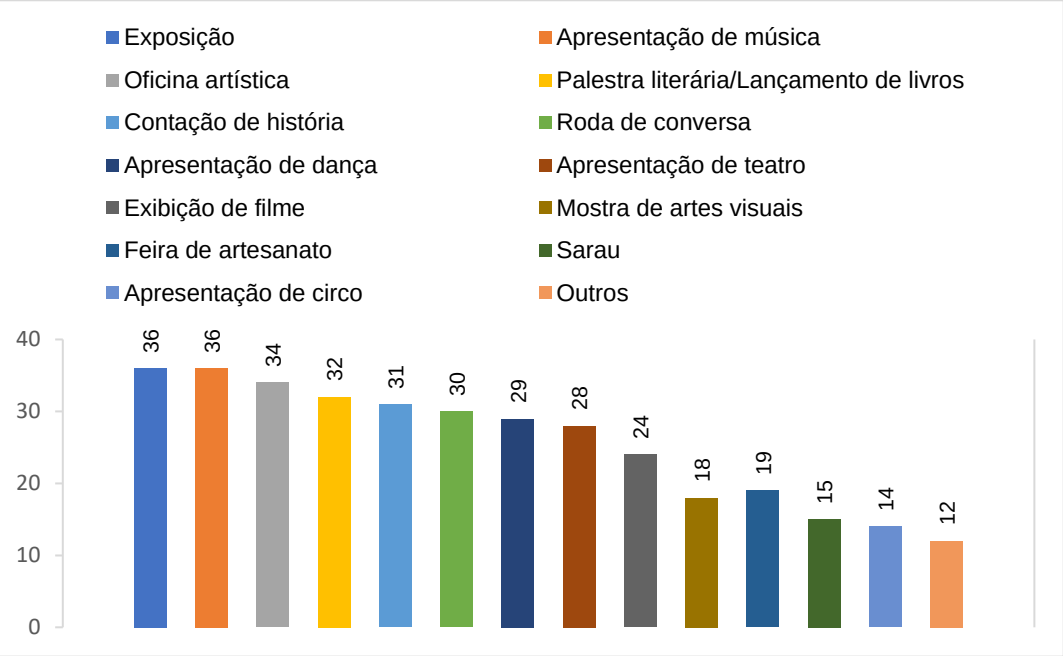
Fonte: dados da pesquisa

Orçamento, falta de equipe e ausência de público foram assinalados pelo mesmo equipamento cultural, representando apenas 2% das instituições respondentes de toda a pesquisa. Nesse sentido, nota-se que são fatores praticamente insignificantes para a não realização de programações culturais, apesar da escassez de recursos públicos voltados ao investimento no campo da cultura ser uma realidade frequente. Outro dado importante é o quantitativo inexpressivo de equipamentos culturais que afirmaram não ter como prioridade a realização de programação cultural, totalizando apenas 2 instituições, ou 4% do total. Esta informação ratifica uma das premissas da pesquisa de selecionar equipamentos culturais públicos dedicados à promoção de atividades voltadas à fruição cultural.

3.1.2 SOBRE A PROGRAMAÇÃO CULTURAL

O segundo bloco de perguntas do questionário contemplou todas as instituições que afirmaram realizar programação cultural, totalizando 49 equipamentos culturais. Visando identificar as linguagens artísticas consideradas na programação dos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, foi elaborado o quadro a seguir a partir das respostas sobre o tema:

Gráfico 7: Ações de programação cultural realizadas pelas instituições (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



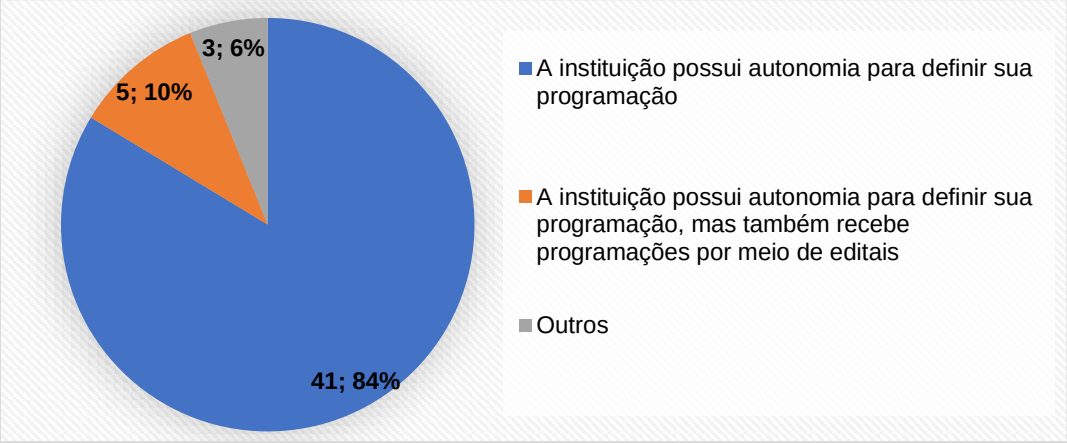
Fonte: dados da pesquisa

Nota-se que há certo equilíbrio entre as ofertas, o que pode ser interpretado como indicativo de diversidade programática dos equipamentos culturais. Considerando o universo de espaços que oferecem programação cultural com regularidade, os percentuais chegam a 73,4% para a realização de exposições e apresentações musicais, 69,3% para oficinas artísticas, 65,3% para palestras/lançamentos de livros, 63,3% para contação de histórias, 61,2% para rodas de conversa, 59,2% para apresentações de dança e 57,1% para espetáculos teatrais. Na outra ponta do gráfico, estão os saraus e as apresentações de circo, sendo ofertadas por 31% e 29%, respectivamente, dos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro.

Sabe-se que para um espaço cultural promover iniciativas programáticas é necessário importante trabalho de curadoria, que envolve uma série de conhecimentos e constante pesquisa, análise, estudo, criatividade e articulação

com a cena cultural. A seguir, o questionário buscou compreender como a responsabilidade curatorial é definida, obtendo-se o seguinte gráfico:

Gráfico 8: Quem realiza a curadoria da programação?



Fonte: dados da pesquisa

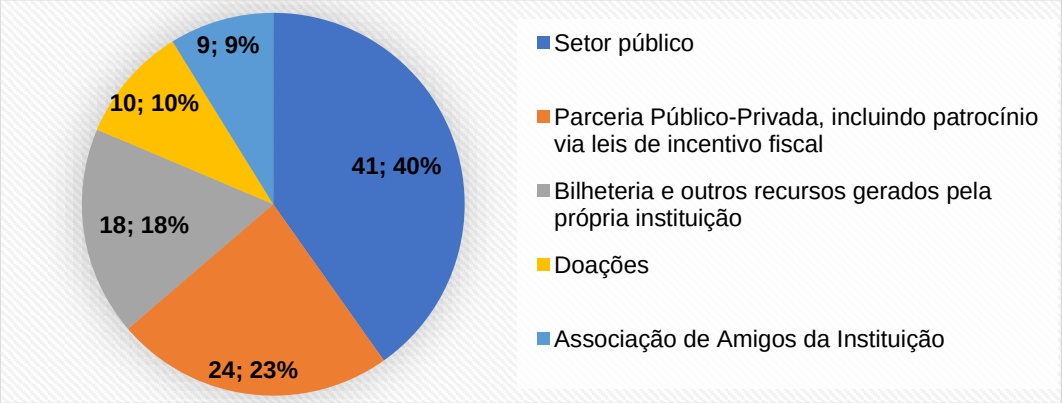
Sobre o gráfico 8, observa-se que 41 equipamentos culturais, ou 84% do total, possuem autonomia para definir suas programações. Sobre esse dado, duas inferências importantes na esfera das políticas públicas podem ser feitas. A primeira, é que no âmbito das iniciativas de curadoria e composição programática não há atuação das burocracias de alto e médio escalão que possa ser caracterizada como *top down*, isto é, a imposição de instâncias como secretarias, ministérios e outros órgãos que, em geral, possuem maior poder político, sobre o que deve ser curado. A segunda inferência é que tal fator pode ser um indicativo da existência de relevante grau de discricionariedade dentro das instituições, ou seja, as ações realizadas pelos equipamentos culturais são determinadas e/ou fortemente influenciadas pela ação dos funcionários que fazem parte destas instituições, que podem ser identificados a partir do referencial teórico dos estudos de implementação de políticas públicas como atuantes nas burocracias de baixo escalão.

As políticas públicas de editais, marca importante da gestão cultural brasileira, inclusive no Rio de Janeiro, não é um fator determinante na esfera curatorial, estando presente em apenas 10% das respostas.

Apesar de um aumento significativo no percentual, o gráfico a seguir, referente à origem dos recursos, indica que valores obtidos por meio de parceria público-privada, incluindo patrocínio via leis de incentivo fiscal, representam apenas 23% do total. Os dados obtidos dão indícios para afirmar que os equipamentos culturais não dependem exclusivamente do modelo de editais para a realização de suas programações, tendo em vista que 40% dos recursos

investidos são oriundos do setor público, 18% são receitas geradas pela própria instituição, 10% têm origem em doações e 9% correspondem a associações vinculadas ao equipamento cultural.

Gráfico 9: Origem dos recursos destinados à realização da programação cultural (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):

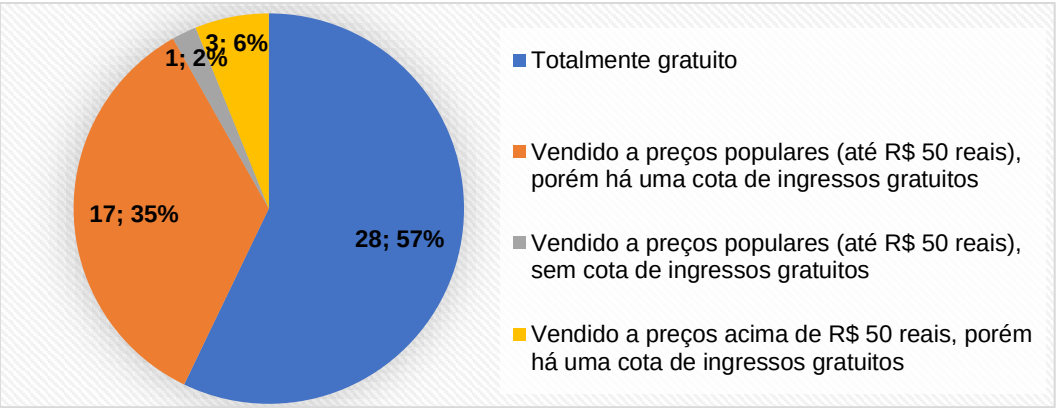


Fonte: dados da pesquisa

Os resultados apresentados no gráfico 9 apontam para o protagonismo e, por conseguinte, a responsabilidade do poder público na elaboração de políticas culturais no Rio de Janeiro, característica presente, de maneira geral, em todo o país. Há quase quatro décadas, o Brasil busca ampliar a participação do setor privado no incentivo à cultura, tendo como marcos a criação da Lei Sarney, em 1986, e da Lei Rouanet, em 1991, vigente até os dias atuais, sendo o principal mecanismo de fomento à cultura brasileira. No entanto, no que tange à origem dos recursos destinados à programação dos equipamentos culturais cariocas, o setor público permanece sendo a fonte majoritária de investimentos.

Para entrar em questões relacionadas às práticas de fomento ao acesso dos públicos aos espaços culturais, o questionário abordou os valores de ingressos cobrados nas programações culturais, obtendo os seguintes dados:

Gráfico 10: Sobre os valores do ingresso para as programações culturais:



Fonte: dados da pesquisa

Os dados produzidos a partir da pergunta sobre os valores dos ingressos demonstram que há entre as instituições culturais a preocupação em proporcionar acesso econômico aos públicos. Considerando os equipamentos culturais que realizam atividades gratuitas e aqueles cujo a programação é oferecida a preços populares, obtém-se o quantitativo de 45 espaços públicos de cultura voltados à fruição no município do Rio de Janeiro, o equivalente a 92% das instituições respondentes. Vale mencionar que o valor utilizado para definir o parâmetro de preços populares tem como referência o Vale-Cultura, iniciativa presente no Programa de Cultura do Trabalhador do Ministério da Cultura (MinC)[138], e que define o pagamento de R$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário que perceba até cinco salários-mínimos mensais.

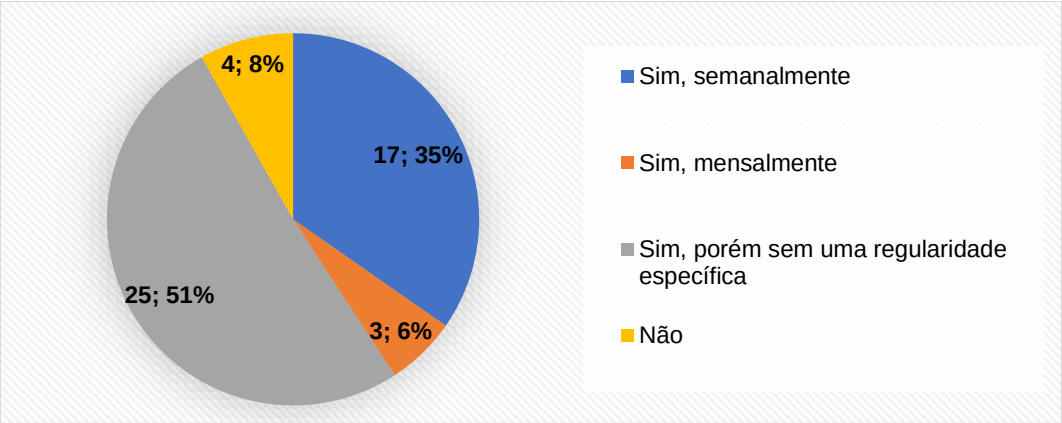
A gratuidade ou a cobrança de ingressos a preços populares é uma iniciativa importante para estimular a democratização do acesso à cultura, porém, não pode ser a única, praticada de forma isolada de outras ações. Isso porque, diversos fatores são determinantes para sejam garantidos aos indivíduos o direito de acesso amplo e irrestrito à cultura, sendo alguns do âmbito da gestão cultural, tal como a criação das condições necessárias para que os sujeitos sejam partícipes ativos das práticas e manifestações culturais, o que, na perspectiva desta tese, passa fundamentalmente pela interlocução com a educação, e outros são aspectos que passam pela responsabilidade de diferentes esferas da administração estatal, como, por exemplo, transporte público de qualidade.

Vale destacar que no questionário também havia a opção de resposta “vendido a preços acima de R$ 50 reais, sem cota de ingressos gratuitos”, porém o item não foi assinalado por nenhuma instituição.

Para concluir o segundo bloco do questionário, a pergunta a seguir indagou sobre a promoção de iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica ao equipamento cultural, incluindo o indicativo de regularidade entre as opções de resposta.

[138] O Programa de Cultura do Trabalhador, instituído por meio da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, inclui a criação do Vale-Cultura tendo como objetivos “possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais; estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos; e incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12761.htm>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Gráfico 11: O equipamento cultural promove iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica?

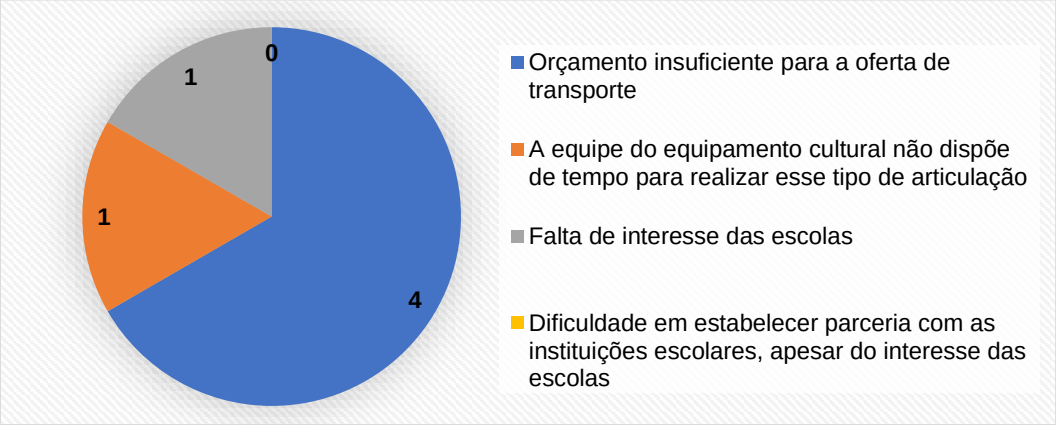


Fonte: dados da pesquisa

Pelo expressivo percentual de instituições que afirmaram promover iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica, correspondendo a 92%, é possível afirmar que há no âmbito da esfera pública um importante movimento de interlocução entre cultura e educação. Também se destaca o significativo percentual de regularidade das iniciativas, com 35% de ações realizadas semanalmente. Esses dados serão aprofundados no subcapítulo 3.1.5, visando criar contextos mais explícitos para análises a partir da triangulação com outras informações da pesquisa.

Considerando apenas as quatro instituições que não promovem iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica às suas programações culturais, obteve-se as seguintes respostas:

Gráfico 12: Por que o equipamento cultural não promove iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

A falta de orçamento para a contratação de serviço de transporte é apontada pelas instituições respondentes como o principal fator que inviabiliza a

articulação para a participação de estudantes da educação básica na programação. Tal constatação não é algo novo para quem acompanha e atua na interlocução entre espaços culturais e escolas, visto que uma das grandes dificuldades encontradas por ambas as partes é a viabilização de ônibus para garantir o deslocamento dos estudantes.

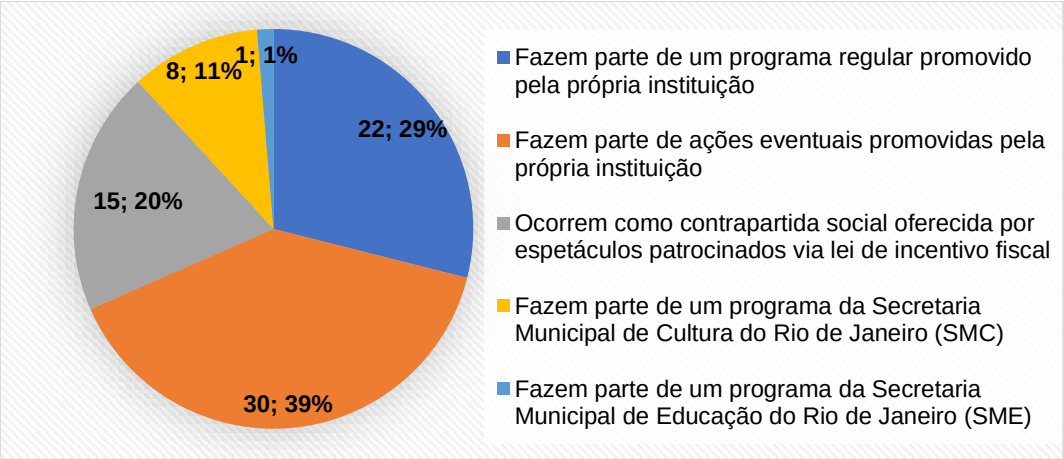
Ainda sobre as respostas obtidas neste item, vale destacar que nenhum equipamento cultural afirmou que este tipo de ação não é uma prioridade para a instituição, assim como também não foi indicada dificuldade em estabelecer parceria com escolas.

3.1.3 SOBRE AS AÇÕES DE FOMENTO AO ACESSO DE ESTUDANTES À INSTITUIÇÃO

O terceiro bloco de perguntas do questionário contemplou todas as instituições que afirmaram promover iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica às suas programações culturais, totalizando 45 equipamentos. Com as informações apresentadas nos gráficos a seguir é possível caracterizar como as instituições desenvolvem estratégias e lidam com o tema, contribuindo, desta forma, para o alcance do objetivo principal traçado na presente tese.

A primeira pergunta do bloco teve como objetivo identificar se as ações partem do nível das burocracias de alto e médio escalão, o que poderia se caracterizar como uma iniciativa de cunho político-cultural, ou se são iniciativas criadas e implementadas no âmbito das burocracias de nível de rua, isto é, pelas estruturas que atuam diretamente na interlocução com os públicos e as escolas. Outra possibilidade, é que as ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural sejam medidas adotadas visando atender às exigências de contrapartida social, comumente presentes em editais de incentivo à cultura. Por fim, outra alternativa ventilada e inserida como opção de resposta foi a possibilidade de os equipamentos culturais adotarem estratégias com o objetivo de impedir que as programações fiquem esvaziadas, isto é, realizando a distribuição de ingressos quando há sobra de bilheteria. O gráfico a seguir apresenta os quantitativos e percentuais de respostas para cada uma das opções indicadas:

Gráfico 13: Sobre as ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

Apenas 8 equipamentos culturais, ou 11% do total, afirmaram que as ações fazem parte de um programa da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC), sendo que todas elas são vinculadas à estrutura administrativa da SMC. Conforme destacado no capítulo anterior, a SMC retomou a realização do projeto Cadeira Cativa em agosto de 2023, iniciativa destinada à oferta de ingressos gratuitos para espetáculos realizados na rede de equipamentos culturais do município, visando beneficiar "profissionais da educação e grupos socialmente minorizados, incluindo pessoas de baixa renda, beneficiários de projetos sociais e instituições como ONGs, universidades e escolas públicas"[139]. Sendo assim, acredita-se que o programa ao qual as instituições respondentes estejam se referindo seja o Cadeira Cativa, tema que será investigado e aprofundado no capítulo 4 desta tese, por meio das entrevistas com gestores públicos de educação e cultura do município do Rio de Janeiro. Importante mencionar que todas as áreas de planejamento da cidade estão contempladas dentre os 8 equipamentos culturais, distribuídos da seguinte forma: 2 na AP1 (Centro), 2 na AP2 (Zona Sul e Zona Norte)[140], 2 na AP3 (Zona Norte), 1 na AP4 (Zona Oeste)[141] e 1 na AP5 (Zona Oeste).

Só 1 instituição afirmou que as ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural fazem parte de um programa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME). Conforme citado acima, as entrevistas realizadas no capítulo seguinte da tese darão conta de analisar se a iniciativa se

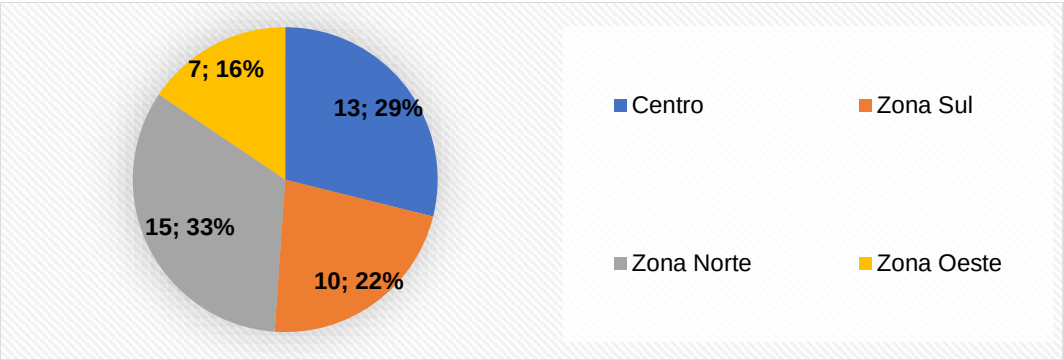
[139] Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/cadeira-cativa/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
[140] Um dos equipamentos culturais está localizado na Tijuca, bairro pertencente à Área de Planejamento 2 da cidade do Rio de Janeiro.
[141] O equipamento cultural está localizado na Barra da Tijuca, bairro pertencente à Área de Planejamento 4 da cidade do Rio de Janeiro.

configura como uma política pública de educação ou como uma ação isolada, tal como parece indicar o inexpressivo quantitativo aferido.

Ações promovidas como contrapartida social oferecidas por espetáculos patrocinados via lei de incentivo fiscal correspondem a 20% do total, o que é equivalente a 15 equipamentos culturais. Tal iniciativa pode ser vista como uma forma indireta de atuação do poder público, tendo em vista que, apesar dos proponentes serem os responsáveis pela indicação e execução de qual contrapartida será adotada no projeto, parte dos recursos são oriundos de isenção fiscal oferecida pelo estado aos patrocinadores. É possível afirmar que a medida também contempla as cinco áreas de planejamento da cidade, visto que os equipamentos culturais pertencentes a este grupo de resposta estão distribuídos assim: 4 na AP1 (Centro), 4 na AP2 (Zona Sul e Zona Norte[142]), 5 na AP3 (Zona Norte), 1 na AP4 (Zona Oeste[143]) e 1 na AP5 (Zona Oeste).

Preponderantemente, as ações de fomento ao acesso de estudantes à fruição são promovidas pelos próprios equipamentos culturais, correspondendo a 45 instituições, o equivalente a 100% dos espaços que promovem tal iniciativa e 92% dos respondentes do questionário. Desse modo, a distribuição territorial dos equipamentos culturais públicos dedicados à fruição e que promovem iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica configura o seguinte gráfico:

Gráfico 14: Distribuição territorial dos equipamentos culturais que promovem iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica:



Fonte: dados da pesquisa

Dos 13 equipamentos culturais localizados no Centro, 8 promovem iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica com regularidade semanal e 5 realizam articulação com escolas, porém sem

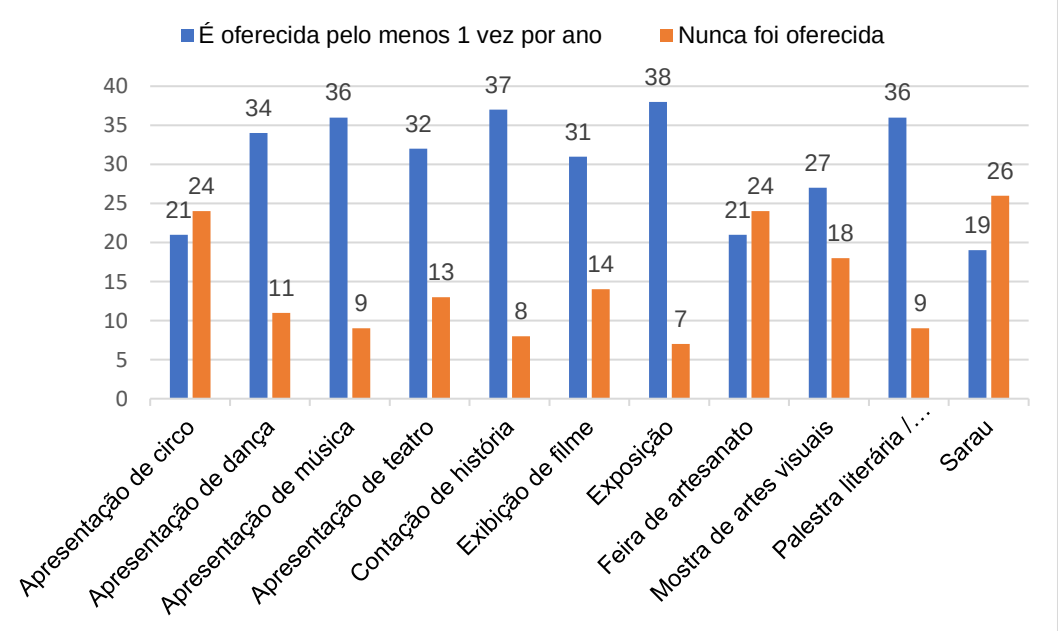
[142] Um dos equipamentos culturais está localizado na Tijuca, bairro pertencente à Área de Planejamento 2 da cidade do Rio de Janeiro.
[143] O equipamento cultural está localizado na Barra da Tijuca, bairro pertencente à Área de Planejamento 4 da cidade do Rio de Janeiro.

regularidade específica. Na Zona Sul, estão situados 10 espaços culturais com este tipo de iniciativa, sendo 4 com ações semanais e 6 sem uma regularidade específica. Já a Zona Norte lidera o quesito, com 15 instituições, porém apenas 2 equipamentos oferecem ações semanais, enquanto 13 não possuem regularidade específica. Por fim, na Zona Oeste são 7 equipamentos culturais com ações de fomento ao acesso de estudantes da educação básica às programações culturais, com 3 instituições desenvolvendo ações com regularidade semanal, 3 com regularidade mensal e 1 sem uma regularidade específica.

Dentre as opções de resposta disponíveis no questionário para esta pergunta, não foram assinaladas por nenhuma instituição as afirmativas “Ocorrem apenas quando há sobra de ingressos para a programação”, “Fazem parte de um programa da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ)” e “Fazem parte de um programa da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)”. Nesse sentido, é possível descartar a existência de política pública promovida pela gestão estadual fluminense voltada a fomentar o acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural nos equipamentos públicos da cidade.

Visando caracterizar a programação ofertada ao público estudantil, o gráfico a seguir apresenta as respostas dos equipamentos culturais referentes às atividades que são oferecidas:

Gráfico 15: Sobre as atividades de fruição cultural que são oferecidas ao público estudantil:



Fonte: dados da pesquisa

Nota-se grande diversidade de expressões culturais e linguagens artísticas contempladas, havendo, inclusive, certo equilíbrio nos quantitativos entre algumas delas. É o caso das apresentações de dança, música e teatro, contação de história, exposição, palestras literária/lançamento de livro e exibição de filmes, presentes em percentuais que variam entre 84% e 69% das programações culturais oferecidas ao público estudantil.

Os dados se tornam ainda mais relevantes quando comparados à última pesquisa de hábitos culturais dos cariocas, realizada em 2015 (JLEIVA CULTURA E ESPORTE, 2016). Na época, os percentuais de pessoas que afirmaram nunca terem ido a uma apresentação de dança, teatro e circo foram de 52%, 30% e 24%, respectivamente. Além disso, 25% dos entrevistados disseram nunca ter ido a um museu. Nessa perspectiva, os quantitativos expressivos de fomento às práticas culturais onde os percentuais de pessoas que nunca tiveram acesso se mostraram acentuados na pesquisa ocorrida há cerca de 10 anos é uma iniciativa que pode, a longo prazo, contribuir para a redução dos índices de exclusão.

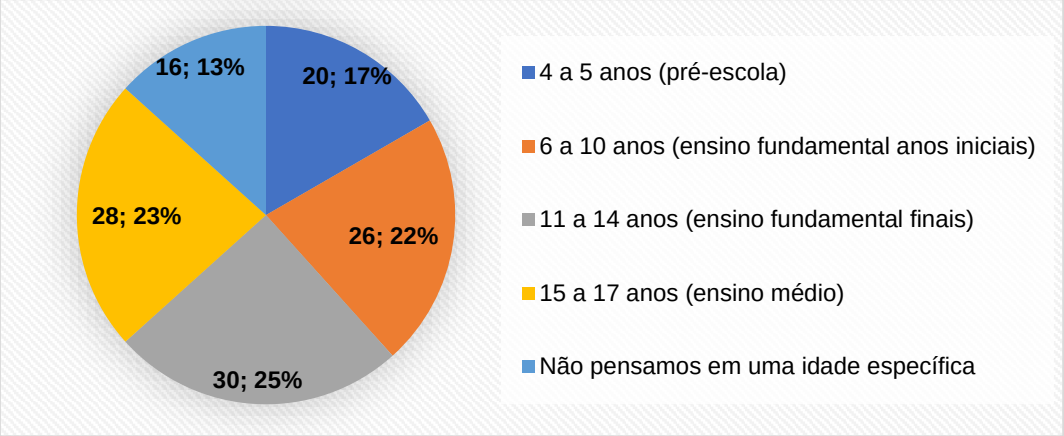
Ainda segundo a pesquisa citada acima, observou-se que quanto maior a escolaridade, menor é o percentual de pessoas que afirmam nunca ter vivenciado uma determinada prática ou atividade cultural. Tal constatação se mantém independentemente de outros fatores, tais como valores de ingressos ou entradas gratuitas e, inclusive, a classe econômica do respondente. A mesma constatação foi verificada na pesquisa de hábitos culturais dos brasileiros, realizada em âmbito nacional (FUNDAÇÃO ITAÚ; INSTITUTO DATAFOLHA, 2023). Nesse sentido, os resultados apresentados pelas pesquisas dão indícios da importância da educação para o fomento ao acesso e, consequentemente, a formação do hábito cultural.

Outro fator relevante presente nas pesquisas sobre hábitos culturais é o modo como a renda impacta nos percentuais de exclusão. No Rio de Janeiro (2016), a diferença chega a 45 pontos percentuais entre pessoas das classes A e B e pessoas das classes D e E que nunca foram ao teatro. Em relação à ida a museus, a diferença é de 35 pontos percentuais no comparativo entre os dois grupos de classes sociais. Nesse sentido, considerando a renda como um fator de significativa relevância, vale ressaltar a importância das escolas públicas de educação básica, assim como os equipamentos culturais públicos terem conhecimento desses dados e, a partir disso, mobilizar estratégias que contribuam para o acesso de pessoas das classes sociais menos favorecidas, sobretudo ao

considerarmos que mais da metade da população brasileira ocupa as classes D e E[144].

Tendo como premissa defendida na presente tese que o incentivo à fruição cultural deve ser uma prática presente ao longo de todas as etapas da educação básica, isto é, imbricada de maneira orgânica e continuada durante a formação escolar, o questionário buscou levantar o quantitativo de equipamentos culturais que desenvolvem iniciativas voltadas para cada um dos segmentos escolares, considerando as categorias pré-escola, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e ensino médio.

Gráfico 16: As ações são elaboradas pensando em qual faixa etária? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

Pesquisas recentes desenvolvidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância – GEPEMCI (CARVALHO ET AL, 2023) têm demonstrado como as instituições culturais precisam avançar quando o tema é a promoção do acesso de crianças às programações culturais. Investigações realizadas por integrantes do grupo apontam para a escassez de atividades oferecidas para o público infantil, além de pouca ou até inexistente capacitação de profissionais dentro das instituições para receber e mediar ações com as crianças.

Em contrapartida, os dados obtidos nesta investigação indicam percentuais relativamente equilibrados em relação às faixas etárias para as quais os equipamentos culturais desenvolvem suas ações. Nota-se que 20 instituições, equivalente a 44,4% dos equipamentos culturais públicos do Rio de Janeiro que realizam iniciativas de fomento ao acesso de estudantes à fruição cultural,

[144] Segundo dados de pesquisa realizada em 2022 pela Tendências Consultoria. Disponível em: <http://bit.ly/3yn6G1c>. Acesso em: 27 abr. 2024.

promovem atividades pensando na segunda infância, período que vai até os 6 anos de idade. Os números ainda são inferiores às demais faixas etárias, mas indicam que há instituições e profissionais preocupados na inclusão dos públicos infantis.

Dentre os 20 equipamentos culturais que afirmaram realizar ações para crianças de 4 a 6 anos estão: 9 museus, 3 teatros e 8 centros culturais. Há recorrência em todas as áreas de planejamento da cidade, com maior ênfase no Centro e na Zona Sul, concentrando 50% das iniciativas oferecidas para crianças da pré-escola.

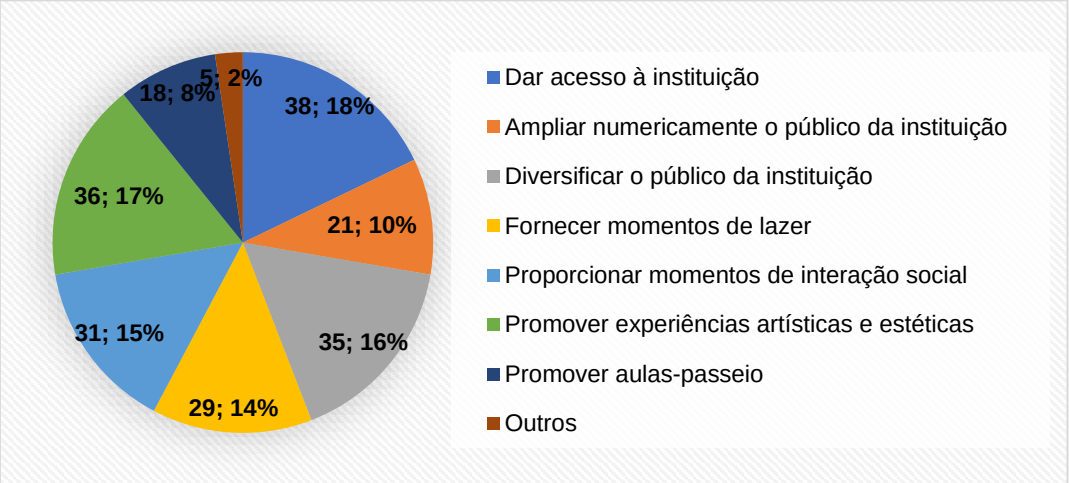
Na outra ponta da educação básica está o ensino médio, possivelmente o período mais desafiador para a educação brasileira, tendo em vista concentrar os maiores índices de evasão escolar e por estar atravessando quase uma década de indefinição quanto às diretrizes nacionais. Outro desafio para os equipamentos culturais e escolas incluírem atividades de fruição no tempo escolar do ensino médio é a disputa de carga horária com as ofertas direcionadas ao vestibular, visto que em muitos casos as ações promovidas no sentido de fomentar o acesso de estudantes à fruição são consideradas apenas como passeio. Para o público de adolescentes, 28 equipamentos culturais, o que corresponde a 62,2% das instituições públicas que promovem a inserção de estudantes em suas programações, afirmaram realizar atividades. Dentre as classificações institucionais, os espaços podem ser identificados como: 12 museus, 10 centros culturais e 6 teatros. Destes, apenas 4 estão localizados das áreas de planejamento 4 e 5 da cidade, que compreendem todos os bairros da Zona Oeste.

Ainda sobre o tema, vale refletir sobre o quantitativo de 16 equipamentos culturais, ou 35,5% das instituições que indicaram realizar ações de fomento ao acesso de estudantes, que afirmaram não pensar em uma idade específica para as ações articuladas aos grupos escolares. Nos referenciais teóricos desta tese foram abordados princípios inerentes à pedagogia do espectador, que passam pela adoção de práticas baseadas em um conjunto de intencionalidades que têm como objetivo estimular a emancipação e a autonomia dos espectadores por meio do acesso linguístico, da sensibilização e da leitura crítica e criativa da arte. Nesse sentido, entende-se que para pensar estratégias específicas para os públicos é determinante conhecê-los previamente, alinhando o planejamento de ações que serão desenvolvidas de modo a direcioná-las assertivamente e de forma adequada às diferentes faixas etárias. Portanto, observa-se uma lacuna a ser preenchida no desenvolvimento das atividades pelos equipamentos culturais que não definem previamente a faixa etária dos estudantes que serão contemplados,

posto se tratar de uma premissa para a inserção de crianças e adolescentes nas programações e atividades culturais.

Em consonância com as intencionalidades vislumbradas para uma ação de fomento ao acesso de estudantes à fruição cultural, o gráfico a seguir demonstra as principais motivações dos equipamentos culturais para promoverem tais atividades:

Gráfico 17: As ações de fomento ao acesso à fruição cultural de estudantes têm por intuito (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



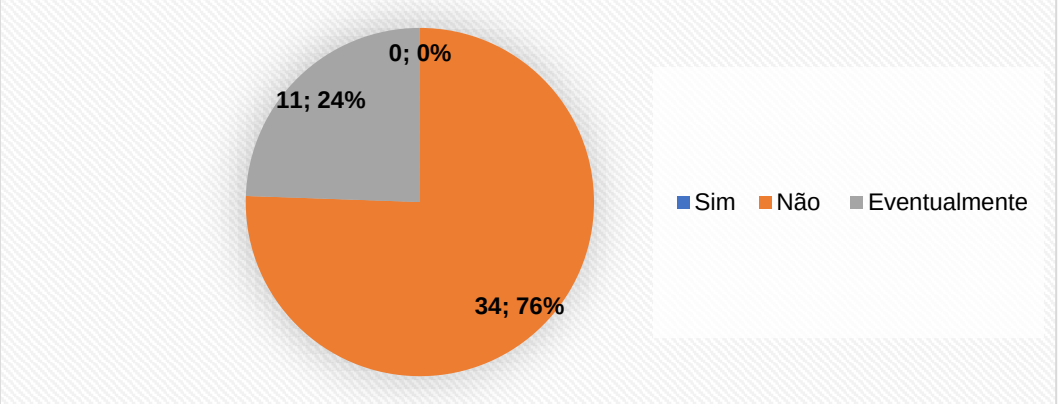
Fonte: dados da pesquisa

Os equipamentos culturais assinalaram, majoritariamente, mais de uma intencionalidade dentre as motivações para o fomento ao acesso de estudantes. Os resultados podem ser interpretados organizando as opções de resposta em duas categorias, para as quais serão designadas as nomenclaturas endógeno e exógeno. As iniciativas denominadas como endógenas são compostas por motivações institucionais internas, isto é, que geram em primeira instância benefícios próprios ao equipamento cultural, e a segunda, nomeadas de exógenas, estão voltadas às motivações externas, ligadas à formação dos espectadores. Sendo assim, “dar acesso à instituição”, “ampliar numericamente o público da instituição” e “diversificar o público da instituição” são parâmetros endógenos. Já as opções “fornecer momentos de lazer”, “proporcionar momentos de interação social”, “promover experiências artísticas e estéticas” e “promover aulas-passeio” estão voltadas à categoria de intencionalidades exógenas. A partir da divisão metodológica proposta, interpreta-se que há equilíbrio entre as duas categorias de intencionalidades, demonstrando que as ações de fomento ao acesso de estudantes à fruição cultural não são desenvolvidas exclusivamente para atender às demandas do equipamento

cultural, tais como ações de marketing para divulgação do espaço ou alternativa para garantir maior ocupação de público. Há no quantitativo de respostas inerentes às iniciativas exógenas indícios que apontam para o interesse e a preocupação das instituições em proporcionar aos estudantes experiências formativas significativas por meio da arte e da cultura.

Sabe-se que um dos grandes gargalos na parceria entre equipamentos culturais e instituições escolares está na oferta de transporte para o deslocamento de educadores e estudantes. A questão a seguir aborda o tema a partir da seguinte pergunta:

Gráfico 18: A instituição disponibiliza transporte para as escolas?



Fonte: dados da pesquisa

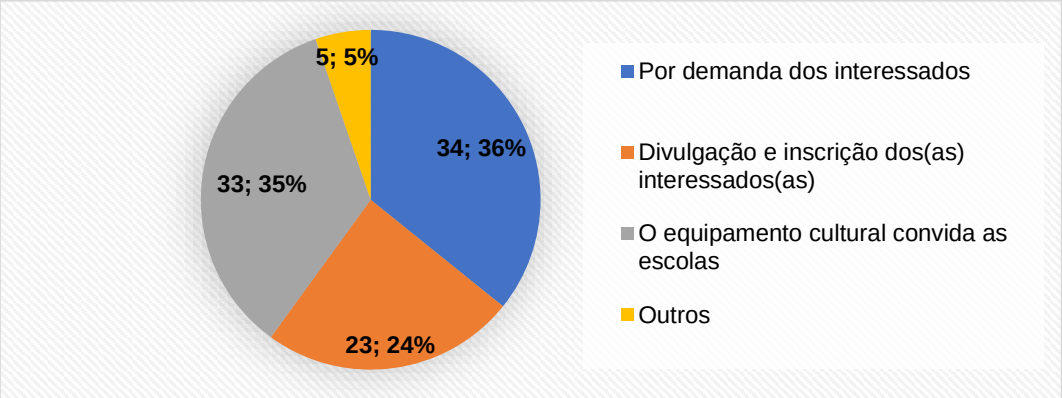
Conforme identificado anteriormente nos gráficos referentes à distribuição territorial dos equipamentos culturais no município do Rio de Janeiro, há evidente concentração nas regiões do Centro e da Zona Sul da cidade. Sabe-se também que o deslocamento entre as áreas de planejamento do município não é uma questão simples, tendo em vista as dificuldades relacionadas à oferta de transporte público, entre outros fatores. Nesse sentido, entende-se que a disponibilização de transporte para fomentar o acesso de estudantes aos equipamentos culturais está longe de ser um luxo, tornando-se, em muitos casos, condição *sine qua non* para a participação das escolas públicas.

O gráfico acima indica que há uma lacuna importante a ser resolvida no que tange à inclusão dos estudantes. Nenhuma instituição afirmou oferecer transporte regularmente para o deslocamento de estudantes ao equipamento cultural e apenas 11 equipamentos culturais, o equivalente a 24%, afirmaram oferecer o serviço eventualmente. Sem a oferta do transporte, estudantes de escolas localizadas em regiões da cidade onde inexistem equipamentos culturais públicos têm suas condições de acesso praticamente recusadas, fator de evidente exclusão aos direitos culturais.

Cabe aqui apontar que o transporte, ou a falta dele, é um problema não só para as instituições escolares, mas também para os equipamentos culturais do Rio de Janeiro, fator relevante a ser considerado no âmbito político da administração pública, tais como as Secretarias de Educação e de Cultura do município.

Com a pergunta seguinte, buscou-se identificar como ocorre a escolha das instituições escolares para participação nas atividades promovidas pelo equipamento cultural, gerando o seguinte gráfico de resposta:

Gráfico 19: Como os participantes são definidos pelo equipamento cultural? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



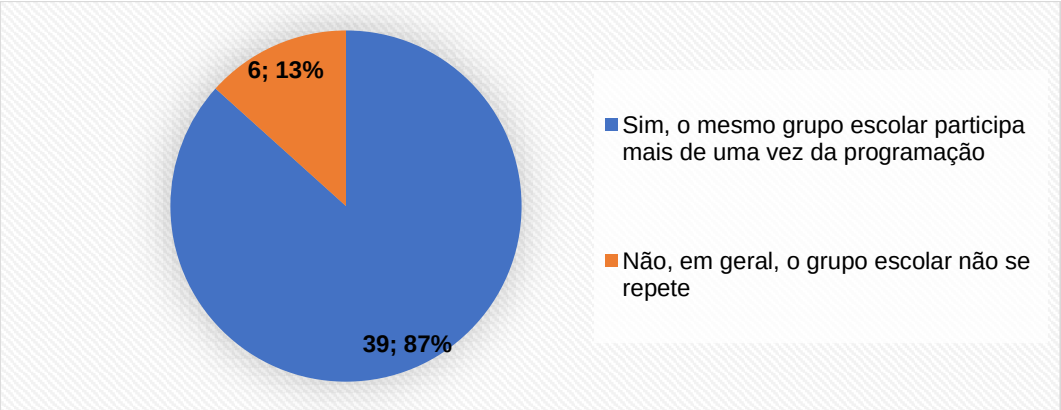
Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que há um movimento importante por parte das instituições escolares para participação nas atividades, fato que pode ser identificado a partir dos percentuais representativos de demanda e inscrição dos interessados, representando 60% do total. O dado pode ser interpretado como um exemplo de parceria possível e corresponsabilidade entre as áreas da cultura e da educação, visto que ao mesmo tempo que os equipamentos culturais tomam a iniciativa de promover atividades e fomentar a articulação com as escolas, as instituições escolares buscam os equipamentos culturais para engendrar a participação de seus estudantes. Há, nesse ponto importante movimento de convergência de interesses, no qual vale a pena destacar como algo sintomático da própria necessidade de diálogo entre as áreas, isto é, no sentido que a articulação de iniciativas integradas entre a educação básica e a produção cultural não pode ser de responsabilidade exclusiva de apenas um dos setores, mas, necessariamente, uma via de mão dupla, resultado da confluência ideológica que acredita que não é possível realizar, de maneira plena, um projeto educacional sem integrá-lo aos aspectos inerentes ao campo da cultura e vice-versa.

Sobre os resultados apresentados no gráfico, vale também destacar o percentual de 35% de equipamentos culturais que convidam as escolas. A autonomia para definir os participantes faz com que as escolhas sejam permeadas por interesses diversos, desde àqueles definidos previamente pela instituição, alinhados ao seu planejamento estratégico, até decisões tomadas em nível individual, por quem fica responsável por realizar os agendamentos. Nesse sentido, é possível inferir que a discricionariedade se faz presente na seleção das instituições escolares participantes das atividades, característica apontada aqui apenas como um dado de realidade, sem a intenção de conferir a ela caráter valorativo.

Entendendo o acesso à cultura como um direito, assim como um fator inerente aos processos educacionais, acredita-se que iniciativas voltadas à fruição de estudantes não podem se configurar como atividades reduzidas ao propósito do passeio, realizadas esporadicamente. Nesse sentido, por meio da pergunta seguinte do questionário a pesquisa buscou identificar se há indícios de continuidade nas parcerias estabelecidas entre os equipamentos culturais e as instituições escolares no sentido de promover uma formação com viés continuado, isto é, que não se restrinja a apenas uma única experiência eventual.

Gráfico 20: Os grupos escolares participam mais de uma vez?



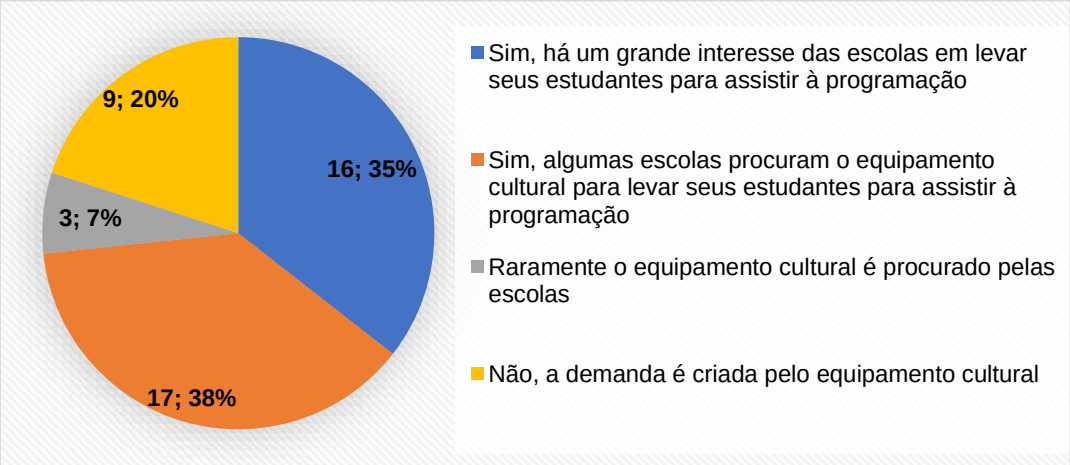
Fonte: dados da pesquisa

A recorrência de participação dos mesmos grupos escolares nas programações promovidas pelos equipamentos culturais, dado que representa 87% das respostas, pode indicar a existência de ações com a característica de programa, isto é, iniciativas que fazem parte de um conjunto planejado de atividades, realizadas pelas instituições com o propósito de atender às estratégias definidas em um plano ou planejamento cultural. Pelo caráter continuado, diferencia-se do que poderia ser nomeado como evento, ou seja,

práticas esporádicas, realizadas de maneira pontual e que se encerram em si mesmas.

A pergunta a seguir dialoga com o gráfico 19, porém de maneira mais direta visa identificar o interesse e o engajamento das instituições escolares para promoverem a participação dos estudantes em atividades realizadas por equipamentos culturais:

Gráfico 21: As escolas procuram o equipamento cultural para levar seus estudantes para assistir à programação?

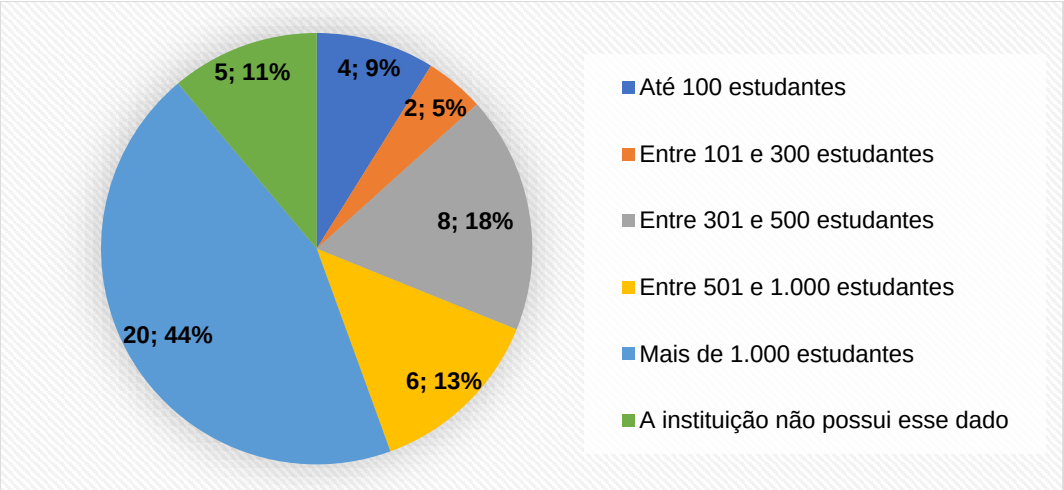


Fonte: dados da pesquisa

Somados os percentuais de respostas que afirmam haver grande ou algum interesse das escolas em levar seus estudantes para assistir à programação obtém-se o quantitativo de 73%, amostra que deve ser levada em consideração pela expressividade numérica. Os dados ratificam a análise feita anteriormente, indicando que o fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural não é um propósito apenas de equipamentos culturais, mas também mobiliza o interesse espontâneo de educadores. Por outro lado, os 27% de respostas que indicam raro ou nenhuma procura espontânea das instituições escolares não podem ser ignorados, demonstrando que há importante trabalho de articulação e convencimento por parte de produtores culturais para mobilizar e/ou viabilizar o envolvimento de algumas instituições.

A questão seguinte apresenta dados relevantes sobre o alcance anual de estudantes beneficiados pelas ações de fomento ao acesso realizadas pelos equipamentos culturais públicos:

Gráfico 22: Em média, as ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural beneficiam por ano:



Fonte: dados da pesquisa

As opções de resposta foram elaboradas em formato quantitativo com o objetivo de dimensionar o alcance das ações promovidas pelos equipamentos culturais públicos com estudantes. Para isso, foram estabelecidos como critério de interpretação 5 grupos, considerando a seguinte estrutura: até 100 estudantes por ano = quantitativo muito baixo; entre 101 e 300 estudantes por ano = quantitativo baixo; entre 301 e 500 estudantes por ano = quantitativo médio; entre 501 e 1.000 estudantes por ano = quantitativo alto; e mais de 1.000 estudantes por ano = quantitativo muito alto. Sendo assim, a partir da metodologia criada é possível inferir que é bastante significativo o quantitativo de estudantes beneficiados por meio das ações de fomento à fruição cultural promovidas pelos equipamentos culturais públicos, tendo em vista que 20 instituições afirmaram beneficiar mais 1.000 alunos por ano.

No âmbito conceitual desta tese, entende-se que não é possível medir o impacto de uma ação cultural apenas pelo aspecto quantitativo. Isto porque, se comparados os números extraídos do gráfico acima com a quantidade de alunos matriculados na educação básica do Rio de Janeiro[145], correr-se-ia o risco de achar que todo o esforço promovido pelos equipamentos culturais é quase insignificante. Nesse sentido, ciente das inúmeras dificuldades que permeiam o setor cultural, entende-se a importância de 44% das instituições respondentes apresentarem quantitativo muito alto de estudantes beneficiados por ano.

[145] Segundo dados do Censo Escolar, o Estado do Rio de Janeiro possui 2.320.260 estudantes matriculados na rede pública da educação básica. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/33-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 abr. 2024.

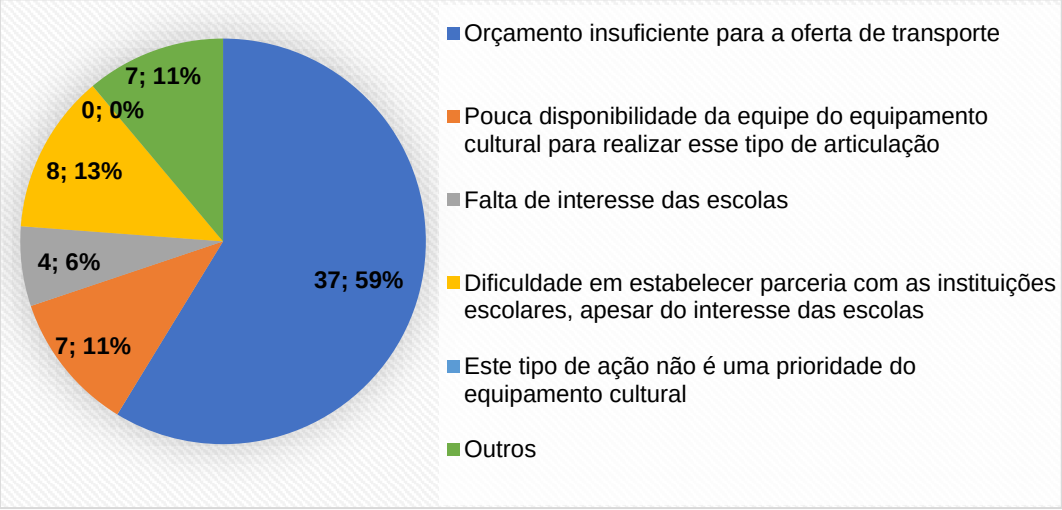
Observando a distribuição territorial dos equipamentos culturais que mais promovem acesso de estudantes, observa-se que 60% deles estão situados nas áreas de planejamento 1 e 2 da cidade, isto é, no Centro, na Zona Sul e em alguns bairros da Zona Norte. Na área de planejamento 3, estão localizados 30% das instituições e nas áreas de planejamento 4 e 5 apenas 10%.

Outro aspecto que vale mencionar é o fato de 95% dos equipamentos culturais que beneficiam mais de 1.000 estudantes por ano afirmarem possuir autonomia para definir suas programações. Tal fator pode ser um indicativo que a articulação entre as instituições culturais públicas e as escolas não parte de uma política pública articulada, mas de programas e projetos desenvolvidos pelas próprias instituições.

Interessante também citar que apenas 5 equipamentos culturais, o que representa 11% dos respondentes, afirmaram não possuir o dado quantitativo de estudantes beneficiados por ano. O baixo percentual pode ser um indicativo que, em geral, as instituições culturais desenvolvem algum tipo de mapeamento sobre o perfil de público que atendem.

Para identificar possíveis fatores que influenciam negativamente a articulação para o acesso de estudantes, foi elaborada a seguinte pergunta:

Gráfico 23: Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento sistemático de ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



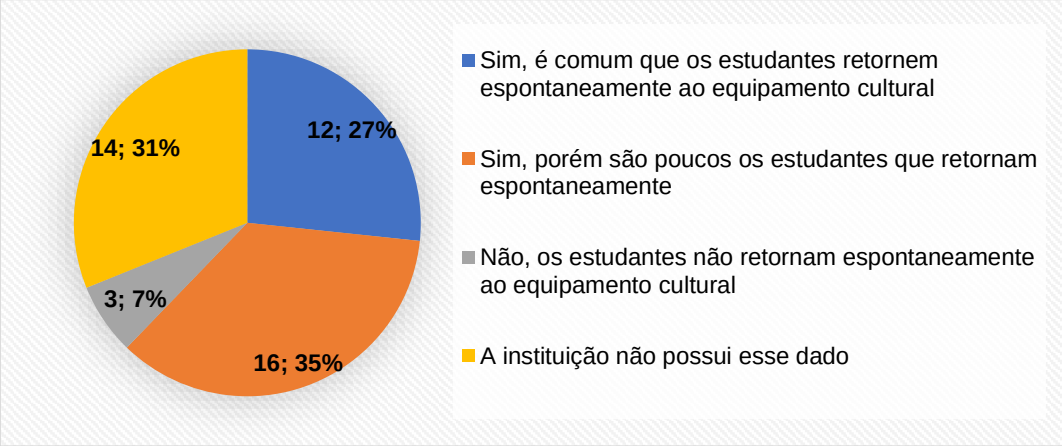
Fonte: dados da pesquisa

Assim como analisado no gráfico 18, novamente o transporte para o deslocamento dos estudantes aparece como principal dificuldade, afetando 59% das instituições respondentes. Outros dois dados são especialmente importantes para serem analisados no gráfico. O primeiro diz respeito à

ausência de equipamentos culturais que afirmem que o desenvolvimento sistemático de ações de fomento ao acesso de estudantes não é uma prioridade da instituição. O dado é mais um indicador do reconhecimento da área da cultura, em sua dimensão executiva ou em uma perspectiva da burocracia de nível de rua, acerca da necessária interlocução entre as áreas da cultura e da educação. O segundo aspecto que merece destaque é o baixo percentual de respondentes que indica falta de interesse das escolas, representando 6% das respostas, o que reforça a percepção obtida na análise referente ao gráfico 21 sobre o alto índice de interesse das escolas para levar seus estudantes para atividades promovidas pelos equipamentos culturais.

A pergunta seguinte do questionário foi elaborada na intenção de verificar se as ações promovidas pelos equipamentos culturais contribuem para o retorno espontâneo dos estudantes às instituições, obtendo o seguinte gráfico:

Gráfico 24: Os estudantes retornam ao equipamento cultural espontaneamente após as atividades?



Fonte: dados da pesquisa

Entende-se que para responder à pergunta sobre o retorno espontâneo dos estudantes ao equipamento cultural a instituição deve possuir algum tipo de estudo sistemático de seus públicos. Nesse sentido, é possível interpretar que 14 equipamentos culturais, o que representa 31% dos respondentes, apresentam lacunas em relação ao trabalho de pesquisa e acompanhamento sobre quem frequenta suas atividades.

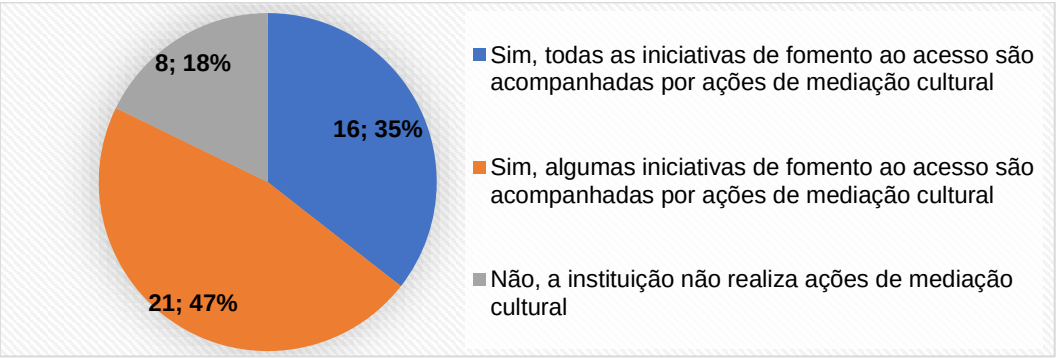
Na perspectiva da formação do interesse pela fruição cultural, o quantitativo de 3 respostas, o que equivale a 7%, mostra-se significativamente baixo, o que pode ser considerado como um indicativo de como são relevantes as atividades promovidas no âmbito da educação básica para incentivar o gosto

dos estudantes por atividades culturais. Como afirmou Marina Toledo, Coordenadora do Educativo do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, em palestra realizada no evento Bett Educar Brasil[146], “a escola é a porta de entrada do público nos museus”. A fala pode ser corroborada pelo dado apresentado por Cauê Donato, Coordenador de Museologia do Museu Catavento, também localizado na cidade de São Paulo, que no mesmo evento afirmou que o público estudantil corresponde a 30% dos frequentadores anuais do museu, cerca de 200 mil pessoas.

Especificamente sobre esse tema, interpreta-se que o retorno do estudante de forma espontânea pode ser uma consequência da ação promovida por meio da articulação entre o equipamento cultural e a escola. No entanto, não é possível afirmar que tais iniciativas sejam formadoras de um hábito cultural, visto que seria necessário investigar de maneira individualizada uma amostra significativa de estudantes que participam das ações promovidas entre as instituições culturais e as escolas para promover este tipo de análise. Por fim, no gráfico 24 também se mostra relevante o percentual de 62% de respostas que afirmam que há retorno dos estudantes ao equipamento cultural de maneira espontânea.

Para potencializar a experiência da fruição cultural, a mediação se apresenta como uma prática de suma importância. No gráfico a seguir, são apresentados os quantitativos de instituições que, na perspectiva teórica desta tese, realizam o conjunto necessário de iniciativas no âmbito da interlocução entre o equipamento cultural e a instituição escolar, isto é, promovem o fomento ao acesso de estudantes à fruição acompanhado de atividades de mediação cultural.

Gráfico 25: Além do fomento ao acesso, a instituição promove ações de mediação cultural?

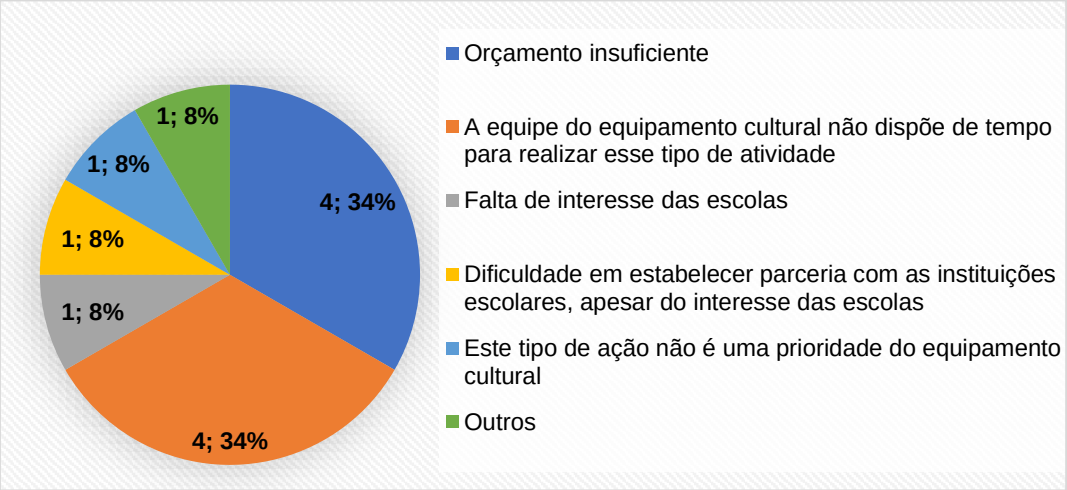


Fonte: dados da pesquisa

[146] Marina Toledo e Cauê Donato foram os palestrantes da mesa intitulada “Educação Museal: tecituras de futuro através das relações entre museus e seus públicos”, realizada no evento Bett Educar no dia 24 de abril de 2024 na cidade de São Paulo.

Percebe-se que do quantitativo de 52 respostas obtidas no questionário, realizam a etapa completa do ciclo fruição-mediação o percentual de 71% dos equipamentos culturais, totalizando 37 instituições. Considerando apenas as seis instituições que não promovem iniciativas de mediação cultural, obteve-se as seguintes respostas:

Gráfico 26: Por que o equipamento cultural não promove iniciativas de mediação cultural? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

Orçamento insuficiente e indisponibilidade de tempo foram os principais fatores apontados pelos equipamentos culturais para a não realização de atividade de mediação, somando 8 instituições. Nesse sentido, focando nas demais opções de resposta que tiveram quantitativos pouco representativos, é possível inferir que não há falta de interesse das escolas em promover a participação de seus estudantes nas atividades de mediação realizadas pelos equipamentos culturais, assim como os equipamentos culturais não identificam dificuldade em estabelecer parceria com as escolas. Vale também destacar que apenas 1 equipamento cultural, dentre os 45 que promovem iniciativa de fomento ao acesso de estudantes à fruição cultural, assinalam que este tipo de ação não é uma prioridade da instituição, o que corresponde a 2,2%.

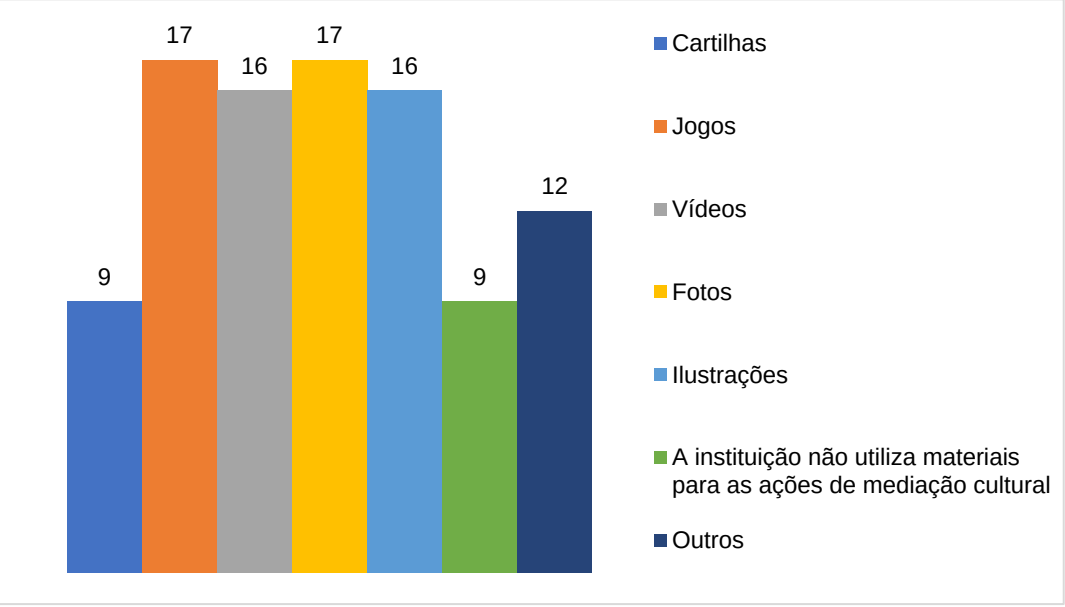
Na sequência da pesquisa, o questionário abordou perguntas visando caracterizar as ações de mediação cultural promovidas com o público estudantil.

3.1.4 SOBRE AS AÇÕES DE MEDIAÇÃO CULTURAL PROMOVIDAS COM O PÚBLICO ESTUDANTIL

O quarto bloco de perguntas do questionário contemplou todas as instituições que afirmaram promover iniciativas de mediação com os estudantes da educação básica em suas programações culturais, totalizando 37 equipamentos públicos de cultura. Baseando-se na tipologia, as instituições podem ser classificadas e distribuídas quantitativamente em: 18 museus, 17 centros culturais e 2 teatros. Nesse sentido, é possível afirmar que museus e centros culturais são instituições que possuem a mediação cultural como uma característica inerente aos seus modos de atuação, o que não ocorre com a mesma frequência em teatros.

As perguntas a seguir dão conta das estratégias metodológicas implementadas pelas instituições, a começar pelos principais materiais pedagógicos utilizados:

Gráfico 27: Quais materiais são utilizados pela instituição para as ações de mediação cultural? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

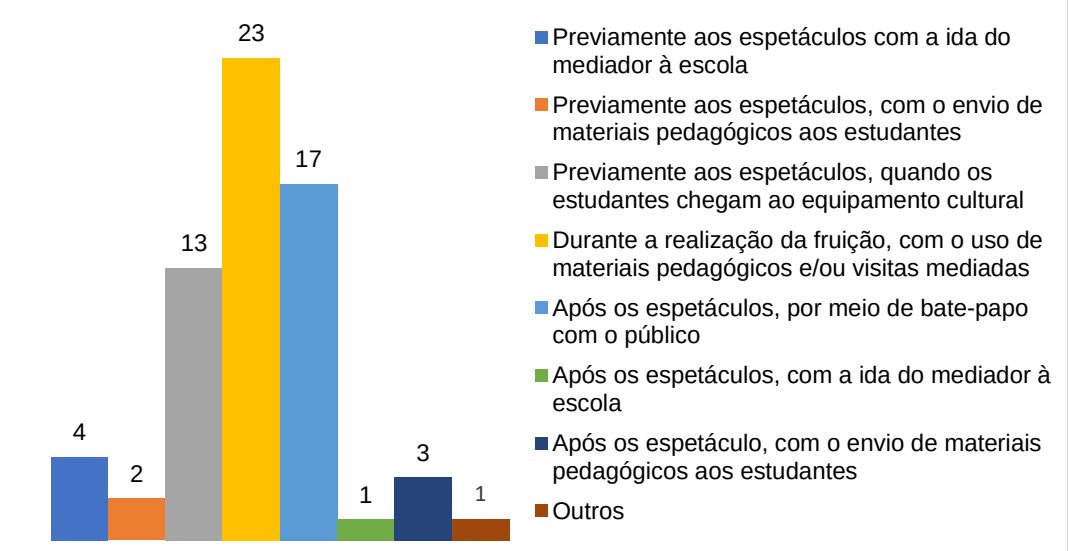
O uso de materiais pedagógicos, em geral, está presente nas ações de mediação cultural, sendo bastante diversificado, considerando que a maior parte das instituições assinalou mais de um recurso. Jogos, vídeos, fotos e ilustrações são as práticas mais comuns, presentes em, aproximadamente, 45% das instituições. No item “outros”, é possível identificar estratégias elaboradas a partir das especificidades do equipamento cultural e suas atividades programáticas, tais

como: materiais de pintura; obras de arte; concertos didáticos; experimentos e aparatos científicos; cenografia, indumentária e fantoches; visitas mediadas e outros recursos criados pela equipe da instituição de acordo com o tema de uma determinada exposição ou apresentação artística. A diversidade de materiais e recursos pedagógicos utilizados em atividades de mediação cultural demonstram que não há uma receita ou um modelo único de atuação, mas sim, a necessidade de formação específica, capacitação permanente e muita criatividade por parte de funcionários dos equipamentos culturais responsáveis por desenvolverem ações educativas integradas à perspectiva cultural da instituição.

Dentre as 9 instituições que afirmaram não utilizar materiais para as ações de mediação, estão presentes 7 centros culturais, 1 teatro e 1 museu. Apesar da mediação ser uma prática frequente em centros culturais, o uso de materiais e instrumentos pedagógicos não se faz tão presente quanto em museus. Sabe-se que a realização de atividades mediadas é uma prática historicamente desenvolvida por instituições museais, dentre as quais é comum também a presença de um setor educativo composto por profissionais dedicados a criar interlocução com as escolas e a pensar programas específicos para os diferentes públicos, característica que pode ser um diferencial em relação ao uso de materiais e às ações promovidas por centros culturais.

Outra maneira de caracterizar a relação entre os equipamentos culturais e os públicos estudantis é identificar as diferentes formas pelas quais são realizadas as iniciativas de mediação cultural. Nesse sentido, o questionário abordou o tema por meio da seguinte pergunta:

Gráfico 28: Como são realizadas as ações de mediação cultural? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



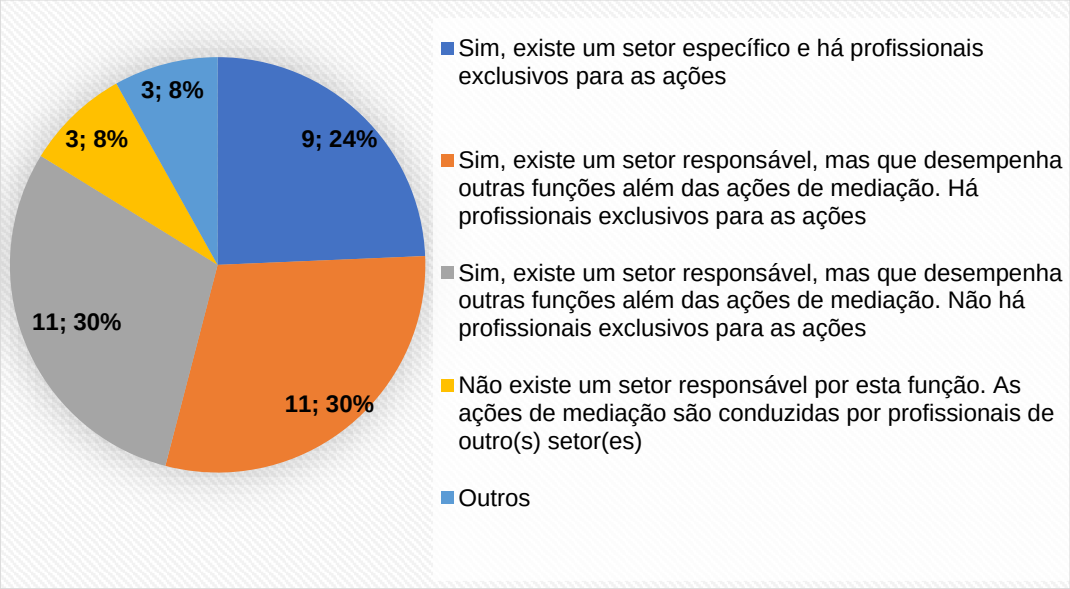
Fonte: dados da pesquisa

Os dados indicam que a mediação cultural ocorre, majoritariamente, no próprio equipamento cultural, sendo exceções os casos em que um mediador vai até a instituição escolar para dinamizar atividades prévias ou a posteriori com os estudantes. O envio de materiais pedagógicos às escolas antes ou após as atividades também pode ser considerado exceção, estando presente em apenas 5 respostas.

Sendo assim, é possível afirmar que, em geral, as práticas de mediação cultural, quando ocorrem, estão associadas à experiência da fruição, realizadas previamente aos espetáculos ou a outras atividades promovidas pela instituição em 35% dos equipamentos, durante a realização da fruição em 62% dos casos e/ou após a fruição por 46% dos espaços culturais.

Na sequência do questionário foram produzidos dados sobre a existência de um setor educativo ou alguma outra área institucional que, em perspectiva similar de atuação, seja responsável pelo planejamento e execução das atividades de mediação cultural, obtendo-se o seguinte gráfico de respostas:

Gráfico 29: Existe um setor na instituição responsável por desenvolver ações de mediação cultural?



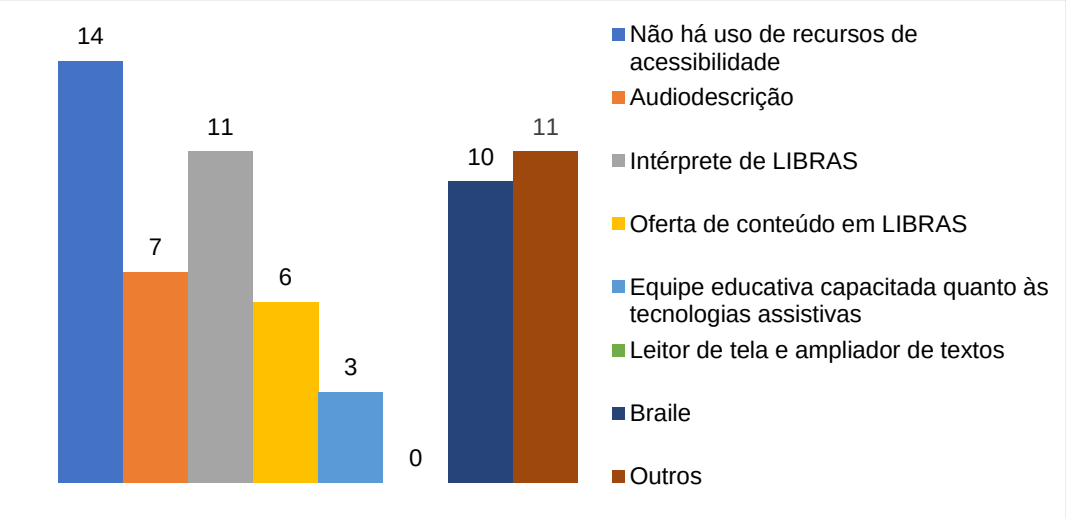
Fonte: dados da pesquisa

A existência de um setor responsável pelo desenvolvimento das ações de mediação cultural é majoritária, correspondendo a 31 equipamentos culturais, o que representa 84% das respostas. Com profissionais exclusivos para as atividades, o percentual também se mostra representativo, apesar de reduzir para 20 equipamentos culturais, equivalente a 54% das respostas.

Pensando na tipologia das instituições, as respostas afirmativas sobre a existência de um setor responsável por desenvolver as ações de mediação cultural ocorrem em 17 museus, 13 centros culturais e 1 teatro. Os dados contribuem para ratificar a percepção da expertise que museus, de maneira geral, possuem sobre o tema da mediação, podendo ser utilizado como referência e inspiração para outras instituições interessadas em aprofundar suas atuações no âmbito educativo.

Na perspectiva da inclusão, pensar estratégias de mediação cultural também é considerar o tema da acessibilidade para todos os públicos. Nesse sentido, o questionário aborda na próxima questão quais recursos de acessibilidade são disponibilizados pelas instituições culturais.

Gráfico 30: Quais os recursos de acessibilidade estão disponíveis para serem utilizados nas atividades de fruição? (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

A inexistência de recursos de acessibilidade é um fator determinante para a exclusão de uma parcela da população. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em pesquisa realizada juntamente com o IBGE, estima-se que o Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência[147]. Nesse sentido, promover recursos diversos que possibilitem às pessoas com deficiência autonomia para participação e fruição das atividades realizadas pelas instituições é uma iniciativa de cidadania cultural e de garantia de direitos.

Sabe-se que o setor cultural ainda tem um longo caminho a avançar neste tema, o que fica explícito no percentual de 38% das respostas que indicam a

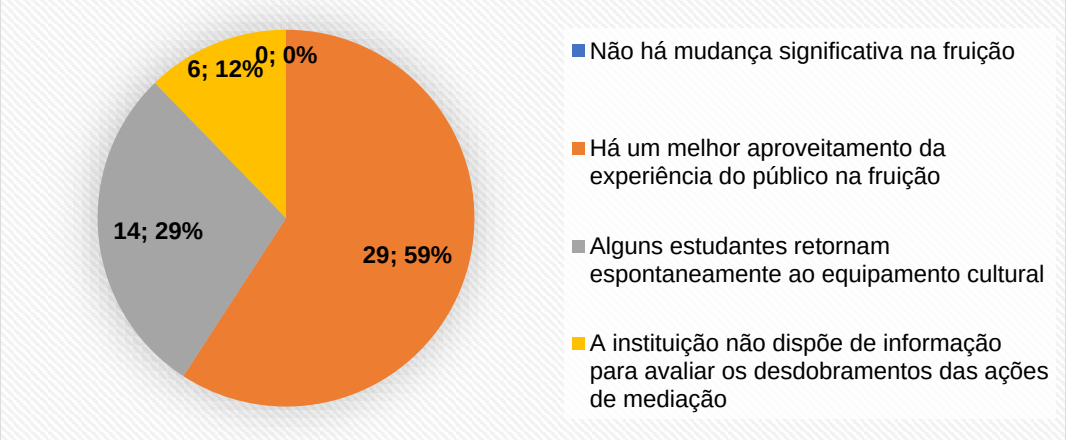
[147] Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 1 de mai. 2024.

inexistência de recursos de acessibilidade no equipamento cultural. Observa-se que os recursos disponibilizados pelas instituições tendem a incluir apenas uma parcela das pessoas com deficiência, o que reforça o entendimento do quanto ainda é necessário aprofundar a temática no campo da produção cultural carioca. Soma-se a isso, a falta de equipe educativa capacitada para lidar com as tecnologias assistivas, inexistente em 92% dos equipamentos culturais que realizam mediação cultural para públicos estudantis.

No campo aberto de resposta, alguns dos recursos indicados foram: legenda nos vídeos, obras e mapas táteis e acessibilidade arquitetônica. Também foi mencionado que a incumbência pela implementação de recursos de acessibilidade é das “equipes de produção das mostras” e “das equipes de produção dos espetáculos”, o que pode indicar uma transferência de responsabilidade sobre o aspecto da inclusão, quando na verdade o tema deveria ser entendido como um compromisso de todas as pessoas.

Em continuidade às percepções observadas pelas instituições culturais sobre as atividades de mediação, o questionário abordou a seguinte pergunta:

Gráfico 31: Após a realização das atividades de mediação, a instituição observa que (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



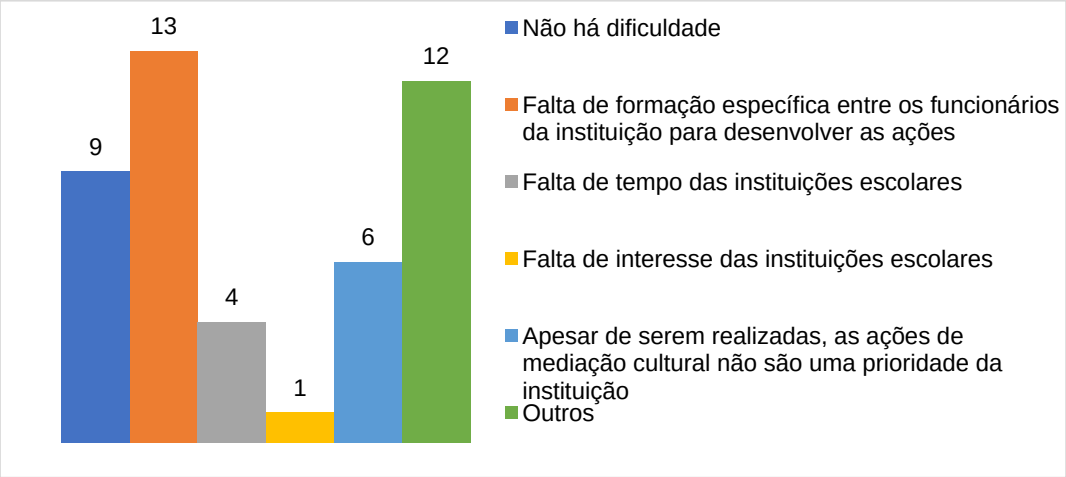
Fonte: dados da pesquisa

Era previsto o alto percentual de afirmativas associadas à percepção de um melhor aproveitamento da experiência do público na fruição após a participação em atividades mediadas, o que ratifica os conceitos e referenciais teóricos abordados no primeiro capítulo desta tese em defesa da importância da mediação associada à experiência da fruição cultural. Nesse sentido, vale destacar que nenhum respondente indicou que não há mudança significativa na fruição após as ações de mediação cultural.

Em consonância com os dados do gráfico 24, é possível extrair desta pergunta que algumas instituições carecem de estudos de público ao afirmarem não dispor de informações para avaliar os desdobramentos das ações de mediação, índice que corresponde a 16% dos equipamentos culturais que promovem iniciativas de mediação cultural.

Para concluir o questionário, a pergunta final foi elaborada com o intuito de identificar possíveis fatores que dificultam as ações de mediação, obtendo o seguinte gráfico de respostas:

Gráfico 32: Sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais para desenvolver as ações de mediação (possibilidade de marcação de mais de uma resposta):



Fonte: dados da pesquisa

A falta de formação específica entre os funcionários, fator determinante para que a mediação ocorra de maneira qualificada, foi assinalada por 13 dos 37 equipamentos culturais, correspondendo a 35%. Em contraponto a este quantitativo, 24% dos respondentes afirmaram que não há dificuldade para desenvolver ações de mediação.

Ainda sobre os dados obtidos no gráfico, é relevante citar algumas das respostas escritas na opção “outros”, no qual o formulário disponibilizou campo aberto para que os respondentes incluíssem temas que não estavam disponíveis nos demais itens. Ressalta-se que novamente a questão do transporte surge como um empecilho para a realização das atividades, desta vez de maneira espontânea, sendo citada por alguns dos respondentes das seguintes maneiras: “Transporte e alimentação para grupos escolares”; “Falta de recursos para realizar ações de mediação cultural de forma mais estruturada. O principal gargalo é o transporte, tanto para o público escolar, quanto para a equipe do equipamento ir até as escolas”; “Violência territorial e falta de verba para transporte e lanche oferecido pela instituição”.

Desta forma, conclui-se o quarto bloco e o questionário aplicado aos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro que têm suas atividades vocacionadas a iniciativas de fruição cultural.

3.1.5 TRIANGULANDO OS DADOS: CONCLUSÕES DA PESQUISA COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

No fechamento do segundo capítulo da tese, foram elaboradas análises com o intuito de responder aos três primeiros objetivos específicos previamente estabelecidos pela investigação. Adotando o mesmo percurso, após a aplicação de questionário e análise das respostas obtidas em pesquisa realizada com equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro que têm suas atividades vocacionadas a iniciativas de fruição cultural, é possível concluir o terceiro capítulo da tese com reflexões que contribuam para o alcance dos demais objetivos específicos propostos, sendo estes: criar diálogos possíveis entre o objeto de pesquisa e políticas desenvolvidas no município do Rio de Janeiro baseadas na interlocução entre educação e cultura; verificar a existência de ações voltadas à promoção do acesso de estudantes da educação básica aos equipamentos culturais do município do Rio de Janeiro, capitaneadas tanto pelas secretarias estaduais e municipais de educação e de cultura, quanto por equipamentos culturais administrados pela iniciativa pública; e conhecer e caracterizar como o acesso de estudantes da educação básica a equipamentos culturais é tratado pela gestão pública no município do Rio de Janeiro.

Portanto, a partir dos dados produzidos e analisados nesta etapa da pesquisa de campo é possível concluir que:

1- O município do Rio de Janeiro possui uma ampla estrutura de equipamentos culturais sob a responsabilidade administrativa do poder público, contemplando também diversas tipologias, tais como: museus, centros culturais, lonas, arenas, areninhas, planetários, teatros e cinemas. A maior parte dos equipamentos está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o que pode ser entendido como um fator propício ao desenvolvimento de políticas e programas, tendo em vista a infraestrutura disponível, sobretudo quando considerado que a maioria dos equipamentos culturais são compostos por equipe própria e detêm autonomia em seus processos curatoriais, fatores que podem ser

preponderantes para o adensamento de políticas e programas com perspectiva de médio e longo prazo de execução;

2- Além da SMC, observa-se que há uma quantidade expressiva de equipamentos culturais vinculados a instâncias não relacionadas diretamente à área cultural, envolvendo setores como a saúde, a justiça e as forças armadas, por exemplo. Considerando os equipamentos vinculados a instâncias públicas da cultura, verificou-se que 81,6% das instituições realizam programações gratuitamente e/ou a preços populares com cota de ingressos gratuitos e promovem iniciativas de acesso de estudantes da educação básica e 60,5% oferecem atividades de mediação cultural aos públicos estudantis. Dentre os equipamentos vinculados a outras áreas que não o setor cultural, todas as instituições respondentes afirmaram realizar programações gratuitas e/ou a preços populares com cota de ingresso gratuitos, assim como, promover iniciativas de acesso de estudantes da educação básica associadas a atividades de mediação cultural;

3- As equipes de trabalho dos equipamentos culturais do município do Rio de Janeiro dedicados à fruição são compostas por quantitativo expressivo de profissionais sem formação específica na área da cultura, apesar da significativa presença de gestores, produtores culturais, museólogos e arte-educadores nas instituições. Apenas uma instituição é composta exclusivamente por equipe administrativa sem formação específica na área da cultura, equipamento este que afirmou não oferecer programação regularmente. Os dados indicam a importância de políticas ou programas de formação continuada de profissionais, capacitando-os a partir dos temas e demandas específicas do campo cultural;

4- Os dados produzidos na pesquisa indicam que há ampla oferta de programação cultural realizada pelos equipamentos públicos, contemplando de certa maneira equilibrada as diversas linguagens artísticas e práticas culturais. Majoritariamente, as programações são oferecidas gratuitamente ou a preços populares. Equipamentos culturais que promovem programações culturais gratuitamente tendem a realizar iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica, característica observada tanto em instituições vinculadas a instâncias administrativas da cultura, quanto em equipamentos vinculados a demais setores;

5- Sobre a origem dos recursos destinados à realização da programação cultural, 27% das instituições respondentes afirmaram ser oriundo exclusivamente do setor público. Destas, 93% realizam programação gratuita e/ou a preços populares com cota de ingressos gratuitos. O mesmo percentual de equipamentos afirmou promover iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica. Nesse sentido, é possível afirmar que há relação direta entre o investimento público destinado à realização de programação cultural e o acesso de estudantes à fruição;
6- Os dados sobre as ações de fomento ao acesso de estudantes aos equipamentos culturais dão indícios de que o protagonismo pela realização de tais iniciativas é das próprias instituições, não sendo possível afirmar a existência de uma política pública no município do Rio de Janeiro voltada a este propósito. No entanto, é possível observar movimentos característicos de um programa promovido pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, que, cruzando com as informações identificadas no capítulo 2 desta tese, acredita-se tratar do projeto Cadeira Cativa. Há, também, importante contribuição por parte das Leis de Incentivo Fiscal, que de maneira indireta, geram acesso aos estudantes na forma de contrapartida social oferecida pelos proponentes de projetos patrocinados;
7- Sendo assim, considerando que majoritariamente as iniciativas de fomento ao acesso de estudantes são desenvolvidas pelos próprios equipamentos culturais, somado ao percentual de 73% das instituições que afirmaram ser procuradas por escolas interessadas na participação de seus alunos, é possível afirmar que o fomento ao acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural no município do Rio de Janeiro é promovido e articulado por funcionários da administração pública pertencentes às burocracias de nível de rua. Nesse sentido, a discricionariedade é um fator que possivelmente está presente nos critérios de seleção das escolas participantes, bem como, na implementação das atividades mediadas;
8- Ainda sobre o acesso, bem como a sistematização de ações voltadas à fruição cultural de estudantes da educação básica, fica evidente nos dados produzidos que a ausência de oferta de transporte para o deslocamento dos públicos é o fator principal de impedimento ou limitação das iniciativas. Das 11 instituições que afirmaram eventualmente oferecer transporte para o deslocamento dos estudantes até o equipamento cultural, apenas 1 está localizada na Zona Oeste da cidade, território mais extenso e populoso do

Rio de Janeiro e que, ao mesmo tempo, tem a menor oferta de equipamentos culturais. Na Zona Norte, 5 equipamentos culturais afirmaram eventualmente oferecer transporte, enquanto na Zona Sul e no Centro para o mesmo quesito foram obtidos os quantitativos de 1 e 4, respectivamente. Nesse sentido, configura-se como item a ser aprofundado nas entrevistas realizadas com gestores públicos de cultura quais medidas são adotadas para reduzir as desigualdades de acesso aos equipamentos culturais no município do Rio de Janeiro. Sabe-se a partir do levantamento realizado no capítulo anterior da tese que uma das ações em curso é a realização do Edital Pró-Carioca, que tem como um de seus principais objetivos distribuir os investimentos pelo território e fomentar a produção cultural em locais historicamente colocados à margem dos investimentos públicos em ações culturais;

9- A mediação cultural é uma prática comum dentre os equipamentos culturais públicos do Rio de Janeiro, sendo realizada em percentuais expressivos, sobretudo em museus e centros culturais. Em teatros, a mediação cultural ocorre com menor frequência;

10- Por fim, é possível afirmar a necessidade de avanços acerca do desenvolvimento de estudos dos espectadores participantes das atividades mediadas promovidas pelos equipamentos culturais públicos do Rio de Janeiro, de modo a analisar os desdobramentos das ações e a formação do interesse espontâneo a partir da participação em iniciativas direcionadas pela escola.

4. DIALOGANDO COM AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA

No período de janeiro a agosto de 2024, foram realizadas 9 entrevistas com gestores públicos do município do Rio de Janeiro das áreas da educação e da cultura, tendo como principal objetivo aprofundar o conhecimento acerca das iniciativas de promoção do acesso de estudantes da educação básica aos equipamentos culturais da cidade. As entrevistas fecham o ciclo metodológico concebido no planejamento prévio da pesquisa, complementando as etapas de identificação dos equipamentos culturais vinculados à gestão de estados e capitais municipais brasileiras, a identificação de iniciativas públicas de interlocução entre educação, arte e cultura e o aprofundamento da análise no município do Rio de Janeiro, a partir da produção de dados acerca da atuação dos equipamentos culturais públicos da cidade que são vocacionados à fruição cultural.

A escolha da entrevista como o procedimento adotado tem como base o entendimento que:

> Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo (DUARTE, 2004, p. 215).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa baseada no método qualitativo[148], que busca “entender globalmente as categorias que mobilizam os atores para compreender a realidade e para atuar sobre a realidade” (ZANTEN, 2004, p. 31), utilizando-se de entrevistas semiestruturadas que visam estabelecer algum diálogo entre os sujeitos entrevistados, ao mesmo tempo em que pretende problematizar como pensam os gestores públicos acerca de questões específicas. Partindo de um roteiro prévio, elaborado com base nos objetivos da investigação e alinhado às evidências produzidas nas etapas anteriores da pesquisa, a entrevista no formato semiestruturado possibilitou diálogos afinados com o propósito da tese e, igualmente, permitiu certo grau de espontaneidade na

[148] Esta etapa da pesquisa adotou como modelagem analítica o método qualitativo, baseado na análise de conteúdo das entrevistas, visto que as respostas dos sujeitos entrevistados representam maior grau de importância do que os sujeitos em si.

amplitude das respostas dadas pelos entrevistados, o que foi oportuno para o aprofundamento de situações que não estavam inicialmente roteirizadas.

Todas as entrevistas foram realizadas em formato remoto, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, com duração média de 1 hora. Conforme previamente autorizado pelos participantes, as conversas foram gravadas para posterior transcrição e análise do pesquisador. O convite para as entrevistas foi encaminhado por e-mail, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado, no qual o pesquisador se compromete em manter o anonimato dos participantes, assegurando-lhes o não uso de informações pessoais. Nesse sentido, foram atribuídos nomes fictícios aos entrevistados, escolhidos aleatoriamente, assim como as citações extraídas das entrevistas foram referenciadas como gestor(a) público(a) de educação ou de cultura, de modo a não direcionar o conteúdo da entrevista a uma área específica, o que poderia colocar em risco o anonimato da pessoa entrevistada.

Tendo como referência os três diferentes níveis de atuação do Estado, definidos por Grossi (2022) como Macro (Governo Municipal), Meso (Secretarias e Conselhos) e Micro (Servidores e Conselheiros), nesta fase da pesquisa o foco foi direcionado a esferas de médio escalão das secretarias municipais de educação e de cultura do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com representantes das seguintes áreas:

- Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME): Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares (GPPE); e duas Coordenadorias Regionais de Educação;

- Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC): Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural; Coordenadoria de Territórios e Diversidade Cultural; Coordenadoria de Equipamentos Culturais; Gerência de Lonas e Arenas Culturais; Gerência de Museus; e Gerência de Centros Culturais.

Para nortear as entrevistas, foram elaboradas perguntas abertas baseadas nos seguintes pontos: Quais as principais atribuições e formas de atuação da área administrativa da gestão pública que você atua? Quais são e como ocorrem as iniciativas existentes (políticas, programas ou projetos) promovidas pela área administrativa que você atua voltadas à promoção do acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural? Como se dá o diálogo entre as áreas da gestão

cultural e educacional visando ao desenvolvimento de iniciativas integradas? Quais as principais ameaças à perenidade das políticas e programas existentes?

A partir destas perguntas disparadoras, outros diversos temas importantes na perspectiva desta investigação surgiram, tais como: processos de gestão dos equipamentos culturais; formação continuada de profissionais; concepção e implementação de políticas públicas; interesse e engajamento das escolas e dos professores para inserção de práticas culturais nos cotidianos escolares; implementação de programas educativos em instituições culturais; entre outros. Desta forma, visando criar costuras entre as respostas obtidas por meio das entrevistas e os demais dados produzidos ao longo da pesquisa, a análise será apresentada nos subcapítulos seguintes a partir da organização por temas, sendo estes: promoção do acesso de estudantes à fruição cultural; implementação de programas educativos; e perenidade das políticas públicas.

4.1 DA PROMOÇÃO DO ACESSO DE ESTUDANTES À FRUIÇÃO CULTURAL

4.1.1 “NÃO SÓ OS ESTUDANTES, COMO PARA PROFESSORES TAMBÉM”

Na conclusão do capítulo anterior foram expostos argumentos para sustentar que a promoção do acesso de estudantes à fruição cultural depende, necessariamente, da articulação entre profissionais dos campos da educação e da cultura, visto que cada uma das áreas detém condições que são básicas para iniciativas com este propósito. Pensando no tema pela perspectiva da gestão pública, diferentes ângulos foram abordados nas entrevistas realizadas com gestores da cultura e da educação e um dos tópicos recorrentes que ratifica a relevância desta interlocução foi a percepção de como o acesso proporcionado ou mediado pela escola frequentemente se configura como a primeira oportunidade para os jovens:

> Eu acho que para muitas crianças é a primeira vez que têm oportunidade de ir a certos lugares. A cultura está em tudo quanto é canto, né? Então, é claro que eles participam de ações culturais dentro da comunidade, enfim, no entorno de onde eles vivem, mas eu acho que muitas situações são propiciadas pela primeira vez, sim, pela escola (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Carvalho (2016) destacou em sua pesquisa a avaliação de componentes do setor educativo de um importante centro cultural do Rio de Janeiro, no qual afirmaram que “a escola é a instituição que tem possibilitado a ida de crianças e jovens a esses espaços” (p. 124), e “que não necessariamente as famílias têm

assumido o papel de levar seus filhos a museus e instituições culturais afins" (p. 136). Nas falas das gestoras públicas entrevistadas nesta pesquisa, tanto da educação, quanto da cultura, o argumento defendido por Carvalho se faz presente, reforçando o papel da escola e dos educadores no fomento à cultura:

> Não estou generalizado, mas me baseando em relatos, que as nossas crianças não têm acesso a esses equipamentos [...] sobretudo as crianças das séries iniciais, somos nós, educadores, que fomentamos essas oportunidades de vivenciar outras experiências de cultura (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

A importância das iniciativas promovidas extrapola a fruição estética, englobando aspectos como a apropriação do direito de acesso à cultura e aos equipamentos públicos da cidade, em muitos casos tidos como inacessíveis do ponto de vista simbólico e social, como destaca a gestora pública de educação sobre a ida de estudantes ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro:

> O relato que eu tive dos professores que levaram os alunos para o Theatro Municipal foi que eles não tinham noção, não tinham dimensão do que era aquele espaço. Então, assim, tem espaços que a gente sabe que ainda são muito elitizados. A escola ter a possibilidade de propiciar isso para os alunos é incrível. [...] Pensando em quando eu estava, até ano passado, como coordenadora de escola, eu via que muitas ações que a gente de uma certa maneira estava propondo para os estudantes eram uma novidade para eles. Tinham muitas crianças que nunca tinham ido ao teatro, nunca tinham ido ao cinema. Então, tem certos lugares que eu acho que a escola que abre esses horizontes e que realmente dá essa possibilidade de a criança ter o contato pela primeira vez (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Nesse sentido, é possível afirmar que a escola se constitui como uma das principais portas de entrada para diversos direitos sociais que muitas vezes são negados a uma significativa parcela da população, entre eles o acesso à cultura. Segundo relato presente nas falas de gestoras da educação e da cultura, o fato de a instituição escolar proporcionar a primeira entrada em um determinado equipamento cultural ou a primeira experiência de fruição em alguma manifestação artística e cultural não se restringe aos estudantes, sendo perceptível também na categoria docente, conforme presente nos depoimentos a seguir:

> **Com certeza, não só os estudantes, como para professores também. Muitos professores nunca tinham entrado em museus.** Nós temos aqui no Rio de Janeiro o bairro do Caju, que é um bairro próximo à região central da cidade, mas que o acesso que os alunos de lá têm à cultura são proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Cultura. **Esses alunos, apesar de morarem em um bairro muito próximo do Centro, não têm acesso nenhum se não for proporcionado pela escola, pelos nossos museus. Então, para a grande maioria dos estudantes é a primeira vez.** Nós recebemos também muitos alunos de outros municípios, por exemplo, da Baixada Fluminense. Niterói também. Além do Rio de Janeiro, os municípios que mais

> acessam são da Baixada Fluminense e Niterói. Não só os museus da Praça Mauá, como também o Museu Histórico da Cidade, na Gávea. **E os professores também, porque os professores não têm muito acesso aos nossos equipamentos culturais. E ainda há muito aquela questão, além do tempo, que é escasso, tem aquela questão de que é muito caro. Eu tenho que colocar uma indumentária diferenciada para frequentar aquele lugar etc.** (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

> No Museu Histórico da Cidade principalmente. Porque, primeiro, o próprio carioca, muitos, não conhecem o Museu Histórico da Cidade. **Então, até mesmo para os professores, às vezes, é a primeira vez que acessam o museu. Os estudantes também.** A gente sempre fala com a equipe educativa, no final da visita, para sempre enfatizar que os equipamentos culturais municipais são públicos, são todos gratuitos. [...] As atividades são para mostrar para eles que esses espaços são deles, que eles podem ocupar, que devem ocupar, devem visitar. **Mas, infelizmente, muitas vezes a gente percebe que é a primeira vez que o estudante está visitando o museu ou o centro cultural** (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Carvalho e Gewerc (2019) destacam a importância da formação cultural dos professores para que sejam capazes de contribuir para o alargamento do universo cultural dos discentes, para que tenham condições de instigar os alunos para o convívio pluricultural e para que obtenham êxito no propósito de estimular nos estudantes leituras de mundo complexas, desvinculadas dos arbitrários culturais aos quais são submetidos cotidianamente. Segundo as autoras, “como capacitar os professores no sentido de ampliarem a bagagem cultural dos alunos se os repertórios de experiências estéticas de ambos se assemelham?” (p. 427). Faz-se, portanto, necessário considerar na formação continuada de educadores a dimensão estética e a vivência das artes e das manifestações culturais enquanto processos permanentes de estímulo à criticidade, à criatividade, à sensibilidade e ao engajamento com as mais variadas questões das humanidades.

No âmbito das articulações entre educação e cultura para a fruição artística e cultural, a participação efetiva dos professores se configura como algo determinante, não apenas para sua formação continuada em si, mas também para que tenham as condições necessárias de promover desdobramentos que vão além de uma experiência eventual. A gestora da educação Tânia aponta para este importante aspecto, ao destacar que:

> Tem que haver esse diálogo entre a educação e a cultura, mas passando pelo usuário. **Não só pelo aluno, mas também pelo professor. Porque quando você sai e leva o aluno para esse acesso, muitas das vezes nós percebemos que é o primeiro acesso também do professor**. Então, a Cultura, na minha visão, poderia e deveria articular propiciando primeiro ao docente a conhecer esses espaços culturais e as propostas que a Secretaria de Cultura tem a oferecer, para que ele depois de seduzido, pudesse também seduzir e ampliar o olhar dos seus alunos, o que não acontece. **Muitas das vezes, as coisas são articuladas no nível das secretarias. A gente recebe apenas o convite, leva o professor e ele também é surpreendido pela primeira vez.** Então, você não consegue preparar os seus alunos para o que eles vão ver, não consegue fazer um

> planejamento integrado multidisciplinar nos desdobramentos daquilo que a criança aprendeu, viu, ouviu, participou e interagiu. Então, às vezes fica apenas algo estanque (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

A sensibilização dos educadores para as transversalidades da proposta cultural que se pretende articular à educação tem a capacidade de potencializar a experiência da fruição para todos os envolvidos, fomentando um ambiente rico em novos conhecimentos e propício à abertura de canais sensíveis para a recepção estética. Caso contrário, corre-se o risco de o educador "construir uma visão utilitária da arte, e as visitas que fizer às instâncias culturais com seus alunos poderá ser marcada por essa dimensão" (CARVALHO; GEWERC, 2019, p. 432). Isto é, por não se sentir contemplado no planejamento e por não compreender a iniciativa como uma prática pedagógica em si, que pode gerar desdobramentos criativos a posteriori na escola, o educador poderá incorrer no erro de tratar a ação como uma atividade de lazer, como entretenimento ou, em uma visão ainda mais equivocada, instrumentalizar a experiência cultural para a explanação de conteúdos escolares, em uma abordagem puramente tecnicista.

Um dos caminhos necessários para que isso não ocorra é promover o envolvimento dos educadores em todo o processo, não apenas na escala para atuarem como adultos responsáveis pelo acompanhamento das crianças e adolescentes ou para desempenharem a função de guardiões da disciplina e fiscais de silêncio.

No trecho em que a gestora afirma que muitas vezes as articulações ocorrem diretamente entre as secretarias, isto é, no nível das burocracias de médio escalão, chegando para o professor apenas o papel de execução de algo previamente definido, fica implícita a existência de processos característicos do modelo *top down*, cujo principal problema gerado na situação descrita é o distanciamento e a desconexão entre planejamento e realização. Na prática, situações desta natureza enfraquecem o engajamento dos professores e, consequentemente, dos estudantes. Da mesma maneira que a participação em uma atividade cultural não deve ser prescrita ao educador, mas sim pensada em conjunto para que o professor tenha condições de se preparar previamente para atuar como um mediador, o mesmo deve ser considerado em relação aos estudantes, que não podem ser surpreendidos por uma atividade cultural para a qual sequer sabem do que se trata. É nesse sentido que o fomento à fruição artística e cultural na educação deveria ser pensada como um programa, composto, preferencialmente, de processos pedagógicos que forneçam

“ferramentas para que ele [espectador] disseque e interprete o evento” (DESGRANGES, 2015, p. 36).

4.1.2 COMO AS GESTÕES EDUCACIONAL E CULTURAL CONCEBEM A FRUIÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES

A partir da análise realizada no segundo capítulo da tese, que abordou os programas e projetos desenvolvidos pelas secretarias estaduais e das capitais municipais de educação no Brasil, chegou-se à conclusão de que a gestão educacional concebe a relação com a cultura com maior ênfase através do incentivo à produção artística, por meio da criação coletiva em linguagens como a dança, a música e o teatro. A organização metodológica para execução destes programas e projetos, materializados em mostras e festivais multilinguagens, é complexa e conta com o envolvimento de diversas áreas e profissionais, demonstrando a importância que tais iniciativas possuem no âmbito da gestão educacional. A gestora pública de educação Lourdes apresenta um resumo de como ocorre a produção:

> O documento chega da Secretaria sobre a mostra [multilinguagem] com todas as informações e todas as possibilidades que as escolas têm para se inscrever na parte de dança, na parte de música ou no teatro. E as escolas têm autonomia para criar propostas que se adequem à realidade da instituição ali e eles passam por nós [CRE], porque esses projetos chegam pra gente para avaliar. Então, assim, nesse momento, eu estou recebendo nos e-mails lá da Gerência de Educação letras de música, vídeos de algumas produções artísticas que têm a ver com a dança ou com a música. São vários tipos de produções que vão chegando pra gente avaliar ou dar uma sugestão. Mas, de modo geral, a gente respeita muito essa autonomia, né? Porque, geralmente, essas produções já passam primeiramente por uma seleção dentro da escola. E aí, agora a gente vai para a etapa regional, que é a etapa da CRE. Então, eu comecei a articular, marcando em alguns locais essas apresentações que as escolas vão fazer dentro da nossa CRE. Dentro dessas propostas, a gente vai precisar selecionar, junto com jurados, tem todo um esquema mais formal, vamos dizer dessa forma, pra ir para a etapa municipal. Então, assim, é muito legal esse movimento que acontece nas escolas. Neste momento também aconteceram muitas rodas de conversa sobre a temática indígena, que este ano é a temática que está aí como foco, e os professores das unidades escolares se inscreveram. Muitos professores participaram pra discutir sobre isso e ser, tipo, o ponto focal das escolas, e aí eles levam essas discussões para dentro da escola e conversam com os outros colegas, que tipos de propostas artísticas podem se encaixar dentro das temáticas que são elencadas naquele ano. A gente está no momento que as escolas estão nesse fervo de dar visibilidade para as ações que já acontecem, porque tem escolas que já desenvolvem um trabalho belíssimo com a dança, por exemplo. Ou, então, tem escola que tem aquele professor de artes que já está ali nas produções do desenho com os alunos há vários anos. Então, são alunos que já têm um olhar mais sensível para essa parte artística. É muito bacana, porque eu acho que é um momento mesmo de dar visibilidade a essas produções culturais que já acontecem dentro da escola. Agora esse é o desafio que a gente tem lá na gerência de conseguir organizar esse evento regional para reunir essas propostas que estão vindo das escolas (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

A partir da descrição do processo de produção das mostras e festivais, observa-se que a organização ocorre com característica multiníveis dentro da administração pública da educação, englobando esferas de alto, médio e baixo escalão da burocracia municipal. Fica explícito no relato o amplo envolvimento que as iniciativas geram em gestores da Secretaria Municipal de Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação, além do engajamento de diretores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos das escolas, compondo um calendário que ocorre durante todo o ano.

Pela capacidade de articulação e envolvimento das escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, somado à organização documental que estabelece princípios pedagógicos, normas de realização, formação continuada de educadores, cronograma e todos os pressupostos necessários para a execução das atividades, é possível afirmar que os festivais e as mostras multilinguagens promovidos pela Secretaria Municipal de Educação fazem parte de uma política pública, que se consolidou ao longo de muitas décadas a partir de iniciativas, como por exemplo, a Mostra de Dança, que possui mais de 40 edições realizadas, e o Festival Carioca de Educação Musical (FECEM), que em 2023 completou 35 anos.

No entanto, na perspectiva desta tese, entende-se que o incentivo à produção artística não se configura como sinônimo de fomento à fruição cultural. Apesar de complementares, promover a criação de trabalhos artísticos com os estudantes e possibilitar o acesso de alunos às manifestações culturais na condição de espectadores são iniciativas distintas e que, portanto, exigem dinâmicas diferenciadas. A complexidade organizacional, a sistematicidade, o planejamento anual de ações e a capacidade de articulação de toda a Rede Municipal de Educação são fatos que estão presentes no incentivo à produção artística dos estudantes no currículo das escolas públicas municipais, diferentemente das iniciativas de fomento à fruição artística e cultural, que ocorrem a partir de ações pontuais e menos institucionalizadas. No relato da gestora Lourdes é possível inferir algumas características que envolvem a organização de atividades promovidas fora da escola:

> Quando você está dentro da escola você acha tem uma limitação enorme, que nunca consegue sair da escola para visitar os espaços culturais. Mas, assim, agora, enquanto CRE, eu entendo que se uma escola me solicita, por exemplo, que está desenvolvendo um projeto interno e dentro do projeto político pedagógico da escola está estudando os planetas: tem possibilidade de alguma aula-passeio? Eu tenho como entrar em contato com essa Coordenadoria de Educação Integral e verificar a possibilidade, por exemplo, da escola ir ao Planetário. E, assim, essas

> tentativas que eu tenho feito têm sido muito positivas, a gente tem conseguido várias formas de ir com as escolas para lugares que muitas vezes fazem sentido para elas, porque está dentro do projeto que elas estão desenvolvendo e é uma forma da gente tá expandindo esse acesso aos espaços culturais da cidade. Esse mês [julho] a gente recebeu da própria GPPE uma solicitação de escolher 23 escolas para visitarem o Planetário. Então, assim, são 23 escolas da nossa CRE, outras CREs também estão nesse movimento, e foi muito bacana, porque a gente já conseguiu mandar uma "listona" de 23 escolas para ir já agora no mês que vem [agosto] visitar o Planetário. E isso tem acontecido, sabe? Eu tenho visto esse movimento de alguns espaços, em sua maioria municipais, que têm esses acordos e enviam pra gente e a gente tem essa autonomia de indicar as escolas (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Observa-se neste trecho da entrevista que, enquanto atuante dentro da escola, a educadora não tinha amplo acesso a informações que lhe permitissem compreender as possibilidades de realização de atividades externas com os docentes, o que demonstra indícios de que as programações, de maneira geral, não fazem parte de um planejamento pedagógico anual, mas sim oportunidades que chegam por convite de outras instituições ou demandas que surgem diretamente da escola a partir da direção ou dos próprios educadores. Outro fator que vale destacar da fala da gestora é o indicativo de seleção das escolas para participação em atividades para as quais a Secretaria Municipal de Educação recebe convites. Não havendo a possibilidade de envolver todas as escolas, assim como, não se tratando de uma programação regular e sistemática, prevista no planejamento pedagógico anual, é possível inferir que tais ações se caracterizam, pelo viés da gestão educacional, como eventos, denominados no contexto escolar pelo termo aula-passeio. A gestora Tânia aborda o tema no seguinte trecho de sua entrevista:

> Não há uma obrigatoriedade e nem um protocolo definido de usar uma nomenclatura para quando a criança sai da unidade escolar. Não é passeio, ninguém vai passear, porque o passeio é aquilo sem objetivo. Há um objetivo específico quando a criança sai dos muros da escola, então a gente chama de aulas-passeio, como diz Freinet, ou atividade externa. A intencionalidade pedagógica acontece, não só na nomenclatura, mas em toda a proposta, onde a criança planeja o que vai ver, depois pode fazer o registro dessa atividade, fazer avaliação, enfim, aprender em outro espaço. (...) é uma aula fora dos muros da escola, tem sempre um cunho pedagógico (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

O conceito de aula-passeio está presente na pedagogia de Célestin Freinet, pedagogo atuante na primeira metade do século XX que propõe que tais atividades contribuem para o alcance de objetivos baseados no desenvolvimento da autonomia, no incentivo à pesquisa e no fomento à integração entre os membros da comunidade escolar. A maneira enfática com a qual a gestora Tânia destaca que as atividades externas às escolas se baseiam no conceito de aulas-passeio e, portanto, não são tratadas pelo viés do lazer descompromissado,

demonstra a preocupação e a importância dada às iniciativas, para as quais necessariamente devem ser elaboradas intencionalidades pedagógicas.

No entanto, por não se tratar de uma política ou um programa institucionalizado, o protagonismo de diretores e professores das unidades escolares é determinante para que os discentes tenham maior ou menor oportunidades de participação em atividades que ocorrem fora da escola, incluindo experiências de fruição artística e cultural, como é possível constatar no trecho a seguir:

> Como as escolas têm autonomia de desenvolver o próprio projeto pedagógico, uma temática que surge ali dentro dos interesses ou demandas da própria escola, é muito comum que elas solicitem pra gente a realização de atividades extraclasse. Às vezes, não tem ônibus, beleza, não tenho transporte, mas tenho um espaço cultural ali, muito próximo da unidade escolar ou então tem a possibilidade de ir de metrô. E aí, a gente recebe na gerência de educação diariamente várias solicitações para realizar atividade extraclasse. É uma coisa que a gente incentiva bastante, a gente apoia, geralmente está dentro do número de adultos que precisa para levar as crianças ou os adolescentes, tá tudo ok dentro do modelo que a gente estabelece de autorização para atividade extraclasse e a gente permite. A gente tem um retorno muito bom dessas atividades, porque elas fazem muito sentido, né? Porque são atividades que a própria escola está propondo, pois tem a ver com uma demanda mesmo dos alunos ou está dentro de uma temática que está sendo estudada dentro da escola. Então, eu acho que de uma certa forma, a CRE está propiciando esse contato dos estudantes, de modo geral, com os espaços da cidade (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

A gestora destaca também o quanto o engajamento dos educadores se faz presente, sobretudo àqueles que já possuem o hábito de frequentar os equipamentos culturais da cidade, o que reforça a importância do tema tratado na seção anterior acerca da formação cultural dos professores:

> Eu faço muitas reuniões com os coordenadores e com os professores. (...) eles falam: “eu já fui no cinema tal ou na arena que fica ali perto da escola pra ver quando que eu posso levar os alunos”. Então, assim, eles mesmos já participam desse movimento de verificar os espaços que são próximos ou um espaço que vai ter um acesso mais fácil. É um movimento que vem de muitos profissionais. A gente sabe que não são todos, mas tem aqueles que têm um olhar mais aguçado para arte, para espaços culturais, que de forma geral já buscam na vida deles. E, enquanto educadores, buscam também propiciar isso para os estudantes (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

O trecho acima vai ao encontro dos dados obtidos no gráfico 21 da pesquisa *Survey* analisada no capítulo anterior, no qual 73% dos equipamentos culturais públicos do Rio de Janeiro afirmaram serem procurados pelas escolas para levarem seus estudantes à programação. O engajamento e o interesse dos educadores na realização de aulas-passeio também podem ser avaliados a partir da maneira como recebem as proposições, visto que diante de uma rotina escolar composta por diversos compromissos, a realização de atividades externas pode

ser interpretada como um problema, ou seja, um empecilho ao cumprimento de obrigações curriculares. Em contrapartida, como destaca a gestora Tânia, em mais de trinta anos na docência, “nunca presenciei nenhuma resistência por parte dos professores, nem quando eu estava como coordenadora pedagógica, nem como diretora escolar, muito menos como coordenadora da regional. Muito pelo contrário, quando a gente oferta a aceitação é imediata” (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

No entanto, em instituições escolares onde o nível de engajamento da direção, coordenação pedagógica e educadores é menor para a mobilização de atividades externas, fator que pode ser motivado por questões diversas, como, por exemplo, precariedade da escola, violência do território, distância em relação aos equipamentos culturais, entre outros, a ausência de uma ação institucionalizada por meio de uma política ou programa gera desigualdades de oportunidades que, em geral, reforçam índices de exclusão. Nesse sentido, é possível associar algumas características negativas à dinâmica eventual pelas quais se caracterizam as aulas-passeio, sobretudo no âmbito da fruição artística e cultural, tais como: quando ocorrem por meio de convites eventuais recebidos pela escola, as iniciativas não são contempladas previamente no planejamento pedagógico anual, o que indica não se tratar de um programa sistemático para o qual educadores e estudantes têm conhecimento que irão participar, afetando a preparação prévia da ação educativa. Além disso, não contemplam todas as escolas, exigindo de gestores olhar atento e planejamento para reduzir privilégios e garantir direitos.

> De modo geral, eu tenho a sensação de que as escolas sempre vão ficar insatisfeitas, porque vamos colocar aí a realidade da nossa CRE. A gente tem 134 unidades escolares. [...] Aí, eu consegui uma escola que não estava nessa listagem, mas ela queria muito ir ao Planetário. **Consegui, beleza, mas se todas as outras escolas tivessem me solicitado, provavelmente eu não teria conseguido, né?** E tem outras ações que vão acontecendo ao longo do ano que às vezes a gente não tem autonomia de escolher a escola. [...] Então, assim, eu acho ainda que a demanda é muito maior do que a gente realmente consegue proporcionar. Mas, para quem estava dentro de escola e agora está na CRE, eu vejo que tem sim muitas possibilidades. Esse ano foram muitos. O Festival do Leitor, que a gente teve aí há pouco tempo em junho, a gente teve a possibilidade de levar 45 escolas para o Píer Mauá. [...] **Eu acho que a gente tem que ter muita responsabilidade para verificar as escolas que não receberam essa possibilidade ao longo do ano, para quando for possível, elas serem direcionadas para essas oportunidades também porque um relato que eu ouvi muito quando eu entrei na CRE é que tem escolas que passeiam e tem escolas que não passeiam.** Tem a ver realmente com uma questão da gestão, porque eu preciso fazer um controle dessas escolas que estão tendo essas oportunidades e por que outras não estavam tendo. Então, eu acho que o nosso desafio é garantir que todas as unidades escolares consigam pelo menos alguns passeios ao longo do ano letivo. **Eu fiz uma leitura e já percebi algumas escolas**

> **que não participavam ativamente, que geralmente são as escolas também mais excluídas nesse quesito do território, mais marginalizadas**, vamos dizer assim (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Portanto, a gestão educacional concebe o incentivo à fruição artística e cultural dos estudantes como ações eventuais, realizadas, seja por oportunidades criadas pelas escolas e seus educadores, ou por meio de convites que chegam diretamente à instituição escolar ou a esferas superiores da administração pública, como as Coordenadorias Regionais de Educação ou à própria Secretaria Municipal de Educação. Nesse sentido, não há uma política ou um programa regular de fomento ao acesso de estudantes à fruição promovido pela gestão pública da educação. As atividades, quando ocorrem, se baseiam no conceito de aula-passeio, tendo, segundo relato das gestoras entrevistadas, boa aceitação geral por parte das escolas e seus professores, quando chegam por convites externos, assim como, é perceptível o engajamento de alguns educadores em proporcionar vivências desta natureza aos alunos.

Já a gestão cultural concebe o acesso de estudantes aos equipamentos culturais a partir de quatro vertentes: 1) pelo viés da mediação cultural, sobretudo no contexto de instituições museais, cujos programas educativos foram sendo estruturados e fortalecidos ao longo das últimas décadas; 2) por meio da articulação territorial feita diretamente pelos equipamentos culturais, com destaque para a atuação das Lonas, Arenas e Areninhas com as escolas; 3) através das contrapartidas sociais de projetos aprovados em editais; 4) e com projetos que atendem indiretamente aos estudantes e professores, como, por exemplo, o Cadeira Cativa.

Os museus públicos do município do Rio de Janeiro estabelecem relação direta com as Coordenadorias Regionais de Educação, proporcionando o acesso de estudantes às programações de maneira frequente, como relata a gestora pública Elisabete:

> [...] a Secretaria Municipal de Educação é dividida por coordenadorias regionais. Nós temos 11 CREs, então os museus se relacionam muito proximamente a essas CREs. Por exemplo, os museus localizados na Praça Mauá e na Gamboa, que são o Museu do Amanhã, MAR e MUHCAB, possuem um relacionamento muito estreito com a 1ª CRE. Eles desenvolvem um trabalho diário com essas escolas, porque existe esse trabalho junto ao território, é algo que já está, vamos dizer assim, na rotina na agenda desses museus. E também é uma área que possui muitas escolas, não são escolas da Prefeitura, mas são escolas ligadas a projetos sociais. Então, já há um relacionamento frequente com essas escolas. Assim como, nós temos também no caso do Museu de Santa Cruz, por ser uma área que possui muito poucos equipamentos culturais, a Zona Oeste, todo mundo sabe que tem essa carência, é uma relação também muito próxima a essas escolas, não só escolas da rede municipal, como nós temos lá a FAETEC, o Colégio Pedro II

> Realengo, então já é uma relação muito próxima (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

As articulações ocorrem por meio de projetos regulares e ações pontuais, realizadas a partir de interesses e iniciativas que partem tanto da gestão cultural, quanto da educacional, como explica Elisabete em complemento ao trecho anterior:

> [essa relação ocorre] em via de mão dupla, nós temos projetos fixos que nós entramos em contato com essas escolas. Por exemplo, o Entre Museus, do Museu do Amanhã, é um projeto que o museu já procura as escolas naturalmente para fazer a programação dentro desse projeto. Assim como, as Coordenadorias Regionais de Educação e as escolas procuram o museu para, não só agendarem visitas mediadas desses alunos, como também agendarem questões específicas como, por exemplo, um seminário ligado à primeira infância ou um trabalho ligado ao autismo (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Outros equipamentos culturais, como as Lonas, Arenas e Areninhas, promovem relação direta com escolas, além de desempenharem papel importante para a descentralização da produção cultural no território do Rio de Janeiro, pois estão localizadas em regiões da cidade onde a existência de espaços formais de cultura é mais escassa. Estes equipamentos possuem como característica o estabelecimento de fortes vínculos com o território em que se inserem, sendo um marcador da interlocução entre a cultura e a educação a ocorrência de parcerias que se estabelecem diretamente na ponta, isto é, na relação entre as escolas e os produtores culturais locais, como descreve a gestora pública Vanessa:

> Isso acontece direto dos diretores e coordenadores pedagógicos com cada território. É muito relacional, né? Essa coisa do Suburbano mesmo, sabe? Dessa questão do bater na porta, de usar o quintal. Então, cada escola se relaciona de uma forma diferenciada com o equipamento, não existe um regramento, não existe uma forma única e não parte da Secretaria. A Secretaria vem de uma forma muito mais direcionado e formalizada para grandes eventos. Mas, na ponta isso é muito pulverizado. Então, as CREs, as coordenações pedagógicas, as direções de escola, de acordo com as suas relações vão criando esses espaços de formação de plateia e de trocas diretamente com os gestores e com os produtores do território (Entrevista – Vanessa / Gestora pública de cultura. Julho/2024).

A gestora Marta reforça que a relação com os territórios é uma premissa do trabalho de todos os equipamentos culturais da Prefeitura do Rio de Janeiro e destaca que, além de instituições voltadas ao desenvolvimento de práticas artísticas e culturais, os equipamentos são também promotores de políticas públicas voltadas a atender outras demandas com o objetivo de gerar benefícios sociais para a população.

> Os equipamentos têm essa relação com as escolas do entorno. Não só com as escolas, mas com o CRAS[149] também, com a assistência social, com a saúde, com a educação. **Então, quando você perguntou se tem uma política pública desenhada de cultura e educação juntas, não, não tem. Mas, tem uma política pública que está presente em todos os planos de trabalho de todos os equipamentos culturais, que é o relacionamento com o território. Os equipamentos culturais, as gestões locais dos equipamentos culturais, têm a obrigação de estabelecer a relação com o território, tanto com os órgãos da educação como da saúde, como da assistência social.** E, nessa relação, eles fazem muito essa transversalidade de políticas públicas de cada setor. Então, por exemplo, uma campanha de higiene bucal, ela se dá dentro das Areninhas, por exemplo, nesses territórios. **Nós somos espaços de políticas públicas que não estão restritos apenas a questão da cultura, mas é tudo aquilo que vai transformar e modificar a realidade social daquele território.** Então, isso já acontece e tem sim um trânsito bastante direto entre os equipamentos e essas ações locais (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Portanto, a relação que se estabelece entre Lonas, Arenas e Areninhas e os territórios nos quais estão inseridas é bastante peculiar quando comparadas com outros equipamentos culturais mais tradicionais, como museus, teatros e centros culturais. Nesse sentido, cada um desses espaços desenvolve formas de atuação que são identificadas com as características de seu bairro, não havendo uma diretriz central que parta da Secretaria Municipal de Cultura sobre a forma como devem se relacionar com as escolas da região. A gestora Vanessa aprofunda o tema no trecho a seguir:

> A formação de plateia dos equipamentos vem muito dessa questão da cogestora e do DNA que esse território tem. Então, isso é muito diferenciado. Como você falou, em Jacarepaguá é de uma forma e em Realengo é de outra. Por exemplo, eu vou destacar aqui a Areninha Cultural Terra, em Guadalupe. A Terra é cogerida pela Balaio Cultural, que também faz a cogestão da Arena Carioca Abelardo Barbosa - Chacrinha. Eles são muito ligados em Guadalupe nessa questão de estarem associados à CRE. Então, formação de plateia, eles sempre contam com as escolas próximas. Em contrapartida, a SME busca muito a gente para poder fazer a utilização desses espaços como espaços formativos para os próprios professores quando tem plenárias grande. Porque aí, você procura um teatro que caiba 300 pessoas, você vai para Lona e Arena, porque é a quantidade média de pessoas que a gente comporta na arquibancada. Às vezes, você precisa de 500 pessoas, aí você consegue em uma Arena, porque já são 420 pessoas. **Mas, basicamente, não há uma política pública organizada que faça essa união de atividade. Quando a gente tem os editais, por exemplo, os produtores que ocupam os espaços de Lonas e Arenas também fazem essa formação de plateia com as escolas. Alguns editais também são fomentados para serem feitos dentro de escolas, aí tem uma linha só para escolas. Então, assim, trabalha junto, mas não trabalha junto organizada na legislação, a gente trabalha junto na ponta** (Entrevista – Vanessa / Gestora pública de cultura. Julho/2024).

Além da atuação dos equipamentos culturais na promoção do acesso de estudantes à fruição artística e cultural, existem iniciativas ligadas a projetos

[149] Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

desenvolvidos diretamente pela Secretaria Municipal de Cultura e ações que se configuram a partir de projetos realizados por meio de editais, nos quais a interlocução com as escolas ocorre no modelo de contrapartidas sociais. No segundo capítulo, foram abordados aspectos sobre como o modelo de mecenato no Brasil estimulou os proponentes de projetos culturais a incluírem a realização de contrapartidas envolvendo o diálogo com a educação. Esta preocupação por parte dos produtores também se faz presente nos editais municipais de cultura, como destaca o gestor público Rogério, que reforça inclusive o fato de os editais estimularem a prática por meio de pontuações específicas:

> Eu percebo que os proponentes se preocupam muito em trazer essa dimensão da articulação dos projetos com as escolas, mas também vejo que é o resultado de um movimento dos próprios editais. Existem, por exemplo, pontuações específicas para projetos que se preocupam com esse diálogo [...]. Então, eu percebo que existe essa preocupação deles. E é quase que integral (Entrevista – Rogério / Gestor público de cultura. Janeiro/2024).

Por fim, como ação direta promovida pela Secretaria Municipal de Cultura voltada à democratização do acesso dos públicos aos espetáculos, destaca-se o projeto Cadeira Cativa, descrito pela gestora Marta:

> Sobre os espetáculos a gente tem um programa chamado **Cadeira Cativa**, que é um programa que distribui ingressos. A gente tem direito aos projetos financiados pelo ISS, por exemplo, a um percentual de ingressos de cada espetáculo. Às vezes 15%, às vezes 20%, depende do contrato, depende do tamanho do teatro. Também temos, quando o projeto é financiado pela Lei Aldir Blanc ou pela Lei Paulo Gustavo, direito a uma cota de ingressos. Essas cotas são oferecidas a outras secretarias. São oferecidas à educação [...] **Agora, elas nem de longe chegam numa escala, por exemplo, da educação. São milhares e milhares de alunos. São milhares e milhares de professores. Para que eles tenham acesso à cultura, não adianta, não é suficiente um Cadeira Cativa.** Um Cadeira Cativa vai chegar ali a um grupo de 20 professores que assistiram à Macacos[150], do Clayton. Vai conseguir assistir, mas o ideal era oferecer Macacos para toda a Rede Municipal. **Para isso acontecer, teria que ter um passaporte de acesso para toda a educação, que todo mundo tenha acesso, que todo mundo possa comprar livros, que todo mundo possa acessar teatros etc.** Então, eu sinto falta disso. Agora, é isso que essa professora falou. Ela ficou contente de ter essa oportunidade e ela volta e meia tem essa oportunidade. A gente oferece todo mês (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

A ressalva feita pela gestora em relação à incapacidade de o projeto atender toda a demanda existente, assim como a sugestão de um passaporte de acesso à cultura para a educação, são observações inerentes à preocupação de cada vez mais promover medidas de democratização. Nesse sentido, nota-se que o conceito de cidadania cultural, cunhado por Marilena Chauí (1992) e utilizado

[150] Espetáculo Macacos. Dramaturgia, Direção e Atuação Clayton Nascimento. Mais informações em: <https://www.ciamungunza.com.br/macacos>. Acesso em: 18 set. 2024.

como uma das principais referências teóricas desta tese, permeia as formas de atuação da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, fazendo-se presente, inclusive, na fala da gestora:

> [...] os espetáculos financiados pelo ISS, pela Lei Aldir Blanc e pela Lei Paulo Gustavo oferecem, obrigatoriamente, um percentual de gratuidade e esse percentual de gratuidade também chega nas escolas. Mas, nessa proporção que eu estou te falando, jamais de uma maneira que realmente você cria ali, para todo aluno da Rede Municipal, um passaporte que lhe dê, de fato, uma **cidadania cultural.** Eu gosto muito desse termo (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Princípios inerentes à noção de cidadania cultural, tais como o incentivo à diversidade e à democratização do acesso, tanto à fruição, quanto à produção e à participação efetiva da população nos debates da cultura, estão presentes na atuação dos profissionais que integram a gestão cultural municipal do Rio de Janeiro. Nota-se nas entrevistas com os gestores públicos o entendimento geral de que não é papel do Estado ser produtor de cultura, mas estimular o desenvolvimento cultural da sociedade, criando, para isso, as condições necessárias por meio de políticas, programas e projetos que se materializam em ações práticas voltadas a gerar benefício direto para a população como um todo, e não apenas a uma pequena parcela de privilegiados. Não por acaso, em diferentes momentos o termo, assim como conceitos estruturantes da noção de cidadania, estiveram ou ainda estão presentes na organização de organograma da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, nomeando setores como, por exemplo: Coordenadoria de Cultura e Cidadania, Subsecretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, Coordenadoria de Territórios e Diversidade Cultural, Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural, entre outros.

Portanto, a partir dos dados produzidos em todas as etapas da pesquisa, é possível afirmar que no contexto da gestão pública do município do Rio de Janeiro o fomento ao acesso de estudantes à fruição artística e cultural não se constitui como uma política pública, mas ocorre por meio de programas, em estágios mais avançados no caso dos museus, e através de projetos, aulas-passeio e outras ações pontuais articuladas de maneira direta entre os equipamentos culturais e as escolas. Isto é, não há uma política pública integrada entre as gestões cultural e educacional, conforme ratificado nas falas dos gestores públicos de cultura Marta e Fernando:

> Tem uma tentativa, mas não tem uma política pública desenhada fazendo essa interlocução entre as duas pastas. Não tem, são totalmente independentes as duas secretarias. Mesmo as bibliotecas escolares, por exemplo, as bibliotecas públicas municipais não têm, não estão em rede, por exemplo, o que seria natural

> que o aluno da escola tivesse as bibliotecas dele em rede e que acessasse as bibliotecas municipais pela internet (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).
>
> Eu acho que ainda não é um trabalho que está estruturado em um formato de programa ou de política. Então, eu acho que isso tem uma característica mais pontual. Eu acho que a relação entre cultura e educação sempre é dita pelas pessoas como algo muito importante. É tipo dizer que é importante investir na educação. Também é algo que está muito no vocabulário das pessoas. Mas, do ponto de vista de estruturação, de uma intencionalidade mais bem organizada, não só por essa minha experiência atual, mas também pela minha experiência anterior (na gestão pública), essas ações sempre são com um caráter um pouco pontual, com algum grau de descontinuidade que acaba que também é uma característica das políticas públicas de cultura (Entrevista – Fernando / Gestor público de cultura. Janeiro/2024).

Vale ressaltar que a inexistência de uma política pública integrada não deve ser atribuída a incompatibilidades políticas ou falta de vontade e interesse de gestores, mas às inúmeras complexidades cotidianas que são enfrentadas pelas pastas e que ainda precisam ser superadas, como destaca Marta:

> Mas, isso não existe, eu acho, pelo seguinte: os problemas são tão grandes a serem resolvidos dentro da educação e dentro da cultura que a gente não chegou nesse patamar ainda, entende? Se eu não tenho uma rede interna, por exemplo, hoje eu não tenho as bibliotecas municipais em rede na internet com seus catálogos informatizados. Como é que eu vou oferecer isso para educação? [...] A educação sofre de outro mal que eu também falo muito isso para as pessoas que procuram a gente querendo oferecer projetos para educação. Tem muita gente da área da cultura querendo oferecer projetos, realizações dentro das escolas. Isso, chove aqui dentro. Só que o que acontece com o diretor da escola? Ele recebe inúmeros projetos. Da fundação Roberto Marinho, do Instituto Pereira Passos, do Ipea... É uma loucura o que chega além do currículo obrigatório que eles têm de levar, com todos os problemas que eles têm de violência, das escolas ainda precisando muito de investimento... cada vez mais estão recebendo, tá cada vez melhor, eu vejo isso, mas ainda precisam de muita coisa. Alunos que vêm de bairros muito pobres, com a precarização da vida muito grande, o que traz para dentro da escola também muitos problemas, né? Esse aluno chega cheio de problemas. O professor também... gente é tanto problema na humanidade, né? Tudo isso chega ali. E aí, além disso, a cultura chega com uma série de projetos indo ali, vamos fazer peças teatrais, vamos fazer... Esse diretor da escola, ele está esgotado... Ele está esgotado. Então, não é fácil fazer esse link (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Alguns dos problemas relacionados pela gestora Marta estão presentes no "2º Relatório de Educação: a realidade das Escolas Municipais do Rio de Janeiro"[151], publicado no ano de 2023. Segundo dados apresentados no documento, cerca de 76% das escolas municipais do Rio de Janeiro necessitam de alguma manutenção urgente e, aproximadamente, 45% das escolas sofrem com falta de professores.

[151] Disponível em: <https://williamsirirj.com/wp-content/uploads/2023/11/2o-Relatorio-de-Educacao-Mandato-William-Siri.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

Do lado da gestão cultural, dentre os muitos desafios existentes, na ordem do dia estão aspectos relacionados à descentralização dos investimentos públicos, à ampliação do fomento a artistas e produtores culturais, à implementação de mecanismos de governança, que envolve a realização de editais e a gestão dos equipamentos, valorizando as diferentes territorialidades da cidade, além da manutenção e atualização da infraestrutura dos espaços culturais administrados pela Secretaria Municipal de Cultura. Nesse sentido, diante de tantas urgências, mais uma vez fica nítido a partir das entrevistas como o trabalho de gestores culturais que atuam na ponta, na administração e execução das atividades dentro dos equipamentos públicos de cultura, é determinante para a interlocução entre as escolas e a fruição artística e cultural dos estudantes, como destaca o gestor público Rogério:

> Eu vejo a Cultura muito preocupada em dar conta de um grupo de pessoas que precisam desse suporte da gestão pública – artistas e produtores culturais que estão tentando fazer seus projetos e suas iniciativas acontecerem diante de tantas dificuldades. E eu vejo uma Secretaria de Educação tentando dar conta do dia a dia das escolas. Mas, ao mesmo tempo, vejo algumas pequenas iniciativas e articulações que permitem na ponta aos professores e aos alunos terem acesso à fruição através dos equipamentos culturais que estão, sobretudo, distribuídos pela periferia do Rio de Janeiro. Então, a possibilidade dessas escolas fruírem nas Areninhas, nas Lonas Culturais, nesses projetos que estão sendo contemplados nos editais... Eu vejo nessa articulação uma possibilidade de construir esse diálogo, mas não vejo algo maior, uma equipe dedicada exclusivamente a construir essa conexão. Eu vejo esses movimentos que, honestamente, já fazem bastante a diferença. Por exemplo, em Guadalupe, a Areninha Terra produz várias articulações com as escolas municipais do bairro, desde os espetáculos que estão sendo apresentados na Areninha, até oferecer o espaço da Areninha para oficinas aos alunos da região (Entrevista – Rogério / Gestor público de cultura. Janeiro/2024).

Educação e cultura são áreas constantemente expostas a críticas das mais variadas ordens, algumas de maneira leviana e superficial, utilizadas como instrumento político-ideológico, e outras relevantes e necessárias, provenientes de setores e profissionais realmente interessados em contribuir para um debate construtivo. Isso ocorre, porque em muitas situações a produção artística e cultural, sobretudo quando em diálogo com a educação, coloca-se em um limiar muito tênue entre o provocativo e o inadequado, a quebra de paradigmas e a banalização, pois também é o papel da arte, inclusive no contexto da educação, colocar-se em risco para abordar o que a sociedade, de maneira geral, ainda classifica como temas controversos.

Nesse sentido, a formalização das articulações que ocorrem diretamente na ponta, entre as escolas e as produções culturais, por meio de uma política ou programa institucionalizado, além dos inúmeros aspectos positivos já

mencionados, também se faz relevante no sentido de criar instrumentos de respaldo para os agentes implementadores. A ausência de marcos legais pode acarretar no direcionamento das críticas e suas consequências a profissionais que estão na linha de frente, fazendo as coisas acontecerem, gerando uma atmosfera de insegurança e, consequentemente, descontinuidade. Isto porque há atribuições que são inerentes a cada uma das áreas e isso precisa estar formalizado, claramente definido a quem compete cada uma das responsabilidades, de modo a serem cumpridas, fiscalizadas e corrigidas, quando necessário, sem que haja, necessariamente, o fim da relação de parceria.

Fato que marcou essa relação no âmbito da gestão municipal do Rio de Janeiro ocorreu em agosto de 2023, em uma apresentação de música e dança realizada em uma escola pública localizada na Cidade de Deus, na qual a suposta conotação sexual presente no espetáculo gerou consequências que não podem ser ignoradas, como descreve o gestor público Fernando no seguinte trecho da entrevista:

> Teve um elemento que aconteceu no ano passado (2023) que de alguma maneira fragilizou a relação entre as pastas. Não que tenha fragilizado do ponto de vista da gestão dos secretários não dialogarem, mas tornou mais complexo, principalmente do ponto de vista dos servidores individuais. Que foi aquela situação que teve de uma apresentação dentro de uma escola, que foi notícia e tudo mais. E, então, os professores e diretores das escolas passaram a ser um pouco mais reticentes assim, né? Foi uma articulação um pouco mais difícil. E aí, dentro da Secretaria de Educação, passou a ter um setor, um espaço específico que, de alguma maneira mediava essas intervenções dentro do ambiente escolar. Não só culturais, por exemplo, se ia ter uma ação de meio ambiente dentro da escola tinha ali um trabalho de mediação, assim, de educadores, de servidores da Secretaria de Educação, que de alguma maneira tentavam pedir as informações, discutiam formato, metodologia, se de fato aquela escola é a escola com melhor perfil para aquele conteúdo. O que é bom, né? [...] O ruim [da repercussão pelo ocorrido] é que tem sido no contexto, inclusive, de exploração do ponto de vista político, né? Certos discursos conservadores vão contra a cultura e tem aproveitado disso para tentar fragilizar esses dois campos. Cultura e educação ainda são bastante alvo desse mal debate aí na política (Entrevista – Fernando / Gestor público de cultura. Janeiro/2024).

Evidentemente, aspectos como indicação etária e conteúdo programático são temas que devem ser analisados previamente às apresentações, principalmente quando realizadas em ambiente escolar para estudantes menores de idade. Este tipo de responsabilidade cabe ao campo da produção cultural, visto que é do escopo de atuação destes profissionais atribuições relacionadas à curadoria. No entanto, a ausência de respaldo aos agentes implementadores resultou em graves impactos para a escola que recebeu a apresentação e, consequentemente, em futuras articulações entre as áreas da educação e da

cultura no fomento à fruição artística e cultural. A gestora Tânia aborda o ocorrido pelo viés da gestão educacional:

> Se é chancelado pela Cultura, eu não precisaria pedir para ver antes. Porque tem classificação etária etc. Mas, culminou na exoneração da diretora [...] Os diretores ficaram com medo. Agora a gente pede o vídeo antes, mesmo sendo da Secretaria de Cultura, que é nossa, da Prefeitura, mas os diretores estão com medo. Hoje, se você chegar em uma escola e disser que tem uma peça de teatro e gostaria de apresentar para os alunos, com certeza elas [as diretoras] vão dizer não. E vão dizer pra você assim, me manda o release, deixa eu ver o vídeo, vão me passar e-mail pedindo para eu autorizar junto que é pra poder dividir a responsabilidade caso alguma coisa aconteça [...] então, isso é muito triste (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Portanto, iniciativas intersetoriais devem ser estimuladas por meio de mecanismos que garantam a sustentabilidade das ações, minimizando riscos, nomeando responsáveis, determinando procedimentos e estabelecendo normas, elementos que podem ser previstos por meio de políticas ou programas que confiram respaldo aos agentes implementadores, encorajando novas práticas, ao invés de barreiras provocadas pelo medo e pela insegurança de um fazer que sempre estará suscetível a riscos como é o caso da inserção da fruição artística e cultural no contexto educacional.

4.1.3 TRANSPORTE: “ISSO É UM PROBLEMA GRANDE”

Na dinâmica prática das ações que promovem o acesso de estudantes aos equipamentos culturais, alguns fatores se colocam como desafiadores, sendo um dos principais aspectos a questão do transporte. Nota-se, a partir de Cazelli (2005), como o transporte para o deslocamento de estudantes aos equipamentos culturais é uma lacuna identificada há décadas, apontada por professores de escolas públicas em pesquisa realizada pela autora como a maior dificuldade para o acesso a instituições de cultura. Ao mesmo tempo, Carvalho (2016) destaca que a “disponibilidade de transporte, certamente, influenciou sobremaneira a presença de grupos oriundos de classes populares ao centro cultural” (p. 136), o que o torna um recurso extremamente necessário do ponto de vista da democratização cultural.

Os dados produzidos em pesquisa com os equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro apontaram que a impossibilidade de ofertar transporte para o deslocamento de estudantes impacta significativamente as ações. Para 67% das instituições culturais, a interlocução com as escolas se torna inviável por conta do orçamento insuficiente para contratação de transporte. Dos 52 equipamentos culturais que responderam à pesquisa, apenas 11 conseguem

disponibilizar, de maneira eventual, transporte para as escolas e, destes, somente 1 está localizado na Zona Oeste da cidade, território cujos deslocamentos se tornam mais complexos devido à extensão territorial. O tema é recorrente na pesquisa, sendo apontado por 59% das instituições culturais como a principal dificuldade para o desenvolvimento sistemático de ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento, demonstrando que essa problemática insiste em se manter atual duas décadas após os dados publicados por Cazelli (2005).

Nas entrevistas, o assunto surge de forma enfática em ambas as áreas, como nos trechos extraídos das conversas com a gestora pública de cultura Elisabete e com a gestora pública de educação Lourdes:

> Isso é um problema grande, porque nós não conseguimos atender um número maior de alunos por conta do transporte. Nos nossos museus, nós só conseguimos oferecer transporte quando nós temos algum projeto incentivado. Então, por exemplo, o Museu Histórico da Cidade teve um projeto incentivado pela Lei Rouanet e ali nós tivemos uma rubrica que permitia a contratação de transportes. O Museu do Amanhã tem o Entre Museus[152], que já prevê transporte para todas as escolas que estão participando desse projeto. Então, assim, isso limita muito, porque nós ficamos muito limitados a projetos incentivados, projetos que chegam através de leis de incentivo. A Secretaria de Cultura não possui uma licitação para transporte escolar e a Secretaria de Educação possui uma rede muito grande, e a licitação tem que atender não só museus, mas vários outros projetos da Secretaria. Então, realmente fica limitado e não existe uma política entre as empresas de ônibus que também atenda essa demanda. Então, realmente isso traz um impacto para as escolas. Por isso que inclusive existem projetos nos nossos museus, por exemplo, Museu vai à escola, Escola visita o museu, exposições itinerantes etc., justamente para facilitar um pouco mais esse fluxo. Museu extramuros, são projetos dos nossos museus que justamente levam atividades e programação para dentro das escolas (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

> O transporte sempre é uma questão para as unidades escolares, porque eu acho que quando a gente está dentro da escola, a gente deseja muito mais sair com os estudantes do que a gente tem de possibilidades. E as verbas da própria escola são muito escassas para conseguir fazer esse aluguel dos ônibus, porque está muito caro. Você vai alugar um ônibus, sei lá, 1.600, 1.700 reais... Então, realmente, a gente sabe que a escola acaba priorizando outras coisas que são mais urgentes, vamos dizer assim, do que gastar esses 1.700 reais com o passeio (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Na gestão cultural do município do Rio de Janeiro não existe dotação orçamentária específica para a contratação de ônibus destinado à parceria com escolas. A dependência de projetos incentivados via leis de incentivo impossibilita que este tipo de trabalho ocorra de maneira sistemática e em maior escala, limitando a quantidade de estudantes beneficiados, além de tirar a autonomia da gestão cultural para o desenvolvimento de uma política ou um programa mais

[152] Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/entre-museus-2024>. Acesso em: 22 set. 2024.

denso e duradouro. Nesse sentido, as ações se caracterizam pela dinâmica de projetos ou eventos, isto é, possuem início, meio e fim pré-estabelecidos, restringindo a capacidade de impacto das iniciativas a longo prazo, bem como gerando maior grau de incertezas sobre sua continuidade.

> Não, a Secretaria Municipal de Cultura não faz [oferta de transporte para as escolas]. Antigamente, tinha um ônibus elétrico, que era também quase que um equipamento, né? Ele ficava parado, é, às vezes, fazia um circuito pequeno com atividades de arte educação. Mas, nesse momento não. A Secretaria não oferece transporte, não faz nenhum tipo de dinâmica nesse sentido. Às vezes, o próprio produtor ou o próprio proponente que ganhou o edital Ações Locais orça isso dentro da verba que ele está recebendo, aí ele se propõe a fazer esse traslado, entendendo que isso é uma dificuldade. O que acontece às vezes também são outras secretarias que procuram a gente e elas mesmas fornecem esses transportes (Entrevista – Vanessa / Gestora pública de cultura. Julho/2024).

Além disso, por não haver uma política ou um programa de oferta de transportes que possibilite aos gestores a realização de um planejamento mais assertivo juntamente com as instituições escolares, torna-se mais complexo ou até mesmo inviável para diretores e coordenadores pedagógicos contemplarem a fruição artística e cultural proposta por um determinado equipamento de cultura como uma prática pedagógica curricular inerente à formação de docentes e discentes. O relato da gestora Lourdes demonstra o grau de incerteza em relação ao planejamento das ações: “Chegou, por exemplo, essa possibilidade de a gente enviar 20 e poucas escolas para o Planetário no mês que vem. Ainda muitas ficaram de fora, né? E a gente não sabe quando a gente vai ter essa oportunidade de novo” (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Para abordar o tema do transporte na esfera da gestão educacional do município do Rio de Janeiro, vale compreender, a partir da descrição feita pela gestora Tânia, quais as principais fontes de recurso das escolas:

> Nós temos duas portas de entrada de recurso direto na escola. Uma é o PDDE[153], o Governo Federal investe nas unidades escolares através de vários programas. O PDDE Básico, por exemplo, que é onde o Diretor tem maior autonomia no planejamento e utilização desses recursos, ele pode reservar, por exemplo, um pedacinho dessa verba para custear um transporte para levar as crianças para o Pão de Açúcar, participar das nossas mostras de multilinguagens etc. Então, é o Diretor quem planeja junto com o CEC, que é o Conselho Escola Comunidade[154], formado por diversos representantes, que são do segmento de professores, funcionários, responsáveis, dos alunos e pode ter também da Associação de Moradores, cujo presidente é sempre o Diretor da Escola. Então, o Diretor com o

[153] Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-dinheiro-direto-na-escola-pdde#:~:text=O%20PDDE%20tem%20como%20objetivo,escolar%20e%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20comunit%C3%A1ria>. Acesso em: 14 out. 2024.

[154] Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/destaques/conselhos.htm#cec>. Acesso em: 14 out. 2024.

> CEC, pode planejar o destino e a utilização desse recurso, tanto do Governo Federal, que é do PDDE Básico, quanto do SDP, que é o Sistema Descentralizado de Pagamento[155], dinheiro direto da escola pela Prefeitura. Essa verba vem para a Coordenadoria e nós fazemos a distribuição (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Portanto, é possível afirmar que a disponibilidade orçamentária para a contratação de transportes existe, mas depende de interesses diversos e boa dose de convencimento das várias partes envolvidas na governança, além de dividir espaço com outras tantas demandas do cotidiano escolar, fazendo com que, muitas vezes, uma determinada iniciativa cultural seja preterida em detrimento de outra necessidade.

> O transporte é uma dificuldade. A gente esbarra nessa dificuldade porque os gestores, embora tenham o recurso do Governo Federal e do Governo Municipal pra fazer isso, eles acabam investindo na infraestrutura e negligenciando essa reserva para a parte cultural, que na minha opinião é imprescindível na formação do educando (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Conforme apontado na seção anterior, não existe uma política pública de fomento ao acesso de estudantes à fruição artística e cultural no município do Rio de Janeiro. Por consequência, as iniciativas existentes ocorrem por meio de projetos e ações eventuais, configurando-se, no contexto da educação, como aulas-passeio. Pensando a partir desta perspectiva, na gestão educacional a destinação orçamentária para o incentivo a atividades desta finalidade, em maior ou menor escala, como a contratação de transporte para o deslocamento dos estudantes, por exemplo, depende do nível de adesão, interesse e engajamento de diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como, do entendimento destes profissionais acerca da importância de tais iniciativas. A atuação das burocracias de médio e baixo escalão se faz determinante para que o fomento à fruição dos estudantes ocorra:

> Eu também estou sempre correndo atrás. Eu sei que tem coordenadores que não fazem isso. Eu brigo muito pelas minhas escolas, eu furo barreiras, vou direto no secretário e falo que preciso de um ônibus, que a escola tem que ir porque o projeto é legal. Eu vendo meu peixe, corro atrás e consigo atender às crianças. Quando não, eu uso o Ônibus da Liberdade[156], no tempo que eles ficam parados ali, entre 7h30 e 14h30. [...] Tem também na própria Secretaria de Educação a empresa licitada de transporte, que é utilizado tanto na programação da

[155] Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2103355/DLFE-232801.pdf/1.0>. Acesso em: 14 out. 2024.

[156] "O objetivo do Projeto ÔNIBUS DA LIBERDADE é proporcionar transporte gratuito para alunos das escolas da Rede municipal localizadas em áreas onde não existe atendimento de transporte público coletivo ou em outras onde o transporte de passageiros opera com intervalos que não atendem à necessidade de deslocamento dos estudantes, tendo em vista a concentração deles nos horários de entrada e saída dos turnos. Atualmente, as 7ª, 8ª, 9ª e 10ª CREs, todas na Zona Oeste, fazem parte do projeto, que tem 183 ônibus, com 31 linhas para atender 62.626 estudantes de 164 unidades em toda rede municipal de ensino". Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/leia_tambem/onibus2009.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

> Secretaria, como também existe a possibilidade de ser cedido quando a gente pede. [...] Se hoje, os nossos alunos conseguem realizar muitas atividades fora da escola ampliando seus olhares em relação a arte e a cultura, é porque os nossos professores, os nossos coordenadores pedagógicos e as equipes gestoras são incansáveis para fazer o melhor pelos alunos. Eles ficam brigando comigo, eles pedem “por favor, me consegue um ônibus” (Entrevista – Tânia / Gestora pública de educação. Julho/2024).

A fala da gestora pública Lourdes reforça o entendimento sobre como a discricionariedade se faz presente no planejamento e nas escolhas das atividades que serão ofertadas à participação dos estudantes:

> A gente tem uma cota para utilizar enquanto CRE. Então, a gente pode solicitar, até que vai chegar um momento que vai parar, porque não vai ter mais aquela cota. E aí, a Secretaria Municipal de Educação vai dando essa orientação para gente. Olha, se você solicitar tantos ônibus para essa atividade, depois, quando tiver oportunidade da visita ao Planetário, vocês não vão conseguir. Então, aí a gente vai aprendendo também a otimizar esses pedidos (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Vale destacar que a questão não se encerra na oferta dos transportes, mas inclui também aspectos relacionados ao seguro e toda gama de responsabilização pelo deslocamento das crianças e adolescentes, como destacado pela gestora pública de cultura Marta:

> [...] a escola para levar os alunos ao museu precisa de transporte. Precisa de um ônibus, precisa de seguro, ela tem que ter um seguro para os alunos que estão transitando fora da escola, né? Porque a nossa responsabilidade ali se torna essa também. Se o ônibus bater, a gente tem que ter um seguro que cubra a saúde e a vida daquele aluno e daquele professor (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

A partir das entrevistas, é possível afirmar que a equipe gestora atual da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro trata a democratização do acesso à cultura como uma de suas prioridades, empregando inúmeros esforços para implementar iniciativas que contribuam para que mais pessoas tenham o direito e as condições básicas de frequentar os equipamentos de cultura da cidade. Também é possível destacar o engajamento e o interesse de gestores da educação em proporcionar atividades culturais aos alunos. No entanto, observa-se que a questão do transporte para o deslocamento de estudantes da educação básica aos equipamentos culturais é um tema que está na fronteira entre o que deve ser de responsabilidade da gestão cultural e o que deve estar no âmbito da gestão educacional, indicando a condição indispensável de articulação entre as pastas para a implementação de um efetivo programa de fomento à fruição cultural de alunos da rede pública.

A dificuldade de acesso aos equipamentos culturais é uma realidade que se constitui por muitos fatores, dentre os quais podem ser mencionadas barreiras

simbólicas, financeiras e sociais, entre tantas outras, inclusive, a dificuldade de locomoção pela cidade, agravada pelo alto custo de deslocamento por transportes públicos. Apesar de não estar diretamente relacionada à interlocução com a educação, uma medida que versa sobre o tema tratado nesta seção da tese e que pode gerar impacto positivo para a população de maneira geral e, consequentemente, para educadores e educandos, está presente na proposta de governo do Prefeito reeleito Eduardo Paes, intitulada Programa Já é Cultural, que "visa garantir a gratuidade da tarifa do transporte público, tanto na ida quanto na volta dos espetáculos oferecidos pelos equipamentos culturais municipais ou patrocinados pela Prefeitura" (Versão preliminar 1.0 do programa de governo Eduardo Paes Prefeito do Rio 2025 – 2028[157]). A iniciativa dá indícios do interesse e do compromisso da atual gestão municipal com a cultura, podendo ser vista como um sinal de política de continuidade para a produção cultural carioca, apontando para o avanço em medidas que estão no cerne de uma problemática da cidade que perdura há décadas.

4.2 DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

A promoção do acesso à fruição artística e cultural de estudantes, por si só, já se caracteriza como um grande desafio, tendo em vista os diversos fatores apresentados ao longo desta tese. No entanto, com o intuito de pensar a arte e a cultura enquanto experiências educacionais, é possível afirmar que proporcionar o acesso de educandos às diversas manifestações das artes e da cultura é um dos estágios necessários, que deve estar associado, necessariamente, à realização de estratégias de mediação cultural. Com isso, não se trata de criar padrões de recepção estética e didatizar a experiência da fruição, tampouco, formar plateias como em muitos casos o termo é utilizado. Em oposição, iniciativas de mediação cultural planejadas, compostas por intencionalidades pedagógicas, visam fornecer condições para que os sujeitos se tornem espectadores emancipados, isto é, capazes de criar suas próprias percepções a partir daquilo que veem, escutam, sentem etc., e não por meio daquilo que alguém os disse como tem que ser.

Barbosa (2009, p.18) afirma que "o educador de museu precisa dialogar com os interesses de cada grupo e, se possível, de cada sujeito observante. É o observador que deve escolher o que analisar com a ajuda do mediador". A

[157] Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:EU:6a32a2d2-cd31-44c8-91f7-f3be5cb7a46e>. Acesso em: 16 out. 2024.

perspectiva apontada pela pesquisadora e principal referência da arte-educação no Brasil traz a mediação cultural para o plano das individualidades, opondo-se à ideia de público no singular, como uma massa uniforme de pessoas. A ajuda do mediador, para a qual Barbosa sinaliza, pode ser entendida como o ato de fornecer aos espectadores, públicos, ouvintes, visitantes e toda categoria de fruidor a depender do tipo de linguagem artística, mecanismos que estimulem os sentidos, que despertem a curiosidade e que instiguem conexões com suas próprias experiências, configurando-se, portanto, como um processo individual.

Em consonância, por uma pedagogia do espectador teatral, Desgranges (2015) defende que a democratização do acesso inclui “viabilizar a ida aos espetáculos e, concomitantemente, oferecer os instrumentos de compreensão e de recepção que condicionam esse acesso, oferecendo meios necessários para que o espectador infanto-juvenil tenha possibilidade e vontade de apropriá-los” (DESGRANGES, 2015, p. 36).

Nesse sentido, a mediação cultural, quando realizada de maneira planejada e sistemática, pode se consolidar em programas educativos fundamentais para as instituições culturais, sobretudo na relação com a educação básica. Para tanto, em diferentes contextos, instituições culturais do Rio de Janeiro têm desenvolvido programas educativos, com destaque para os museus, onde este tipo de prática se configura como intrínseca à própria razão de criação e existência destes equipamentos. A gestora pública de cultura Manuela, em referência ao Museu Histórico da Cidade, destaca que “o educativo é o nosso cartão de visitas no espaço. Quando o visitante chega, ele vai lembrar do nosso mediador que recebeu. Ele sendo acolhido bem, vai querer voltar, vai querer trazer a família, vai querer trazer os amigos” (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024). Elisabete, gestora pública de cultura, afirma que, mais do que uma vocação dos museus, tais iniciativas se constituíram ao longo dos anos fruto de políticas públicas promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro:

> Parte de uma política pública da Prefeitura como um todo. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem uma das maiores redes públicas de ensino da América Latina, então isso já traz uma grande responsabilidade para nós. Além disso, os nossos museus têm na sua base, quando estes museus começaram a ser idealizados, essa questão do programa educativo sempre foi muito forte dentro do plano museológico de todos esses museus, então isso é uma política pública realmente. Posso citar alguns exemplos: **o Museu Histórico da Cidade, a criação dele, por decreto, foi em 1934. Ele, na história das instituições de museus do Rio de Janeiro, foi protagonista, para um programa educativo, isso nas décadas de 1950 e 1960.** O **Museu de Arte do Rio, quando nasce a ideia de criar um museu naquela área degradada, que era aquela área da Praça Mauá, nasce essa ideia de criar um museu a partir do momento que se pensa em criar uma escola ligada ao museu. Então, por isso que é muito forte essa questão**

> **de ser um museu preocupado com a formação, porque ele é um museu que tem uma escola e uma escola que tem um museu**. São dois exemplos que mostram muito claramente a importância desse programa educativo dentro dos museus, que **é um programa onde se pensa não só na questão do atendimento a alunos da rede pública, rede privada, como também na formação do professor.** E **o MUHCAB ocupa um prédio que foi construído para ser uma escola, e que funcionou como escola até a década de 1960. Então, tudo tem uma vocação para formação e quando foi criado o MUHCAB por decreto em 2017 isso também ficou muito forte no desenvolvimento do seu plano museológico.** Então, ele tem uma preocupação muito grande com a formação, não só o atendimento aos alunos, mas também com essa questão da formação e da pesquisa. Algo que nós estamos [trabalhando] muito fortemente junto aos museus é a questão da pesquisa, porque nós sentimos que os museus no Brasil carecem muito dessa questão da pesquisa. Então, cada vez mais, uma proximidade junto à academia. Isso para nós tem sido primordial, aprofundar cada vez mais essa parceria com a academia (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Os exemplos do Museu Histórico da Cidade, do Museu de Arte do Rio[158] e do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira são paradigmáticos e demonstram como a relação entre instituições museais e a educação formal e não formal podem inspirar outras tipologias de equipamentos culturais na interlocução com a educação. No entanto, vale destacar que tal relação não ocorre a partir de mero acaso ou de maneira isolada, mas é fruto de arranjos institucionais e muita articulação de profissionais da área ao longo das décadas, que conseguiram implementar mecanismos de proteção como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Museal[159] e a Lei nº 11.904/09[160], regulamentada pelo Decreto nº 8.124/2013[161], que institui o Estatuto dos Museus e determina que os planos museológicos contemplem projetos e atividades educativo-culturais.

Outro fator determinante para a implantação e o fortalecimento de programas educativos nas instituições culturais é a existência de profissionais especializados, capazes de elaborar, articular e conduzir ações em diferentes contextos. Elisabete relata como isso funciona na prática nos principais museus administrados pela gestão pública municipal do Rio de Janeiro, com destaque para a formação de mediadores culturais, visando à profissionalização de equipes e de novos atuantes na área:

---

[158] O Museu de Arte do Rio desenvolve na Escola do Olhar o programa MAR nas Escolas. O projeto, que em 2024 chega a 3ª edição, visa "desenvolver a formação continuada de caráter artístico-pedagógico, que valoriza os saberes das salas de aula e inspira experimentações artísticas como metodologia de ensino/aprendizagem". Disponível em: <https://museudeartedorio.org.br/programacao/chamada-publica-3o-edicao-do-mar-nas-escolas/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

[159] Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/.>. Acesso em: 23 out. 2024.

[160] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 23 out. 2024.

[161] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm>. Acesso em: 23 out. 2024.

> Cada equipamento tem responsabilidade dentro do seu plano museológico, do seu programa da parte de educação, de lançar a questão da formação. Aqui [na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro] nós fazemos muito esse intercâmbio dos museus e também pelos outros equipamentos culturais da cidade. Então, nós oferecemos principalmente na formação de mediadores culturais, porque nós sentimos que há uma carência na formação desse profissional. Esse ano [2024], em especial, nós investimos na questão da formação de mediadores culturais, porque nós sentimos que existe uma carência no mercado desse profissional. Então, nós fizemos uma capacitação, não só interna dos nossos funcionários, mas também abrimos vagas para o público externo poder participar desses cursos. Isso foi muito importante, porque tivemos uma grande procura e um retorno muito bom que alguns destes profissionais já estão inseridos no mercado de trabalho. Tivemos um público bem diverso. Nós tivemos jovens, a exigência era que pelo menos já tivesse concluído o ensino médio, também tivemos pessoas já na graduação e pessoas que já concluíram a graduação, tivemos pessoas que estão na pós-graduação e também tivemos pessoas que já atuam nesse mercado de trabalho, mas que sentem a necessidade de fazer uma atualização. Então, foi um público bem diverso. Nós pretendemos ano que vem [2025] repetir, porque nós sentimos realmente que é uma necessidade do campo. Além disso, nós fazemos também, não só para o nosso público interno de funcionários, cursos de Libras, que é muito importante. Também realizamos encontros e seminários ligados à questão da gestão de acervo museológico, que também foi aberto para o público externo. Também realizamos, na questão de plano museológico, debates e discussões. Inclusive, esse ano [2024] nós sediamos o primeiro encontro de (Re)Conexões[162], justamente no momento em que o IBRAM comemora 15 anos da sua criação e também faz uma revisão da Política Nacional de Museus. Então, o IBRAM está realizando encontros em todos os estados brasileiros para que quando chegar o fórum essa discussão já esteja mais amadurecida. E o Rio de Janeiro deu o pontapé inicial. A Gerência de Museus fez uma parceria com a Superintendência de Museus do Estado e nós sediamos o primeiro encontro em um equipamento nosso da Prefeitura. Nós assinamos termos de cooperação técnica com o Ministério da Cultura e nós também abrimos para outros profissionais participarem. Foram elaborados vários eixos temáticos, discussões e estudos (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

O relato da gestora pública Manuela, apresentado a seguir, reforça a importância que é dada pela Secretaria Municipal de Cultura à formação de mediadores culturais. Vale destacar que o curso teve como intuito capacitar profissionais que já atuam nos museus administrados pela gestão municipal carioca, além de contemplar outros públicos, sobretudo moradores do entorno dos museus, iniciativa de extrema relevância para a transformação social e o fortalecimento dos laços com os territórios onde as instituições estão situadas:

> Mês passado a gente terminou no Museu Histórico da Cidade um curso de mediação cultural, que se chamou MediaRio. Nesse curso, a gente conseguiu ser contemplado através do edital de chamada emergencial de arte educação do Estado, tendo como proponente a nossa associação do museu. Esse curso, durante 3 meses, buscou formar, não só os nossos mediadores do museu, mas também a gente aplica a seleção pública de chamada para moradores do entorno do museu, da comunidade Vila Parque, participarem do curso de mediação. Então, 70% dessas vagas do curso de mediação cultural do museu foram para os moradores do entorno, entendendo que se o museu futuramente abrir uma nova

[162] Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-promovera-evento-do-programa-reconexoes-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 18 set. 2024.

> vaga para mediadores culturais, por que não ser para a comunidade do entorno? Assim como em Inhotim, onde a maioria dos mediadores lá da equipe educativa mora em Brumadinho, por que no Museu Histórico da Cidade a gente também não pode aproveitar as pessoas que estão lá, próximas ao museu? (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Os dados obtidos na pesquisa *Survey* e apresentados no terceiro capítulo desta tese demonstram que atividades de mediação cultural são práticas frequentes nos equipamentos culturais públicos do município do Rio de Janeiro, sendo realizadas de forma integral ou parcial por 71% das instituições respondentes. Além disso, nota-se que a mediação cultural extrapola o universo dos museus e se faz presente também em centros culturais e, em menor frequência, em teatros. No entanto, conforme citado anteriormente, por meio de programas educativos institucionalizados os museus estão em estágios bem mais avançados do que as demais tipologias de equipamentos culturais no tema da mediação.

Com base no relato da gestora Manuela, observa-se o interesse da Secretaria Municipal de Cultural em expandir o projeto de mediação para a implantação de programas educativos em centros culturais, tendo como referência experiências bem-sucedidas que já ocorrem nos museus cariocas, ciente das principais dificuldades encontradas para o alcance deste propósito e dos impactos positivos que tais iniciativas proporcionam:

> Tem um projeto nosso, que foi dado início em 2023, que é o educativo em cada um desses espaços. Um educativo justamente para a gente ter um corpo qualificado de pessoas que estejam prontas para receber grupos escolares e visitas mediadas. Quando a gente pensa em receber um grupo, a gente quer receber com um roteiro de visita, com um roteiro de oficinas pós visita, com contato com a escola para saber quais foram os desdobramentos das visitas. Isso tudo faz parte de um projeto que a gente já vinha tentando iniciar em 2023, que é começar a receber estagiários de diferentes universidades para estar atuando no nosso educativo. Porque hoje [...] a gente não consegue ter um corpo grande de mediadores, então, a estratégia de ter estagiários, além de a gente tá dando oportunidade daqueles estagiários colocarem em prática aquilo que estão aprendendo em teoria na faculdade, como para a gente também é importante ter essa vivência dos estudantes no nosso espaço, até para trazer novos olhares, novas perspectivas. **Esse programa educativo hoje nos centros culturais, eu só tenho atuante no Hélio Oiticica. Eu vou receber agora (setembro) um novo grupo de estagiários e esse mesmo projeto do Hélio Oiticica eu pretendo também começar no Parque Glória Maria, no Centro da Música e no Centro Coreográfico**. E depois, eu pretendo ir expandindo para outros espaços. Já no **Museu Histórico da Cidade, a gente já tem uma equipe educativa lá.** Hoje, no Museu Histórico da Cidade, eu tenho 7 mediadores que são terceirizados de carteira assinada e tenho 2 coordenadoras de educativo. [...] **Lá a gente já tem um programa educativo consolidado**. [...] Em agosto do ano passado, eu via que tinha essa equipe lá, mas ela estava atuando como recepcionistas. Recebia, anotava as pessoas que chegavam, dava um bilhete para entrar no espaço, mas não fazia a mediação, não recebia grupo, não fazia oficina [...] [Atualmente] No Museu Histórico da Cidade esse educativo já ganhou corpo. **Tanto que a gente recebe, em média, ao menos 3 escolas por semana. A gente coloca aí que a**

> **gente recebe no Museu Histórico da Cidade cerca de 120 alunos por semana. A gente tem parceria com a Secretaria de Educação, que visita toda quarta feira o museu.** A gente tem a parceria com a Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, que traz grupos de idosos para o museu. Então, lá, por a gente ter uma equipe maior, a gente conseguiu com mais facilidade tornar esse educativo efetivo e o fato deles serem todos terceirizados, contratados, faz com que a gente garanta a continuidade do nosso trabalho (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

A concepção de programas educativos ocorre de diferentes maneiras, conforme as especificidades de cada instituição, assim como, das programações realizadas em cada momento. Portanto, por mais que o trabalho educativo promovido por museus seja uma inspiração, a implantação em centros culturais demanda a aplicação de novas propostas metodológicas, como exemplifica Manuela sobre o Centro da Música Carioca Artur da Távola: “o gestor prepara um roteiro de visitação antes. Se tem algum espetáculo, ele tenta agendar para a escola ver. Ou então, ele combina com quem vai fazer o espetáculo para ter uma passagem de som no período em que a escola estiver lá” (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Tendo em vista a diversidade e a qualidade programática e de infraestrutura dos equipamentos culturais públicos existentes no município do Rio de Janeiro, a implantação de programas educativos em centros culturais possui imenso potencial de proporcionar aos diversos públicos, sobretudo estudantes da educação básica, experiências que perpassam linguagens e manifestações da dança, teatro, circo, música, artes visuais, cinema, fotografia, patrimônio material e imaterial, entre tantas outras formas de expressão das artes e da cultura. Manuela compartilha algumas reflexões e possibilidades sobre a implementação de programas educativos em centros culturais, com destaque para a valorização das especificidades de cada equipamento:

> Uma coisa bacana que a gente tem nos centros culturais são os prédios históricos. A maioria deles ou, se não me engano, todos eles, estão dentro de um prédio histórico. O Centro Coreográfico fica em uma antiga cervejaria. O Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica é na antiga escola de música da UFRJ... Então, em primeiro lugar, trazer essa questão histórica do local, do patrimônio. [...] Pesquisar sobre a história do local onde ele está hoje e trazer essa história para os visitantes. Esse é um fio condutor, trazer a questão do patrimônio e do histórico. Cada espaço vai ter ali a sua especificidade. Então, no Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica a gente vai estar atuando [com temas como]: o que é uma curadoria? Como funciona uma curadoria? O que você entende por arte contemporânea? No Centro da Música Carioca, além da questão do fio condutor que é o prédio histórico, a gente tem lá uma exposição que fala sobre a história da música na cidade e no país, então a gente já aborda junto com o educativo sobre a música. No Centro Coreográfico, é bacana a gente trazer a importância da dança, as questões sobre o movimento da classe artística da dança, que é muito atuante na cidade. Então, cada um deles vai atuando em um formato. Já no museu, além da questão do patrimônio, a gente tem um acervo, então a gente vai trabalhar em cima do nosso

> acervo. Mas, também quando a gente recebe uma exposição temporária, [...] a gente vai trabalhar em cima daquela nova exposição e aí é isso que faz com que o educativo também vai estar sempre elaborando novas ideias, sempre novas invenções. Por exemplo, hoje a gente está no museu com uma exposição mais histórica, que fala sobre o Golpe de 1964 e como isso influenciou na cidade do Rio de Janeiro. Mas, a próxima exposição é coletiva, sobre arte e natureza. Vai mudar totalmente. E aí, a gente já começa a se preparar duas semanas antes, fazendo imersão com os educadores, conversando com os artistas que vão tá expondo. E os centros culturais a mesma coisa, vai depender da exposição que está em cartaz. Vai depender das ações que a gente tem no mês e, assim, a gente vai pensando juntos, o educativo vai sempre se reinventando (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

O trecho final do relato exposto acima demonstra como o trabalho de uma equipe dedicada ao programa educativo é permanente e envolve um complexo processo de pesquisa, versatilidade, criatividade e elaboração que se inicia muito antes de receber os visitantes. Além disso, a atuação dos mediadores culturais exige destes profissionais sensibilidade para compreender as especificidades dos públicos, sobretudo quando se trata da primeira vez que determinados indivíduos estão tendo uma experiência de fruição cultural, sendo, portanto, necessária alguma medida de improvisação e adaptação dos roteiros e programas elaborados previamente.

> O quanto é importante a equipe educativa estar bem alinhada, estar bem preparada para entender essas especificidades [quando se trata da primeira vez de um estudante no museu ou centro cultural] e para fazer com que aquele estudante seja muito bem acolhido, para ele querer retornar. Porque também uma experiência desastrosa pode fazer com que aquele estudante não retorne e isso pra gente é muito ruim. Então, tem que ter um bom acolhimento, né? Entender que, às vezes, o grupo chegou ao museu, mas o que mais interessou a eles realmente é a área externa. Então, vamos focar mais na área externa. Vamos mudar o nosso roteiro, o importante é que eles saiam dali hoje querendo retornar amanhã. Às vezes, a viagem foi muito cansativa, já chegou no museu cansado, então vamos reduzir a visita, sabe? A visita teria 40 minutos, vamos fazer em 15 minutos. Eu sempre falo, termina a visita quando está bom. Não espera criar tédio no estudante. Quando a visita tá muito boa, termina que eles vão querer voltar. Essas são estratégias que a gente vai fazendo para ter esse cuidado com aquele visitante que nunca foi naquele espaço para que ele queira retornar (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Outro fator de suma relevância e que não poderia deixar de ser mencionado neste subcapítulo é o potencial de mobilização que uma equipe dedicada ao programa educativo pode desempenhar no território no qual o equipamento cultural está inserido. A fala da gestora Manuela ajuda a compreender a importância de profissionais dedicados a buscar o diálogo e a construção de vínculos com escolas localizadas no entorno do centro cultural, somado à necessidade de que este seja um trabalho sistemático e retroalimentado por iniciativas que deem visibilidade às ações do programa educativo com o intuito de atrair o interesse de outros públicos:

> Quando a gente entrou com o educativo, em agosto do ano passado [2023], a gente começou a mapear as escolas do entorno e fazer esse trabalho de ligar para cada uma delas, mandar e-mail convidando para conhecer o museu. Hoje, a gente está em agosto de 2024, passou um ano. Hoje, as escolas que estão procurando a gente, porque a gente já quase não tem nem mais tempo de ligar e mandar e-mail convidando as escolas. Acho que quando você começa a marcar esse lugar, a chamar, a convidar, a mostrar o trabalho... Isso é uma coisa que a gente tem feito, a cada visita estar mostrando nas redes sociais. [Por exemplo], hoje recebemos a escola no Museu Histórico da Cidade, eles visitaram a exposição do Moraes Moreira, fizeram uma atividade sobre cordéis... E aí, a gente colocava os registros das fotos lá Instagram e outras escolas vinham procurar também, porque falavam: “poxa, que bacana, eu também quero!” Isso começou a funcionar. Então, acontece dos 2 formatos, as escolas pedem e a gente também entra em contato (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Do outro lado, na perspectiva da educação, a percepção do interesse das escolas em participar das atividades promovidas pelos centros culturais é ratificada pela gestora Lourdes, que aborda como é a receptividade por parte das escolas e dos educadores:

> De modo geral, nunca há recusa. Pelo contrário, é muita felicidade quando chega aquele e-mail disponibilizando ônibus para ação no dia tal ou para visitar o espaço cultural tal. É muito bacana! E com a educação de jovens e adultos, por exemplo, é incrível, porque eu acho que é uma demanda enorme das escolas que funcionam com a EJA (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

Nesse sentido, instituições museais e escolas possuem uma relação dinâmica de articulação, capitaneada diretamente pelos equipamentos culturais e fortalecida por meio de seus setores educativos. A possibilidade de expandir o trabalho dos educativos para outras categorias de equipamentos, como, por exemplo, centros culturais e teatros, poderia alavancar quantitativamente e qualitativamente o acesso de estudantes. Por parte das escolas, a participação dos estudantes e a inserção de iniciativas de fomento à fruição artística e cultural é realizada em maior ou menor grau a depender da articulação de gestores das Coordenadorias Regionais, diretores escolares e coordenadores pedagógicos. Segundo Lourdes, de modo geral, a demanda por participar de atividades culturais “parte das escolas, mas a gente [CRE] também tem autonomia para fazer essa solicitação. Quando uma escola vem falar “poxa, mas a gente não sai...” Aí eu já tento sondar ali, mais ou menos o que a escola espera, que tipo de espaço cultural que ela deseja visitar. E aí, eu faço essa solicitação” (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024). Mais uma vez, nota-se que a discricionariedade de profissionais ocupantes das burocracias de médio e baixo escalão são determinantes no fomento dos estudantes à fruição.

Para concluir este subcapítulo, faz-se relevante mencionar o papel que professores desempenham, também como mediadores, ao acompanhar seus

estudantes em atividades de fruição. O aprimoramento dos programas educativos nas instituições culturais vem construindo nas últimas décadas uma nova relação com os públicos. Modelos de visitação, que no passado se baseavam em premissas como contemplação e absorção de conteúdo, foram substituídos por outras formas de interação. Nesse sentido, diversos paradigmas foram quebrados, transformando espaços de silêncio em ambientes lúdicos, dialógicos e interativos, verdades absolutas em obras em processo, dependentes da cocriação do espectador, guias de exposições responsáveis por transmitir conteúdos em mediadores engajados em estimular a curiosidade e o interesse dos visitantes etc. A gestora Elisabete relata como tais mudanças se fazem presentes na realidade dos programas educativos dos museus municipais do Rio de Janeiro e como a postura de alguns educadores, baseadas em concepções já superadas, é conflitante com o papel da mediação cultural:

> **Muitos professores quando chegam com seus alunos aos nossos museus, eles chegam já falando e gritando com os alunos: retos, calados, não pode mexer em nada, mão para trás. Ainda tem muita essa cultura e hoje em dia não existe isso. Nossas visitas mediadas são muito espontâneas, são muito lúdicas.** Não é mais uma visita onde você vai falar de século, data etc. Não, é algo muito mais lúdico, muito mais próximo ao público. Nós sabemos que nós temos que atender a diferentes públicos. Nós temos aquele público também do ensino de jovens e adultos, que frequenta muito os nossos equipamentos. Hoje nós temos um público de pessoas com mais de 60 anos muito grande. São pessoas que não tiveram oportunidade quando eram crianças e jovens de estudar ou frequentar os nossos espaços e hoje elas frequentam. Então, hoje em dia uma visita ao museu é uma experiência muito diferente do que quando, por exemplo, eu era criança (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Para tanto, torna-se determinante que os temas inerentes à cultura sejam contemplados em formações continuadas de professores, de modo que os educadores sejam capacitados para atuarem como mediadores e promovam desdobramentos pedagógicos a partir das experiências fruídas com os estudantes. No trecho a seguir, a gestora Lourdes destaca como isso ocorre na gestão municipal de educação do Rio de Janeiro, valorizando a pertinência e a recorrência das iniciativas ao mesmo tempo que indica possíveis fatores que dificultam uma participação mais numerosa de professores, como, por exemplo, a quantidade de tarefas cotidianas e a extensa carga horária de trabalho:

> A gente recebe da GPPE[163] esses convites para essas rodas e aí a gente divulga. É um convite mesmo que vem com *QR Code* que o professor pode fazer a inscrição. Aí, a gente envia a temática para todas as escolas e pede para as escolas divulgarem com os professores. Então, assim, os professores que já estão acostumados a participar das mostras [multilinguagens] geralmente já se

[163] Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

> inscrevem, porque eles já estão nesse movimento desse grande evento que eles já sabem que tem na rede. E também outros professores que se interessam pela temática e que querem desenvolver algum projeto em sala ou simplesmente por uma formação continuada também. [...] A gente teve 5 rodas esse ano com a temática indígena [até julho], com temas variados dentro desse grande tema. Então, todo mês foi tendo uma roda de fevereiro pra cá. [...] A gente tenta fazer esse incentivo dentro da escola, porque a gente sabe que também é difícil para o professor sair por conta da carga horária, que geralmente é enorme, então a gente também faz esse movimento (Entrevista – Lourdes / Gestora pública de educação. Julho/2024).

4.3 DA PERENIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Calabre (2009) e Rubim (2007) definem como marco das políticas culturais no Brasil os anos iniciais da década de 1930, quando dois fatores preponderantes ocorreram: a criação do Ministério da Educação e Saúde, sobretudo a partir da liderança de Gustavo Capanema entre 1934 e 1945; e o que Calabre define como “a primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no país no campo da cultura” (p.18), com a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, em 1935. Ao analisar a trajetória das políticas culturais brasileiras na instância federal até o início do século XXI, Rubim (2007) afirma que a história é marcada por períodos de ausência, autoritarismo e instabilidade, três características fortemente presentes nos rumos recentes do Ministério da Cultura, conforme abordado no segundo capítulo desta tese.

Assim como na instância federal, com a extinção do MinC e, consequentemente, a descontinuidade de diversas iniciativas do campo das políticas culturais entre 2019 e 2022, o município do Rio de Janeiro também passou por um período recente de abandono e negligência da gestão cultural, que ocorreu durante o mandato de Marcelo Crivella como Prefeito, de 2017 até o final de 2020. O cenário político vivido à época, somado ao contexto histórico da pandemia de Covid-19 e períodos anteriores de ausência de manutenção dos equipamentos culturais, causou sérios impactos, como pode ser compreendido a partir do relato da gestora Marta:

> Quando a gente chegou, foi logo no pós-pandemia, em 2021. Então, primeiro, essa questão de manutenção dos equipamentos, esse abandono dos equipamentos, ela é histórica no Rio de Janeiro, ela não é datada do governo do Crivella. Ela é histórica e esses problemas já existiam antes do governo do Crivella. Esses equipamentos já estavam precisando há muitos anos de reformas, atualizações e modernização. Quando vem a pandemia, você tem aí 4 anos de Crivella, que não gostava da cultura, que não queria a cultura com protagonismo na cidade por causa de tudo que você sabe, eu também, do que significa, politicamente uma cultura forte. Eu acredito que seria essa a motivação dele, de não ter essa consciência, esse desejo de fortalecer a cultura. Então ele juntou uma coisa com a outra. Ele tinha problemas da pandemia, ou seja, fechamento dos equipamentos por conta da pandemia. E ele não renovou nenhum contrato de manutenção

> desses equipamentos. Você sabe o que é um apartamento vazio, um prédio vazio, sem manutenção durante 4 anos? As calhas vão entupir, o telhado vai ruir e com isso vai ruir tudo que está ali dentro. Quer dizer, é muito simples, é uma lógica de patrimônio muito simples. Então, durante esses 4 anos foi isso que aconteceu. Os equipamentos ficaram vazios com a pandemia, antes da pandemia já não tinha manutenção, com a pandemia, foram se esvaziando. Foram retirando também os cargos de pessoas que trabalhavam ali. Cada vez menos gente trabalhando ali. Cada vez mais gente trabalhando na área meio dentro da Prefeitura, por causa de politicagem, cada vez menos gente trabalhando na ponta na área fim, que é de atendimento ao público, e falta de manutenção. Então, esses telhados foram ruindo, as calhas foram entupindo e quando eu cheguei aqui, em 2021, então o cenário era drástico mesmo. O abandono de patrimônio, abandono de tudo e uma quantidade imensa de equipamentos e falta de recursos, porque todo o dinheiro que a Prefeitura tinha, além de ter encontrado caixa bastante esvaziado [...], a gente tinha uma pandemia, a gente tinha gente com fome, a gente tinha problema de vacina (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Diante de um cenário calamitoso como o descrito, as consequências se tornam graves e longevas. Como pensar em uma política ou um programa de interlocução com a educação para promover o acesso estudantes à fruição artística e cultura, enquanto os teatros, Lonas e Arenas culturais corriam riscos eminentes de uma catástrofe? Como articular uma ação cultural efetiva com falta de profissionais, recursos e infraestrutura? Nos últimos quatro anos, muita coisa precisou ser feita para reverter esse quadro, que somente foi possível a partir de interesse político e, sobretudo do engajamento de profissionais com formação específica na área da cultura:

> Uma coisa que eu falava muito aqui com os meus parceiros gerentes era: a gente está ferrado, a gente não tem dinheiro, era realmente uma coisa dificílima. Era muito triste. Mas, o que a gente tem que fazer? A gente tem que trabalhar pensando que esse dinheiro vai chegar. E para isso a gente tem que fazer diagnóstico. A gente tem que levantar orçamentos, a gente tem que elencar tudo o que a gente precisa para transformar esses equipamentos em alguma coisa moderna, contemporânea, atual e que possa fazer um bom atendimento ao público. Então, quando o Marcelo Calero chegou, ele encontrou a gente preparado para a riqueza. Ele não encontrou a gente dizendo que não fez nada aqui porque não tinha dinheiro. A gente tinha trabalhado muito e ele chegou pedindo por isso. Ele chegou dizendo, eu quero reformar os equipamentos. Qual é a situação deles? Aí, quando ele chegou a gente entregou para ele todo o diagnóstico, todos os orçamentos. Olha, a gente precisa para adquirir tecnologia assistiva para as bibliotecas, teclado em Braille, ampliador de tela, impressora fusora, tudo isso precisa de tanto para as 14 bibliotecas. Para trocar os palcos dos teatros, as poltronas dos teatros, o carpete dos teatros, a gente precisa de tanto. A gente mostrou para ele que a gente sabia tudo. Para renovar o ar-condicionado a gente precisa de tanto. Para ter projetores, para modernizar os teatros, porque o teatro hoje ele não pode ter só o cenário ou a tela de fundo, o ciclorama dele. Ele tem que ter também recursos digitais que hoje você trabalha com recurso digital dentro da peça teatral, dentro do espetáculo musical. A gente já tinha esse orçamento. Os projetos das Areninhas ele já tinha, porque já tinha desde o último governo do Eduardo Paes. Então, o que o secretário fez? Ele falou: eu tenho isso, eu tenho tudo isso pronto, eu tenho que conseguir dinheiro para isso. Eu tenho que ter os projetos executivos, isso a gente não tinha, né? [...] E aí, em 2 anos a gente conseguiu realizar muito, assim, é impressionante (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

A reeleição de Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro para cumprir mandato válido até o final de 2028 aponta para uma provável política de continuidade na gestão cultural carioca. Oportunidade para sedimentar avanços significativos conquistados nos últimos quatro anos, tais como o amplo investimento em reforma, manutenção e qualificação técnica de diversos equipamentos culturais da cidade, por meio do Programa Cultura do Amanhã; a implantação de organograma que abarca as diversas áreas da cultura, composto por profissionais qualificados em suas áreas de atuação e identificados com a política cultural proposta; o aumento de recursos para o lançamento de editais e a ampliação de políticas inclusivas e afirmativas que valorizam as diversidades em suas múltiplas formas, presente em iniciativas como Ações Locais, Pró-Carioca Linguagens e Programa Zonas de Cultura; a implementação de encontros de escuta ativa com proponentes nos diversos territórios da cidade, auxiliando produtores e artistas na elaboração de seus projetos, entre outras tantas medidas significativas.

No entanto, alguns fatores se colocam como determinantes para a perenidade destas políticas públicas, dentre os quais pode ser citada a composição de equipe composta por funcionários públicos concursados, algo que se apresenta como um desafio para a atual gestão municipal:

> Hoje nosso modelo de contratação tem empresas terceirizadas e ainda há servidores da Cultura. Só que a Cultura há muitos anos não tem um concurso, não tem um edital. Alguns servidores antigos são de um concurso que, se não me engano, é de 1998 da Cultura. Outros, são da Educação e estão cedidos para a Cultura. E em sua maioria, a gente tem os terceirizados (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Diante dos muitos desafios que envolvem a continuidade das ações no campo da gestão pública, é possível afirmar que na base de tudo está a composição de uma equipe especializada, comprometida e com as condições necessárias para realização do trabalho, o que passa por modelos de contratação que consideram estabilidade, salários compatíveis com as responsabilidades e quantidade de profissionais adequada às demandas. A terceirização e as contratações diretas constituem importantes recursos para o processo administrativo, mas devem ser tratadas como complementares à estrutura geral, pois têm como característica vínculos frágeis, que podem ser facilmente destituídos a partir de uma mudança político-partidária da administração municipal, deixando a gestão cultura suscetível a períodos de ausência, autoritarismo e instabilidade que invariavelmente ocorrem.

> Se eu não me engano, 75% são de contratação de terceiros ou DAS, que são esses contratos de confiança que estão dentro da estrutura, mas não são funcionários públicos concursados. **A Secretaria de Cultura não tem estrutura nem equipe garantida para nada. Isso é um risco imenso para a continuidade das ações. Você pode esvaziar isso aqui do dia para noite. Por exemplo, entra um Prefeito novo e resolve que a Secretaria de Cultura não é o foco onde ele quer trabalhar. Vai trabalhar mais só a saúde e a educação, por exemplo. Ele esvazia esses cargos de confiança. Ele tira daqui, leva para as outras secretarias, então você fica sem ter como contratar gente para cá. Ele pode esvaziar encargos também, que é um recurso financeiro que toda a pasta recebe para poder distribuir em cargos. Mas, amanhã uma decisão política pode tirar tudo isso.** Aí, pronto, isso aqui praticamente não existe. Os contratos de terceirizados, por exemplo, os técnicos que trabalham nos equipamentos são todos terceirizados. A Prefeitura faz uma licitação e entram aquelas empresas de terceirização de mão-de-obra e a gente contrata através dessas empresas. Isso é recurso financeiro, né? Uma dotação orçamentária anual, renovada de 2 em 2 anos. Se você não renovar, você não tem as pessoas, que foi o que aconteceu no Crivella. Você tinha pouquíssima gente. Depois, durante a pandemia, mesmo essa pouquíssima gente, reduziu 20% porque não tinha dinheiro em caixa na Prefeitura, porque não estava gerando imposto porque não tinha venda de nada na cidade, né? Então, você realmente esvazia. Diferente da saúde e da educação, que têm um quadro de funcionários concursados imenso (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Sabendo que as marcas das políticas culturais brasileiras são a ausência, o autoritarismo e a instabilidade, o que pode ser feito para que a gestão pública da cultura não precise eternamente reconstruir as estruturas básicas para sua subsistência administrativa? Como consolidar conquistas recentes, de modo a permitir a criação de novas políticas e programas, inclusive articulados a outras áreas, como a educação? Essas são questões extremamente complexas, mas caminhos possíveis podem ser encontrados dentro de iniciativas já existentes na própria estrutura da gestão pública, como no caso das instituições museais:

> Os museus, desde a criação do IBRAM e do Estatuto de Museus[164], independente da esfera governamental que eles ocupam, eles se estruturaram muito bem, então isso nos garante uma continuidade de trabalho interno e isso é muito importante, porque fortaleceu muito os museus. O que nos enfraquece é a questão da continuidade do investimento financeiro nas nossas instituições. Isso é algo que fragiliza muito. Nós temos hoje no Brasil, claramente, quem trabalha com gestão de museus sabe, que eles não podem depender apenas de investimento público, mas precisam realmente de investimento do setor privado. Por isso, a importância dos editais para a área de museus, porque isso traz produtoras que apresentam projetos para os nossos museus, claro que com a anuência do gestor, e isso traz o fortalecimento e uma garantia de continuidade de vários programas, como é o caso dos programas educativos dos nossos museus. Isso é um fator primordial. O gestor público precisa entender a força que os museus trazem para as cidades, porque os museus trazem uma visibilidade muito grande a nível nacional e internacional e um grande investimento na economia. Isso fica muito claro em feriados, férias, quando os nossos museus aumentam o número de visitação. Com isso, você reforça também, desde aquela pessoa que vai comprar aquele copinho de água mineral, aquele guarda-chuva com vários monumentos do Rio de Janeiro... Isso traz uma onda na economia muito grande, porque os museus geram

[164] Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/estatuto-de-museus>. Acesso em: 22 set. 2024.

> empregos diretos e indiretos. Cada vez que você vai renovar uma exposição, quantos empregos indiretos você não traz? Então, isso é que eu sempre falo para os meus gestores, porque nós temos que ter esses números muito bem consolidados e mapeados. (Entrevista – Elisabete / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

A existência de entidades consolidadas que fortaleçam permanentemente a atuação dos equipamentos culturais se apresenta como determinante para a longevidade de políticas e programas, como no caso das instituições museais a partir do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Além disso, considerar modelos de governança que tragam, não só a participação, mas a responsabilização da iniciativa privada para os investimentos no setor cultural, articulando entes governamentais e não governamentais, são caminhos possíveis, desde que se mantenha a consciência de que muitas vezes “a iniciativa privada, isto é, o mercado, tenta operar segundo sua lógica e, portanto, esperar lucros da atividade cultural, definir padrões culturais determinados pelo consumo e pela passividade” (CHAUÍ, 1992, p. 75). Para isso, a criação de documentos normativos e regulamentações como, por exemplo, o Estatuto de Museus e os planos museológicos de cada instituição, tornam-se imprescindíveis para a proteção, tanto dos interesses do mercado, quanto de autoritarismos e instabilidades ideológicas provocadas por aspectos político-partidários.

> A gente sabe que na gestão pública, às vezes, sai uma gestão, entra outra, e aí acaba que muitos projetos ficam pelo caminho. [...] Como é que a gente pode garantir que esses projetos que a gente está iniciando agora vão continuar no ano que vem? **A primeira coisa é ter a continuidade das pessoas, né? E segundo, eu acho que a gente precisava ainda pensar em documentos, em planos que garantissem que projetos específicos de cada um desses passos que a gente está vendo que estão atingindo um número bacana, uma meta interessante, seja qualitativa ou quantitativa, como é que a gente pode continuar garantindo esses indicadores**. Eu sempre penso sobre isso, como garantir que esses projetos continuem mesmo quando a gente não estiver mais aqui. O museu tem um plano museológico, mas os centros culturais não têm. E mesmo assim, nem sempre o plano museológico é seguindo quando tem uma troca de gestão, por mais que ele tenha uma validade. Se a gente faz um plano museológico agora, ele pode ter validade de 5 anos. Então, durante 5 anos ele vai continuar. Mas, também, nem sempre tem a garantia de que vai ser seguido como era antes, né? Então, em primeiro lugar, é o medo da não continuidade. E em segundo, eu acho que a gente precisava pensar em algum documento, alguma formalização que garantisse a continuidade de alguns projetos (Entrevista – Manuela / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Mesmo que, de maneira geral, os museus tenham maior respaldo de documentos e instituições do que outras tipologias de equipamentos culturais, isso não garante totalmente que programas e projetos sobrevivam a mudanças de gestão. Pensando sobre o tema, a gestora Manuela ressalta a importância do setor cultural se apropriar cada vez mais de mecanismos de mensuração e

produção de indicadores que forneçam à sociedade dados sobre eficiência, eficácia, efetividade, confiabilidade, prestação de contas, transparência entre outros parâmetros representados pelo termo inglês *accountability*, que vem ganhando espaço nos processos administrativos contemporâneos. Mais do que promover a prestação de contas e a transparência dos processos públicos, faz-se necessário:

> Compreender e disseminar a produção de dados e indicadores como um processo pedagógico, essencialmente formativo e coletivo, de diálogo e troca (...) esse processo deve estar integrado a um planejamento maior, resultando em ações concretas. **Afinal, não produzimos conhecimento apenas para retratar a realidade, mas para incidir nela, para traçar ações mais assertivas de transformação de desigualdades e assimetrias. A produção de dados não é uma ação resignada, mas sim engajada. Ela serve, ou deveria servir, para subsidiar políticas e ações culturais democráticas** (CULTURA EM EVIDÊNCIA, 2023, p. 68; grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever uma tese de doutorado é um trabalho que requer fôlego, persistência, dedicação, resiliência, humildade para assumir o muito que não sabemos e confiança para afirmar sobre o que temos propriedade. Muitos desafios estiveram presentes ao longo dos quatro anos de pesquisa. Alguns de ordem pessoal, tal como o conflito em querer oferecer ao campo de pesquisa o máximo possível de dados e reflexões sobre o tema proposto e, ao mesmo tempo, o risco de fugir do foco, abrir questões sem a profundidade necessária e, com isso, esvaziar o debate.

Outros desafios enfrentados foram relacionados a fatores dos quais o pesquisador não possui qualquer tipo de controle, mas tem que se adaptar para conseguir superá-los. Um deles é que não se pode ignorar o fato de que uma pesquisa iniciada no ano de 2021 foi, de alguma forma, atravessada pelas consequências provocadas pela pandemia de Covid-19, que alterou paradigmas e colocou em xeque muitas certezas até então pouco questionadas no âmbito da educação básica e da fruição cultural. Alguns exemplos disso foram as novas maneiras de produção e fruição das artes em um contexto de isolamento social, a proliferação de conteúdos em *podcast* e *videocast* e o aumento exacerbado do uso das telas entre crianças e adolescentes, potencializado pelo exponencial crescimento das chamadas inteligências artificiais e dos algoritmos, influenciando enfaticamente os padrões de consumo.

Inerente a pesquisas que têm como metodologia a aplicação de questionário e entrevista, outro desafio foi a dificuldade de obter respostas do público-alvo. Para atingir um percentual significativo de dados na etapa do questionário, foram realizadas inúmeras abordagens, que se iniciaram através do e-mail institucional dos equipamentos culturais, obtendo percentual ínfimo de respostas, até contato direto com os gestores, atingindo, assim, resultado satisfatório. Da mesma forma, para a realização das entrevistas foram feitas aproximações diretas com os profissionais escolhidos para a pesquisa, sempre mantendo os princípios éticos. Apesar das dificuldades, ambas as etapas contaram com a contribuição generosa e determinante de gestores públicos, profissionais extremamente comprometidos com os desafios diários de manter a educação e a engrenagem da produção cultural carioca em movimento.

Ao longo da tese, adotou-se como metodologia a escrita de conclusões ao término de cada um dos capítulos, com o resumo dos principais achados da

pesquisa até aquele momento, com exceção do quarto e último capítulo, para o qual serão apresentadas as considerações finais nos tópicos a seguir:

1. Nas entrevistas realizadas com gestores públicos foi notável, e de maneira bastante evidente, a existência de convergência de visões acerca da importância da interlocução entre a educação e a cultura, inclusive no aspecto da fruição artística e cultural. Tal afirmativa é menos óbvia do que pode aparentar, principalmente após os crescentes debates que vêm permeando o campo educacional brasileiro, sobretudo a partir de 2018. A perspectiva de um alinhamento que pode ser considerado ideológico entre gestores de ambas as áreas, é extremamente importante e auspiciosa para que a interlocução ocorra. De outro modo, qualquer aproximação entre as áreas se tornaria frágil ou até mesmo inviável, caso, por exemplo, os entrevistados indicassem visões e referenciais diametralmente opostos;
2. No segundo e terceiro capítulos da tese, foram abordadas pesquisas recentes com dados sobre a exclusão do acesso à cultura no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, indicando percentuais bastante significativos de pessoas que nunca experenciaram manifestações artísticas como teatro, dança, circo e concertos musicais, por exemplo. Conectando os dados com as entrevistas realizadas com gestores públicos de cultura e educação, observa-se que a escola desempenha papel fundamental na busca pela garantia de direitos sociais e, no caso do acesso à cultura, em diversas situações se coloca como a principal promotora de cidadania. As entrevistas evidenciam que a ida de grupos escolares aos equipamentos culturais públicos da cidade, proporcionada pela escola, configura-se, em geral, como a primeira experiência de acesso para os estudantes. Além disso, também é recorrente nas falas das entrevistadas que o mesmo ocorre com professores, sendo comum que tais iniciativas proporcionadas pela escola sejam a primeira experiência de acesso a uma determinada manifestação artística e cultural para o docente;
3. A tese não tem como intuito promover análise valorativa acerca do trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, porém não seria possível deixar de reconhecer avanços ocorridos na atual gestão cultural municipal, assim como as inteligências que alicerçam as políticas sociais que estão sendo desenvolvidas. No que se refere aos temas estudados nesta tese, vale destacar o amplo programa de reforma e manutenção dos equipamentos culturais públicos da cidade, necessidade urgente para que

estes espaços continuassem existindo com segurança e qualidade aos públicos. Soma-se a isso, o esforço empregado na descentralização do fomento à cultura nos diferentes territórios do município, por meio de políticas inclusivas e afirmativas presentes nos editais de incentivo à produção cultural carioca. Tais fatores são alguns dos exemplos que representam a mudança radical pela qual a gestão pública da cultura no Rio de Janeiro passou nos últimos quatro anos, indicando caminhos promissores para a ampliação do trabalho após a reeleição do atual Prefeito Eduardo Paes e a sinalização de uma política de continuidade para o setor cultural ao longo do próximo mandato presente em seu programa de governo;

4. Sobre a interlocução entre educação e cultura, observou-se que a gestão educacional promove o incentivo à produção artística como uma política pública implementada na Rede de Escolas Municipais do Rio de Janeiro por meio de mostras e festivais multilinguagens. As iniciativas são realizadas há mais de quatro décadas e possuem a capacidade de mobilizar a participação de diversas instâncias administrativas da educação, do alto ao baixo escalão da burocracia, com um cronograma de atividades que ocorre durante todo o ano. Além disso, contempla a formação continuada de professores, por meio de encontros com regularidade mensal e que abordam os eixos principais que são escolhidos para o ano letivo, capacitando os educadores para atuarem como mediadores culturais e promoverem desdobramentos pedagógicos a partir das temáticas elencadas. Já o fomento à fruição artística e cultural no âmbito da gestão educacional ocorre por meio de iniciativas pontuais, tendo a característica de eventos baseados no conceito de aula-passeio. Por não se configurar como uma política pública ou um programa sistemático institucionalizado, a realização de tais inciativas se torna preponderantemente dependente da discricionariedade dos agentes públicos, tanto na articulação com a gestão cultural, quanto na organização metodológica dos eventos, tais como a escolha das escolas participantes, dos estudantes beneficiados e a solicitação de transporte, por exemplo. Exceção a isso ocorre na articulação com instituições museais, onde pode-se observar maior recorrência de projetos capitaneados em via de mão dupla entre as escolas e os museus;
5. Na gestão pública da cultura, o fomento ao acesso de estudantes à fruição artística e cultural também não se configura como uma política pública,

mas apresenta iniciativas com características de programas institucionalizados, como ocorre no caso dos museus e o trabalho desenvolvido por seus setores educativos. Em outras tipologias de espaços de cultura, a principal aproximação entre a educação básica e a fruição cultural se dá por meio da articulação territorial feita diretamente pelos equipamentos culturais, com destaque para a atuação das Lonas, Arenas e Areninhas juntamente às escolas, onde o fator discricionariedade também se faz fortemente presente pela ausência de diretrizes estabelecidas por uma política. Outras ações voltadas à interlocução com a educação visando o acesso de estudantes ocorrem por meio de contrapartidas sociais de projetos aprovados em editais e através de iniciativas, como por exemplo, o Cadeira Cativa, criado com o intuito de disponibilizar ingressos para espetáculos realizados nos equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura e/ou patrocinados por meio de editais da SMC. Apesar de seus benefícios, tais práticas possuem limitações e quantitativamente conseguem atender a uma parcela bastante reduzida de pessoas, sobretudo se considerarmos o tamanho da rede pública de ensino do Rio de Janeiro e levarmos em consideração ainda o fato de que a distribuição de ingressos não ocorre exclusivamente para estudantes e professores;

6. Tendo em vista o reconhecimento por parte de todos os gestores públicos entrevistados sobre a importância de os estudantes terem acesso a experiências de fruição artística e cultural promovidas de maneira integrada à escola, foram identificados fatores que na prática dificultam esta articulação. Alguns deles são as imensas demandas urgentes que cada uma das áreas tem que lidar, em muitos casos agravadas pelo retrocesso causado pelas descontinuidades que ocorrem a cada troca de governo municipal. Como pensar em uma política ou programa sistemático de acesso de estudantes, antes de resolver a grave situação de manutenção dos equipamentos culturais públicos da cidade? Como planejar um amplo programa que inclua a fruição no currículo escolar, enquanto não forem resolvidos problemas urgentes como reparos emergenciais de infraestrutura das escolas e a falta de professores. Nesse sentido, questões estruturantes do cotidiano das duas pastas se colocam como prioridades máximas e podem ser entendidas como fatores que dificultam, ou até mesmo inviabilizam, a disponibilidade de tempo e foco dos gestores para promoverem algum tipo de interlocução voltada à fruição

cultural dos estudantes. Dentre as dificuldades de ordem prática, o transporte, ou a ausência dele, surgiu como unanimidade em todas as entrevistas realizadas, tanto com gestores da cultura, quanto da educação. Pesquisas anteriores demonstram que se trata de um problema antigo e que impacta sobremaneira a execução de atividades para os alunos da educação básica. Por parte da gestão cultural, identificou-se no “Programa Já é Cultural”, presente na versão preliminar 1.0 do programa de governo Eduardo Paes Prefeito do Rio 2025 – 2028, uma alternativa, mesmo que paliativa, que indiretamente se relaciona ao tema, podendo ajudar de alguma forma docentes e discentes no acesso aos equipamentos culturais públicos da cidade. No âmbito da gestão educacional, constatou-se que existem mecanismos institucionalizados que permitem a utilização de recursos para a contratação de ônibus, tais como licitações já estabelecidas com empresas de transporte, assim como, a possibilidade de gestores destinarem valores oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico) ou do Sistema Descentralizado de Pagamento (SDP) para esta finalidade. Mais uma vez, a ausência de uma política pública que crie diretrizes para fomentar o acesso de estudantes da educação básica aos equipamentos culturais da cidade, direcionando recursos para isso, faz com que investimentos desta natureza dependam da discricionariedade das burocracias de médio escalão, assim como, de arranjos de governança que precisam ser estabelecidos entre o poder público e as representações sociais, neste caso, o Conselho Escola Comunidade (CEC);

7. As instituições museais, por sua própria natureza e pelo trabalho desenvolvido ao longo de algumas décadas voltado a atividades formativas, estão à frente de outras tipologias de equipamentos culturais em relação à implementação de programas educativos, podendo ser consideradas como referência e inspiração para possíveis articulações entre os campos da cultura e da educação. A existência e o fortalecimento do trabalho de setores educativos são determinantes para a qualidade da mediação cultural e para a articulação com as escolas do território, promovendo vínculos e desdobramentos pedagógicos;
8. A perenidade dos avanços atuais obtidos no campo da gestão cultural pública, assim como a possibilidade de implementação de programas intersetoriais entre educação e cultura voltados à fruição cultural que sejam sistemáticos e duradouros, depende de fatores políticos, tais como

> interesse e reconhecimento de governantes acerca da importância de tais iniciativas. Este tipo de dependência está suscetível à grande volatilidade, fazendo com que as políticas culturais brasileiras sejam marcadas pela ausência, autoritarismo e instabilidade, como definido por Rubim (2007). Para tentar minimizar impactos provocados por estas três características, faz-se necessária a adoção de medidas como a criação de instrumentos legais (leis, decretos, normativos, estatutos etc.), assim como, instituições (autarquias, conselhos, entidades de representação, comitês de monitoramento etc.) que defendam premissas democráticas e a continuidade de políticas e programas públicos. Outro fator determinante é que a composição de equipes seja formada, majoritariamente, por servidores públicos, protegidos por regime estatutário, de modo a fortalecer a permanência, a estabilidade e a continuidade do trabalho em médio e longo prazos.

Com a perspectiva de uma política de continuidade na gestão cultural carioca nos próximos quatro anos e os avanços significativos obtidos desde 2020, com a reforma e reabertura de diversos equipamentos culturais da cidade, além do aumento de recursos em editais e em programas de fomento, acredita-se que o cenário é positivo e promissor para a implementação de novas iniciativas. Alinhado a isso, entende-se que há um interesse mútuo entre as áreas da cultura e da educação em incentivar o acesso de estudantes da educação básica à fruição artística e cultural, além de o município dispor de uma infraestrutura cultural que se destaca em aspectos quantitativos e qualitativos, como ressalta a gestora pública Marta: “A SMC tem uma rede de equipamentos culturais no Rio de Janeiro que, se eu não me engano, ainda é a maior rede pública da América Latina [...] São 60 equipamentos culturais ao todo, divididos em 5 categorias: museus, teatros, bibliotecas, centros culturais e arena de cultura” (Entrevista – Marta / Gestora pública de cultura. Agosto/2024).

Com interesse político e a gestão qualificada já existente, acredita-se ser possível maximizar o potencial da rede de equipamentos culturais da cidade, fortalecendo o trabalho realizado por gestores culturais nestas instituições ao aprofundar o diálogo com a educação básica. Para isso, conclui-se que se faz necessário o adensamento da relação política entre as gestões cultural e educacional, tendo em vista que o acesso de estudantes aos equipamentos culturais é uma ação que está na fronteira entre as duas áreas e, nesse sentido, dependente de interlocuções que devem ser protagonizadas por ambas as pastas.

Dentro das possibilidades que cabem a um pesquisador e profissional atuante nas esferas da cultura e da educação, faço por meio desta tese minhas contribuições com o intuito de somar dados, reflexões e, quem sabe, provocar o campo para o adensamento na interlocução entre as gestões cultural e educacional, sobretudo no que tange à promoção do acesso de estudantes aos equipamentos culturais do município do Rio de Janeiro na perspectiva de uma política pública intersetorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A educação dos sentidos:** conversas sobre a aprendizagem e a vida. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARAÚJO, Alcione. Educação e cultura ou morte. **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 24 (jun./dez. 2018). São Paulo: Itaú Cultural, 2018.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey.** Ed.UFMG, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. Em defesa da arte educação. **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 24. São Paulo: Itaú Cultural, 2007, págs. 66-75.

BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In. BARBOSA, Ana Mae e COUTINHO, Rejane Galvão (orgs.). **Arte/educação como mediação cultural e social.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BÁRCENA, Fernando. Meditação sobre a vida estudiosa. In: BÁRCENA, Fernando, LÓPEZ, Maximiliano, LARROSA, Jorge. **Elogio do estudo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975. 2012, Maio.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido.** Reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas.** São Paulo: Editora 34, 2019.

BORGES, J. L. **Siete noches**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm >. Acesso em: mar. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12343-2-dezembro-2010-609611-publicacaooriginal-130918-pl.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.** Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

_____. **Programa Mais Cultura nas Escolas.** Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura/SPC-MinC. Brasília: Parceria SEB/MEC e SPC/MinC, 2013.

C DE CULTURA; INSTITUTO VEREDAS. **Cultura em evidência**: Aprendizados para fortalecer políticas culturais no Brasil. São Paulo: C de Cultura, 2023.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil:** dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. O direito à cultura no Brasil do século XXI: avanços e retrocessos. In: CARNEIRO, Juliana e BARON, Lia. **Cultura é território.** 1. ed. – Niterói, RJ: Niterói Livros, 2020.

CANDAU, Vera Maria. **Relatório da Pesquisa Universidade, Diversidade Cultural e Formação de Professores**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-RIO, 2003.

CARVALHO, Cristina. **Quando a escola vai ao museu.** Campinas, SP: Papirus editora, 2016.

CARVALHO, Cristina et al. Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância GEPEMCI. In: **ANAIS DO 8º GRUPECI** - SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, 2023, Curitiba. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/grupeci-2023/trabalhos/grupo-de-pesquisa-em-educacao-museu-cultura-e-infancia-gepemci?lang=pt-br. Acesso em: 28 abr. 2024.

CARVALHO, Cristina e GEWERC, Monique. **A formação cultural dos professores como direito e necessidade**. Revista Cocar, Belém, V.13, N.25, p. 421 a 436 – Jan./Abr. 2019.

CAZELLI, Sibele. **Cultura, museus, jovens e escolas**: Quais as relações. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: DE-PUC, 2005.

CHAGAS, Marcos Antonio Macedo. **Animação Cultural**: uma inovação pedagógica na escola pública fluminense dos anos 1980.Tese de Doutorado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: relato de uma experiência institucional. In. **Cidadania Cultural em Ação - 1989-1992 - Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura**. São Paulo: 1992.

_____. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Teixeira. In: MONTESQUIEU. **O gosto**. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 97.

_____. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997.

CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. **Concepções de educação e cultura nas políticas públicas transversais no Brasil atual**: embates e descompassos. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil: Canoas, 2017.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CROSSICK, Geoffrey. O valor da cultura: economia, diversidade e entendimento no século XXI. **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 23 (dez. 2017/maio 2018). São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

DESGRANGES, Flávio. **A Pedagogia do Espectador**. São Paulo, HUCITEC, 2015.

DEWEY, John. **Arte como experiência.** São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2010.

_____. Quando teatro e educação ocupam o mesmo lugar no espaço. In: TOZZI, Devanil; COSTA, Marta Marques. **Teatro e dança:** repertórios para a educação. Volume 3 – Teatro e educação: perspectivas. Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: FDE, 2010, p. 11-40.

DESGRANGES, Flávio e SIMÕES, Giuliana (Org.). **O ato do espectador**: perspectivas artísticas e pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Florianópolis: iNerTE, 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

DUTRA, Alba Valéria Freitas. **Qualidade e permanência:** um olhar sobre o Programa Mais Cultura nas Escolas. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Almenara, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Durmeval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação.** Rev. Bras. Educ. [online]. 2005, n.3

FERREIRA, Angélica Aparecida. **Programa Cultura é Currículo**: democracia cultural ou proselitismo?. Artigo apresentado como conclusão do Programa de Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Eventos, do Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação CELACC - ECA/USP, 2017.

FIRJAN SESI. **Combate à evasão no Ensino Médio**: desafios e oportunidades. Publicação atualizada em 14 de abril de 2023. Disponível em: < https://www.firjan.com.br/data/files/0B/E5/90/E4/F5A878105466C778A8A809C2/Combate-evasao_no_ensino_medio_estudo-firjansesi.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Paz e Terra: São Paulo, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL CIDADE DE ARACAJU. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/cultura>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/funjope/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMAS. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/orgaos/fundacao-cultural-de-palmas/46/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO. Disponível em: <https://funcultural.portovelho.ro.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Disponível em: <https://fumbel.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES. Disponível em: <https://cultura.pmt.pi.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/fccr/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE. Disponível em: <https://www.funcap.se.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ITAÚ; INSTITUTO DATAFOLHA. Hábitos culturais, 2023. Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/observatorio/habitos-culturais-2023---4-edicao>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL DE MACEIÓ. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/secretarias-e-orgaos/fmac>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE MACAPÁ. Disponível em: <https://fumcult.macapa.ap.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL. Disponível em: <http://cultura.riobranco.ac.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, EVENTOS E TURISMO DE MANAUS. Disponível em: <https://manauscult.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

FURTADO, Celso. **Ensaios sobre a cultura e o Ministério da Cultura.** Rosa Freire D'Aguiar Furtado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIANOTTI, Gonzalo Vicci. Relaciones entre educación artística y artes escénicas. In: DESGRANGES, Flávio e SIMÕES, Giuliana (Org.). **O ato do espectador**: perspectivas artísticas e pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Florianópolis: iNerTE, 2020.

GIL, Gilberto. MINISTÉRIO DA CULTURA. Discurso do ministro Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, agosto de 2003. Brasília: MINC, 2005. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil/12/5623>. Acesso em: 07 mai. 2022.

GOMES, Alessandra. **Poéticas, cinema e educação:** um estudo sobre experiências de aprendizagem com cinema na escola. Tese de Doutorado em Educação, UFSCar: São Carlos, 2015.

GOMES, Joséli Fiorin. "*Nuestro norte es el sur"* como mote para repensar a integração regional sul-americana: o ensino da temática em relações internacionais a partir do contato com a arte construtiva de Torres García. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016.

GOMES, Sandra. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. In: LOTTA, G. (Org.) **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019, p. 39-65.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA DE CIÊNCIA E CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Política cultural no Rio de Janeiro. **Revista do Brasil**, edição especial, 1986.

GROSSI SILVA, Roseane; VALADÃO JUNIOR, Valdir Machado. Capacidades Estatais Municipais: Proposta para uma Agenda de Pesquisa e Percurso Metodológico. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 14, núm. 4, 2022 Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **ESTADIC - Perfil dos Estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais:** perfil dos municípios brasileiros 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais:** perfil dos municípios brasileiros 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JLEIVA CULTURA E ESPORTE. **Perfil cultural dos cariocas**. Rio de Janeiro, 2016.

JORDÃO, Gisele. **Panorama setorial da cultura brasileira 2017-2018.** São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2018.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARROSA, Jorge. **Tremores:** escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LEIVA, João e MEIRELLES, Ricardo (org.). **Cultura nas capitais:** como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. 1ª ed. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. In: LOTTA, G. (Org.) Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019, p. 127-152.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (Org.) **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019, p. 11-38.

MARTINS, Mirian Celeste e PICOSQUE, Gisa. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura.** São Paulo: Intermeios, 2012.

MASSA, Clóvis. A questão da teatralidade na dramaturgia do espectador. In: DESGRANGES, Flávio e SIMÕES, Giuliana (Org.). **O ato do espectador**: perspectivas artísticas e pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Florianópolis: iNerTE, 2020.

MELLO, Guiomar Namo de. **Magistério de 1º. Grau:** da competência técnica ao compromisso político. 13. ed - São Paulo: Cortez, 2003.

MEC. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MINC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

_____. **Metas do Plano Nacional de Cultura.** Brasília - DF, dezembro de 2011.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Brasília - DF, março de 2016.

_____. **4ª Conferência Nacional de Cultura**: Democracia e Direito à Cultura. Documento base. Brasília - DF, 2023a.

_____. **Transparência e Prestação de Contas – 1º, 2º e 3º trimestres de 2023.** Brasília - DF, 2023b.

MOLINA, William Fernandes. **Jovens formadores para novos espectadores:** uma experiência expandida em Teatro, Mediação e Educação. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas, UFRGS: Porto Alegre, 2016.

MORAES, Martha Lemos. **Formação de espectadores:** trajetos de resistência de uma professora-mediadora teatral na educação escolarizada. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, ECA/USP: São Paulo, 2019.

_____. **Teatro e formação de espectadores:** uma proposta de programa educativo. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro***.* 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETO, Alexandre Gandolfi. **Formação de espectadores teatrais:** projeto de desenvolvimento de aprendizagem na escola. Dissertação de Mestrado em Artes, UDESC: Florianópolis, 2016.

_____. **Para não estar só:** o ato produtivo do espectador teatral como diálogo cênico na escola. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, Udesc: Florianópolis, 2021.

NOGUEIRA, Bruno.; BRACCHI, Daniela Nery. **Dialogues between education, art and cultural policy in Brazil**. In SciELO Preprints, 2022.

NOGUEIRA, Helvio. **O projeto o cinema vai à escola**: uma abordagem a partir da compreensão dos professores. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho: São Paulo, 2018.

NOGUEIRA, Monique Andries. Formação cultural de professores. **Salto para o Futuro**. Ano XX boletim 07, Junho 2010.

NOSELLA, Paollo. **Compromisso e competência técnica 20 anos depois.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 223-238, Jan./Abr. 2001.

QEDU. **Censo escolar.** Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. Acesso em: 04 dez. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade. In: BONILLO, Heraclio (comp.) **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, PP. 437-449.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. Escola, produção, igualdade. Juiz de Fora: **Revista Proposições**, v.29, n.3 (88), set-dez, 2018. Tradução de Aimberê do Amaral sobre texto original de 1988.

RODRIGUES, Ronan Carlos de Freitas Vaz. **Simbá nas Escolas.** Dissertação de mestrado em Artes, UFU: Uberlândia, 2016.

ROMANO, Olivia Camboim. **Escola de Espectadores de Buenos Aires**: uma pesquisa participante sobre mediação teatral no cenário portenho. Tese de Doutorado em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SANTOS, Rojanira Roque. **Os significados de cultura em escolas da rede municipal de Curitiba**: o caso do programa mais cultura nas escolas. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2011.

SECRETARIA DA CULTURA DE NATAL. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/secult>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sectur>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO. Disponível em: <https://semed.portovelho.ro.gov.br/programas>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/programas-e-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Programas-e-Projetos>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.comunicacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <https://secult.portal.ap.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **Escolas culturais.** Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=164>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <https://www.secult.pa.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.cultura.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/portal/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RECIFE. Disponível em: <http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/projetoseacoes>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/sedec/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DA PARAÍBA. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-cultura>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE RORAIMA. Disponível em: <https://www.secult.rr.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO. Disponível em: <https://www.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=50867&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Quadros+de+Lota%E7%E3o>. Acesso em: 25 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO AMAPÁ. Disponível em: <https://seed.portal.ap.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/seduc/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SERGIPE. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/programas.asp>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS DE RORAIMA. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/index.php/component/sppagebuilder/?view=page&id=562>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADANIA E CULTURA DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <https://www.secc.ms.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/#>. Acesso em: 28 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE GOIÁS. Disponível em: <https://www.cultura.go.gov.br/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MATO GROSSO. Disponível em: <http://www.secel.mt.gov.br/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ACRE. Disponível em: <http://see.acre.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. Disponível em: <http://www.seduc.am.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-programas-e-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/institucional/programas-e-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TOCANTINS. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/programas/260n9o43omuk>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smc>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARACAJU. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/educacao/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. Disponível em: <https://educacao.sme.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO SALVADOR. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/programas-e-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/smiic>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. Disponível em: <https://cultura.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE GOIÂNIA. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/secult/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO LUÍS. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/secult>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura//>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE CUIABÁ. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura-esporte-e-lazer/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura/index.php>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE VITÓRIA. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/semc#a_o-que-fazemos_semc>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smc/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE CAMPO GRANDE. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SALVADOR. Disponível em: <http://www.secult.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/programas-e-projetos/educacao>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/semed/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/secretaria-de-educacao/13128>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sme/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACAPÁ. Disponível em: <https://sites.google.com/view/semedmacapa/in%C3%ADcio>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/secretarias-e-orgaos/semed>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/programas-e-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/sme>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE PALMAS. Disponível em: <http://semed.palmas.to.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smed>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.gov.br/educacao-seme/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUÍS. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/semed>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA. Disponível em: <https://semec.pmt.pi.gov.br/#>. Acesso em: 28 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/seme>. Acesso em: 28 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/prog-e-acoes>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BELÉM. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BOA VISTA. Disponível em: <https://observatorio.prefeitura.boavista.br/areas/secretaria-municipal-de-educacao-e-cultura>. Acesso em: 26 set. 2022.

SILVA, Celia Vanderlei. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho: São Paulo, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/secel/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA DE BOA VISTA. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/cultura>. Acesso em: 01 jun. 2022.

TEIXEIRA, Pedro. As relações entre diversidade e a discussão de temas controversos: desafios atuais para a escola. **Revista E-Curriculum** (PUCSP), v. 16, p. 494, 2018.

TRILLA, Jaume et al. (org.). **Educação formal e não formal:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

VAN ZANTEN, Agnés. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validez e generalização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Colonialidade e Pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v.26, p.1 - 11, 2018.

ANEXO 1: EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS ESTADOS BRASILEIROS E SUAS RESPECTIVAS CAPITAIS MUNICIPAIS[165]

Quadro 1: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Rio Grande do Sul	Secretaria Estadual de Cultura	Museu Antropológico do Rio Grande do Sul; Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul; Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul; Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Museu Estadual do Carvão; Museu Histórico Farroupilha; Parque Histórico General Bento Gonçalves; Museu Julio de Castilhos; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Biblioteca Lucília Minssen; Biblioteca pública do Estado; Biblioteca pública Leopoldo Boeck; Biblioteca pública Romano Reif; Casa de Cultura Mario Quintana; Centro de Desenvolvimento da Expressão; Cinemateca Paulo Amorim; Discoteca pública Natho Henn; Memorial do Rio Grande do Sul; Teatro de Arena; Fundação Theatro São Pedro; Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado; Instituto Estadual de Artes Cênicas; Instituto Estadual de Artes Visuais; Instituto Estadual de Cinema; Instituto Estadual do Livro; Instituto Estadual da Música
	Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre	Biblioteca Pública Municipal; Casa Santa Terezinha; Centro Municipal de Cultura; Cinemateca Capitólio Petrobras; Fototeca; Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães; Museu Joaquim José Felizardo; Sala Álvaro Moreyra; Teatro Renascença; Auditório Araújo Vianna

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 2: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Santa Catarina	Fundação Catarinense de Cultura	Biblioteca pública; Galeria do artesanato; Casa de campo; Casa dos açores; Casa José Boiteux; Centro Integrado de Cultura: Teatro Ademir Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina, o Museu da Imagem e do Som, as Oficinas de Arte, a Escolinha de Arte, o Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e a administração da FCC; Museu de Arte de Santa Catarina; Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina; Museu Histórico de Santa Catarina; Museu do Mar; Teatro Álvaro de Carvalho; Teatro Pedro Ivo
	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Casa da Memória de Florianópolis; Teatro da União Beneficente Recreativa Operária; Galeria Municipal de Arte Pedro Paulo Vecchietti; Galeria de Arte do Mercado Público; Mural da Cultura; Centro Cultural Bento Silvério; Arquivo Histórico Municipal prof. Oswaldo Rodrigues Cabral; Escola Livre de Artes

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 3: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Paraná e do município de Curitiba

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Paraná	Secretaria da Comunicação Social e da Cultura	Biblioteca Pública do Paraná; Centro Cultural Teatro Guaíra; Centro Juvenil de Artes Plásticas; Museu Casa Alfredo Andersen; Museu de Arte Contemporânea do Paraná; Museu Oscar Niemeyer; Museu da Imagem e do Som do Paraná; Museu Paranaense; Museu do Expedicionário; Auditório Brasílio Itiberê
	Fundação Cultural de Curitiba	Anfiteatro da Praça Zumbi dos Palmares; Auditório Antônio Carlos Kraide; Bondinho da Leitura; Capela Santa Maria Espaço Cultural; Casa da Leitura Augusto Stresser; Casa da Leitura Dario Vellozo; Casa da Leitura Hilda Hilst; Casa da Leitura Jamil Snege; Casa da Leitura Laura Santos; Casa da Leitura Manoel Carlos Karam; Casa da Leitura Marcos Prado; Casa da Leitura Maria Nicolas; Casa da Leitura Miguel de Cervantes; Casa da Leitura Nair de Macedo; Casa da Leitura Osman Lins; Casa da Leitura Paulo Leminski; Casa da Leitura Walmor Marcelino; Casa da Leitura Wilson Bueno; Casa da Leitura Wilson Martins; Casa da Memória Casa Hoffmann – Centro de Estudos do Movimento; Casa Romário Martins; Centro Cultural Casa Kozák; Centro de Arte Digital; Centro de Criatividade de Curitiba; Cine Guarani; Cine Passeio; Cinemateca de Curitiba; Circo da Cidade Zé Priguiça; Clube de Xadrez Erbo Stenzel; Conservatório de MPB de Curitiba; Coreto Digital; Engenho da Inovação; Escola de Patrimônio - Liceu das Artes; Farol do Saber Miguel de Cervantes; Feira do Poeta; Gibiteca de Curitiba; Loja da Gravura; Memorial da Imigração Polonesa; Memorial de Curitiba; Memorial Paranista; Memorial Ucraniano; Museu da Fotografia Cidade de Curitiba; Museu da Gravura Cidade de Curitiba; Museu de Arte Sacra; Museu Municipal de Arte; Palácio dos Estudantes - Casarão da UPE; Praça do Circo Barigui; Sala SCABI; Solar do Barão; Solar dos Guimarães; Teatro Cleon Jacques; Teatro do Paiol; Teatro do Piá; Teatro Londrina; Teatro Novelas Curitibanas; Teatro Universitário de Curitiba

Fonte: dados da pesquisa

[165] Levantamento realizado no período de dezembro de 2021 a setembro de 2022. As informações foram produzidas a partir do acesso aos sites oficiais das secretarias e fundações culturais de cada um dos estados e suas respectivas capitais municipais.

Quadro 4: Equipamentos culturais de administração pública do estado de São Paulo e do município de São Paulo

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
São Paulo	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo	Biblioteca de São Paulo; Biblioteca Parque Villa-Lobos; Conservatório de Tatuí; EMESP Tom Jobim; Fábricas de Cultura: Vila Curuçá, Sapopemba, Itaim Paulista, Parque Belém, Cidade Tiradentes, Brasilândia, Capão Redondo, Jaçanã, Jardim São Luis, Vila Nova Cachoeirinha e Núcleo Luz; Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura; Casa Guilherme de Almeida; Casa Mário de Andrade; Catavento; Estação Pinacoteca; Memorial da Resistência; Museu Afro Brasil; Museu Casa de Portinari; Museu da Casa Brasileira; Museu da Imagem e do Som – MIS; Museu da Imigração; Museu da Língua Portuguesa; Museu de Arte Sacra; Museu do Café; Museu do Futebol; Museu Felícia Leirner; Museu Índia Vanuíre; Paço das Artes; Pinacoteca do Estado; Auditório Claudio Santoro; Sala São Paulo; Teatro Estadual de Araras "Maestro Francisco Paulo Russo"; Teatro Procópio Ferreira; Teatro Sérgio Cardoso; Theatro São Pedro
	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo	Centro de Arqueologia de São Paulo; Biblioteca Monteiro Lobato; Biblioteca Mário de Andrade; Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal; Biblioteca Jayme Cortez; Biblioteca José Paulo Paes; Biblioteca Sérgio Milliet; Biblioteca Louis Braille; Gibiteca Henfil; 46 bibliotecas dos CEUs; 52 bibliotecas de bairro; 02 espaços de leitura; Casa de Cultura Brasilândia; Casa de Cultura Butantã; Casa de Cultura Campo Limpo - Nathalia Rosemberg; Casa de Cultura Chico Science; Casa de Cultura de Guaianases; Casa de Cultura Hip Hop - Leste; Casa de Cultura do Hip Hop - Sul; Casa de Cultura do Itaim Paulista; Casa de Cultura do M'boi Mirim; Casa de Cultura de Santo Amaro - Júlio Guerra; Casa de Cultura de Santo Amaro - Manoel Mendonça; Casa de Cultura de Parelheiros; Casa de Cultura de Itaquera - Raul Seixas; Casa de Cultura da Freguesia do Ó Salvador Ligabue; Casa de Cultura de São Mateus; Casa de Cultura de São Miguel Paulista; Casa de Cultura de São Rafael; Casa de Cultura do Tremembé; Casa de Cultura da Vila Guilherme – Casarão; Casa de Cultura Itinerante Cidade Ademar; Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso – CCJ; Centro Cultural da Penha; Centro Cultural São Paulo; Centro Cultural Olido; Centro Cultural do Grajaú - Palhaço Carequinha; Centro Cultural Tendal da Lapa; Centro Cultural Vila Formosa; Centro Cultural Cidade Tiradentes; Centro de Culturas Negras; Centro Cultural Vila Itororó; Centro Cultural Santo Amaro; Centro de Referência da Dança; Centro de Memória do Circo; Museu da Cidade de São Paulo; Teatro Alfredo Mesquita; Teatro Arthur Azevedo; Teatro Cacilda Becker; Teatro Décio de Almeida Prado; Teatro-Parque Flávio Império; Teatro João Caetano; Teatro Leopoldo Fróes; Teatro Paulo Eiró; Theatro Municipal de São Paulo

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 5: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Espírito Santo e do município de Vitória

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Espírito Santo	Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo	Galeria Homero Massena; Teatro Carlos Gomes; Biblioteca Pública do Espírito Santo; Biblioteca Móvel; Biblioteca Transcol; Casa da Música Sônia Cabral; Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo; Museu do Colono
	Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 6: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Rio de Janeiro e do município do Rio de Janeiro

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro	Sala Cecília Meireles; Imperator; Biblioteca Parque de Niterói; Biblioteca Parque da Rocinha; Biblioteca Parque de Manguinhos; Biblioteca Parque Estadual; Casa de Oliveira Vianna; Casa França-Brasil; RJ Criativo; Theatro Municipal; Escola de Dança Maria Olenewa; Escola de Artes Visuais do Parque Lage; Museu da Imagem e do Som; Gabiente de Leitura Guilherme Araújo; Casa Rio; Casa de Cultura Laura Alvim; Casa da Marquesa de Santos; Teatro Arthur Azevedo; Teatro Mário Lago; Teatro Glaucio Gill; Teatro Armando Gonzaga; Teatro João Caetano; Escola de Música Villa-Lobos; Museu Carmen Miranda; Museu Antônio Parreiras; Museu do Ingá
	Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro	Arena Carioca Abelardo Barbosa - Chacrinha; Arena Carioca Jovelina Pérola Negra; Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira Dicró; Arena Carioca Fernando Torres; Biblioteca Machado de Assis; Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga; Biblioteca Euclides da Cunha; Biblioteca João do Rio; Biblioteca Marques Rebelo; Biblioteca Annita Porto Martins; Biblioteca José de Alencar; Biblioteca Cecília Meireles; Biblioteca José Bonifácio; Espaço de leitura Jorge Amado; Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro; Centro de Artes Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobos; Centro Cultural Municipal Oduvaldo Vianna Filho (Castelinho do Flamengo); Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas; Centro Cultural Municipal Professora Dyla Sylvia de Sá; Centro da Música Carioca Artur da Távola; Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica; Centro Cultural Municipal José Bonifácio; Cidade das Artes; Memorial Municipal Getúlio Vargas; Areninha Carioca Hermeto Pascoal; Areninha Carioca Renato Russo; Areninha Carioca Gilberto Gil; Lona Cultural Municipal João Bosco; Lona Cultural Municipal Carlos Zéfiro; Lona Cultural Municipal Terra; Lona Cultural Municipal Jacob do Bandolim; Lona Cultural Municipal Elza Osborne; Lona Cultural Municipal Herbert Vianna; Lona Cultural Municipal Sandra de Sá; Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro; Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz; Museu de Arte do Rio (MAR); Museu do Amanhã; Planetário da Gávea; Planetário de Santa Cruz; Espaço Cultural Municipal Sérgio Porto; Teatro Municipal Café Pequeno; Teatro Municipal Carlos Gomes; Teatro Municipal Maria Clara Machado; Sala Municipal Baden Powell; Teatro Municipal Ziembinski; Teatro Gonzaguinha; Teatro Ipanema; Teatro de Fantoches e Marionetes Carlos Werneck de Carvalho; Teatro Municipal de Guignol do Méier; CineCarioca Nova Brasília; CineCarioca Méier

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 7: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Minas Gerais e do município de Belo Horizonte

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Minas Gerais	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais	Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais; Teatro José Aparecido de Oliveira; Galeria de Arte Paulo Campos Guimarães e Passarela Cultural; Centro de Cultura Presidente Itamar Franco; Sala Minas Gerais; BDMG Cultural; Centro de Arte Popular; Museu Mineiro; Palácio da Liberdade; Fundação Clóvis Salgado – Palácio das Artes, CâmeraSete, Casa da Fotografia de Minas Gerais, Serraria Souza Pinto, Centro de Formação Artística e Tecnológica; Fundação de Arte de Ouro Preto e Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Museu Casa Alphonsus de Guimaraens; Museu Casa Guignard; Museu Casa Guimarães Rosa; Museu do Crédito Real; Museu dos Militares Mineiros.
	Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte	Centro Cultural Lindeia Regina; Centro Cultural Vila Santa Rita; Centro Cultural Urucuia; Centro Cultural Bairro das Indústrias; Centro Cultural Salgado Filho; Centro Cultural Padre Eustáquio; Espaço Cênico Yogifumi / Teatro Raul Belém Machado; Centro Cultural Pampulha; Museu Casa Kubitschek; Museu de Arte Pampulha; Casa do Baile / Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design; Centro Cultural São Bernardo; Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado; Centro Cultural Jardim Guanabara; Centro Cultural Venda Nova; Centro de Referência da Memória de Venda Nova; Centro Cultural Zilah Spósito; Centro Cultural Usina de Cultura; Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira; Centro Cultural São Geraldo; Centro Cultural Alto Vera Cruz; Centro Cultural Vila Fátima; Centro Cultural Vila Marçola; Museu Histórico Abílio Barreto; Cine Teatro Santa Tereza; Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte; Museu da Moda; Teatro Francisco Nunes; Teatro Marilia; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; Escola Livre de Artes Arena da Cultura; Biblioteca Infantil Juvenil de Belo Horizonte

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 8: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Goiás e do município de Goiânia

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Goiás	Secretaria de Estado de Cultura de Goiás	Centro Cultural Octo Marques; Centro Cultural Martim Cererê - Teatros Yguá, Teatro Pyguá e Teatro Ytakuá; Centro Cultural Marietta Telles Machado - Museu da Imagem e do Som, Galeria Sebastião dos Reis, Biblioteca Estadual Pio Vargas, Biblioteca Braille, Gibiteca Jorge Braga e Cine Cultura; Centro Cultural Oscar Niemeyer; Arquivo Histórico Estadual; Cine Teatro São Joaquim; Escola de Artes Visuais; Galeria Frei Nazareno Confalon; Museu Ferroviário de Pires do Rio; Museu Pedro Ludovico; Museu Goiano Zoroastro Artiaga; Museu Palácio Conde dos Arcos; Teatro Sebastião Pompeu de Pina; Teatro Goiânia; Vila Cultural Cora Coralina
	Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia	Centro Cultural Goiânia Ouro; Museu de Arte de Goiânia; Casa de Vidro; Museu Frei Confaloni

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 9: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Mato Grosso e do município de Cuiabá

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Mato Grosso	Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso	Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça; Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; Museu Histórico de Mato Grosso; Museu de História Natural Casa Dom Aquino; Residência dos Governadores; Palácio da Instrução; Galeria de Artes Lava Pés; Rede de Pontos de Cultura (35 Pontos de Cultura); Centro Cultural Casa Cuiabana; Cine Teatro Cuiabá
	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá	Museu da Imagem e do Som de Cuiabá Lázaro Pappazian

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 10: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura do Mato Grosso do Sul	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande	Centro de Música Municipal Ernani Alves Corrêa; Museu José Antônio Pereira; Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos; Arca Arquivo Histórico de Campo Grande; Arquivo e Biblioteca J. Barbosa Rodrigues; Armazém Cultural Helena Meireles; Gibiteca Mais Cultura

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 11: Equipamentos culturais de administração pública do Distrito Federal

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Distrito Federal	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal	Biblioteca Nacional de Brasília; Biblioteca Pública de Brasília; Casa do Cantador; Centro Cultural Três Poderes; Centro de Dança; Cine Brasília; Cine Itapuã; Complexo Cultural Planaltina; Complexo Cultural Samambaia; Conjunto Fazendinha; Concha Acústica; Eixo Cultural Ibero-americano; Espaço Cultural Renato Russo; Espaço Oscar Niemeyer; Memorial dos Povos Indígenas; Museu de Artes de Brasília; Museu do Catetinho; Museu Nacional da República; Museu Vivo da Memória Candanga; Polo de Cinema e Vídeo Grande Otelo; Teatro Nacional Claudio Santoro

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 12: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Amazonas e do município de Manaus

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Amazonas	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas	Teatro Amazonas; Biblioteca Pública do Amazonas; Palácio da Justiça; Centro de Convivência Padre Pedro Vignola; Cineteatro Guarany; Casa das Artes; Palacete Provincial
	Fundação Municipal de Cultura, Eventos e Turismo de Manaus	Paço da Liberdade; Les Artistes Café Teatro; Biblioteca do Parque dos Bilhares; Biblioteca Municipal João Bosco Pantoja Evangelista

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 13: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Pará e do município de Belém

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Pará	Secretaria de Cultura do Estado do Pará	Museu do Marajó; Arquivo Público do Estado do Pará; Theatro da Paz; Teatro Gasômetro; Estação Cultural de Icoaraci; Museu do Estado do Pará; Museu de Arte Sacra; Espaço Cultural Casa das Onze Janelas; Forte do Presépio; Museu de Gemas do Pará; Museu do Círio; Museu da Imagem e do Som; Memorial Amazônico da Navegação; Memorial do Porto; Memorial da Cabanagem
	Fundação Cultural do Município de Belém	Cinema Olympia; Biblioteca Publica Municipal de Belém Avertano Rocha; Museu de Arte de Belém; Palacete Bolonha

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 14: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Roraima e do município de Boa Vista

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Roraima	Secretaria de Estado da Cultura de Roraima	Não disponibiliza as informações no site
	Superintendência de Cultura de Boa Vista	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 15: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Rondônia e do município de Porto Velho

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Rondônia	Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia	Não disponibiliza as informações no site
	Fundação Cultural de Porto Velho	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 16: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Acre e do município de Rio Branco

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Acre	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre	Não disponibiliza as informações no site
	Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 17: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Tocantins e do município de Palmas

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Tocantins	Secretaria da Cultura e Turismo do Estado do Tocantins	Museu Histórico Palacinho; Memorial Coluna Prestes
	Fundação Cultural de Palmas	Espaço Cultural José Gomes Sobrinho - Theatro Fernanda Montenegro, Cine Cultura Sala Sinhozinho, Biblioteca Jornalista Jaime Câmara, Galeria Municipal de Artes, Centro de Treinamento e Ensino Artístico

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 18: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Amapá e do município de Macapá

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Amapá	Secretaria de Cultura do Estado do Amapá	Arquivo Público; Biblioteca Pública Elcy Lacerda; Centro de Difusão Cultural João de Azevedo Picanço; Centro de Expressão Artísticas e Culturais; Museu da Base Aérea; Museu da Imagem e do Som; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu dos Povos Indígenas; Museu Fortaleza de São José de Macapá; Museu Joaquim Caetano da Silva; Teatro das Bacabeiras
	Fundação Municipal de Cultura de Macapá	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 19: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Alagoas e do município de Maceió

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Alagoas	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas	Museu Palácio Floriano Peixoto; Museu da Imagem e do Som de Alagoas; Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos; Centro de Belas Artes de Alagoas; Memorial à República; Memorial Teotônio Vilela; Teatro Deodoro
	Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 20: Equipamentos culturais de administração pública do estado da Bahia e do município de Salvador

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia; Biblioteca Anísio Teixeira; Biblioteca de Extensão; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato; Biblioteca Juracy Magalhães Júnior; Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Biblioteca Pública Thales de Azevedo; Biblioteca Virtual Consuelo Pondé; Casa Afrânio Peixoto; Casa da Música; Casa de Cultura de Mutuípe; Centro Cultural Plataforma; Centro Cultural Solar Ferrão; Centro de Cultura ACM; Centro de Cultura Adonias Filho; Centro de Cultura Amélio Amorim; Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima; Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura de Guanambi; Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura João Gilberto; Centro de Cultura Olívia Barradas; Centro de Memória da Bahia; Cine Teatro Solar Boa Vista; Cine-Teatro Lauro de Freitas; Espaço Cultural Alagados; Espaço Xisto Bahia; Largo Pedro Archanjo; Largo Quincas Berro D'Água; Largo Tereza Batista; Museu Abelardo Rodrigues; Museu de Arte da Bahia; Museu de Arte Moderna da Bahia; Museu do Recôncavo Wanderley Pinho; Museu Tempostal; Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica; Palacete das Artes; Palácio da Aclamação; Parque Histórico Castro Alves; Teatro Castro Alves; Teatro Dona Canô
	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador	Casa do Carnaval da Bahia; Espaço Carybé de Artes (Forte de São Diogo); Espaço Pierre Verger da Fotografia Baiana (Forte de Sta. Maria); Memorial a Casa do Rio Vermelho - Jorge Amado e Zélia Gattai; Cidade da Música da Bahia

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 21: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Ceará e do município de Fortaleza

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Ceará	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará	Arquivo Público Estadual do Ceará; Biblioteca Pública do Estado do Ceará; Casa de Juvenal Galeno; Casa de Saberes Cego Aderaldo – Quixadá; Centro Cultural Bom Jardim; Centro Cultural Cariri; Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; Cineteatro São Luiz; Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho; Estação das Artes Belchior; Museu Sacro São José de Ribamar; Museu do Ceará; Museu da Imagem e do Som; Porto Iracema das Artes; Centro Cultural Porto Dragão; Sobrado Dr. José Lourenço; Theatro José de Alencar; Teatro Carlos Câmara; Vila da Música – Crato; Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco; Museu da Cultura Cearense; Museu de Arte Contemporânea do Ceará
	Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza	Biblioteca Pública Municipal Cristina Poeta; Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira; Biblioteca Pública Municipal Herbênia Gurgel; Centro Cultural Belchior; Centro Cultural Casa do Barão de Camocim; Estoril; Mercado Cultural dos Pinhões; Mercado da Aerolândia; Mercado dos Pinhões; Passeio Público; Teatro Antonieta Noronha; Teatro São José; Vila das Artes

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 22: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Maranhão e do município de São Luís

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Maranhão	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	Arquivo Público do Estado do Maranhão; Biblioteca Pública Benedito Leite; Cafua das Mercês; Capela Bom Jesus dos Navegantes; Capela São José das Laranjeiras; Casa de Cultura Josué Montello; Casa do Divino – Alcântara; Casa do Maranhão; Casa do Tambor de Crioula do Maranhão; Centro Cultural Engenho de Pindaré-Mirim; Centro de Artes Cênicas do Maranhão; Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho; Centro de Pesquisa e Historia Natural e Arquelogia; Ceprama; Concha Acústica Reynaldo Faray; Convento das Mercês; Escola de Música do Estado do Maranhão; Forte Santo Antônio; Igreja São José do Desterro; Morada das Artes; Museu Casa de Nhozinho; Museu de Arte Sacra; Museu de Artes Visuais; Museu do Reggae; Museu Histórico de Alcântara; Museu Histórico e Artístico do Maranhão; Palácio dos Leões; Teatro Arthur Azevedo; Teatro João do Vale
	Secretaria Municipal de Cultura de São Luís	Galeria Trapiche Santo Angelo; Memorial e Praça Maria Aragão; Cine Teatro da Cidade; Biblioteca Municipal José Sarney

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 23: Equipamentos culturais de administração pública do estado da Paraíba e do município de João Pessoa

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Paraíba	Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba	Praça do Povo; Cine Banguê; Theatro Santa Roza; Sala de Concertos Maestro José Siqueira; Teatro Paulo Pontes; Biblioteca Juarez da Gama Batista; Planetário; Teatro de Arena
	Fundação Cultural de João Pessoa	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 24: Equipamentos culturais de administração pública do estado de Pernambuco e do município de Recife

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Pernambuco	Secretaria Estadual de Cultura de Pernambuco	Casa da Cultura; Cinema São Luiz; Espaço Pasárgada; Museu de Arte Contemporânea; Museu de Arte Sacra; Museu do Barro de Caruaru; Museu do Estado do Pernambuco; Museu da Imagem e do Som; Museu Regional de Olinda; Teatro Arraial Ariano Suassuna; Torre Malakoff; Cine Teatro Guarany; Estação Central Capiba/Museu do Trem
	Fundação de Cultura Cidade do Recife	Biblioteca Popular de Casa Amarela; Biblioteca Popular de Afogados; Cinema do Parque; Cinema Apolo; Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges; Teatro Barreto Júnior; Teatro do Parque; Teatro de Santa Isabel; Teatro Apolo Hermilo; Museu Murillo La Greca; Museu da Cidade do Recife; Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 25: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Piauí e do município de Teresina

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Piauí	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí	Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes; Escola Estadual de Música Possidônio Queiroz; Memorial Esperança Garcia; Theatro 4 de Setembro; Superintendência de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense; Escola Estadual de Dança Lenir Argento; Complexo Cultural – Club dos Diários; Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho; Escola Técnica Estadual de Teatro Gomes Campos; Centro Cultural Major Selemérico; Espaço Cultural Maria Bonita; Memorial Tertuliano Brandão Filho; Monumento Heróis do Jenipapo; Espaço Cultural Porto das Barcas; Centro Cultural Odilon Nunes; Centro Cultural Benedito Martins do Rêgo; Memorial Expedito Resende; Centro Cultural Coronel Benjamin José Nogueira; Museu Ozildo Albano; Teatro Alard; Espaço Cultural Christino Castro; Museu de Arte Sacra de Oeiras; Escola de Sanfonas Raimundo do Mundico
	Fundação Cultural Monsenhor Chaves	Palácio da Música; Teatro João Paulo II; Teatro do Boi; Museu De Arte Sacra Dom Paulo Libório; Casa da Cultura – Edifício Casa Dona Carlotinha; Galeria SENAJUS; Galeria do Mercado Central; Biblioteca Municipal H. Dobal; Biblioteca Municipal Abdias Neves; Biblioteca Municipal da Costa e Silva; Biblioteca Municipal Fontes Ibiapina; Biblioteca Municipal São João; Biblioteca Zilma Gomes F. de Moraes – CEU/Sul; Biblioteca Francisca das Chagas de C. Costa – CEU/Norte

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 26: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Rio Grande do Norte e do município de Natal

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Rio Grande do Norte	Fundação José Augusto	Biblioteca Câmara Cascudo; Casas de Cultura: Alexandria, Angicos, Apodi, Assú, Caicó, Caraúbas, Cruzeta, Currais Novos, Florânia, Goianinha, Grossos, Janduís, Jardim do Seridó, João Câmara, Lajes, Macaíba, Martins, Nova Cruz, Parelhas, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santana do Matos, São José do Campestre, Serra Negra do Norte, Tibaúba dos Batistas, Umarizal e Viçosa; Cidade da Criança; Forte dos Reis Magos; Memorial Câmara Cascudo; Pinacoteca Potiguar; Museu Arte Sacra; Museu Café Filho; Teatro Alberto Maranhão; Teatro de Cultura Popular; Teatro Lauro Monte Filho; Teatro Adjuto Dias
	Secretaria da Cultura de Natal	Escola Municipal de Ballet Roosevelt Pimenta; Biblioteca Esmeraldo Siqueira; Espaço Cultural Francisco das Chagas Bezerra; Espaço Cultural Jesiel Figueiredo; Estação Cidadania; Memorial Natal; Museu de Cultura popular Djalma Maranhão; Teatro Municipal Sandoval Wanderley

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 27: Equipamentos culturais de administração pública do estado do Sergipe e do município de Aracaju

Estado	Secretaria	Equipamentos culturais
Sergipe	Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe	Cine Vitória; Casa de Cultura João Ribeiro; Museu Afrobrasileiro de Sergipe; Museu de Arte Sacra de Laranjeiras; Museu de Arte Sacra de São Cristóvão; Museu Histórico de Sergipe (São Cristóvão); Galeria de Arte J. Inácio; Complexo Cultural Gonzagão; Centro de Criatividade; Teatro Tobias Barreto; Teatro Atheneu; Teatro Lourival Baptista
	Fundação Cultural Cidade de Aracaju	Centro Cultural de Aracaju; Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva; Arquivo Público Cidade de Aracaju; Biblioteca Pública Municipal Ivone de Menezes; Galeria de Artes Álvaro Santos; Escola de Artes Valdice Teles

Fonte: dados da pesquisa

ANEXO 2: PROGRAMAS E PROJETOS DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS CAPITAIS BRASILEIRAS[166]

Quadro 28: Programas e projetos da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio Grande do Sul	Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul	Educação antirracista; Alimentação escolar; Conselho Estadual de Alimentação; PEATE/RS; Auxílio Brasil; CIPAVE +; Escola aberta para a cidadania; Escola melhor: sociedade melhor; Jogos escolares do RS; Saúde na Escola; Escolas Cívico-militares; Proser; PEAC; Todo Jovem na Escola
	Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre	ATAR; Políticas de leitura; Políticas de inclusão digital; Temas transversais: Assessoria em Educação Ambiental, Assessoria em Educação das Relações Étnico-Raciais, Assessoria em Educação Musical e Artes, Assessoria em Educação em Direitos Humanos e Assessoria esportiva; PIM PIA: Programa Primeira Infância Melhor, Porto Infância Alegre

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 29: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Santa Catarina	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	Aedes aegypti; Bolsa Estudante; Diversidade Religiosa e Direitos Humanos; Educação Ambiental; EfeX - Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores; Ensino Médio Inovador - EMI; Ensino Médio Integrado a Educação Profissional - EMIEP; Ensino Médio Integral em Tempo Integral - EMITI; Feira de Ciências; Formação pela Escola; Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED; Google for Education; Jornal na Escola; Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia - LEFIS; Pacto Nacional para Fortalecimento do Ensino Médio; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC; Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola; Programa Aprendizagem Criativa; Programa Benefício Prestação Continuada - BPC na Escola; Programa de Combate à Evasão Escolar - APOIA; Programa de Educação em Espaços de Privação de Liberdade; Programa de Estágio Novos Valores; Programa de Parceria Educacional - Municipalização; Programa Defesa Civil na Escola (PDCE); Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; Programa Escola Intercultural de Fronteira; Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem - PENOA; Programa Jovem Senador em Santa Catarina; Programa Mais Alfabetização - PMALFA; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - FNDE; Programa Novos Caminhos; Projeto de Educação Ambiental e Alimentar - AMBIAL; Sala Web; Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis	Primeiros Socorros; Escola Aberta – Educação, Esporte, Cultura e Lazer Comunitários; Bombeiro Mirim; Projeto Escola Sustentável; Floripa Letrada; Escola do Mar; Educando com a Horta Escolar; Saúde na Escola

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 30: Programas e projetos da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná e da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Paraná	Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná	Brigadas escolares; Canal do professor; Celem; Colégios Cívico-Militares do PR; Escolas Cívico-Militares do PR; Formadores em ação; Jovem Senador; Jovens Embaixadores; Mãos Amigas; Se liga!; Transporte Escolar
	Secretaria Municipal da Educação de Curitiba	Educação Ambiental; Comunidade escola; Faróis do Saber e Bibliotecas; Gerência de projetos educacionais - Eixos temáticos: Arte e Cultura; Esporte e Lazer; Direitos Humanos e Cidadania; Saúde, Alimentação e Prevenção.

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 31: Programas e projetos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Estado	Secretaria	Programas e projetos
São Paulo	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	Líderes Públicos; Inova Educação; Escola mais segura; Conviva SP; Novo calendário escolar; Currículo Paulista; Sem papel; Escola mais bonita; Reforma Raul Brasil; Programa de ensino integral (PEI); Centro de Mídias SP; Merenda em casa; IDEB; Psicólogos da educação; Matrícula 2021; Professor conectado; Conecta educação; Modernização da carreira docente
	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	Centros Educacionais Unificados - CEUs; Programa de alimentação escolar; Programa Leve leite; Transporte escolar gratuito - TEG; Bolsa primeira infância; OBS: são realizados diversos eventos na rede educacional, porém não estão listadas na categoria de programas do site da Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: dados da pesquisa

[166] Levantamento realizado no período de dezembro de 2021 a setembro de 2022. As informações foram produzidas a partir do acesso aos sites oficiais das secretarias de educação de cada um dos estados e suas respectivas capitais municipais.

Quadro 32: Programas e projetos da Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo e da Secretaria Municipal de Educação de Vitória

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Espírito Santo	Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo	EscoLAR; Chromebooks; Novo Ensino Médio; Escola de tempo integral; PAES / FUNPAES; Centro de idiomas; Música na rede (Bandas nas Escolas da Rede Pública Estadual do Espírito Santo, Corais nas Escolas da Rede Pública Estadual do Estado do Espírito Santo, Orquestra Sinfônica Jovem do Estado do Espírito Santo e Orquestras de Violões nas Escolas da Rede Pública Estadual do Estado do Espírito Santo); PROETI; PRONATEC; Apoie; SEDU digit@l; Circuito de gestão
	Secretaria Municipal de Educação de Vitória	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 33: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro	As informações não estão disponíveis no site de maneira sistematizada de acordo com a categoria programas e projetos
	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	Ambienta Rio; Boas Práticas em Educação Física; Circuito Cultural; Clube de Jovens Cientistas; Dia Mundial Sem Carro na Escola; ECOVIVER; Educação Ambiental Itinerante; Escola Museu; Esse Rio é Meu; FECEM - Festival da Canção das Escolas Municipais do Rio de Janeiro; FESTA - Festival de Cenas Teatrais; Hortas Escolares; Jogos Estudantis; Light nas Escolas; Maio Amarelo; Mostra de Dança; Lentes do Olhar; Orquestra de Vozes Meninos do Rio; Parceria COB; Planetário; Rio Escolas Sustentáveis; Teatro nas Escolas; Mostra Audiovisual Tirando a Droga de Cena; Projeto Concertinhos de Eva

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 34: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Minas Gerais	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	Site parcialmente desativado em atendimento à legislação eleitoral
	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte	Escola Integrada; Escola Aberta; Escola nas férias; EcoEscola BH; Tecnologias na Educação; Programa Saúde na Escola; Plano de Convivência Escolar; Escola: lugar de proteção; Programa NÓS - Núcleo de Orientação e Solução de Conflitos; Projeto Aprendizagem Criativa; Projeto Educação Digital; Projeto Robótica e Programação; Projeto Aquaponia; Projeto Horizontes da Astronomia e Astronáutica; Projeto Ouvidor Jovem; Projeto Aluno Auditor; Projeto Monitorando a Alimentação Escolar; Projeto Minha Escola Cidadã; Projeto Vila Sésamo; Projeto Rede Parceira em Movimento; CLIC - Centro de Línguas, Linguagens, Inovação e Criatividade; Semana da Educação; Intervenções Urbanas; Integrarte; Projeto Parceria Atendimento Educacional; Semana de Orientação Profissional; Programa Música na Escola; Sentidos do Nascer; Conexão Aberta; Projeto Aulas-Passeio; Projeto Arte e Sustentabilidade; MICE- Mostra de Investigação Científica Escolar; Gincamat; Núcleo de Línguas; Vida no Trânsito / Escola Segura; Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPCA); Jornada Literária; Projeto Fotográfico Um Olhar, Uma luz; Cantata; Festival Educação Integral de Minicurtas de Belo Horizonte - FEIMC-BH; Educação Integral nos Palcos da Cidade; Educando a Cidade para Educar; Circuito de Museus; Câmara Mirim; Programa BH para Crianças e BH Convida

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 35: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação de Goiás e da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Goiás	Secretaria de Estado da Educação de Goiás	Pesquisa Escola Detalhada; Transporte Escolar; Alimentação Escolar; Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás (Idego); Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); Bolsa Estudo; Alfa Mais Goiás; Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor); Escolas em Tempo Integral; Novo Ensino Médio; Jogos Estudantis.
	Secretaria Municipal de Educação de Goiânia	Projetos, Ações e Atividades Voltadas para a Formação Integral dos Estudantes; Festival de jogos, Brinquedos e Brincadeiras Populares; Acolhida Esportiva; Ações de Prevenção e Enfrentamento às Violências; Práticas Corporais de Aventura na Natureza (Trilhas Educacionais); Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais – PAFIE; Programa Escola Viva – Programa Permanente de Manutenção dos Prédios Escolares; Jogos Educacionais; Projeto Horta Escolar; Etapa de Atendimento Educacional – Educação Infantil; Etapa de Atendimento Educacional – Educação Fundamental; Etapa de Atendimento Educacional – Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos; Formação Continuada aos Profissionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME); Frequência dos alunos do Programa Bolsa Família (PBF); Gerenciamento do Programa de Alimentação Escolar (PNAE); Apoio Educacional ao Educando com Deficiência, Altas Habilidades e/ou Superdotação; Licença Prêmio por Assiduidade.

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 36: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso e da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Mato Grosso	Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso	Diversidade educacional: Projeto Educação Ambiental e Sustentabilidade 2022; Educação Escolar Quilombola; Projeto Saberes: Valorizando a Diferença; Educação Indígena; Educação do Campo: Revista Digital Campoqui, Projeto Horta e Projeto Educação Ambiental e Sustentabilidade. Concurso Leituras da Minha Terra; Concurso Artístico; Mais MT Muxirum; Núcleo de Mediação Escolar (Conflitos Escolares, Busca Ativa e Saúde Mental Escolar); Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
	Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 37: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Distrito Federal	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	Educação com Movimento – Programa de inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ETI – Educação em Tempo Integral no Ensino Médio; Plenarinha; Programa Atitude – Correção de Fluxo Escolar no DF – possibilidades para continuar avançando; Programas Centro de Iniciação Desportiva (CID) e Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico (CIDP); Programas Escola/Comunidade Ginástica nas Quadras; Projeto Cidade Escola Candanga; Projeto Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal; Se liga na escola; Projeto Taguatinga Plural: Educação Antirracista na Pratica – 2022

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 38: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul	Monitoramento da qualidade educacional na Rede Estadual de Ensino no Mato Grosso do Sul; Monitoramento da Gestão Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul; Instrumento de Monitoramento da Gestão Escolar 2019
	Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande	TV REME; Diálogos Educacionais em Revista; FECIT-REME Feira das Ciências, Inovação e Tecnologia da Rede Municipal de Ensino; LIARE - Literatura e Arte na REME; Reflexões Pedagógicas: Diálogos entre a teoria e a prática

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 39: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Amazonas	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas	Centros de Educação de Tempo Integral; Centro de Mídias de Educação do Amazonas; Tecnologias Educacionais; Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Seduc; Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam); Especialização e Mestrado para Professores; Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam); Programa de Reforço Escolar; Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme); Programas Pró-Engenharias e RH-TI; Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove); Sistema Escolar Integrado de Vigilância do Amazonas (Seivam); Sistema Eletrônico de Avaliação (Supletivo Eletrônico); Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Mostras de Gestão Escolar; Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (Sigeam); Certificação ISO das Escolas; Plano de Gestão Transparente; Centro Cultural Thiago de Melo – CCTM
	Secretaria Municipal de Educação de Manaus	Programa Municipal de Escolarização do Adulto e da Pessoa Idosa – Promeapi; Projeto Telecentro; Programa Viajando na Leitura; Programa Matemática Viva; Programas de Correção de Fluxo; Programas de Reforço Escolar; Programa Mais Educação; Enfrentamento e Prevenção à Violência Sexual Infanto-Juvenil; Programa Saúde na Escola; Programa Ciência na Escola; Projovem Urbano; Agenda Ambiental Escolar; Proinfo; Programa Municipal Saúde do Escolar; Projeto MPT na Escola; Projeto IMC Semed; Projeto Educação Financeira – DSOP; Programa de Ensino Sistematizado das Ciências – PESC e PESC Robótica; Programa "Primeira Infância Manauara"; Projeto Teatro de Fantoches; Projeto Caravana da Educação Física na Educação Infantil; Festival Olímpico; Projeto Transversalizando o Trânsito; Programa Viajando na Leitura na Educação Infantil; Projeto Recicladinho; Programa Educação e Saúde: Vigilância em Creche; Programa Creche e Família: um Casamento na Saúde e no Educar; Programa Mediações Pedagógicas; Programa Rede de Interações Pedagógicas; Programa Referenciais e Parâmetros; Programa Triangular

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 40: Programas e projetos da Secretaria de Educação do Estado do Pará e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Pará	Secretaria de Educação do Estado do Pará	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém	Festa Literária de Belém; Congresso Mairí das Crianças Belém 2022; Programa Bora pra Escola; Paulo Freire 100 anos: Belém Alfabetizada e Educadora; Programa Alfabetiza Belém; Congresso dos Adolescentes: projeto Tá Selado e Congresso da Mairí das Crianças; Feira Pan-amazônica do Livro e Multivozes; projeto Diverciência

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 41: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Roraima	Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista	Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Especial; Plano Plurianual de Boa Vista; Programa Família Que Acolhe; Plano Municipal de Educação

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 42: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e da Secretaria da Educação de Porto Velho

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rondônia	Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	Programa Efetiva (Educação Física Transformando Valores); Programa Time Rondônia Esporte Escolar; Programa Arte Rondônia Escola; Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino – Excelência; Programa Saúde na Escola; Programa Escola no Novo Tempo; Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar: Integrar para Concluir com Avanço; Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático – PNLD; Programa de Apoio às Novas Turmas de EJA; Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais – Ensino Especial; Programa Escola Acessível; Programa Jovem Senador Brasileiro; Programa Parlamento Jovem Brasileiro; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD; Programa Criança Protegida; Programa de Combate ao Bullying; Programa Tempo de Aprender; Programa Estudante Auditor; Projeto Formações Continuadas de Educação Física Escolar; Projeto Controle Digital de Saúde do Estudante – CODISE; Projeto Jogos Escolares de Rondônia – JOER; Projeto Mais Esporte Escolar; Projeto Festival Estudantil Rondoniense de Artes – FERA; Projeto Mais Cultura Escolar; Projeto de Bandas e Fanfarras Escolares; Projeto Cultura no Currículo; Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica; Projeto de Tutoria Pedagógica Educacional; Projeto Guaporé de Educação Integral em Rondônia; Projeto Asas do Saber; Projeto de Educação Tecnológica na Área de Robótica Educacional; Projeto Trilhando Rumo no ENEM; Projeto Justiça Restaurativa; Projeto Dia de Ler – Todo Dia.
	Secretaria da Educação de Porto Velho	Kits de Higiene Bucal nas Escolas Municipais; PDDE-Programa Dinheiro Direto na Escola; Repasses de Recursos PNAE 2021; DIEIEFUN (Divisão de Educação Infantil e Ensino Fundamental); Programa Gestão para Aprendizagem

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 43: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre e da Secretária Municipal de Educação de Rio Branco

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Acre	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre	Não disponibiliza as informações no site
	Secretária Municipal de Educação de Rio Branco	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 44: Programas e projetos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Tocantins e da Secretaria Municipal da Educação de Palmas

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Tocantins	Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Tocantins	Programa Estadual de Educação Fiscal de Tocantins – PEEF; Dossiê de Oportunidades; Educação Ambiental; Projeto To Ligado; Gerenciamento de Conflitos; Programa Gestão Escolar; Programa Estadual Voluntários do Tocantins; Programa Estrada do Conhecimento – PEC; Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – PNFCE; Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Manutenção do Transporte Escolar; Programa Escola Comunitária; Programa Vamos Ler; Programa Olhar Atento; Projeto Dança Tocantins das Escolas Estaduais; Projeto Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo
	Secretaria Municipal da Educação de Palmas	Site indisponível

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 45: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação do Amapá e da Secretaria Municipal de Educação de Macapá

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Amapá	Secretaria de Estado da Educação do Amapá	Programa de Aprendizagem no Amapá; #Colabora Amapá Educação; Central do ENEM; Escolas de Gestão Compartilhada; Mediotec; Escolas do Novo Saber; Programa Educação para a Paz; SigContas
	Secretaria Municipal de Educação de Macapá	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 46: Programas e projetos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e da Secretaria Municipal da Educação do Salvador

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Bahia	Secretaria da Educação do Estado da Bahia	Educa mais Bahia; Projeto Ler; Bolsa Presença; TV Educa Bahia; Projovem Campo e Urbano; Plataforma Anísio Teixeira; Cadernos de Apoio à Aprendizagem; Líder de Classe; Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC); Artes Visuais Estudantis (AVE); Dance; Encante; Educação Patrimonial e Artística (EPA); Festival Anual da Canção Estudantil (Face); Fanfarras Escolares; Festival Estudantil de Teatro (Feste); Produção de Vídeos Estudantis (Prove); Tempos de Arte Literária (TAL)
	Secretaria Municipal da Educação do Salvador	Programa Chegando Junto; Programa Pé na Escola; Música na Escola; Conhecimento Move as Pessoas; Escola sem Muros; Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema); Programa de Regularização de Fluxo Idade Certa; Escolab; Educação em Tempo Integral; Salvador Cidade das Letras; Creche e Pré-escola Primeiro Passo; Agente da Educação; Cartão Primeiro Passo; Programa Combinado e projeto Simplifica; Educação Ambiental; Núcleo de Políticas Educacionais das Relações Étnico-Raciais (NUPER)

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 47: Programas e projetos da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e da Secretaria de Educação do Recife

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Pernambuco	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco	Programa Paulo Freire; Programa Criança Alfabetizada; SEIPFlix (midiateca); Programa Pé no Campus; NEL - Núcleo de Estudos de Línguas; Projovem Urbano; Educação a distância; Caderno temático; Desafio Educativo Socioambiental Concurso Cultural - Água: Juntos Vamos Preservar; Seminário de Boas Práticas do Pacto pela Educação; Programa Hortas orgânicas em espaços públicos; Mediotec; Foco Educação PE; EJA; Programa Bem Querer; Concurso de Redação "A importância do Poder Legislativo para o exercício da cidadania"; Programa Mãe Coruja; Ambiente+; Educação do Campo; Educação Escolar Indígena; Cartilha Parou Aqui - Abuso sexual de criança e adolescente: vamos dar um basta nisso!; Novo Ensino Médio Integral (NEM)
	Secretaria de Educação do Recife	Programa Robótica na Escola; PROLER; Programa Mente Inovadora; Projeto Sabiah!; Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe); Monitoramento Pedagógico; Programa Travessia Recife; Programas Se Liga e Acelera; Classe hospitalar; Programa Salas bilíngues para surdos; Transporte escolar inclusivo; Programa Cinema na Escola: Formação – CinEduca, Exibição – Hora do Cinema, Produção – 7 no Set, Socialização – Mostra REC e Documentação-Acervo; Passe Livre Recife

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 48: Programas e projetos da Secretaria da Educação do Ceará e da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Ceará	Secretaria da Educação do Ceará	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 49: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte e da Secretaria Municipal de Educação de Natal

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Educação de Natal	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 50: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão e da Secretaria Municipal de Educação de São Luís

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Maranhão	Secretaria de Estado da Educação do Maranhão	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Educação de São Luís	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 51: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas e da Secretaria Municipal de Educação de Maceió

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Alagoas	Secretaria de Estado da Educação de Alagoas	Não disponibiliza as informações no site
	Secretaria Municipal de Educação de Maceió	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 52: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba e da Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Paraíba	Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba	PROGR{AME}-SE Meninas na Ciência e Tecnologia; #Se liga no ENEM; Paraíba Educa; Conexão Mundo; Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo na Rede Estadual de Ensino Ouse Criar; Festival de Arte e Cultura na Escola - "Arte em Cena"; Programa Celso Furtado;
	Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 53: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe e da Secretaria Municipal da Educação de Aracaju

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Sergipe	Secretaria de Estado da Educação de Sergipe	Alfabetizar pra Valer; Educação Mais Conectada; Profin - Programa de Transferência de Recursos Financeiros Diretamente às Escolas Públicas Estaduais
	Secretaria Municipal da Educação de Aracaju	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 54: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação do Piauí e da Secretaria Municipal de Educação de Teresina

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Piauí	Secretaria de Estado da Educação do Piauí	Programa Nacional de Alimentação PNAE
	Secretaria Municipal de Educação de Teresina	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

ANEXO 3: PROGRAMAS E PROJETOS DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE CULTURA E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CULTURA DAS CAPITAIS BRASILEIRAS[167]

Quadro 55: Programas e projetos da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio Grande do Sul	Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul	Festejos Farroupilha Etnias do Gaúcho: Rio Grande, Terra de Muitas Terras RS Criativo Editais 2022: IEAVi Residência Artística, Cultura Viva no hip-hop – Residências Artísticas em Pontos de Cultura, Seleção de ocupação dos espaços expositivos do Instituto Estadual de Artes Visuais - Ieavi, Estampas CCMQ + RS Criativo, FAC das Artes de Espetáculo e FAC Publicações
	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre	Alfabetização Audiovisual - Festival de Cinema; Alfabetização Audiovisual - Formação de Professores; Artes Plásticas - Curso; Artes Visuais - Exposições; Biblioteca Pública Municipal - Visita Guiada; Centro Municipal de Cultura - Apresentações no Saguão; Cinema - Acervo de Filmes; Cinema - Acervo de Livros e Periódicos; Cinema - Programação; Cinemateca Capitólio Petrobras - Locação de Espaços; Cinemateca Capitólio Petrobras - Visitas Guiadas; Contação de Histórias; Cursos, Oficinas e Palestras em Literatura; Dança - Escolas Preparatórias; Espetáculos de Teatro - Acesso Gratuito; Exposições de Arte - Acesso; Fomento à Leitura - Programa do Fumproarte; Fototeca - Pesquisa ao acervo; Fumproarte - Disponibilização de Acervo; Livros - Empréstimo Domiciliar e Localização; Livros - Feira de Troca; Livros - Lançamento; Museu com Visitas Acessíveis (PcD); Museu Joaquim José Felizardo - Visita ao Jardim; Observatório da Cultura; Pesquisa - Acervo Arqueológico; Pesquisa - Acervo Tridimensional; Porto Alegre em Cena; Prêmios Açorianos e Tibicuera; Projeto (De)Colagem - Edital de Seleção de Propostas Artísticas; Projetos Culturais - Chamamento Público para Captação; Projetos Culturais - Chamamento Público para Proponência; Sala Álvaro Moreyra - Apresentações Artísticas; Teatro Renascença - Apresentações Artísticas; Usina das Artes; Utilização de Equipamentos para as Artes - Edital de Fomento e Incentivo

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 56: Programas e projetos da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Santa Catarina	Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	Troca-troca de Livros; Mapa Cultural SC; Oficinas de Arte; Escolinha de Arte; Yoga no Palácio; Cinema ao Vivo; Conversando sobre Museu; Geladeira Literária; Programa de Incentivo à Cultura; Editais 2022: Prêmio Catarinense de Cinema 2022; Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura 2022; 11º Salão Nacional Victor Meirelles; Edital de Chamamento Público para Credenciamento ao Programa de Integração e Descentralização da Cultura
	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Lei Municipal de Incentivo à Cultura; Fundo Municipal de Cultura; Fundo Municipal de Cinema; Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do Município; Editais 2022: Credenciamento de jurados para projetos culturais; Feira de Cascaes; Projetos Especiais de Cultura, Esporte e Lazer; Apoio às Cultura; Incentivo à produção audiovisual

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 57: Programas e projetos da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura do Paraná e da Fundação Cultural de Curitiba

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Paraná	Secretaria da Comunicação Social e da Cultura do Paraná	Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE 2022; Paraná Cultural; Cotidiano Leitor; Nota Paraná - Cadastro de Entidades Culturais; Programa de Capacitação e Formação em Cultura; Editais: Trilhando pelo Paraná; Cultura feita em casa; Credenciamento de Empresas Jornalísticas e Editoras de Jornais; Licenciamento de Obras Audiovisuais; Produção e Desenvolvimento de Obra Audiovisuais; Estágio
	Fundação Cultural de Curitiba	Curitiba Lê Digital; Casa da Memória acervo digital; Cadastro de Artistas de Rua; Editais 2022: Chamamento público para qualificação de organização social no município de Curitiba; Praça do circo – credenciamento de circos itinerantes de médio porte para instalação temporária no município de Curitiba em caráter não oneroso; Chamamento para credenciamento de oficinas autossustentáveis na área artística e cultural nos espaços da FCC; Credenciamento para prestadores de Serviços Artísticos-culturais - Linguagem do Teatro; Credenciamento para prestadores de Serviços Artísticos-culturais - Linguagem da Dança; Credenciamento para prestadores de Serviços Artísticos-culturais - Linguagem das Artes Visuais (Grafite)

Fonte: dados da pesquisa

[167] Levantamento realizado no período de dezembro de 2021 a setembro de 2022. As informações foram produzidas a partir do acesso aos sites oficiais das secretarias e fundações culturais de cada um dos estados e suas respectivas capitais municipais.

Quadro 58: Programas e projetos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

Estado	Secretaria	Programas e projetos
São Paulo	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo	Seminário de Bibliotecas; Sistema Estadual de Bibliotecas; Viagem Literária; Jazz Sinfônica; Orquestra do Theatro São Pedro; OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo; São Paulo Companhia de Dança; Encontro Paulista de Hip Hop; Festival de Arte para Crianças; Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão; Festival Paulista de Circo; Prêmio Governador do Estado para a Cultura; Prêmio São Paulo de Literatura; Revelando São Paulo; Semana Guiomar Novaes; Virada Cultural Paulista; Oficinas Culturais; Projeto Guri; SP Escola de Teatro – Centro de Formação das Artes do Palco
	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo	Circuito Municipal de Cultura; Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA); PIÁ; Programa Vocacional; Programa Jovem Monitor Cultural; Centro de Memória e Documentação; Jornada do Patrimônio; Geosampa; Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp); Plataforma SP Cultura; Circuito SPCine; CIT - Cadastro de Imóveis Tombados; Dicionário de Ruas: Programa Memorabilia; Polo de Cultura DigitalEditais 2022: Programa Território Hip Hop; PIAPI – Programa de Iniciação Artística para Primeira Infância; PIÁ; Vocacional; Gestão Compartilhada da Escola Municipal de Iniciação Artística; Programa Criatividades; Gestão compartilhada Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC); Fomento ao Teatro; Fomento à Dança; Prêmio Zé Renato; Fomento ao Circo; Apoio à Cultura Negra; Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI); Fomento à Radiodifusão Comunitária; Fomento ao Forró; Retomada: Fomento a Projetos Culturais Descentralizados de Múltiplas Linguagens; Fomento à Cultura da Periferia; Programa Aldeias; Apoio à Criação Artística - Linguagem Raggae; Edital de Apoio à Música

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 59: Programas e projetos da Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo e da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Espírito Santo	Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo	Programa de Coinvestimento da Cultura - Fundo a Fundo; Lei de Incentivo à Cultura Capixaba (LICC); Rede de Espaços Culturais do Espírito Santo; Mapa Cultural ES; Orquestra Sinfônica do ES; Conselho Estadual de Cultura; Sistema Estadual de Cultura; Editais: seleção e concessão de apoio cultural-financeiro para custeio de despesas com locomoção de artistas, técnicos e estudiosos da CULTUR
	Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 60: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro	Lei de Incentivo à Cultura; Conselho Estadual de Políticas Culturais; Fundo Estadual de Cultura; Passaporte Bicentenário; Ponto de Cultura; Escola da Cultura RJ; Passaporte Cultural; Editais 2022: Sistema Desenvolve Cultura; Arraiá Cultural RJ; Pacto Cultural RJ; Retomada Cultural RJ 2; Cultura Inclusiva nas Redes; Cultura Presente nas Redes 2; Rua Cultural RJ; Povos Tradicionais Presentes RJ; Parecerista RJ; Carnaval nas Redes RJ; EXPOMIS – Cultura, Educação e Memória
	Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro	Site indisponível devido a ataque hacker nas plataformas da Prefeitura

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 61: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Minas Gerais	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais	Comissão Paritária Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - Copefic; Fundo Estadual de Cultura (FEC); Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LEIC); Plano Estadual de Cultura; Edital 2022: Minas Para Minas
	Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte	Projeto Integrarte; Belo Horizonte Film Commission; Pampulha Território Museus; Prêmio Mestres da Cultura Popular; Circuito Municipal de Cultura; Cultura e Pensamento; Zona Cultural Praça da Estação; Bolsa Pampulha; BH nas Telas; Escola Livre de Artes Arena da Cultura; CenaPlural; Adote um Bem Cultural; Patrimônio Cultural; Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC); Planos de Cultura; Conselho Municipal de Política Cultural – Comuc; Festival Internacional de Teatro Palco & Rua – FIT; Festival Internacional de Quadrinhos – FIQ; Festival de Arte Negra – FAN; Festival Literário Internacional – FLI; Virada Cultural; Descontorno Cultural; Circuito Municipal de Cultura; Pampulha Território Museus. Editais 2022: Programa Cultura Viva; LMIC - Multilinguagens; BH nas Telas; Descentra; Zona Cultural Praça da Estação; LMIC Incentivo Fiscal; Seleção de Propostas de Murais de Arte Urbana: Edital de Arte Urbana – Gentileza

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 62: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás e da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Goiás	Secretaria de Estado de Cultura de Goiás	Canto da primavera; FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental; Fundo de Artes e Cultura de Goiás; Mapa Goiano
	Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia	Conferência Municipal de Cultura; Credenciamento de Artistas; Lei Municipal de Incentivo à Cultura; Festival de Teatro Popular; Editais 2022: Credenciamento de Artistas; MAG – Frei Confaloni

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 63: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Mato Grosso	Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso	Política Estadual de Incentivo à Economia Criativa; Política de Fomento ao Audiovisual; Política Nacional de Cultura Viva; Fundo Estadual de Política Cultural; Conselho Estadual da Cultura; Plano Estadual de Cultura; Sistema Estadual de Cultura; Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso; Mato Grosso Criativo; Editais 2022: Chamamento público para produção da V Conferência Estadual de Cultura; Secel - Estevão de Mendonça de Incentivo à Literatura Mato-Grossense; Secel - Rede de Pontos de Cultura de Mato Grosso; Secel - Viver Cultura
	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 64: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Distrito Federal	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal	Editais 2022: DF Cultural; Conexão CIC 2022; Brasília – Capital Ibero-Americana de Culturas; 55º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; II Prêmio Candanguinho de Poesia Infanto-Juvenil; Premiação Circuito das Quadrilhas Juninas; Seleção de grupo para o projeto Samambaia Arte Urbana; Seleção de artistas para o projeto W3 Arte Urbana (W3 Norte); Credenciamento de pareceristas – Programa de Incentivo Fiscal; Programação e gestão compartilhada do Cine Brasília

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 65: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura do Mato Grosso do Sul e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura do Mato Grosso do Sul	Sistema Estadual de Cultura; Sistemas Municipais de Cultura; Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS; MS Cultura Cidadã; Mapa Cultural do Mato Grosso do Sul; Editais 2022: Chamamento público para seleção de artesãos e entidades representativas do artesanato brasileiro, destinado a participação da 33ª Feira Nacional de Artesanato – em Belo Horizonte/MG; Chamamento do Festival Campão Cultural 2022; Chamamento para a 4ª Feira Nacional de Artesanato e Cultura FENACCE em Fortaleza/CE, representando o Estado de MS; Chamada pública para participação de artistas de MS no XXI Festival de Inverno de Bonito; Chamamento público para o projeto de ocupação temporária do espaço de exposições na Galeria de Artes Visuais Do 21º Festival de Inverno de Bonito – FIB; Chamamento público para seleção de OSCIP para apoiar a realização do II Festival Arte e Cultura de MS – Diversidade e Cidadania – Campão Cultural; seleção de artesãos e entidades representativas do artesanato brasileiro para participação do edital de seleção pública para 4º Feira Nacional de Artesanato e Cultura 2022/Fortaleza; Seleção pública FENEARTE 2022; Chamamento público para seleção de OSCIP para apoiar a realização do XXI Festival de Inverno de Bonito; Chamamento público - 22ª Feira Nacional de Negócios de Artesanato – FENARTE; Convocação dos pareceristas para credenciamento – FIC; Chamamento público para seleção de OSCIP para apoiar a realização do XVI Festival América do Sul Pantanal; Projeto Som da Concha; Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS; Seleção pública de artesãos e entidades representativas do artesanato brasileiro, destinado a participação no 15º Salão de Artesanato – Raízes Brasileiras/Brasília; Seleção pública de atrações artísticas sul-mato-grossenses para participação no XVI Festival América do Sul Pantanal - FASP
	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande	Plano Municipal de Cultura; Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; FMIC – Fundo Municipal de Investimento Cultural; Programa Municipal de Fomento ao Teatro; Editais 2022: I Festival Reviva Mais Campo Grande Cultura e Turismo; I Prêmio Ipê de Artesanato

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 66: Programas e projetos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas e da Fundação Municipal de Cultura, Eventos e Turismo de Manaus

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Amazonas	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas	Festival de Dança; Editais 2022: Festival Folclórico do Amazonas - Grupos - Categorias Ouro, Prata e Bronze; 64º e 65º Festival Folclórico do Amazonas - Boi Bumbá Master; Cursos de coralistas - Madrigal e Grupo Vocal dos Corpos Artísticos (GVCA); Credenciamento para cessão de uso de salas do edifício Rádio Rio Mar 2022
	Fundação Municipal de Cultura, Eventos e Turismo de Manaus	Programa Municipal de Formação Artístico Cultural – PROMFAC; Festival Folclórico do Amazonas; Festival Folclórico dos Bairros; Festival Passo a Paço #Soumanaus Passo a Paço 2022; Manaus Adventure; Editais 2022: Chamamento Público: Festival Gastronômico de Manaus – No Passo Do Sabor; Thiago De Mello – para artistas e profissionais da cultura; Seleção de avaliadores de projetos culturais; Cadastramento de artistas e espaços culturais; Patrocínio; Chamada pública para cota/patrocínio do Festival Passo a Paço; Edital Ruas da Copa; Aniversário de Manaus – Boi Manaus

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 67: Programas e projetos da Secretaria de Cultura do Estado do Pará e da Fundação Cultural do Município de Belém

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Pará	Secretaria de Cultura do Estado do Pará	Site parcialmente desativado em atendimento à legislação eleitoral
	Fundação Cultural do Município de Belém	Bienal de Artes; Carnaval o ano todo; Círio de Nazaré; Lei Valmir Bispo; Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC; Leis de incentivos fiscais Tó Teixeira e Guilherme Paraense; Fundo Monumenta – FUNPATRI; Editais 2022: FUMBEL - chamamento público para celebração de parceria institucional com agremiações carnavalescas de Belém; I Bienal de Artes de Belém - Afirmação de Direitos - IV Festival de Música Brasileira; Edital de credenciamento - contratação eventual de artistas, grupos coletivos e profissionais da área artístico-cultural; Chamamento público de OSC'C; Arraial da nossa gente; Edital para isenção IPTU

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 68: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Cultura de Roraima e da Superintendência de Cultura de Boa Vista

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Roraima	Secretaria de Estado da Cultura de Roraima	Não disponibiliza as informações no site
	Superintendência de Cultura de Boa Vista	Faz cultura BV; Edital de Credenciamento cultural

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 69: Programas e projetos da Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia e da Fundação Cultural de Porto Velho

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rondônia	Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia	Não disponibiliza as informações no site
	Fundação Cultural de Porto Velho	Projeto Boto Rock Festival; Tacacá Musical; Projeto Som Livre; Editais 2022: Chamamento público para credenciamento de artistas; Chamamento público - ocupação e uso de espaço público (boxes 02, 03 e 09 - Mercado Cultural)

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 70: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre e da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Acre	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre	Não disponibiliza as informações no site
	Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 71: Programas e projetos da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado do Tocantins e da Fundação Cultural de Palmas

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Tocantins	Secretaria da Cultura e Turismo do Estado do Tocantins	Calendário Cultural do Estado do Tocantins; Programa Comunidades Quilombolas; Carteira do Artesão; Conselho de Política Cultural do Estado do Tocantins; Fundo de Cultura; Mapa Cultural; Plano Estadual de Cultura; Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins – PROCULTURA
	Fundação Cultural de Palmas	Editais 2022: Concessão de pauta para uso público da Galeria Municipal de Artes do Núcleo Integrado de Leitura e Artes – NILA do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho; Concurso K-Pop cover do I Festival da Cultura Coreana de Palmas; Seleção de bailarinos para a Cia Municipal de Dança de Palmas; VII Festival de Cinema Estudantil de Palmas - Você na Tela; 6º Salão Palmense de Novos Artistas; Credenciamento de instrutores e técnicos FCP; 30º Arraiá da Capital; Concurso cultural - Escultura Para Sempre Luz- Parque das Artes; Credenciamento de artistas regionais para Coreto Fo Forró do 30º Arraiá da Capital; I Festival Curta Palmas; Seleção de atores; Seleção de cantores para formação do madrigal palmas

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 72: Programas e projetos da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá e da Fundação Municipal de Cultura de Macapá

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Amapá	Secretaria de Cultura do Estado do Amapá	Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC; Projeto Cultural: "Temporada de Dança e Música-Valorizando a Arte Através da Dança e Música nos Municípios do Amapá"; Cadastro cultural
	Fundação Municipal de Cultura de Macapá	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais; Encontro de Elaboração do Plano do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Macapá; Editais 2022: Credenciamento de artistas veteranos e iniciantes; Chamamento – Patrocínio; Macapá Verão; Arraiá do Mercado Centrá; FUMCULT/PMM; Premiação "Professora Creusa de Sousa Bordalo"

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 73: Programas e projetos da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia	Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC); Sistema Estadual de Cultura da Bahia; Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC); Escolas Culturais; Pelô da Bahia; Festas populares; Carnaval da Cultura: Ouro Negro, Carnaval do Pelourinho, Carnaval Pipoca e Programa Outros Carnavais; Pontos de Cultura da Bahia; Fundo de Cultura da Bahia (FCBA); Fazcultura
	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador	Projeto Orla; Selo Verificado e Safe Travel

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 74: Programas e projetos da Secretaria Estadual de Cultura de Pernambuco e da Fundação de Cultura Cidade do Recife

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Pernambuco	Secretaria Estadual de Cultura de Pernambuco	Site temporariamente fora do ar, em respeito à Legislação Eleitoral
	Fundação de Cultura Cidade do Recife	Carnaval Multicultural; São João; Ciclo Natalino; A Letra e a Voz - Festival de Literatura; SPA - Semana de Artes Visuais; Prêmios Literários; Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural; Núcleo da Cultura Afro-Brasileira (NCAB); Programa Multicultural; projeto Brincantes; O Recife - Histórias de uma cidade

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 75: Programas e projetos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Ceará	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará	Plano Estadual de Cultura; Plano Cultura Infância; Programa Agentes de Leitura do Ceará; PPA-Plano Plurianual de 2020-2023; Sistema Estadual da Cultura – SIEC; Selo de Responsabilidade Cultural; Política Estadual Cultura Viva; Programa Ceará Filmes e cria o Sistema Estadual do Cinema e Audiovisual; Chancela da Paisagem Cultural do Ceará; Política Estadual da Gastronomia e da Cultura Alimentar; Programa Ceará Gastronomia; Comenda Violeta Arrais; Bienal Internacional do Livro do Ceará; Maloca Dragão; Festival Mi – Música da Ibiapaba; Encontro Mestres do Mundo; Patativa do Assaré em Arte e Cultura; Campeonato Estadual do Festejo Ceará Junino; Mostra Estadual Ceará Natal de Luz; Editais 2022: Chamamento público para programação cultural do Museu do Ceará, Museu Sacro São José de Ribamar e do Arquivo Público do Estado do Ceará; XVII Ceará Ciclo Natalino para Mostras Regionais e XV Mostra Estadual; Código do Patrimônio Cultural do Ceará; Convocatória de projetos artísticos para a estação das artes; Chamada pública para a realização da Feira de Livros da XIV Bienal Internacional do Livro do Ceará; Programa de mentoria Inovdesign Ceará; Programa de Cooperação Formativa com Antônio Rabelo Quixeramobim/CE; Credenciamento de projetos artísticos para o Museu da Imagem e do Som; Ocupação Mercado Alimenta-CE; XIV Edital Ceará de Cinema e Vídeo - Difusão, Formação e Pesquisa; XIV Edital Ceará Cinema e Vídeo Produções; XIV Edital Mecenas do Ceará; II Edital Escolas Livres da Cultura; Credenciamento de Designers para realização de oficinas, palestras e cursos; Temporada de Arte Cearense; XII Edital dos "Tesouros Vivos da Cultura" do Estado do Ceará
	Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza	Coleção Pajeú; Dossiê Imaterialidades – Iemanjá; Vila das Artes; Dossiê Imaterialidades – Maracatu; Editais 2022: Credenciamento de Artistas; Credenciamento de Pareceristas; XIV Festival de Teatro de Fortaleza; IX Edital das Artes; Festejos Juninos; 73º Salão de Abril

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 76: Programas e projetos da Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte e da Secretaria da Cultura de Natal

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Rio Grande do Norte	Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte	Site temporariamente fora do ar, em respeito à Legislação Eleitoral
	Secretaria da Cultura de Natal	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 77: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e da Secretaria Municipal de Cultura de São Luís

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Maranhão	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	Cultura Viva: Pontos de Cultura; Mais Cultura e Turismo; Lei de Incentivo à Cultura; Circuito de Visita Cultural; Plano Estadual de Cultura; Editais 2022: Ocupação "A Casa é Nossa"; Credenciamento Cultural
	Secretaria Municipal de Cultura de São Luís	Editais 2022: Chamamento Público - Aniversário da Cidade; Credenciamento de empresas de alimentos para o Arraial da Praça Maria Aragão no Festejo Junino de São Luís; Credenciamento do comércio informal na área interna do Arraial da Praça Maria Aragão; São João: Credenciamento de empresas de alimentos para o Arraial da Praça Maria Aragão; Credenciamento público - São João; Seleção de propostas de atrações artísticas ao Festejo Junino de São Luís – MA; Chamamento público - Auxílio Municipal Emergencial: Carnaval de São Luís

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 78: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas e da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Alagoas	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas	Patrimônio Cultural; Registro do Patrimônio Vivo; Rede de Pontos de Cultura; Mostra Alagoana de Dança; Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas; Projeto Misa Acústico; Na Base da Cultura; Núcleo de Produção Digital de Alagoas; Pró Bandas; Sistema Alagoano de Museus; Lei Estadual de incentivo à Cultura de Alagoas; Editais 2022: Prêmio de Artes Cênicas; VI Prêmio de Incentivo à Produção Audiovisual de Alagoas; Prêmio da Identidade e Diversidade Cultural Alagoana; 8º Festival Pôr do Sol Cultural; Prêmio Manoel Leandro Simplicio "Mestre Manuca"; 1º Festival Cultura para todos; 2º Concurso de Literatura Infantil; VII Concurso de Poesia Jorge de Lima; V Concurso de Contos Heliônia Ceres; II Concurso de Literatura de Cordel; V Concurso de Crônicas Ivone dos Santos; III Festival do Rock de Alagoas; Prêmio Clemilda – a Rainha do Forró; V Festival em Cantos de Alagoas; 18º Mostra Alagoana de Dança; Edital de credenciamento de artistas
	Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió	Editais 2022: Folguedos por Todos os Cantos – Edição II; Cadastro de artistas visuais FMAC; Chamamento para o São João de Maceió

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 79: Programas e projetos da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba e da Fundação Cultural de João Pessoa

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Paraíba	Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba	Não disponibiliza as informações no site
	Fundação Cultural de João Pessoa	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 80: Programas e projetos da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe e da Fundação Cultural Cidade de Aracaju

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Sergipe	Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe	Sistema Estadual de Cultura; Conselho Estadual de Cultura; Fundo de Desenvolvimento Cultural e Artístico; Política de Radiodifusão; Política de Patrimônio: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Patrimônio Tombado; Editais 2022: Concursos de Quadrilhas Juninas; Carta Convite – Rua São João; Carta Convite– Mochilink
	Fundação Cultural Cidade de Aracaju	Não disponibiliza as informações no site

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 81: Programas e projetos da Secretaria de Estado de Cultura do Piauí e da Fundação Cultural Monsenhor Chaves

Estado	Secretaria	Programas e projetos
Piauí	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí	Lei Estadual de Incentivo à Cultura; Projeto Seis e meia; Feira Nacional de Artesanato e Cultura; Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade; Congresso Internacional de Educação Inclusiva Arte e Tecnologia em Teresina (CINEIATEC); Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões; Editais 2022: Sistema de Cadastro Cultural do Piauí – SICAC; Te Aquieta e Lê; Chamamento "Mestre Severo"
	Fundação Cultural Monsenhor Chaves	Conselho Municipal de Políticas Culturais de Teresina (CMPC); Diagnóstico Cultural de Teresina; ConecThe-se: vamos falar de Cultura?; Editais 2022: Cajuína Pop; Curso de formação de conselheiros de cultura, agentes, gestores e técnicos culturais

Fonte: dados da pesquisa

ANEXO 4: QUESTIONÁRIO SURVEY APLICADO COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

GESTÃO PÚBLICA E FRUIÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este questionário faz parte da pesquisa "Gestão pública e fruição cultural de estudantes na educação básica" realizada por Leonardo Minervini, doutorando em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), sob orientação da Profa. Dra. Cristina Carvalho. O objetivo da pesquisa é conhecer e caracterizar o papel e a atuação da gestão pública no desenvolvimento de iniciativas de fomento ao acesso à fruição cultural de estudantes na educação básica no município do Rio de Janeiro. A sua participação irá colaborar para a pesquisa no campo da interlocução entre educação e cultura. Reiteramos que os dados dos participantes da pesquisa serão amparados pela Lei Geral de Proteção de Dados.

BLOCO 1 – Perfil institucional

1. Qual o nome da instituição? _____

2. Qual o cargo ou função do respondente na instituição?
(*Marque uma ou mais opções*)
( )Coordenação
( )Direção
( )Educador(a)
( )Produtor(a) cultural
( )Museólogo(a)
( )Chefe de Departamento, de Núcleo/de Setor
( )Administrativo
( )Outros

3. Indique um número de telefone institucional para contato _____

4. Em qual Região do Rio de Janeiro o equipamento cultural está localizado?
(*Marque apenas uma opção*)
( )Centro
( )Zona Norte
( )Zona Oeste
( )Zona Sul

5. O equipamento cultural está vinculado a qual estrutura da administração pública?
( )Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ)
( )Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC)
( )Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)
( )Secretaria Municipal de Educação (SME)
( )Outro_____

6. O equipamento cultural possui equipe composta por:
(*Marque uma ou mais opções*)
( )Arte-Educador(a)
( )Gestor cultural
( )Produtor(a) cultural

( )Museólogo(a)
( )Administrativo sem formação específica na área da cultura
( )Outros_____
7. A gestão do equipamento cultural é feita por:
( )Equipe própria
( )Edital de ocupação
( )Empresa terceirizada
( )Outros_____

8. O equipamento cultural realiza programação regularmente (exposições, exibições de cinema, apresentações de música, teatro, dança, circo, artes visuais, performance etc.)?
(Caso a resposta seja não, seguir para a próxima pergunta deste bloco e concluir o questionário)
(Caso a resposta seja sim, pular para o bloco 2 do questionário)
( )Não
( )Sim, semanalmente
( )Sim, mensalmente
( )Sim, porém sem regularidade específica

9. Por que o equipamento cultural não realiza programação regularmente?
(*Marque uma ou mais opções*)
( )Orçamento insuficiente
( )Falta de equipe
( )Falta de público
( )Este tipo de ação não é uma prioridade do equipamento cultural
( )Outros _____

BLOCO 2 – Sobre a programação cultural
10. Quais ações de programação são realizadas?
(Marque uma ou mais opções)
( )Apresentação de circo
( )Apresentação de dança
( )Apresentação de música
( )Apresentação de teatro
( )Contação de história
( )Exibição de filme
( )Exposição
( )Feira de artesanato
( )Mostra de artes visuais
( )Oficina artística
( )Palestra literária / Lançamento de livro
( )Roda de conversa
( )Sarau
( )Outros / Quais? _____

11. Quem realiza a curadoria da programação?
( )A instituição possui autonomia para definir sua programação
( )A programação é definida por uma empresa terceirizada
( )A programação é definida por edital, sem a participação da equipe da instituição
( )Outros _____

12. Os recursos destinados à realização da programação cultural têm origem:
(Marque uma ou mais opções)
( )Setor Público

( )Parceria Público-Privada, incluindo patrocínio via leis de incentivo fiscal
( )Associação de Amigos da Instituição
( )Doações
( )Bilheteria e outros recursos gerados pela própria instituição

13. Em geral, o ingresso para as programações é:
( )Totalmente gratuito
( )Vendido a preços populares (até R$ 50 reais), porém há uma cota de ingressos gratuitos
( )Vendido a preços populares (até R$ 50 reais), sem cota de ingressos gratuitos
( )Vendido a preços acima de R$ 50 reais, porém há uma cota de ingressos gratuitos
( )Vendido a preços acima de R$ 50 reais, sem cota de ingressos gratuitos

14. O equipamento cultural promove iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica?
(Caso a resposta seja não, seguir para a próxima pergunta deste bloco e concluir o questionário)
(Caso a resposta seja sim, pular para o bloco 3 do questionário)
( )Não
( )Sim, semanalmente
( )Sim, mensalmente
( )Sim, semestralmente
( )Sim, porém sem uma regularidade específica

15. Por que o equipamento cultural não promove iniciativas de fomento ao acesso de estudantes da educação básica?
( )Orçamento insuficiente para a oferta de transporte
( )A equipe do equipamento cultural não dispõe de tempo para realizar esse tipo de articulação
( )Falta de interesse das escolas
( )Dificuldade em estabelecer parceria com as instituições escolares, apesar do interesse das escolas
( )Este tipo de ação não é uma prioridade do equipamento cultural
( )Outros _____

BLOCO 3 - Ações de fomento ao acesso de estudantes à instituição
16. As ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural:
(Marque uma ou mais opções)
( )Fazem parte de um programa regular promovido pela própria instituição
( )Fazem parte de ações eventuais promovidas pela própria instituição
( )Ocorrem apenas quando há sobra de ingressos para a programação
( )Ocorrem como contrapartida social oferecida por espetáculos patrocinados via lei de incentivo fiscal
( )Fazem parte de um programa da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ)
( )Fazem parte de um programa da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC)
( )Fazem parte de um programa da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)
( )Fazem parte de um programa da Secretaria Municipal de Educação (SME)

17. Assinale as atividades de fruição cultural que são oferecidas ao público estudantil:

ATIVIDADE	É oferecida pelo menos 1 vez por ano	Nunca foi oferecida
Apresentação de circo		
Apresentação de dança		
Apresentação de música		
Apresentação de teatro		
Contação de história		
Exibição de filme		
Exposição		
Feira de artesanato		
Mostra de artes visuais		
Palestra literária / Lançamento de livro		
Sarau		

18. As ações são elaboradas pensando em qual faixa etária?
(Marque uma ou mais opções)
( )4 a 5 anos (pré-escola)
( )6 a 10 anos (ensino fundamental anos iniciais)
( )11 a 14 anos (ensino fundamental finais)
( )15 a 17 anos (ensino médio)
( )Não pensamos em uma idade específica

19. As ações de fomento ao acesso à fruição artístico-cultural de estudantes têm por intuito:
(Marque uma ou mais opções)
( )Dar acesso à instituição
( )Ampliar numericamente o público da instituição
( )Diversificar o público da instituição
( )Fornecer momentos de lazer
( )Proporcionar momentos de interação social
( )Promover experiências artísticas e estéticas
( )Promover aulas-passeio
( )Outros _____

20. A instituição disponibiliza transporte para as escolas?
( )Sim
( )Não
( )Eventualmente

21. Como os participantes são definidos pelo equipamento cultural?
(Marque uma ou mais opções)
( )Por demanda dos interessados
( )Divulgação e inscrição dos(as) interessados(as)
( )O equipamento cultura convida as escolas

( )Outros/ Quais? _____

22. Os grupos escolares participam mais de uma vez?
( )Sim, o mesmo grupo escolar participa mais de uma vez da programação
( )Não, em geral, o grupo escolar não se repete

23. As escolas procuram o equipamento cultural para levar seus estudantes para assistir à programação?
( )Sim, há um grande interesse das escolas em levar seus estudantes para assistir à programação
( )Sim, algumas escolas procuram o equipamento cultural para levar seus estudantes para assistir à programação
( )Raramente o equipamento cultural é procurado pelas escolas
( )Não, a demanda é criada pelo equipamento cultural

24. Em média, as ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural beneficiam por ano:
( )Até 100 estudantes
( )Entre 100 e 300 estudantes
( )Entre 301 e 500 estudantes
( )Entre 501 e 1.000 estudantes
( )Mais de 1.000 estudantes
( )A instituição não possui esse dado

25. Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento sistemático de ações de fomento ao acesso de estudantes ao equipamento cultural?
(Marque uma ou mais opções)
( )Orçamento insuficiente para a oferta de transporte
( )Pouca disponibilidade da equipe do equipamento cultural para realizar esse tipo de articulação
( )Falta de interesse das escolas
( )Dificuldade em estabelecer parceria com as instituições escolares, apesar do interesse das escolas
( )Este tipo de ação não é uma prioridade do equipamento cultural
( )Outros _____

26. Os estudantes retornam ao equipamento cultural espontaneamente após as atividades?
( )Sim, é comum que os estudantes retornem espontaneamente ao equipamento cultural
( )Sim, porém são poucos os estudantes que retornam espontaneamente
( )Não, os estudantes não retornam espontaneamente ao equipamento cultural
( )A instituição não possui esse dado

27. Além do fomento ao acesso, a instituição promove ações de mediação cultural?
(*Marque apenas uma opção*)
(Se sim, seguir para o bloco 4. Caso não, concluir o questionário)
( )Sim, todas as iniciativas de fomento ao acesso são acompanhadas por ações de mediação cultural
( )Sim, algumas iniciativas de fomento ao acesso são acompanhadas por ações de mediação cultural
( )Não, a instituição não realiza ações de mediação cultural

BLOCO 4 - Ações de mediação cultural promovidas com o público estudantil

28. Quais materiais são utilizados pela instituição para as ações de mediação cultural?
(Marque uma ou mais opções)
( )Cartilhas
( )Jogos
( )Vídeos
( )Fotos
( )Ilustrações
( )A instituição não utiliza materiais para as ações de mediação cultural
( )Outros _____

29. Como são realizadas as ações de mediação cultural?
(Marque uma ou mais opções)
( )Previamente aos espetáculos com a ida do mediador à escola
( )Previamente aos espetáculo, com o envio de materiais pedagógicos aos estudantes
( )Previamente aos espetáculo, quando os estudantes chegam ao equipamento cultural
( )Durante a realização da fruição, com o uso de materiais pedagógicos e/ou visitas mediadas
( )Após os espetáculo, por meio de bate-papo com o público
( )Após os espetáculos, com a ida do mediador à escola
( )Após os espetáculo, com o envio de materiais pedagógicos aos estudantes
( )Outros _____

30. Existe um setor na instituição responsável por desenvolver ações de mediação cultural?
(*Marque apenas uma opção*)
( )Sim, existe um setor específico e há profissionais exclusivos para as ações
( )Sim, existe um setor responsável, mas que desempenha outras funções além das ações de mediação. Há profissionais exclusivos para as ações
( )Sim, existe um setor responsável, mas que desempenha outras funções além das ações de mediação. Não há profissionais exclusivos para as ações
( )Não existe um setor responsável por esta função. As ações de mediação são conduzidas por profissionais de outro(s) setor(es)
( )Outros _____

31. Quais os recursos de acessibilidade estão disponíveis para serem utilizados nas atividades de fruição?
(Marque uma ou mais opções)
( )Não há uso de recursos de acessibilidade
( )Audiodescrição
( )Intérprete de LIBRAS
( )Oferta de conteúdo em LIBRAS
( )Equipe educativa capacitada quanto às tecnologias assistivas
( )Leitor de tela e ampliador de textos
( )Braile
( )Outros _____

32. Após a realização das atividades de mediação, a instituição observa que:
(Marque uma ou mais opções)
( )Não há mudança significativa na fruição
( )Há um melhor aproveitamento da experiência do público na fruição
( )Alguns estudantes retornam espontaneamente ao equipamento cultural

( )A instituição não dispõe de informação para avaliar os desdobramentos das ações de mediação
( )Outros _____

33. Na sua opinião, quais as dificuldades encontradas pelos profissionais para desenvolver as ações de mediação?
(Marque uma ou mais opções)
( )Não há dificuldade
( )Falta de formação específica entre os funcionários da instituição para desenvolver as ações
( )Falta de tempo das instituições escolares
( )Falta de interesse das instituições escolares
( )Apesar de serem realizadas, as ações de mediação cultural não são uma prioridade da instituição
( )Outros _____

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) gestor(a) público(a):

_____

Venho, por meio deste, convidá-lo(a) a participar voluntariamente da pesquisa de doutorado denominada "GESTÃO PÚBLICA E FRUIÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA", realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

1. OBJETIVO: Conhecer e caracterizar o papel e a atuação da gestão pública no desenvolvimento de iniciativas de fomento à experiência da fruição cultural de estudantes na educação básica.
2. PROCEDIMENTOS: A pesquisa será dividida em duas etapas: na primeira, o pesquisador aplicará um questionário com a intenção de produzir dados mais objetivos acerca das iniciativas promovidas no âmbito da interlocução entre cultura e educação por meio de programas e projetos praticados por equipamentos culturais públicos das cinco regiões brasileiras. O questionário será encaminhado às instituições e não haverá item que possibilite a identificação pessoal do respondente.
Na segunda etapa, o pesquisador realizará entrevistas com representantes das secretarias estaduais e municipais de educação e cultura. Durante as entrevistas, serão feitos registros textuais e/ou gravações em áudio e vídeo, por meio de plataforma digital, para posterior transcrição e análise. Conforme cronograma previsto no projeto de Qualificação, as entrevistas deverão ser realizadas no período de janeiro a abril de 2024. Quando houver necessidade de alguma atividade no formato presencial, o local da mesma deve ser combinado entre as partes.
3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: De acordo com o item V da Resolução Nº 466/12, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. O pesquisador estará atento a sinais de desconforto, estando

disponível para conversar e minimizar qualquer incômodo. O participante também terá a possibilidade de se retirar da pesquisa quando quiser. Por outro lado, são esperados benefícios da participação na pesquisa, que visa oferecer subsídios para gestores, pesquisadores, educadores e produtores culturais sobre a temática, contribuindo, assim, para a concepção de políticas públicas de interlocução entre cultura e educação.

4. GARANTIA DE SIGILO: Os resultados da pesquisa poderão ser publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos a privacidade, a confidencialidade e a manutenção do sigilo e do anonimato das informações, assim como, a não estigmatização dos participantes de pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas. O pesquisador responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: A participação é voluntária e não obrigatória. O participante poderá recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar o motivo. Se desejar deixar de participar da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: A participação neste estudo não terá custos adicionais para o participante. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido à participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: O participante receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador. Caso concorde em participar, as folhas serão rubricadas e a última página será assinada pelo participante e pelo pesquisador, que garante o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. O participante poderá ter acesso ao pesquisador Leonardo Corrêa Minervini pelo telefone (21) 99814-1880 ou pelo e-mail: leo.minervin@gmail.com e/ou à professora orientadora Cristina Carvalho pelo telefone (21) 3527-1815 ou pelo e-mail cristinacarvalho@puc-rio.br. Caso o participante tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, situada no Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy, 2o andar, Gávea, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22453-900, pelo telefone: (21) 3527-1618. Este projeto foi avaliado e aprovado pela referida Câmara, que considera a relevância da questão ética na pesquisa no contexto científico contemporâneo e a importância que a Universidade atribui à ética na formação de seus alunos. Dentre as atribuições da Câmara, destacam-se: Elaborar um conjunto de princípios e normas sobre a ética na pesquisa na PUC-Rio; avaliar e emitir parecer, quando solicitado, sob os aspectos éticos dos projetos de pesquisa.

Para concluir, informo que a pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

CONSENTIMENTO

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa anteriormente identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito. Estou de acordo com a gravação de áudio e vídeo da entrevista a ser cedida para fins de registros acadêmicos. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo que me possam ser imputados.

_____ Assinatura do(a) participante	Data: ____/____/_____

Eu, _____,
obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

_____ Assinatura do pesquisador	Data: ____/____/_____

OBS.: Este termo deverá ser assinado em duas vias, uma delas ficará com o(a) participante e a outra com o pesquisador.

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

1. Quais são os eixos prioritários de atuação da Secretaria Municipal de Cultura / Secretaria Municipal de Educação?

2. Existem políticas, programas ou projetos promovidos pela gestão pública da cidade do Rio de Janeiro voltados à promoção do acesso de estudantes da educação básica à fruição cultural? Existe alguma iniciativa em debate para promover essa articulação?

3. Os casos existentes são exceções no contexto geral de políticas, programas e projetos promovidos pela iniciativa pública?

4. As ações realizadas se configuram como políticas, programas, projetos ou eventos? Alguma iniciativa tem relação com políticas culturais promovidas em períodos (décadas) passadas na cidade do Rio de Janeiro ou são iniciativas relativamente recentes?

5. Qual a relação das ações desenvolvidas com as políticas culturais promovidas pelo MinC?

6. Na sua concepção, trata-se de uma responsabilidade a ser protagonizada pela gestão cultural ou educacional?

7. Como se dá a articulação entre cultura e educação no campo administrativo para a execução das iniciativas? Como os gestores culturais e educacionais tratam a relação entre cultura e educação?

8. Quais fatores são determinantes para a implantação destas iniciativas: profissionais especializados; investimento orçamentário de grande porte; parceria público-privada; infraestrutura adequada; outros?

9. Quais as principais ameaças à perenidade das iniciativas existentes?